



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

TATIANA COLASANTE

**A INFLUÊNCIA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS
LONDRINENSES**

TATIANA COLASANTE

**A INFLUÊNCIA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS
LONDRINENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia da Universidade
Estadual de Londrina como requisito à
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria del Carmen
Matilde Huertas Calvente

Londrina
2012

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C683i Colasante, Tatiana.

A influência dos fluxos migratórios na construção das identidades territoriais londrinenses / Tatiana Colasante. – Londrina, 2012.
207f. : il.

Orientador: Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Geografia humana – Teses. 2. Ingleses – Identidade – Teses. 3. Cidades e vilas – Paraná – Teses. 4. Territorialidade humana – Teses. I. Huertas Calvente, Maria del Carmen Matilde. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3

TATIANA COLASANTE

**A INFLUÊNCIA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA CONSTRUÇÃO
DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS LONDRINENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia da Universidade
Estadual de Londrina como requisito à
obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^ª. Dr^ª. Maria del Carmen
Matilde Huertas Calvente
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^ª. Dr^a Alice Yatiyo Asari
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
UNIOESTE

Londrina, 18 de setembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho acadêmico nunca é uma jornada solitária. Por mais que sejamos os autores e que, muitas vezes, o caminho pareça árduo e individual, sempre contamos com pessoas que nos auxiliam na conclusão do mesmo. Dessa forma, agradeço, primeiramente, aos amigos Márcio Catharin Marchetti, Hugo Ribeiro Borges de Paula e Marcelo Augusto Rocha pelo incentivo e ajuda durante toda a pesquisa realizada.

Agradeço imensamente à minha mãe Cleide, nascida em Londrina, em 1949, que me fascina com seus relatos sobre as memórias de sua infância e juventude, remetendo a fatos ocorridos nos anos iniciais de formação do município, me instigando a querer saber cada vez mais sobre a cultura e história de Londrina. Agradeço ao meu pai Luiz, companheiro dos trabalhos de campo na análise da paisagem londrinense, cuja ajuda foi essencial com suas sugestões e críticas neste trabalho.

Faço um agradecimento especial aos meus ex-professores do Departamento de Geociências da UEL, por me despertarem o gosto pela ciência geográfica, destacando a grandiosa contribuição das professoras Alice Yatiyo Asari e Ideni Terezinha Antonello na minha qualificação. Por fim, agradeço à minha orientadora Maria del Carmen, pela paciência, pela ajuda constante, pelo incentivo e pela confiança que sempre depositou em mim.

Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. (Walter Benjamin)

COLASANTE, Tatiana. **A influência dos fluxos migratórios na construção das identidades territoriais londrinenses**. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

O trabalho analisa a relação entre território, cultura e identidade, enfatizando o caráter simbólico do território. Investiga como são construídas as identidades territoriais por intermédio da influência cultural e demonstra a contribuição dos diversos grupos de imigrantes para a composição étnica da população brasileira. Aplica a teoria ao município de Londrina-PR utilizando como método a análise da paisagem e identifica as principais manifestações culturais que os diversos fluxos migratórios deixaram como patrimônio cultural do município e que ainda são percebidas nos dias atuais. Discute a imposição de uma identidade territorial baseada em elementos da cultura inglesa pelo poder público como forma de *city marketing*, aproveitando o contexto histórico de Londrina pelo fato de ter sido oficialmente colonizada por ingleses. Destaca que, além dos ingleses, a construção do município teve a participação de outros diversos imigrantes, como os japoneses, portugueses, alemães, poloneses, italianos, espanhóis, árabes e migrantes paulistas e nordestinos, além dos índios e caboclos que já viviam na região antes mesmo da colonização inglesa e que deixaram seu legado cultural impresso na paisagem londrinense. Analisa a contribuição de cada um destes grupos étnicos para a afirmação de uma identidade territorial londrinense e conclui que mesmo que o município tenha sido colonizado com a intervenção dos ingleses, os japoneses conseguiram a manutenção dos seus valores identitários em Londrina, por intermédio de dezenas de elementos conservados na paisagem, além de motivar a população londrinense a utilizar os mesmo elementos culturais e a participar ativamente das expressões culturais dessa etnia, o que denota uma aproximação muito maior da identidade territorial londrinense com os japoneses do que efetivamente com os ingleses.

Palavras-chave: Identidade territorial. Fluxos migratórios. Cultura. Paisagem. Londrina - PR.

COLASANTE, Tatiana. **A influência dos fluxos migratórios na construção das identidades territoriais londrinenses**. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

The study analyzes the relationship between territory, culture and identity, emphasizing the symbolic character of the territory. Investigates how territorial identities are constructed through the cultural influence and demonstrates the contribution of the various groups of immigrants to the ethnic composition of the population. Apply the theory to the city of Londrina-PR as a method using the analysis of landscape and identifies the main cultural events that left many flows as cultural heritage of the municipality and which are still perceived today. Discusses the imposition of a territorial identity based on elements of english culture by the public power as a form of city marketing, using the historical context of the fact that Londrina was officially colonized by the british. Notes that, in addition to british, the construction of the city was attended by many other immigrants, as the japanese, portuguese, germans, poles, italians, spaniards, arabs and migrants from São Paulo and the Northeast, and the Indians and caboclos already living in the region even before the british colonization and left its cultural landscape printed in Londrina. Analyzes the contribution of each of these ethnic groups to assert a territorial identity in Londrina and concludes that even if the municipality has been settled with the intervention of the british, the japanese managed to maintain their identity values in Londrina, through dozens of conserved elements in the landscape, and motivate the population of the city to use the same cultural elements and to participate actively in the cultural expressions of ethnicity, which shows a much greater approximation of territorial identity with the Japanese effectively than the British in Londrina.

Keywords: Territorial identity. Migration flows. Culture. Landscape. Londrina-PR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Imigração estrangeira para o Brasil (1872-1972).	64
Figura 2 - Regionalização do estado do Paraná.....	84
Figura 3 - Regionalização do Norte do Paraná.....	85
Figura 4 - Número de imigrantes para o estado do Paraná entre 1829 e 1934 de acordo com a nacionalidade (em porcentagem).	91
Figura 5 - Distribuição espacial dos imigrantes estrangeiros no Paraná (período de 1829-1934).....	94
Figura 6 - Número de estrangeiros no Paraná em 1950 de acordo com o país de origem (em porcentagem).	94
Figura 7 - Revista “Ilustração Paranaense” - Ano II nº10/ 11- out/nov 1928.....	99
Figura 8 - Localização de Londrina-Paraná.....	102
Figura 9 - Folheto de divulgação da venda de lotes pela CTNP.....	103
Figura 10 - Quadra de tênis dos ingleses, à direita, em meio à construção de Londrina, na década de 1930.....	113
Figura 11 - Os ingleses com uniforme branco para jogar tênis, uma das poucas opções de lazer da época.....	114
Figura 12 - Sede atual do Londrina Country Club, originalmente freqüentado pelos pioneiros ingleses.	115
Figura 13 - Cabine telefônica em estilo inglês no centro de Londrina	118
Figura 14 - Praça Marechal Floriano Peixoto, a Praça da Bandeira. Ao fundo, o Altar da Pátria.....	119
Figura 15 - Praça Marechal Floriano Peixoto, na década de 1940. Os corredores que interligam a praça guardam semelhança com a bandeira inglesa.	120
Figura 16 - Antigos galpões de café e algodão da família Sahão, herança dos libaneses que vieram para Londrina.....	122
Figura 17 - O conjunto arquitetônico Sahão Palace Hotel e Edifício Sahão, na área central, considerados patrimônio de Londrina pela sua importância histórica.	124
Figura 18 - A presença da cultura árabe em Londrina se expressa através da Mesquita Muçulmana Rei Faiçal	124

Figura 19 - Caravana de compradores japoneses em Londrina, dezembro de 1929.	126
Figura 20 - Escola japonesa, década de 1930.	127
Figura 21 - Sede da ACEL, na zona leste de Londrina.....	129
Figura 22 - Grupos de Londrina e região dançando o Bon Odori, dança típica japonesa.	130
Figura 23 - Apresentação de taiko – tambor japonês - na Expô Japão	130
Figura 24 - Templo Budista Honganji, representante da cultura japonesa em Londrina.	132
Figura 25 - Paróquia São Lucas, conhecida como “Igreja dos japoneses”	132
Figura 26 - Pastoral Nipo Brasileira, vinculada à Paróquia Imaculada Conceição, que tem missas celebradas em japonês.	133
Figura 27 - Praça Tomi Nakagawa, construída em homenagem ao centenário da imigração japonesa no Brasil, em 2008.....	135
Figura 28 - Praça Nishinomiya, construída em homenagem aos japoneses, em 1988.	136
Figura 29 - Fachada do Residencial Tóquio, na área central de Londrina.	137
Figura 30 - Letreiro do Banco Santander com grafia japonesa.	137
Figura 31 - Casa de madeira, com arquitetura remanescente das técnicas dos carpinteiros japoneses na área rural de Londrina.....	138
Figura 32 - Fachada do estabelecimento <i>Strassberg</i> , com referência à arquitetura alemã.	139
Figura 33 - Capela de São Miguel Arcanjo, uma das mais antigas de Londrina.	140
Figura 34 - Sede da AREL, o “Clube Alemão” de Londrina.....	141
Figura 35 - Santuário Schöenstatt, herança cultural alemã.....	142
Figura 36 - A Igreja de Santo Antonio, no distrito da Warta é reflexo da cultura polonesa em Londrina.	143
Figura 37 - O Edifício Centro Comercial, um dos prédios mais antigos de Londrina, obra da Construtora Veronezi.	145
Figura 38 - Sítio São Pedro, em Lerroville, onde é realizada a Festa Italiana.	146
Figura 39 - Maltaria e Cervejaria Londrina, uma das primeiras indústrias de Londrina.	147

Figura 40 - O Edifício Bosque, na época de sua inauguração, foi um dos marcos no processo de verticalização de Londrina, na década de 1950.	148
Figura 41 - Casa de Portugal de Londrina, cujo espaço serve para a realização de festas em geral.....	149
Figura 42 - Viação Garcia, empresa pioneira no transporte rodoviário da região.	151
Figura 43 - Uma das lojas de passes da TCGL, na área central.	152
Figura 44 - Centro Cultural Kaingáng – Wãre, uma das poucas referências da cultura indígena em Londrina.	158
Figura 45 - O Dr. Preto com alguns colegas e pacientes. Ao fundo, o primeiro à direita.....	160
Figura 46 - Atabaques sagrados utilizado nos cultos para “chamar” as entidades.....	163
Figura 47 - Altar, com diversas imagens, representação típica do sincretismo que ocorre na Umbanda entre religiões afro-brasileira, católica, kardecista e indígena: Iemanjá, um marinheiro, alguns santos católicos , um caboclo, dentre outros.	163
Figura 48 - Vilma Santos de Oliveira, uma das precursoras do candomblé em Londrina.	165
Figura 49 - A Venda dos “Preto”, no distrito de Espírito Santo. Interessante notar o cuidado com a conservação da cultura negra, expresso no cartaz vermelho na frente do estabelecimento, propaganda da Coca-Cola, que mostra uma mulher negra bebendo o refrigerante.....	167
Figura 50 - Festa Nordestina em Londrina, que sempre atrai um grande público nas suas edições e é realizada no Museu de Arte.....	170
Figura 51 - Um dos totens do Memorial do Pioneiro, na área central de Londrina, homenagem aqueles que contribuíram para a constituição do município. Ao fundo, observa-se uma das cabines telefônica em formato inglês.	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE TERRITÓRIO, PAISAGEM, CULTURA E IDENTIDADE	18
1.1 O ESTUDO DO TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA	18
1.2 O ESTUDO DA PAISAGEM NA GEOGRAFIA	23
1.3 APROXIMAÇÕES ENTRE PAISAGEM, CULTURA E TERRITÓRIO	24
1.4 AS NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE CULTURA E IDENTIDADE	32
1.5 IDENTIDADE TERRITORIAL X IDENTIDADE CULTURAL	40
2 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES	47
2.1 A MOBILIDADE POPULACIONAL NO TERRITÓRIO	47
2.2 AS NOÇÕES DE RAÇA, ETNIA E NAÇÃO NOS ESTUDOS DOS AGRUPAMENTOS HUMANOS.....	54
2.3 HIBRIDISMO CULTURAL E A FORMAÇÃO ÉTNICA DO BRASIL	58
2.4 OS IMIGRANTES NO BRASIL	62
2.4.1 Os Imigrantes Portugueses	64
2.4.2 Os Imigrantes Italianos	67
2.4.3 Os Imigrantes Espanhóis.....	71
2.4.4 Os Imigrantes Japoneses	74
2.4.5 Os Imigrantes Alemães	78
3 TERRITÓRIO E IDENTIDADE PARANAENSE: DISCURSOS E INFLUXOS	82
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.....	82
3.1.1 O Norte do Paraná.....	84
3.1.2 O Sudoeste do Paraná	87
3.1.3 O Paraná Velho	89
3.2 A FORMAÇÃO ÉTNICA DO PARANAENSE	90

3.3	A IDEOLOGIA DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS: O DISCURSO DO NORTE DO PARANÁ, O PARANISMO E OS “PÉS-VERMELHOS”	96
4	A CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA: SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE TERRITORIAL DO LONDRINENSE	101
4.1	GÊNESE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR	101
4.2	GRUPOS MIGRATÓRIOS EM LONDRINA - PR E A SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DO MUNICÍPIO	106
4.2.1	Os Ingleses.....	112
4.2.1.1	Patrimônio material.....	113
4.2.2	Os Árabes.....	121
4.2.2.1	Patrimônio material.....	121
4.2.2.2	Patrimônio imaterial.....	125
4.2.3	Os Japoneses.....	125
4.2.3.1	Patrimônio imaterial.....	128
4.2.3.2	Patrimônio material.....	134
4.2.4	Os Alemães	138
4.2.4.1	Patrimônio imaterial.....	138
4.2.4.2	Patrimônio material.....	140
4.2.5	Os Poloneses	142
4.2.5.1	Patrimônio material.....	142
4.2.6	Os Italianos.....	144
4.2.6.1	Patrimônio material.....	144
4.2.6.2	Patrimônio imaterial.....	145
4.2.7	Os Portugueses.....	147
4.2.7.1	Patrimônio material.....	147
4.2.8	Os Espanhóis	150
4.2.8.1	Patrimônio material.....	150
5	MEMÓRIA INVISÍVEL: A CULTURA DOS ESQUECIDOS EM TERRITÓRIO LONDRINENSE	154
5.1.	Os verdadeiros pioneiros: índios e caboclos na terra vermelha	154

5.1.2	Os “esquecidos”: os negros em Londrina	159
5.1.3	Os paulistas e os nordestinos	167

CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	179
--------------------------	------------

ANEXOS	192
ANEXO A - Localização das manifestações culturais inglesa em Londrina – PR	193
ANEXO B - Localização das manifestações culturais árabes em Londrina – PR	194
ANEXO C - Localização das manifestações culturais e materiais japonesas em Londrina – PR	195
ANEXO D - Localização das manifestações culturais materiais japonesas em Londrina – PR	196
ANEXO E - Localização das manifestações culturais dos alemães na zona rural de Londrina	197
ANEXO F - Localização das manifestações culturais alemãs em Londrina – PR	198
ANEXO G - Localização das manifestações culturais polonesas na zona rural de Londrina – PR	199
ANEXO H - Localização das manifestações culturais italianas em Londrina – PR	200
ANEXO I - Localização das manifestações culturais dos italianos na zona rural de Londrina – PR	201
ANEXO J - Localização das manifestações culturais portuguesas em Londrina – PR	202
ANEXO K - Localização das manifestações culturais espanhóis em Londrina – PR	203
ANEXO L - Localização das manifestações culturais dos índios em Londrina – PR	204
ANEXO M - Localização das manifestações culturais dos negros em Londrina – PR	205
ANEXO N - Localização das manifestações culturais dos negros na zona rural de Londrina – PR	206
ANEXO O - Localização das manifestações culturais nordestinas em Londrina – PR	207

INTRODUÇÃO

Na história da evolução das sociedades, verifica-se que a relação entre o homem e o espaço é permeada por simbolismos. Isso porque a partir do seu estabelecimento em dada localidade, os indivíduos começam a criar laços de identidade não somente entre os membros dos grupos, mas com os elementos culturais que vão se constituir a partir da relação homem-espaço. Esta cultura vai se processar através do cuidado com a terra, dos hábitos alimentares, da linguagem em comum, do desenvolvimento de técnicas de construção, do surgimento de artefatos, do soerguimento das primeiras cidades, enfim, de inúmeros aspectos tangíveis e intangíveis que contribuem para que haja uma coesão social entre os indivíduos e o local onde vivem.

Com a complexidade das relações sociais e o surgimento do Estado que contribuiu para ordenar as ações realizadas no espaço, aparece a concepção de território, caracterizada, principalmente, pela sua utilização político-ideológica. Mesmo assim, sabe-se que o uso do território também abarca as dimensões simbólicas, pois, os homens continuam a estabelecer relações sociais e isso resulta, conseqüentemente, no consumo e produção da cultura. Entende-se, portanto que a cultura é um dos motes principais na análise da relação homem-território, tendo em vista que mesmo levando-se em consideração a dominação do Estado perante os indivíduos, a cultura nunca é eliminada, pelo contrário: ela acompanha as mudanças temporais que refletem em outros usos do território, - como as redes virtuais resultantes das transformações tecno-científicas - e ressurge sempre ressignificada, ou ainda, consegue se manter conservada pelas formas de resistência.

Embora hajam elementos identitários do homem com o território, existe uma necessidade intrínseca aos indivíduos que visa à sua sobrevivência: a migração. O ato de se deslocar é motivado por diversas razões e contribui para que os indivíduos busquem melhores condições físicas, psicológicas, afetivas, econômicas etc. para si ou para o grupo social a qual pertencem. Nesta dinâmica populacional, o homem passa por processos freqüentes de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Porém, nem sempre o processo de adaptação a uma nova realidade é satisfatório, pois, provoca rupturas nos laços sociais pré-existentes e causa ao indivíduo uma sensação de estranhamento, já que este pode não se identificar com o novo grupo social a qual irá fazer parte, muito

menos com a cultura alheia. Além disso, pode resultar em exclusão social e discriminação para os migrantes, fato comprovado em diversas políticas públicas que restringem a vinda de imigrantes para alguns países, postura observada desde os primeiros grandes deslocamentos populacionais no final do século XIX para o Brasil e que são praticadas até os dias de hoje em vários países.

Mesmo assim, a migração é processo fundamental na disseminação das culturas, pois, influencia diretamente na construção das territorialidades. Isso porque a cultura possui materialidade, mesmo que seja composta de elementos intangíveis, seja na localização de sua prática, no alcance espacial de sua influência ou no seu local de origem. Dessa forma, muitos elementos culturais, embora antigos e que perderam sua função original, ainda podem fazer parte da coesão social dos indivíduos, nos valores repassados de geração a geração e na sua tradicionalidade, constituindo assim, um patrimônio cultural pela sua importância simbólica.

Neste aspecto, a paisagem é uma categoria essencial para o estudo da cultura na Geografia, pois ela agrupa tempos diferenciados, como se fosse uma pintura constantemente atualizada de acordo com a sociedade que a comporta. Assim, quando se observa uma paisagem, nota-se a existência de elementos com diferentes datações justamente pelo fato que é a sociedade e também o Estado que irão atribuir os valores para cada um destes elementos e ditar a sua permanência na paisagem. Destaca-se também que os elementos identitários, por serem uma construção social possibilitam uma série de intervenções do poder público como forma de coerção e dominação política que podem resultar na destruição de alguns símbolos. De outra forma, muitos elementos construídos como forma de identidade territorial, acabam não refletindo de maneira real a construção da história de um povo, geralmente, omitindo a cultura da minoria em detrimento da cultura elitista de uma minoria.

Neste contexto, surgiram as indagações que objetivaram a realização deste trabalho. As reflexões sobre as questões em torno das identidades territoriais com foco no município de Londrina-PR começaram a ser tecidas a partir da observação da paisagem na área central, com as constantes intervenções da empresa de telefonia pública Sercomtel, com a construção de cabines telefônicas em formato característico de Londres que se destacam na paisagem londrinense. Com o surgimento de um projeto chamado Londrina 2012, de autoria de um economista, amplamente divulgado pela mídia com objetivo de realizar

transformações espaciais na área central a partir de características de Londres, a Prefeitura também começou a propagar o interesse em adequar o município de Londrina com a designação da origem do seu nome: Pequena Londres. Com isso, foca-se em uma construção da identidade territorial com a justificativa de homenagem aos pioneiros ingleses e uma possível consolidação da atividade turística que necessitaria de um *city marketing*.

Para auxiliar a elucidação dessas reflexões e também para dar uma leitura geográfica para o tema, buscou-se relacionar os aspectos da identidade com os estudos do território e da paisagem, categorias fundamentais para o entendimento das relações sociais. Assim, o trabalho discute a construção da identidade territorial de Londrina por intermédio da intervenção do poder público, mas, também demonstra as contribuições históricas e culturais de outros grupos étnicos na formação do município para que, com isso, seja questionada a atuação do poder público enquanto aparelho de produção simbólica, tendo em vista que outras dezenas de grupos de migrantes tiveram uma contribuição tão ou mais importante que os ingleses para a formação étnica do londrinense.

Dada à complexidade dos temas envolvidos nesta reflexão, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos, para uma melhor distribuição das informações de acordo com a temática. O primeiro capítulo analisa as aproximações entre território e paisagem juntamente com a formação das identidades. Elencaram-se alguns aspectos a respeito da cultura, sua ligação com a questão da construção das identidades e sua espacialização pelo território. Discute-se também a questão da cultura na atualidade, a partir da virtualização das relações sociais e do processo de globalização que, segundo alguns autores, contribuem para a estandarização da cultura. Além disso, demonstra-se a necessidade que os agentes sociais têm de construir a identidade das cidades sob os aspectos simbólicos, em uma tentativa de divulgação e, conseqüentemente mercantilização dos seus bens e serviços. Este aporte teórico tem como finalidade fornecer um entendimento inicial sobre as questões culturais aplicadas à Geografia e como se pode estudar a questão da identidade sob este enfoque.

No segundo capítulo, são abordados os aspectos relacionados aos deslocamentos populacionais. Para isso, são apresentados conceitos específicos utilizados nos estudos populacionais, como raça, etnia e nacionalidade, buscando diferentes enfoques através de estudos de vários autores. A partir daí, é feita uma

análise dos principais fluxos migratórios que vieram para o país e as contribuições sócio-culturais que estes imigrantes trouxeram para o Brasil ao longo dos anos. Através do processo de adaptação destes imigrantes em território brasileiro e suas manifestações culturais, discute-se a questão da territorialidade, do hibridismo cultural e da formação do povo brasileiro. Assim, objetiva-se um aprofundamento nos conceitos relacionados à Geografia da População e, principalmente, demonstrar como os fluxos migratórios contribuem efetivamente para a formação dos territórios e, conseqüentemente, a identidade territorial.

O terceiro capítulo visa proporcionar uma análise do Estado do Paraná, através da sua história de ocupação territorial em diferentes períodos. Demonstra-se como as diferentes fases de ocupação possibilitaram a diferenciação do Estado em termos sócio-culturais e a busca por uma identidade territorial do mesmo, mediante o movimento Paranista e outras tentativas ideológicas do poder público, como a construção da identidade pé-vermelho. Apresenta-se também a distribuição espacial dos fluxos migratórios que se estabeleceram no Paraná e que contribuíram para a formação étnica dos indivíduos de várias regiões do Estado.

O quarto capítulo enfoca o município de Londrina, fazendo um resgate histórico de sua fundação, considerando seu desenvolvimento econômico e social. São apresentados os dados referentes à vinda de fluxos migratórios para o município e como parte dos procedimentos metodológicos, utiliza-se a análise da formação da paisagem londrinense. Com a visualização dos elementos na paisagem, consegue-se uma particularização do objeto de estudo e a partir daí categorizar os elementos culturais em aspectos materiais e/ou imateriais que são considerados patrimônio cultural em Londrina por serem reflexo da cultura pioneira dos indivíduos que vieram para o município nos anos iniciais de sua fundação. Através dessa análise, busca-se discutir a pertinência de uma identidade territorial inglesa que está sendo colocada em voga pelo poder público por intermédio da inserção de elementos da cultura inglesa em território londrinense em detrimento da influência de outros grupos étnicos cuja importância é destacada no trabalho.

O último capítulo é dedicado em, especial, aos migrantes que vieram de outras partes do país, principalmente, do estado de São Paulo e da região Nordeste e também àqueles que já se encontravam na região de Londrina antes mesmo da chegada dos primeiros colonizadores: os índios e os caboclos. Neste entendimento, tem-se uma cultura marginalizada, cuja história é comumente omitida

em registros oficiais, de forma a minimizar a sua importância para a formação territorial do município. Porém, a partir do resgate histórico e de relatos de alguns pioneiros, consegue-se verificar a importância destes grupos para a constituição do município, embora muitos elementos que remetem a sua cultura, não se encontrem mais na paisagem.

1 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE TERRITÓRIO, PAISAGEM, CULTURA E IDENTIDADE

O capítulo irá abordar alguns referenciais teóricos essenciais para o entendimento da visão utilizada neste trabalho sobre os aspectos relacionados à identidade, cultura, território e paisagem. Serão apresentadas, inicialmente, as diferentes concepções que permeiam os conceitos de território e paisagem, levando-se em consideração as diferentes interpretações que as correntes geográficas fizeram destes conceitos-chave da Geografia. A partir daí, será discutida a relação intrínseca entre território e paisagem no entendimento das modificações socioespaciais.

Posteriormente, a cultura será inserida na discussão teórica devido à sua importância como componente primordial das relações sociais e elemento construtor e transformador do território e da paisagem. Com isso, será realizada uma abordagem do patrimônio histórico e cultural, importante elemento cultural que pode auxiliar no entendimento das identidades territoriais.

E, por fim, a identidade enquanto forma de pertencimento do indivíduo a determinado lugar, também vinculada aos aspectos culturais é parte essencial na discussão. Embora não seja um assunto específico da ciência geográfica, vem ganhando espaço nas discussões teóricas de diversos autores e adquirindo um arcabouço teórico importante que permite uma articulação do conceito com vários temas da Geografia, dentre os quais paisagem e território.

1.1 O ESTUDO DO TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA

A sociedade global – entendendo-se aí como sendo aquela que emerge do processo de globalização – se encontra articulada a pontos (in) visíveis de diversas ordens, tais como econômicos, políticos, culturais etc. Na história das civilizações, este intercâmbio social já existia; o que muda na atualidade é a rapidez e a longinquidade com que tais trocas se dinamizam. Em outras palavras, utilizando as idéias de Santos e Silveira (2008), o que move a sociedade contemporânea é a fluidez e a viscosidade do território no qual, principalmente, a infra-estrutura é responsável pela maior disseminação de informação e circulação dos homens. Tem-se então, uma mudança clara na noção de espaço e tempo. A tradicional divisão de

fronteiras já se transmutou em novas concepções e, atualmente, criam-se blocos econômicos, nos quais são estabelecidos outros tipos de divisões territoriais, ao mesmo tempo em que a velocidade do deslocamento encurta as distâncias.

Dessa forma, hoje, presencia-se o surgimento de territórios interligados por redes que se conectam às partes mais remotas do planeta. Os espaços contíguos cedem lugar a um mosaico de relações mundiais, principalmente, virtuais que se processam por intermédio dos agentes hegemônicos e refletem, inclusive, novas formas de poder sobre o território.

A concepção de território vai muito além de delimitação fronteiriça. Por isso, a partir daqui, cumpre explicitar mais detalhadamente o que se entende por território dentro de uma visão geográfica, já que outras áreas acabam se utilizando do conceito de maneiras diversas. Neste ponto, concorda-se com Haesbaert (2004) que a territorialização enquanto processo envolve uma perspectiva integradora de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural). Para o autor (2004), o surgimento da palavra território, provavelmente, deriva do vocábulo em latim *terra*, anteriormente utilizado no sistema jurídico de Roma em um contexto de *jus terrendi*, ou seja, uma porção de terra delimitada dentro de uma jurisdição político-administrativa. Já neste sentido, destaca-se o sentido de hierarquia e poder que cercava a concepção de território.

Dentro de uma perspectiva da ciência geográfica, Sposito (2005) explica que existem várias concepções de território, as quais podem ser divididas em três vertentes. A primeira delas, denominada de naturalista, entende o território como elemento da natureza, inerente a um povo ou a nação, pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar. A segunda concepção é voltada para o indivíduo e relaciona-se à territorialidade e sua apreensão, ou seja, possui uma referência à identidade, aos aspectos cognitivos e simbólicos. Já a terceira vertente tem uma concepção de território que se confunde com a noção de espaço.

Haesbaert (2004) também aponta três vertentes nos estudos pertinentes ao território. A primeira que se refere à dimensão jurídico-política é a mais utilizada, de onde se tem a concepção do território controlado pelo poder político do Estado. A segunda é uma vertente simbólico-cultural, na qual o território é resultado da apropriação de um grupo em relação ao espaço vivido. A terceira vertente traz uma visão economicista do território, na qual este seria resultado da divisão territorial do trabalho, mediado pela relação capital-trabalho. O autor (2004)

acrescenta a essas três vertentes a concepção naturalista, que é apontada também por Sposito (2005).

Saquet e Galvão (2009) explicam que na Geografia, a noção de território foi utilizada pela primeira vez por Ratzel, o qual seria a expressão legal do Estado. A partir da década de 1950, ocorreu um movimento de renovação da Geografia e que resultou em novas concepções dos conceitos de espaço, tempo, paisagem e território. Assim, o território não é mais entendido somente através da atuação do Estado, mas, ganha uma abordagem mais multidimensional, englobando outras práticas e relações sociais de poder. Santos (2002) já chamava a atenção para a importância que a Geografia vinha ganhando a partir do século XX nos estudos a respeito do território. Para o autor:

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. **O território usado é o chão mais a identidade.** A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2002, p.10, grifo nosso)

Nessa definição, atribui-se um teor social ao território, visto que se este deve ser usado para ser definido como tal, certamente o é pela ação de agentes sociais que nele atuam. Isso remonta ao conceito de espaço geográfico, que também é um espaço social ou, nas palavras desse mesmo autor “[...] a soma indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 39). Essa confusão entre os conceitos, aliás, se confirma em uma entrevista concedida pelo autor citado:

Na verdade eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. Houve um tempo em que a gente discutia muito isso: “o espaço vem antes”, “não, o que vem antes é o território”. Eu acho que são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. Agora, a retificação que ando fazendo é que não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. (CARVALHO, LEITE e SEABRA, 2004, p. 25)

Em contrapartida, Raffestin (1993, p. 143) argumenta: “Espaço e território não são conceitos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises [...]”. Porém, na mesma perspectiva, o autor também defende o elemento social na definição do território, onde este último só é considerado como tal, a partir da produção do espaço. Assim, entende-se que o território possui um caráter social mediado por relações de poder e gestão do espaço e que através da intencionalidade, os agentes hegemônicos acabam controlando-o.

Valverde (2004) explica que o estudo dos territórios, principalmente, na Geografia, foi revalorizado na década de 1990 por diversas razões, como o fim do mundo bipolarizado, que contribuiu para o surgimento de novos pactos entre as nações visando à legitimação de novas políticas e áreas de influência. Assim, o conceito de território acabou assumindo uma grande importância no entendimento dessas novas transformações socioespaciais que vinham ocorrendo no mundo.

Neste trabalho, utiliza-se a concepção do território privilegiando a esfera cultural articulada com o poder local no sentido de discutir o surgimento das identidades territoriais forjadas pelos gestores que atuam como verdadeiros aparelhos de produção simbólica. Este direcionamento permite uma discussão a respeito da elaboração dos signos urbanos e até que ponto a população se identifica e é responsável pela construção da identidade territorial.

Não se trata, porém, de restringir o território a uma análise simbólica, mesmo porque até os signos portam significados políticos. Trata-se de enfatizar também a importância das discussões sobre o caráter simbólico do território nos estudos geográficos, afinal, se a premissa para existir o território são as relações sociais, é evidente que uma série de elementos subjetivos que envolvem a identidade territorial e a força do lugar devem ser levados em consideração nas análises geográficas.

Na realidade, a abordagem mais materialista ou imaterialista do território depende das questões que serão tratadas. Como Haesbaert (2004) exemplifica, em alguns conflitos territoriais que envolvem questões étnicas e religiosas, evidentemente o caráter simbólico do território se sobressai e assim por diante. Para o autor (2004, p. 92)

[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder.

Saquet (2003 e 2005) propôs uma abordagem interessante ao estudar o território dentro de uma perspectiva integradora, na qual privilegia o tripé EPC (econômico, político e cultural). Isso demonstra que na análise do território deve ser levada em consideração a diversidade de elementos que o compõe, já que a omissão de um deles inviabiliza um estudo mais aprofundado. Em estudos mais recentes, o autor (2007) enfatiza as concepções propostas por Raffestin (1993) concebendo o território como resultado da interação sociedade-natureza. Assim o território poderia ser analisado também sob as dimensões: econômica, política, cultural e natural (E-P-C-N). Nesse sentido, a natureza poderia ser entendida como patrimônio territorial, pois, o homem não somente necessita da identificação e apropriação dos meios naturais, mas, depende da conservação dos mesmos para garantir os seus interesses.

O elemento natural viria complementar a questão de apropriação e poder que norteia as concepções de território no momento em que a natureza exterior ao homem passa a ser concebida como recurso. Assim, em um primeiro momento tem-se a matéria, que seria um dado puro, preexistente à ação humana. Quando essas matérias apresentam propriedades de interesse social ou quando, a partir da técnica, o homem consegue “reinventar” as propriedades das matérias, elas passam a ser consideradas recursos, ou seja, o recurso surge a partir de uma relação. A partir disso, tem-se a tecnicidade, entendida como o resultado das relações do homem com as matérias e a sua capacidade de modificar suas propriedades.

Com a possibilidade de tecnificação do meio, estabelecem-se também as relações de poder, de onde verifica-se a ascensão de diversos países em termos econômicos justamente pelo domínio das técnicas que possibilitam a “reinvenção” das propriedades das matérias, enquanto os países que não detém a técnica, acabam subordinados.

1.2 O ESTUDO DA PAISAGEM NA GEOGRAFIA

Além do conceito de território, outro conceito-chave na Geografia também possui várias concepções: o de paisagem. Assim como o conceito de território passou por diversos estudos e abordagens, o mesmo ocorreu com os estudos sobre paisagem ao longo da evolução do pensamento geográfico. Ao analisar as diferentes correntes da Geografia, verifica-se que em cada uma delas a concepção muda. Dessa forma, busca-se pontuar as diferentes concepções, sem, no entanto, julgar como certas e/ou erradas essas diferenciações, mas, entendendo que são pensamentos ligados à determinado contexto social, refletindo a postura intelectual da época em que foram concebidas.

Quando a Geografia foi sistematizada enquanto disciplina na Alemanha do século XIX, por exemplo, a paisagem ocupava um lugar de destaque nos estudos, embora o conceito original *landschaft* não tivesse um sentido preciso, pois, significava tanto “[...] uma porção limitada da superfície da terra que possuía um ou mais elementos que lhe davam unidade, como a aparência da terra como era percebida por um observador” (SALGUEIRO, 2001, p. 40). Assim, a geografia alemã, “[...] introduziu o conceito da paisagem como categoria científica e a compreendeu até os anos 1940 como um conjunto de fatores naturais e humanos”, segundo Schier (2003, p. 80).

Entretanto, os geógrafos franceses concebiam a *paysage* como o relacionamento do homem com o seu espaço físico. Na chamada Geografia Pragmática, iniciada na década de 1940, o termo *landscape*, utilizado nos Estados Unidos, foi substituído pela idéia de região, “[...] sendo esta um conjunto de variáveis abstratas deduzidas da realidade da paisagem e da ação humana”. Ao mesmo tempo, surgia na Alemanha e no Leste europeu uma outra idéia de *landschaft*, “[...] que definiu as unidades da paisagem pelo conjunto dos seus processos ecológicos”. Na abordagem marxista, a paisagem novamente é identificada com o termo região, “[...] o qual define como um produto territorial da ação entre capital e trabalho” (SCHIER, 2003, p. 80).

A Geografia Humanística possui um enfoque mais antropocêntrico, privilegiando as relações entre homem e ambiente, no lugar onde as pessoas vivem. Assim, nessa abordagem, a paisagem não existe senão pelo grupo ou pelo homem, pois, “[...] as paisagens reflectem crenças e valores da sociedade, traduzem

sentimentos, valores e fantasias face ao ambiente, são herança intelectual e espiritual” (SALGUEIRO, 2001, p. 46).

Para Santos (1996), a paisagem se assemelha a uma fotografia, na qual as formas exprimem as heranças das sucessivas relações entre homem e natureza, é toda a configuração territorial que a vista pode abarcar. A evolução do conceito de paisagem é polêmica e também diverge dependendo da abordagem geográfica. Salgueiro (2001, p. 37) comenta que: “A paisagem surge na pintura em consequência da ruptura com a visão teológica medieval”, o que desperta um novo interesse pela natureza, valorizando o “[...] território como espetáculo estético”. Este surgimento da paisagem “[...] foi acompanhado de uma revolução científica e técnica que libertou a natureza do concurso divino tornando-a objeto de conhecimento” (op. cit., p. 39).

Schier (2003) chama a atenção para a diferenciação entre paisagem natural e a paisagem cultural. Segundo o autor, a paisagem natural diz respeito aos elementos naturais, enquanto a paisagem cultural é uma construção do homem como ser cultural que cria e recria espaços. Dessa forma, o estudo da paisagem em um contexto geográfico, leva em consideração tanto os aspectos sociais quanto os aspectos naturais.

1.3 APROXIMAÇÕES ENTRE PAISAGEM, CULTURA E TERRITÓRIO

Para Saquet (2007), a relação território-paisagem se processa pelo movimento de apropriação e produção socioespacial, embora estes conceitos não sejam sinônimos. A paisagem diz respeito aos aspectos visíveis, tudo aquilo que é observado e percebido. Porém, isso não quer dizer que na paisagem não existam aspectos invisíveis das relações sociais, como por exemplo, a territorialidade, que pressupõe uma subjetivação. Da mesma forma acontece com as técnicas que podem não ser visualizadas na paisagem, mas, sabe-se que elas estão presentes ali, por refletirem nas formas, o resultado desse processo. Assim, a expressão “palimpsesto” que Santos (1996) utiliza para conceber a paisagem se encaixa perfeitamente neste entendimento.

Outro aspecto interessante na relação território-paisagem são as representações. Como Saquet (1997, p. 144) afirma: “[...] um território pode não ter paisagem, ou seja, representação. Esta acontece na mente [...] A paisagem é uma

leitura dos aspectos do mundo, é inventada pela sociedade”. Assim, surgem os territórios em rede da atualidade, pautadas nos aspectos virtuais e que somente pela vontade de representar dos homens é que se consegue uma materialidade dessas relações virtuais.

A aproximação do território e da paisagem com as relações sociais permite ainda correlacioná-lo com as manifestações culturais que se fazem presente dentro de seus aspectos materiais e imateriais. Isso porque a cultura, grosso modo, pode ser entendida como aquilo que diz respeito e caracteriza determinada sociedade ou parte dela ou então às idéias, crenças, conhecimento, ou seja, tudo aquilo que integra a vida individual e/ou coletiva das pessoas. Logicamente estas ações se processam dentro de um espaço geográfico ou de um território (conforme as acepções do autor) e que poderão ser observadas na paisagem, pois, possuem materialidade, até mesmo quando envolvem os aspectos intangíveis das relações sociais.

Dessa forma, o que se discute é a importância crescente da cultura dentro do território. É ela, por exemplo, que permite o entendimento dos conflitos étnicos, ao mesmo tempo tão antigos e atuais. É a cultura intrinsecamente que rege as transformações da sociedade, pelas diferentes formas de organização social e espacial das comunidades, pelo aprimoramento dos modos de produção, pela tecnificação do território e, assim por diante. É este saber acumulado que move a sociedade e permite inovações e, simultaneamente, resistências.

A valorização da cultura é algo que tem se tornado freqüente nas discussões atuais. As cidades que são por si só, uma expressão cultural, cada vez mais têm políticas voltadas às questões de conservação dos seus valores culturais, como por exemplo, através de projetos como o Cidade Limpa¹, inicialmente, promulgado no ano de 2007 na cidade de São Paulo, com o objetivo de diminuir a poluição visual e que já se espalhou por diversas cidades do país, inclusive em Londrina-PR², objeto deste trabalho. Essa iniciativa acaba revalorizando a identidade arquitetônica dos lugares e, por conseqüência, a conservação de determinados elementos culturais que já não se observam mais nas paisagens contemporâneas.

¹ Lei Municipal de São Paulo nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, que tem como objetivo eliminar a poluição visual em São Paulo proíbe todo tipo de publicidade externa, como outdoors, painéis em fachadas de prédios, backlights e frontlights.

² Em Londrina, o projeto Cidade Limpa virou a Lei Municipal 10.966/10.

Todo o conjunto de elementos que compõe a cidade - traços dos agentes sociais que modelam o espaço urbano conforme seus interesses - é, na verdade, uma representação simbólica. Seja para representar uma ideologia ou para atender a interesses mercadológicos, estéticos e de outras esferas, a cidade é um terreno amplo para os estudos geográficos no tocante às manifestações culturais. Assim, como aponta Arrais (2001, p. 177), decifrar as cidades torna-se algo complexo “[...] já que estas, além de produzirem relações de poder, movidas pela ideologia dominante, podem encontrar campo fértil de ação — ou pela proliferação de discursos [ou pela] construção de imagens”.

Para Cosgrove e Jackson (2003), a paisagem continua sendo um conceito extremamente importante e que possibilita múltiplas abordagens para os estudos dos geógrafos culturais. As bases teóricas e epistemológicas que a Geografia Cultural vem apresentando possibilitam conceituar a paisagem metaforicamente como um texto, “[...] a ser lido e interpretado como documento social” (op. cit., p. 137). Esta analogia permite uma análise da paisagem através da iconografia, na qual as imagens são utilizadas para interpretá-la. Por outro lado, os estudos culturais contemporâneos demonstram que a cultura também é uma representação sócio-política, alvo de conflitos que se refletem nas estruturas espaciais, através dos monumentos, por exemplo.

Para aumentar ainda mais a complexidade (e por que não, a importância?) dos estudos culturais envolvendo o território e a paisagem, verifica-se que as relações globais contribuem para que as cidades se tornem uma amálgama de referências culturais, onde a autenticidade dos elementos que compõe o território é posta em questão frente aos padrões culturais que são estabelecidos, criando uma artificialidade nos lugares. Com isso, dificilmente sabe-se, em um primeiro momento, se determinado objeto foi trazido para o lugar por alguma interferência ou se é característica daquele lugar. Isso porque, conforme Santos (1996, p. 43) explica, os objetos criados não se restringem ao lugar da criação, pelo contrário; se difundem e criam objetos semelhantes:

Essa difusão de objetos, que neste século ocorre facilmente a uma escala global, obedece à lei da imitação [...]. E a difusão é muito mais rápida e generalizada, ao menos para aqueles objetos correspondentes aos novos modos de produzir contemporâneos. Toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais. Algumas pessoas adotam a novidade em breve espaço de tempo, enquanto outras não reúnem as condições para fazê-lo, ou preferem recusá-la, permanecendo com modelos anteriores. Se cada época cria novos modelos, o seu uso porém não é geral. Mas o fato central é a produção de réplicas, mais ou menos fiéis, a partir do objeto original.

Dentro de um contexto histórico, a essência do processo de formação das cidades está atrelada ao entendimento inicial de que os homens necessitam estabelecer vínculos entre si e também com o meio natural, que lhes oferece os elementos necessários à sua sobrevivência e reprodução. A partir do momento em que houve uma mudança na forma organizacional dos indivíduos, na qual deixaram sua condição de nômades para se tornarem sedentários, teve início um estreito vínculo do homem com a terra, o que não era possível quando a mobilidade era constante.

Quando houve o processo de domesticação dos animais e do aprimoramento de técnicas de agricultura, o homem passou a ter uma nova relação com o meio, determinada pelos seus interesses de sobrevivência. A criação desta nova forma de organização contribuiu para que o homem começasse a se estabelecer em pequenos aglomerados. Cabe destacar que, embora a constituição das cidades pressuponha certo grau de civilidade, isso não significa que o homem primitivo não tivesse cultura, pelo contrário. Mumford (1998) ressalta que até mesmo nas formas primitivas, era possível notar algumas estruturas e símbolos urbanos, como a parede, que servia de proteção contra as intempéries e os animais selvagens.

Mesmo tendo em vista a evolução da sociedade, pode-se dizer que esta carrega uma herança cultural dos antepassados, pois, embora exista o aprimoramento das técnicas, a funcionalidade de muitos objetos de hoje muito se assemelha com os objetos primitivos. Todo este conhecimento que o homem aplica no espaço vai sendo passado de geração a geração, através de uma cultura comum. As diferentes técnicas que vão dar forma aos objetos geográficos permitem que se conheça a cultura de determinada sociedade. Esta cultura, portanto, possui

uma espacialidade, manifestada em monumentos, edificações e outras materialidades que contêm um significado específico para cada sociedade.

Chega-se, portanto, ao entendimento que o território enquanto *locus* da ação e a paisagem como representação, agem, respectivamente como produtor e expressão da cultura. Ambos vinculam-se, nesse aspecto, ao entendimento de patrimônio. Segundo Choay (2006), o patrimônio é um conceito “nômade”, visto que abrange uma série de adjetivos (genético, cultural, natural, histórico etc.). A palavra patrimônio tem origem nas estruturas familiares, econômicas e jurídicas, uma relação estreita com a idéia de herança, algo que é transmitido dos pais aos filhos. Essa idéia de transmissão não se relaciona apenas à herança de bens, mas também às práticas sociais.

Para Santos (1996, p. 113), aquilo que permanece na paisagem como materialidade é chamado de *rugosidades*, que seriam resquícios de formas anteriores, que “[...] nos trazem os restos de divisões de trabalho já passadas [...], os restos dos tipos de capital utilizados em suas combinações técnicas e sociais com o trabalho”, ou seja, toda a técnica empregada no território para produzir um recurso que irá resultar em expressões culturais na paisagem que podem ser valorizadas pela própria sociedade seja para fins políticos, econômicos, estéticos, de poder e/ou subordinação ou ainda como forma de resistência. Assim, em determinados lugares, é nítida a coexistência de elementos antigos e novos, fazendo com que a paisagem possua tempos diferenciados em um mesmo recorte espacial.

Com relação à materialidade que se encontra na paisagem, Correa (2007) explica que enquanto formas simbólicas imponentes, estátuas, memoriais, templos etc, são monumentos cuja representação material reflete eventos passados. Estas formas integram de modo marcante alguns espaços públicos das cidades. Cada grupo social que constrói um monumento atribui um valor, muitas vezes, de cunho ideológico. No caso das elites, por exemplo, os monumentos por ela criados, visam expressar e ratificar seu poder. Já as instituições religiosas, ao construírem formas simbólicas, expressam o poder da instituição, de modo a unir e identificar a comunidade de seus fiéis. Estes monumentos fazem parte do processo de transformação urbana no sentido de que muitos deles guardam resquícios do passado, seja na técnica de construção ou no imaginário social que se altera conforme a evolução da sociedade.

Chama-se a atenção também para a apropriação coletiva do espaço. Ao se verificar a história das conquistas territoriais da humanidade, geralmente, a chegada à terra desconhecida pelos colonizadores é marcada por uma cerimônia, na qual são erguidas pela primeira vez as cores nacionais e, logo em seguida, são erguidos monumentos para marcar a sua passagem e tomar posse do território. Esta ação denota uma lógica ao mesmo tempo simbólica e utilitária, de valorização e organização do espaço. Assim, os grupos sociais passam a explorar o espaço como um sistema de representações, nomeando lugares e transformando-os em objetos de discursos ao impor uma marca sobre eles (CLAVAL, 1999). A partir desse entendimento já se percebe como a cidade é constituída, paulatinamente, por meio de símbolos que carregam múltiplos significados, de autonomia e dominação.

Nota-se, portanto, que o território tem uma profunda relação com os valores identitários dos indivíduos. O contato com o meio, através do modo de vida, incluindo-se aí todos aqueles elementos já elencados anteriormente dos quais fazem parte a cultura de uma sociedade, possibilita ao homem construir referências que o conecte aos espaços e que o faça se identificar com o seu lugar. Assim, essa identidade construída expressa ao mesmo tempo, a individualização dos seres, mas, também engendra relações de poder e autoritarismo.

O papel da Geografia, neste aspecto, é fundamental visto que possui as bases teórico-metodológicas essenciais para desvendar as relações sociais imbuídas na constituição do território e como se processam essas relações dentro de um contexto espaço-temporal materializado na paisagem, visto que a cada nova periodização constituem-se novos elementos de análise e que produzem novas territorialidades. Torna-se necessária, portanto, a análise dos agentes sociais que produzem e consomem espaço a partir de uma intencionalidade e como estas ações se refletem na manutenção e dissoluções de identidades territoriais, que será discutido posteriormente.

Conforme explica Chauí (1986), não somente os objetos, mas também os seres culturais são postos por práticas sociais diversas. Isto significa que a artificialidade das coisas se processa também entre as pessoas, ou seja, quando se fala na construção de objetos culturais, nos quais se imprime uma forma e uma função, de acordo com a necessidade da sociedade, pode-se fazer uma analogia com a constituição da vida coletiva, que é permeada por uma rede de significados dos quais não somente os valores familiares fazem parte, mas todo um conjunto de

símbolos e ideais formam o arcabouço identitário dos indivíduos. Assim, as pessoas, através da imposição de outros valores diferentes da sua cultura tornam-se, de certa maneira artificiais. Quando se fala, por exemplo, de uma cultura popular é porque admite-se a existência de outras classes que não são populares, ou seja, um tipo de cultura que não representa os interesses do todo, mas de uma parte da população que sente a necessidade de exteriorizar os seus saberes em contra oposição de outros valores que lhe são impostos. Neste aspecto, verifica-se a relação intrínseca entre as formas de poder e a cultura, conforme argumenta Santos (1987, p. 66):

[...] os centros de poder da sociedade se preocupam com a cultura, procuram defini-la, entendê-la, controlá-la, agir sobre seu desenvolvimento. Há instituições públicas encarregadas disso; da mesma forma, a cultura é uma esfera de atuação econômica, com empresas diretamente voltadas para ela. Assim, as preocupações com a cultura são institucionalizadas, fazem parte da própria organização social. Expressam seus conflitos e interesses, e nelas os interesses dominantes da sociedade manifestam sua força.

Quando se fala em cultura, pode-se observar que a literatura científica demonstra a existência de várias significações. Essa multiplicidade de conceitos engloba desde a idéia de educação, do saber, da erudição até as manifestações artísticas e os meios de comunicação de massa. Soma-se a isso, a idéia de cultura vinculada às festas, celebrações tradicionais, lendas, vestimenta, culinária, idioma etc. Resumindo, a cultura pode ser entendida como tudo aquilo que caracteriza a população humana (SANTOS, 1983).

Já Chauí (1986) explica que o vocábulo “cultura” tem origem no verbo latino *colere*, que era utilizado para nomear o cultivo e o cuidado com as plantas e os animais, de onde advém a palavra agricultura. A palavra também era utilizada para se referir à educação e ao cuidado com as crianças, o que fez surgir o termo puericultura. Diante do exposto, pode-se, então afirmar que, de forma geral, existem basicamente três concepções de cultura. A primeira, criada através dos vínculos sociais, dos laços afetivos e familiares com o lugar, na qual os indivíduos se (re) conhecem e estabelecem uma coesão social. Essa cultura possui uma manifestação espacial, uma delimitação cingida por aspectos visíveis e invisíveis, mas, que permite que os indivíduos que partilham dessa história em comum se identifiquem como parte do grupo. A segunda concepção é admitir a existência de uma cultura imposta, baseada na dominação, na qual são criados valores estranhos

à primeira cultura do indivíduo (laços familiares e grupais) e que vai contra os princípios criados pelo seu grupo de convívio. Importante ressaltar que esta opressão frente à uma cultura dominante, pode criar fontes de resistência, que se manifestam através do surgimento de colônias étnicas, por exemplo, como será abordado mais adiante. Por fim, existe uma terceira concepção de cultura, na qual a cultura já não é mais imposta, mas compartilhada e ressignificada, marcada pela globalização, que não consegue homogeneizar todos os lugares, mas influencia na construção das identidades culturais e territoriais. Este processo gera sincretismos, não somente no âmbito religioso, mas no sentido que acaba por intercambiar diversas culturas, criando uma miscigenação, um híbrido cultural. Talvez esse seja o significado da cultura na atualidade, tendo em vista a rápida difusão de idéias e valores que nos são passados, a conectividade dos territórios e a virtualidade das relações sociais, na qual não se torna mais necessário a presença física nas localidades para apreensão das culturas.

Para alguns autores como Cavenacci (1995) e Ramos (1942), a aculturação faz parte dos sincretismos. O conceito, geralmente, utilizado por antropólogos pode ser entendido como sendo as mudanças ocorridas em determinada cultura, em função do contato com outras. Este contato nunca é passivo, pelo contrário. Sempre existem trocas, recombinações entre alguns elementos e incorporações de outros, que vão resultar em novas formas de cultura, um hibridismo sociocultural, conforme define Canclini (2001, p. xxv): “I understand for hybridization sociocultural processes in wich discrete structures or practices, previously existing in separate form, are combined to generate new structures, objects and practices”. Estas estruturas e práticas discretas as quais o autor supracitado se refere, na maioria das vezes, não são originalmente puras, mas resultam de ciclos de hibridização, conforme teoria de Brian Stross explicada por Canclini (2001, p. xxv): “[...] we move historically from more heterogeneous forms to others more homogeneous ones, and then to other relatively more heterogeneous forms, without any being ‘purely’ or simply homogeneous”.

Trata-se, portanto, não de ciclos de rupturas, mas da incorporação de novos elementos à cultura de determinado grupo e, que a partir do momento em que esta nova cultura é reproduzida por estes indivíduos, passa a ser um elemento de identidade em comum. Tem-se uma amálgama de culturas que acabam se tornando homogêneas, no sentido de ter um grupo que partilha dos mesmos valores

até ter contato com outra cultura e assim por diante. É o que vem ocorrendo atualmente quando se depara com a fusão de elementos culturais das mais diversas ordens: seja na mestiçagem dos indivíduos; no sincretismo religioso; no surgimento de novos dialetos (como o caso do Spanglish, que mistura o inglês com o espanhol); na incorporação de novos elementos musicais a antigos arranjos; na releitura de uma mesma peça teatral por dramaturgos de países diferentes etc.

1.4 AS NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE CULTURA E IDENTIDADE

Existe uma discussão a respeito dos efeitos da globalização sobre os indivíduos no que tange os aspectos culturais. Isso porque a partir da difusão e aprimoramento das ferramentas de informação, muitas referências anteriormente locais se mundializam. Este processo vem ocorrendo mais incisivamente a partir da Segunda Guerra Mundial, embora desde os anos de 1920 já se delineavam os primeiros contornos de uma possível padronização de produtos visando o consumo em massa, através do *American Way of Life*.

A ampliação da diversidade e da publicidade dos produtos se reflete ainda nos dias atuais, no modo de vida das pessoas, desde o vestuário até os hábitos alimentares, passando, inclusive pelos “estrangeirismos” incorporados à língua nacional (vide a utilização de palavras de outros países no Brasil: *50% off*; *home theater*, *air bag* entre outra infinidade de termos). Essa padronização que se presencia frente à globalização é ilusória no sentido que escamoteia as desigualdades socioespaciais, ou seja, cria-se a idéia de que a maioria das pessoas tem acesso aos bens de consumo mostrados na mídia, por exemplo, e que quem não segue as tendências está fora dos padrões.

Na realidade, o surgimento de novas tecnologias contribui, de certa maneira, para que determinados produtos tornem-se defasados e que seus preços acabem diminuindo, sendo mais acessíveis à população pobre (televisão, celular, aparelhos de DVD's etc.). Sabe-se, no entanto, que devido às diferentes formações territoriais, cada nação tem uma especificidade no modo de organização e, por isso, não é possível uma homogeneização dos territórios. O que existem são referências que podem ser reproduzidas por dada sociedade, mas que não impedem que as localidades tenham as suas particularidades.

Pode-se afirmar que vem ocorrendo um processo não de unicidade, mas de pluralidade. Notadamente se observa que as cidades possuem cada vez mais um caráter agregador de novas culturas e, conseqüentemente, de novas identidades. A cultura é, nesse aspecto, dinâmica, pois, se adapta aos novos tempos, aos novos ditames da sociedade que a comporta em dado momento. E por sofrer constantes influências é ressignificada ao longo dos anos, em um processo infundável, no qual sofre mutações e acaba por se constituir em elemento de identidade individual e/ou coletiva.

A cultura não tem fronteira jurídica delimitada e perpassa territórios. Esta característica gera conflitos étnicos em várias partes do mundo, como o caso dos bascos, na Europa, que partilham de um modo de vida comum aos seus descendentes, mas que estão vinculados a um território nacional dominante alheio à sua cultura. Essas multiterritorialidades permitem refletir que a cultura se adapta aos novos territórios e cria resistência frente aos grupos hegemônicos.

Como já explicitado, a noção de território sempre se fez presente nos estudos da ciência geográfica. Devido a esta abrangência, vários autores se envolveram na tentativa de definí-lo. A preocupação neste trabalho é abarcar as questões culturais do território e, longe de assumir um enfoque puramente culturalista, buscou-se sua análise a partir do estabelecimento das relações sociais que criam unicidades e com o surgimento das manifestações culturais a partir das relações de poder, que podem causar heterogeneidades e fragmentações, demandando também uma análise política do território.

Não há dúvidas de que os indivíduos possuem uma tendência de identificação com aquilo que lhes é de seu convívio, que faz parte do seu cotidiano ou então que remontam aos aspectos do passado, que evocam lembranças. Nota-se, no entanto que, hoje em dia, não é possível mais falar em identidade, mas sim, em identidades. A mobilidade constante, resquício do homem paleolítico, ainda acompanha o homem contemporâneo. Desde o nascimento até a vida adulta, o homem passa por vários locais de convivência, alterando seus hábitos, costumes e também a sua identidade.

O conceito de identidade não aparece de forma explícita na epistemologia geográfica, mas podem-se observar indícios de teor cultural em algumas obras clássicas. Claval (1999), por exemplo, afirma que a Geografia Humana desde seu início, apresentava um componente cultural. Já no final do

século XIX, Ratzel se utilizou pela primeira vez do conceito de “Geografia Cultural” e, em seus estudos, propôs o nome de “antropogeografia”, sugerindo uma nova concepção de Geografia. Sua contribuição para esta abordagem foi de suma importância, sobretudo, por analisar a cultura “[...] sob os aspectos materiais, como um conjunto de artefatos utilizados pelos homens em sua relação com o espaço” (CLAVAL, 1999, p. 22). Ainda segundo o autor (1999, p. 33), para alguns geógrafos alemães, “[...] a cultura pertinente é aquela que se apreende através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam”. Estes elementos estão inseridos na concepção de gênero de vida, de Vidal de La Blache, na qual a formação das paisagens reflete toda a técnica que os homens utilizam para modificar o contexto em que vivem, ou seja, a organização social do trabalho. Já a Geografia Cultural americana teve como maior representante Carl Sauer que entendia a cultura como “[...] o conjunto de instrumentos e artefatos que permitem ao homem agir sobre o mundo exterior” (CLAVAL, 1999, p. 31). Porém, assim como os geógrafos alemães, esta abordagem não leva em consideração as dimensões psicológicas e sociais da cultura.

Por identidade, Castells (1999, p. 22) entende como “[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”. Para o autor (1999), existem três formas e origens de construção de identidades:

- ◆ Identidade legitimadora: diz respeito àquelas introduzidas pelas instituições dominantes, seja o Estado, a Igreja, os sindicatos, os partidos políticos etc;
- ◆ Identidade de resistência: diz respeito às formas de resistência coletiva perante à lógica de dominação, como o fundamentalismo religioso;
- ◆ Identidade de projeto: diz respeito aos grupos que se unem na tentativa de redefinir sua posição social, buscando criar novas identidades, como o movimento feminista.

Martins (2002) explica que a construção das identidades se processa por quatro vias não excludentes e que, na maioria das vezes, estão entrelaçadas. A primeira delas, a identidade por assimilação ou apropriação pode ser chamada também de aculturação, quando ocorre a submissão de um indivíduo ou de uma comunidade a outra cultura, que se funde. A segunda via é a identidade por contraste, entendida como a diferenciação de determinada cultura, cujos traços realçados acabam se distinguindo das demais ou da (s) dominante (s). A terceira via é a identidade por rejeição que se

processa de forma conflituosa, envolvendo a busca das raízes históricas de determinada minoria. Por fim, tem-se a identidade por diferença que, na realidade, torna-se um componente comum entre as demais formas de identidade haja visto que são exatamente as diferenças que vão permear as identidades. Esta conscientização sobre a diferença se dá através da observação e contemplação do outro que pode resultar em assimilação, contraste ou rejeição.

Já Santos (2002, p. 8), trata a identidade como “[...] o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Levando em consideração que o território só faz sentido pelo uso social e, admitindo-se que as relações de poder encontram-se vinculadas a este uso, não se pode relegar o entendimento das construções das identidades somente com aquilo que o indivíduo tem como sendo seu. Essa imposição de identidades é observada em processos de colonização, marcadas pela visão eurocêntrica, como ocorrida no Brasil, na qual os conquistadores portugueses impuseram seus valores e crenças aos índios, considerados selvagens e que, na visão dos colonizadores, necessitavam sofrer um processo civilizatório para que fossem considerados dignos. Assim, eram obrigados a se vestir, a se alimentar e a participar de cultos religiosos nos moldes europeus. Observa-se que não existia o respeito à cultura do outro e ainda hoje, existem exemplos disso, gerando choques culturais entre nações que não compartilham de aspectos identitários em comum.

Este interesse em dominar os povos, não somente a partir da expansão territorial, mas de uma dominação cultural por parte dos Estados, reflete o grau de relevância que a cultura possui na composição da nossa sociedade, não somente como elo identitário, mas como forma de manipulação. A divisão de classes, na qual se processam as relações de poder e subordinação advém de dois instrumentos, na visão de Chauí (1980): o Estado e a ideologia. A partir do Estado, a classe dominante consegue os artifícios necessários para criar um aparelho de coerção, que vai lhe permitir ter um maior poder do que as demais classes e, com isso, subordiná-las. Já, a ideologia emerge da necessidade de se ocultar a existência da divisão das classes.

Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, como a experiência vivida imediata e a alienação confirmam tais idéias, a ideologia simplesmente cristaliza em “verdades” a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam idéias “verdadeiras”. Seu papel também é o de fazer com que os homens creiam que tais idéias representam efetivamente a realidade. E, enfim, também é seu papel fazer com que os homens creiam que essas idéias são autônomas (não dependem de ninguém) e que representam realidades autônomas (não foram feitas por ninguém). (CHAUI, 1980, p. 34).

Verifica-se, portanto, que a ação do Estado é, muitas vezes, a própria forma manifestada da ideologia. Ao assumir a posição central na hierarquização social, a classe dominante passa a utilizar diversas formas de ideologia para coibir qualquer tipo de questionamento por parte da classe trabalhadora. Assim, a manipulação dos meios de comunicação, das formas de produção e da própria identidade do indivíduo permite que as diferenças sociais sejam amenizadas, no sentido de se atribuir a culpa, não ao modo de produção vigente, mas de reavivar os sentimentos de pertencimento a uma única nação, na qual são partilhadas a mesma cultura, o mesmo modo de falar, a mesma culinária, a democracia política, o acesso igualitário aos serviços públicos, com o objetivo de mascarar a realidade de fato.

Atualmente, a globalização, está modificando as relações sociais, embora o binômio domínio/subordinação, ainda se mantenha extremamente aplicável nas classes sociais³. Os novos tempos fazem surgir novos olhares para a questão da identidade. Para Hall (2003), vive-se uma crise de identidade, na qual as chamadas “velhas identidades”, representadas por indivíduos unificados, encontram-se em declínio, cedendo lugar às novas identidades e a indivíduos fragmentados. O autor (2003) trabalha com três concepções de identidade, a saber:

- a) vinculada ao sujeito do Iluminismo: o indivíduo neste período, ainda possuía uma identidade estável, já que o Iluminismo baseava-se no entendimento de um indivíduo centrado e unificado, com capacidade de razão, de consciência e de

³ Existe uma polêmica sobre o pós-modernismo e as classes sociais, na qual se questiona se ainda está correta a utilização desta conceituação, atribuída ao marxismo. Inclusive, alguns autores defendem sua substituição por estratificação social ou estratificação ocupacional. Porém, mesmo com as alterações na forma de trabalho, em virtude das mudanças no próprio sistema capitalista, compartilha-se da visão de Assis (2006, p. 7): “[...] as metamorfoses do mundo do trabalho indicam uma mudança no perfil da classe e não o seu fim, uma vez que o conflito Capital X Trabalho continua a ser central em nossa sociedade”.

ação e que tinha uma centralidade autônoma, que permanecia essencialmente a mesma durante a existência do indivíduo.

- b) vinculada ao sujeito sociológico: o sujeito aqui já reflete a complexidade do mundo moderno e a centralidade do indivíduo passa ser composta na relação social, com outras pessoas, principalmente, as do seu convívio mais próximo, que intercediam valores e símbolos comuns.
- c) vinculada ao sujeito pós-moderno: nesta fase, o indivíduo já se encontra com uma identidade mais flexível, no sentido de ser interpelado por diversos sistemas culturais, que se modificam constantemente. Esta identidade não é mais biológica, como no sujeito iluminista, mas histórica, na qual o indivíduo assume diversas identidades. A idéia de uma única identidade na pós-modernidade é ilusória, pois, torna-se impossível ficar alheio às multiplicidades culturais existentes e que influenciam na formação da identidade do indivíduo.

O *pós-modernismo* possibilita, dessa forma, que exista um maior contato entre as culturas, mesmo que as barreiras físicas existam. Diferente do período colonial, no qual o contato físico era determinante para a aculturação entre os povos, o meio técnico-científico-informacional⁴, permitiu uma maior rapidez no intercâmbio cultural. Levanta-se a hipótese de que a pós-modernidade intensificou os fluxos de comunicações, mas que pela variedade de informações que o mundo possui hoje, estas se processam de forma efêmera, pois, a mudança torna-se constante, não sendo mais necessários longos períodos de tempo para que ocorra uma nova mudança de paradigma.

Para Jameson (2006), o *pós-modernismo* surge no contexto de uma mudança do sistema capitalista, que passa a ser concebido como um capitalismo multinacional, no pós Segunda Guerra Mundial, final da década de 1940. Trata-se de uma nova periodização, representada por uma nova sociedade que emerge a partir dessa época e que se baseia, essencialmente, no consumo. Portanto, diz respeito a uma nova ordem não somente econômica, mas, sobretudo, social. Pode-se ainda, utilizar o conceito de *pós-modernismo* como similar à sociedade do espetáculo (devido à importância e influência dos meios de comunicação em massa) e/ou sociedade pós-industrial. Em outras palavras,

⁴ Para Santos, M. (1996), o meio técnico-científico-informacional surge no pós Segunda Guerra Mundial, quando ocorre uma fase de profunda interação entre ciência e técnica sob a égide do mercado que, a partir daí torna-se um mercado global.

Pós-modernismo é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900-1950). Ele nasce com a arquitetura e a computação nos anos 60. Cresce ao entrar pela filosofia, durante os anos 70, como crítica da cultura ocidental. E amadurece hoje, alastrando-se na moda, no cinema, na música e no cotidiano programado pela tecnociência (ciência + tecnologia invadindo o cotidiano com desde alimentos processados até microcomputadores) sem que ninguém saiba se é decadência ou renascimento cultural. (SANTOS, 1991, p. 7)

Dentro desta perspectiva, o *pós-modernismo* caracteriza-se pela utilização do pastiche, verbete comumente utilizado nas artes visuais, mas, que serve como analogia aos processos que vêm ocorrendo com o indivíduo na atualidade, que envolvem a imitação dos estilos. Diferente da paródia, que se trata de uma imitação, com objetivo de satirizar e ridicularizar, o pastiche, na visão de Jameson (1998) é reflexo da própria sociedade de consumo, que não vislumbra novas perspectivas inovadoras, principalmente, no tocante às artes, mas se apodera de antigos elementos para recriá-los em novas linguagens. Assim, tem-se uma sociedade decadente, marcada pelos simulacros e pelo reavivamento do passado.

Harvey (1996) aponta outras transformações causadas pelo *pós-modernismo* na nossa sociedade, como o surgimento de cidades-colagem, que marcam uma nova forma de intervenção urbana, marcada pela artificialidade, com a sobreposição de objetos. O ambiente urbano é visto como algo que foge ao controle, vinculado ao caos e a desordem. Ianni (1999, p. 71) também associa a construção das cidades à sobreposição de usos, como uma obra de arte coletiva, que se assemelha a um “[...] caleidoscópio de grafites, colagens, montagens, bricolagens, videoclips, pastiches, simulacros, virtualidades [...]”, que deve ser compreendida muito mais do que um simples traço no espaço, “[...] mas através de sua arquitetura, sua articulação em ruas, avenidas, praças, edifícios, monumentos e ruínas.

Neste entendimento, a pós-modernidade é entremeada por aspectos culturais fragmentários e efêmeros, mas que são movidos ainda por laços de sociabilidade, condição *sine qua non* para a construção da identidade coletiva. Faz-se necessário, portanto, o questionamento sobre o papel dos signos na sociedade atual. Ainda que sofram as modificações de acordo com o movimento da sociedade, será que ainda hoje são elementos fortes de coesão social para os indivíduos ou acabam sendo somente um referencial vazio que se projeta através dos interesses e ideologia do Estado?

Pode-se tentar responder a este questionamento, utilizando-se Bordieu (2000), que aborda as produções simbólicas como instrumentos de dominação. No seu entendimento, os símbolos se relacionam à uma construção social, que se estende à varias esferas de cultura: mitos, religiosidade, arte, ciência etc. Todos estes elementos necessitam de uma expressividade para que possam comunicar algo aos indivíduos. Esta linguagem, quando se torna inteligível e comum a determinado grupo, possui uma integração social e passível de se tornar instrumento de dominação. Dessa forma, os sistemas simbólicos vão sendo apropriados e atribuídos a funções específicas. Assim, a classe dominante possui uma coesão social, no sentido de pertencer a determinado grupo que tem acesso a alguns símbolos que a classe dominada não terá acesso.

Neste processo de exclusão, pautado na hierarquização simbólica, a ideologia surge com força total, possibilitando que a classe dominada sirva a determinados interesses, criando uma ilusão de obter e fazer parte da mesma estrutura simbólica da classe dominante. Já na visão de Elias (1994, p. 35, grifo nosso), os símbolos mais importantes que existem são aqueles que expressam a comunicação sonora, pois, permitem o surgimento de linguagens específicas para diferentes grupos:

Las personas que hablan inglés y desean hacer un comentario sobre el cielo de la noche pueden utilizar la pauta sonora «moon», luna. En su lengua esta pauta sonora representa simbólicamente el cuerpo celeste de mayor tamaño del cielo nocturno. Los seres humanos son capaces de comunicarse entre ellos con la ayuda de una amplia gama de pautas sonoras como ésta. Pueden almacenar el conocimiento en su memoria y transmitirlo de una generación a otra. **Una forma muy definida de regularización social permite que dentro de la misma sociedad todos los miembros de ésta identifiquen las mismas pautas sonoras con el mismo sentido aproximado, es decir, como símbolos que representan el mismo objeto de conocimiento.**

Muito embora expressem a ideologia do Estado, observa-se uma necessidade de todos os grupos sociais possuírem elementos em comum. Hoje em dia, inclusive, os símbolos vêm ganhando cada vez mais espaço na sociedade, na qual, a identidade coletiva é elemento fundamental nesta discussão. Verifica-se que as cidades estão vinculadas a signos que as diferenciam das demais. É assim como ocorre em Jerusalém, que evoca o nascimento do Cristianismo; as pirâmides do

Egito e a Esfinge indecifrável, no Cairo; as memórias do Império Inca, em Machu Picchu; a imponente do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro etc.

Neste contexto de pós-modernidade, na qual a cultura é comercializada, a identidade das cidades é reforçada e amplamente divulgada, justamente para a comercialização, como vem ocorrendo com cidades turísticas que, através de estratégias de *city marketing*⁵ conseguem uma visualização maior e, com isso, atrair e consolidar uma demanda turística. Os símbolos materiais ganham destaque neste processo, pois, são mais facilmente percebidos pelos turistas e pode-se dizer, mais facilmente comercializáveis, através de *souvenirs*, por exemplo.

1.5 IDENTIDADE TERRITORIAL X IDENTIDADE CULTURAL

A questão da identidade, como discutido anteriormente, possui múltiplas acepções, visto que não é objeto de estudo de disciplina específica. Sendo assim, os geógrafos também se apropriaram do conceito, que vem sendo discutido amplamente na atualidade, frente às novas dinâmicas da sociedade, como o surgimento de movimentos sociais, os constantes conflitos territoriais, as mudanças na divisão internacional do trabalho e a tecnificação do meio, que contribuem para uma nova perspectiva identidade-território. Neste ponto, parte-se para uma tentativa de argumentar qual seria uma terminologia mais adequada geograficamente para abordar a questão da identidade.

Sabe-se que hoje não se pode mais falar em identidade, mas sim, identidades, pois, esta faz parte de um processo em constante (re) construção, marcado por influências externas, que traz consigo incorporações e ressignificações. A identidade se processa na relação do indivíduo com o espaço, com seus lugares afins e, nesta relação, os símbolos são marcas visíveis, demarcações territoriais que expressam valores dúbios, ora de ideologia, ora de significações individuais, construídas no cotidiano de determinados grupos sociais. Este espaço apropriado é, portanto, *locus* da dimensão simbólica e, conseqüentemente, cultural.

O paradigma emergente que envolve a crise da identidade traz novos olhares para a questão cultural e novas buscas no sentido de elucidar a

⁵ Para Pinto (2001, p. 21), “[...] o *city marketing* é uma promoção da cidade que objetiva atingir os seus próprios habitantes bem como os possíveis e eventuais investidores, que busca a construção de uma nova imagem da cidade, dotada de um forte impacto social”.

importância das múltiplas territorialidades que se estabelecem. As redes de sociabilidade ampliam seu alcance, ao mesmo tempo, em que mudam também o sentido territorial da identidade. Isso porque não só a identidade muda, mas, principalmente, o território, que já não é somente físico, mas também imaterial. Nesta perspectiva, surge uma rede de sociabilidade, na qual interesses em comum são compartilhados, tais como atividades profissionais, localização geográfica, lazer, preferências musicais, esportes, culinária e uma infinidade de outros elementos que são compartilhados por dado grupo de indivíduos, passando a se constituir em uma nova face da identidade pós-moderna. Assim, as identidades ganham novo sentido, ressurgindo como algo essencial para as gerações atuais, através de contornos modernos e que, de certa maneira, contribuem para o reavivamento de antigos valores.

Ao mesmo tempo em que as identidades da contemporaneidade se processam de forma distinta de outros períodos, ou seja, não necessitam mais do contato físico, verifica-se, contraditoriamente, que ainda há uma necessidade dos indivíduos em legitimar as tradições. Estes antagonismos refletem a lógica do sistema capitalista, que é desigual e combinado, não somente no sentido econômico, mas dentro de uma perspectiva sociocultural que vai fazer com que se tenham novas e antigas territorialidades coexistindo mutuamente, criando resistências e/ou sendo mecanismos de coerção do Estado e da classe dominante. Sobre o assunto, Santos (1999, p. 19) faz as seguintes considerações:

Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. Sabemos também que as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções. Quem pergunta pela sua identidade questiona as diferenças hegemônicas, mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição de outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação.

Em um contexto geográfico, busca-se desvendar a questão da identidade enfocando a atuação dos agentes sociais que modelam o espaço. Estes agentes atribuem diversos significados sobre os espaços e estabelecem relações

sociais que estão vinculadas ao modo de produção vigente, no qual existe uma hierarquização social e diferentes esferas de poder, de onde se pode gerir o território. Esta especificidade do olhar geográfico possibilita o entendimento dos conflitos existentes entre aqueles que detêm o poder e, conseqüentemente, são atuantes na construção dos símbolos nacionais, impostos aos demais grupos da sociedade e aqueles que fazem parte da cultura dos oprimidos, que constroem a própria história, porém, também possuem símbolos sejam individuais ou que fazem parte de uma minoria, mas, que possuem elos de convivência e que permitem um estabelecimento de uma coesão social destes excluídos. Sob este aspecto, é relevante discutir as diferenças entre identidade territorial e identidade cultural.

Verifica-se que na leitura científica não existe um consenso entre os autores sobre a diferença entre um e outro, somente posicionamentos que privilegiam a utilização de um em detrimento do outro. Para Hall (2003), a identidade cultural está vinculada, essencialmente, à identidade nacional, com os valores apreendidos desde o nascimento do indivíduo e, embora, esta identidade não nos acompanhe geneticamente, no decorrer do tempo, acaba sendo parte da nossa vida, de tal maneira que aparenta ser da nossa própria natureza. Agier (2001) fala em identidade étnica, pois, a etnicidade é ponto central na conexão entre a cultura e os contextos sociais. Para ele, a relação identidade/cultura se processa de maneira conflituosa, já que, em dado momento a identidade poderá ficar esquecida, enquanto a cultura permanece no lugar, porém, é transformada. Na mesma linha, Stangl (2009), utiliza identidade cultural como sinônimo de etnicidade. Segundo ele, a concepção de identidade cultural é relativa. Assim, o estrangeiro surge *a priori* como o estranho. Porém, se a partir das formas de comunicação houver a compreensão, a diferença se desfaz e surge a identidade.

Cuche (1999, p. 175) adverte para o que chama de modismo, entre os autores, pela associação excessiva dos conceitos identidade e cultura: “Há o desejo de se ver cultura em tudo, de encontrar-se identidade para todos. Vêm-se as crises culturais como crises de identidade”. Para ele, apesar de possuírem uma estreita ligação, ambos os conceitos não devem ser utilizados como binômio, já que os processos que os originam são distintos. Enquanto a cultura existe sem a consciência de uma identidade, esta exerce poder de controle sobre a cultura, podendo, inclusive, alterá-la. Pode-se afirmar, na visão do autor, que a cultura é um

processo inconsciente e subjetivo, enquanto a identidade possui características ideológicas e de dominação.

Esta exaltação da identidade e da cultura na atualidade deriva de um processo que vem ocorrendo desde a década de 1970, com a propagação da idéia de sociedade multicultural. Já nas ciências sociais, este conceito de identidade cultural surge algumas décadas antes, em meados de 1950, nos Estados Unidos, com estudos da psicologia social, que tinham como foco o problema de integração dos imigrantes. A identidade cultural é vista, desta maneira, como componente da identidade social, que é fruto das relações do indivíduo com o seu ambiente social. A identidade, portanto, permite que o indivíduo consiga se localizar em um sistema social e também seja localizado (CUCHE, 1999).

Já a "identidade territorial" é um conceito mais complexo, controverso e inovador, freqüentemente utilizado em conjunto com identidade cultural. Embora os estudos sobre o território na ciência geográfica já tenham sido realizados por diversos autores de forma exemplar, como se verificou em Raffestin (1993) anteriormente, parece haver uma omissão sobre o conceito de identidade territorial. Como argumentam Roca e Mourão (2003), na prática, este conceito não tem sido operacionalizado. Embora não exista um consenso sobre o seu real significado e estudos mais aprofundados, os autores (2003) dão uma idéia do que seria a identidade territorial:

[...] a ideia geral é a de que as características específicas de determinados lugares e regiões são elementos constitutivos da sua identidade. As características materiais e imateriais (biofísicas, sócio-culturais, económicas, sócio-psicológicas, etc.) dos territórios são mutáveis, mas é precisamente a sua identidade que confere originalidade e singularidade ao lugares e regiões e, vice-versa, que os distingue de outros territórios, vizinhos ou distantes. Mais, a identidade territorial revela o espectro, as formas e a intensidade de integração económica e cultural dos lugares e regiões, no passado e no presente, no âmbito de redes e sistemas sócio-económicos e espaciais hierarquizados.

Haesbaert (1999) também contribui para esta discussão, ao afirmar que toda identidade territorial é, na sua essência, uma identidade social, que se projeta através do território. Para ele, todo território possui um valor simbólico e, conseqüentemente, uma identificação com seus habitantes. Logo, as identidades se processam na dialética tempo-espço e que, apesar de possuírem um caráter social,

se transformam em territoriais quando a sua construção se processa no território ou o transpassa.

Nesta argumentação, utiliza-se Pecquer (2005), para explicitar a relação entre identidade-território. Para o autor, existem duas concepções de território: a primeira é o território dado, entendido como uma porção de espaço, voltado para a observação, também entendido como institucional, pois, servirá como delimitação de áreas: região, distrito etc. A segunda concepção é o território construído, definido como tal pela atuação de diversos agentes que vão remodelar no sentido funcional os diferentes pontos do território. Nesta perspectiva, o território se torna objeto de articulação e estratégia, inclusive, para o desenvolvimento das nações.

A relação identidade-território tem como pressuposto, a noção de movimento, um processo lento que vai refletir no sentido real da identidade para o indivíduo e/ou grupo. Como explica Santos (1996), é o movimento da totalidade que vai ditar as novas visões da sociedade, que vai refletir em (re) arranjos espaciais, que nunca cessam. Este processo, ao mesmo tempo em que une, também fragmenta e individualiza. Como grande propulsora deste processo, tem-se a divisão do trabalho, que transforma os lugares sob diversos aspectos, tais como econômicos, sociais, políticos, inclusive simbólicos, ressignificando-os de acordo com novos interesses e ditames da sociedade. E dentro desse movimento de totalidade, temos as relações de sociabilidade dos indivíduos e seu vínculo individual e/ou coletivo com o território.

Pergunta-se então: identidade cultural, identidade territorial ou ainda identidade cultural no território? Esta resposta não é fácil, como já exemplificado anteriormente. Porém, pode-se adotar uma postura diante dos conceitos e justificar a sua utilização. Assim, neste trabalho, optou-se pela utilização de identidade territorial para explicar as manifestações culturais construídas socialmente por determinado grupo étnico no território e que contribuem para que haja um sentimento de pertencimento destes grupos em um território alheio aos seus costumes. Embora haja dificuldades na sua conceituação ainda, pode-se utilizar o embasamento no próprio entendimento do que vem a ser território, cultura e identidade para justificar a predileção pela utilização de identidade territorial em detrimento a outras conceituações.

Concebendo o território como algo que só tem sentido quando é usado, construído, logo, atribui-se um componente social neste processo, ou seja, o território, muito mais do que suas acepções políticas e de poder, é, antes de qualquer coisa, uma construção social. E neste território, devem-se incluir as classes antagônicas, que farão com que diversos elementos devam ser levados em consideração na análise da produção territorial, como a luta de classes, as ideologias, a exploração, a alienação, a divisão social e territorial do trabalho etc.

Por sua vez, a identidade, como argumenta Cuche (1999) está presente nestas lutas sociais, de forma dual, sendo, algo individual, denominada de “auto-identidade” e também “hetero-identidade” definida pelos outros. Levando-se em consideração que os “outros” podem ser tanto pessoas do convívio familiar como também instituições e atores hegemônicos, a “hetero-identidade” possui um caráter coletivo e também ideológico, que vai influenciar na escolha e nos modos de agir, pensar e por que não, de viver do indivíduo.

Por fim, a cultura é entendida, grosso modo, como uma construção humana e que serve de elemento próprio de determinado grupo, tanto nos aspectos materiais quanto imateriais, passando por várias gerações. Esta cultura possui uma espacialidade, ou seja, necessita de uma base física para a sua existência. E sendo também submetida e apropriada pela classe dominante, torna-se mercadoria e, portanto, elemento de poder e dominação. Esta relação se processa no território, mediante elos sociais, o que estreita mais ainda a aproximação entre identidade-cultura-território. Dessa forma, analisando a interação dessa tríade quando se leva em consideração as categorias de análise geográfica, permite refletir que o conceito adequado a esta abordagem seja identidade territorial, pois, a utilização simplesmente do conceito de identidade cultural não parece dar conta da complexidade de elementos que são levados em consideração neste processo.

Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas “geografias imaginárias” [...]: suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de “casa lar”, ou heimat, bem como suas localizações no tempo - nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes. (HALL, 2003, p. 71)

Para Souza e Pedon (2007), não se pode falar que a identidade territorial se forma *a priori* nem *a posteriori* da constituição do território. É o movimento de sua constituição, através das constantes mudanças que ocorrem ao longo da história que irá definir define o status ontológico desse processo. Em contrapartida, Haesbaert (1999) adverte que nem toda identidade é inerente ao território, pois, mesmo este sendo uma entidade social, nem toda identidade é construída no território. Somente pode ser chamada de identidade territorial, quando a sua construção de dá no território ou ainda, transpassa-o. Por isso, o autor sugere a utilização do conceito de identidade socioterritorial.

Poderia se incluir ainda na discussão, a utilização de identidade cultural no território, porém, já se adotou a postura de conceber o território levando-se em consideração a sua dimensão simbólica e política, o que já inclui todas as manifestações culturais e também as relações de poder. Por outro lado, as manifestações culturais das diversas nacionalidades que compuseram a identidade londrinense, que será abordado mais adiante, foram sendo construídas no território. Portanto, optar por identidade territorial como forma de analisar os fluxos migratórios do município de Londrina parece ser conveniente para este trabalho.

2 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

No presente capítulo, será feita uma análise sobre a formação étnica do povo brasileiro dentro de uma perspectiva da influência dos principais fluxos migratórios que vieram para o país, aspecto este que contribuiu para que o país tenha sido constituído através de um hibridismo cultural, permeado por uma matriz tupi.

Inicialmente, serão feitas algumas reflexões referentes à mobilidade espacial e as motivações que levam as pessoas a migrarem. Posteriormente, será dado destaque aos aspectos relacionados à territorialidade, em uma tentativa de correlacionar o processo de deslocamento populacional como um *continuum* no qual a população a partir do seu local de origem passa a reproduzir seus valores identitários em território estrangeiro, reconstruindo seu modo de vida ao se adaptarem à nova realidade socioespacial.

Serão discutidos também conceitos comumente utilizados nos estudos populacionais e na caracterização dos indivíduos, como raça, etnia e nação. Por fim, a partir da obtenção de dados demográficos, mostrar-se-á um breve histórico da vinda dos principais grupos de imigrantes que se estabeleceram no país, a fim de demonstrar a sua importância na construção das identidades territoriais a partir do processo de reterritorialização que contribui para que sejam perpetuados costumes e modos de vidas peculiares.

2.1 A MOBILIDADE POPULACIONAL NO TERRITÓRIO

Para entender o papel da cultura como norteadora das identidades territoriais, faz-se necessário avançar um pouco mais sobre a abordagem do conceito de território para, a partir daí, compreender a formação da identidade territorial do município de Londrina –PR que será discutida no capítulo seguinte. Para isso, é imprescindível discutir alguns aspectos a respeito dos deslocamentos populacionais.

Ao analisar a evolução do homem sob o aspecto da mobilidade, verifica-se que esta sempre foi uma necessidade inerente da raça humana. Inicialmente, pode-se dizer que estes deslocamentos visavam garantir a sobrevivência dos indivíduos, visto que estes buscavam lugares que provessem

segurança e alimento para assegurar sua integridade física. A partir do advento do capitalismo e, com ele, o surgimento de um novo modo de produção, os indivíduos passaram a se deslocar em função das condições socioeconômicas, buscando oportunidades de trabalho em lugares estranhos a sua origem. Assim, a migração, ou seja, a “[...] mudança permanente ou semi-permanente de residência” (LEE, 1980, p. 99) nos grupos humanos é movida pelos mais diferentes motivos e acompanha o movimento de evolução da própria sociedade. Diante deste quadro, parte-se para alguns conceitos básicos que envolvem os estudos sobre movimentos populacionais.

Para Andrade (1998), a migração pode ser analisada a partir de dois enfoques: espaço e tempo. Com relação ao espaço, tem-se a classificação como interna (dentro de um mesmo país) ou externa (fora do país de origem). E, com relação ao tempo, pode-se ter uma migração de caráter temporário ou permanente. Ainda segundo o autor (1998), as migrações temporárias podem ser classificadas em três grupos:

- ◆ Migrações por tempo indeterminado: quando os indivíduos partem para determinado lugar com fins de alcançarem seus objetivos, seja de ordem política, econômica ou social;
- ◆ Migrações sazonais: comumente realizada no meio rural, em épocas de plantio e colheita;
- ◆ Migrações diárias: realizadas, sobretudo, em grandes cidades, quando os indivíduos se deslocam de casa para o trabalho.

A partir do momento em que o indivíduo se desloca do seu lugar de origem, para outro país, com duração temporária ou permanente, torna-se um emigrante e, quando entra nesta localidade ao qual está se destinando, é considerado um imigrante. Embora seja evidente a relação dos estudos populacionais com a Geografia, através da análise dos fluxos e distribuição espacial da população e das alterações socioespaciais provocadas pela emigração/imigração, entre outros, concorda-se com Souza (2006, p. 30) sobre a necessidade de um maior empenho por parte dos geógrafos em desenvolver estudos mais aprofundados sobre o tema:

[...] parece que o estudo da população foi deixado em segundo plano pelos geógrafos [...] o que pode ser percebido pela pouca contribuição da Geografia de População para os estudos populacionais [...]. O pensamento compartimentado positivista parece que relegou espacialmente à Demografia tal campo de pesquisa, dado, inclusive, o significado literal do nome desta disciplina. Contudo [...] um objeto de estudo como a população, mesmo levando-se em consideração o método e toda a vasta experiência da Demografia não pode ter como fonte de produção teórica suficiente unicamente esta disciplina.

Souza (2006) destaca a contribuição de Jean-Paul de Gaudemar, no final da década de 1970 com sua inovadora teoria migratória ao utilizar uma abordagem mais progressista do pensamento marxista, expondo o trabalhador como um sujeito da sua própria mobilidade. Assim, é o capital na sua forma de reprodução quem mobiliza os indivíduos a deixarem os seus locais de origem para saírem em busca de oportunidades de emprego e outras melhorias na qualidade de vida. Para Souza (2006), os estudos referentes às migrações serviram aos interesses do Estado, possibilitando a intervenção “[...] nos caminhos que as populações foram delineando ao longo de suas respectivas histórias”.

Ao investigar as causas e motivos das migrações, Singer (1981), afirma que no caso das migrações internas, as razões principais que movem os indivíduos são de ordem econômica e/ou afetiva (para acompanhar algum parente próximo). Enfatiza-se também que a migração interna, geralmente, possui uma causa estrutural, na qual a valorização de determinadas regiões em detrimento de outras possibilita a mobilidade no território em função da melhor oferta de emprego, por exemplo. Essa dinâmica, própria do sistema capitalista, permite que algumas áreas possuam as melhores condições técnicas, científicas, econômicas e sociais do que outras, levando um grande contingente populacional para estas áreas e, conseqüentemente, fazendo com que surjam problemas de ordens diversas em função disso. É o que ocorre nas metrópoles, que por ofertar mais oportunidades de trabalho e possuir uma gama variada de bens e serviços, acabam sendo visadas por todo o tipo de indivíduos, com diferentes graus de qualificação profissional.

Em muitos casos, esses imigrantes acabam se tornando marginais no seu lugar de destino, entendido por Singer (1981, p. 57) como a “[...] não integração na economia capitalista e não participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos”. Isso pela própria lógica do sistema, através da

criação de um exército industrial de reserva, no qual parte dessa população marginal acaba sendo relegada a empregos informais.

Para Raffestin (1993), as informações obtidas através dos estudos populacionais são uma grande ferramenta de poder para o Estado. Ele enfoca duas formas de deslocamentos: a mobilidade autônoma, quando o indivíduo escolhe por vontade própria se deslocar para outra localidade; e a mobilidade heteronômica, quando os indivíduos, de certa forma, são forçados a se deslocar dos seus locais de origem através de uma coerção. O Estado consegue, neste aspecto, controlar os fluxos migratórios, criando leis que visem barrar ou aumentar o fluxo de imigrantes em determinada localidade, conforme seus interesses. Este controle é observado tanto nas migrações internacionais como internas, como o caso da Itália fascista que na década de 1930 restringiu o deslocamento da população pelo interior do país através de leis, na tentativa de favorecer os pequenos centros rurais, evitando a grande concentração urbana. Pode-se citar também outra situação ocorrida a partir de 2008, com a crise econômica mundial, que culminou na alta do desemprego e contribuiu para a restrição da imigração na maior parte dos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, o pacote de estímulo à recuperação econômica para empresas previa que estas reduzissem o número de estrangeiros contratados. A Austrália seguiu o mesmo caminho, com pretensões de reduzir em 14% a admissão de trabalhadores de outras nacionalidades, enquanto no Reino Unido os pedidos de seguro saúde para imigrantes caíram 25% desde o início da recessão (ONU, 2009).

Como verificado, a situação dos migrantes em várias partes do mundo é difícil até nos dias de hoje, pois, os indivíduos acabam ficando à mercê de políticas públicas para se estabilizarem e, a maioria, vive em situação de insegurança. A partir do momento em que se põem barreiras na liberdade do indivíduo, na proibição de viver na localidade geográfica que ele elegeu como a melhor (ou única) possibilidade de moradia, está se impedindo também, o seu desenvolvimento social.

Em contrapartida, uma questão interessante no quesito migração são os laços de solidariedade que ocorrem entre pessoas oriundas de um mesmo lugar, quando os imigrantes mais antigos acolhem os recém-chegados. Certamente, este acolhimento torna o processo de adaptação ao novo território bem mais fácil. Neste aspecto, podem-se incluir ainda outras questões inerentes ao contexto migratório e que contribuem para o entendimento da relação da mobilidade

populacional com o território: a desterritorialização, a territorialização e a reterritorialização, amplamente discutidas por Haesbaert em seus estudos sobre o território (1997, 2005 e 2007) e antes dele, por Guies Deleuze e Félix Guattari na sua obra *O Anti-Édipo*, publicada em 1972.

Seguindo esta linha de pensamento, pode-se afirmar que os indivíduos, ao longo do tempo, tornam-se migrantes, ou seja, o deslocamento passou a ser condição social da sociedade moderna. A conquista do direito ao lazer (que culminou, basicamente, no aumento de viagens), o acesso aos bens de consumo (compras de carros e outros meios de transporte) e a facilidade de acesso (barateamento dos custos de transporte e melhoramento das malhas viárias) em diferentes escalas, permite que o homem contemporâneo consiga atravessar vários territórios durante a sua vida. Somado a isso, a possibilidade de ter uma vida estável em outros lugares, através de estudos ou trabalho, contribui para que o homem esteja, constantemente, passando por períodos contínuos de desterritorialização e reterritorialização, já que: “Geograficamente falando, não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um ‘animal territorial’” (HAESBAERT, 2007, p. 20). Dessa forma, entende-se que a partir do momento em que as pessoas saem do seu lugar de origem, encontram-se em processo de desterritorialização, ou seja, ocorre uma desvinculação física deste espaço. Justamente por ser um processo, não se finda com a saída da pessoa do seu território, mas sim, quando esta chega ao território de destino, onde acaba sendo reterritorializada, ou seja, onde começa a estabelecer novos vínculos com o lugar de destino. Por esta razão, Haesbaert (2004) fala no “mito da desterritorialização”, não pela sua inexistência, mas por estar intrinsecamente vinculada à reterritorialização.

Para Ianni (2008), a desterritorialização é um traço marcante da sociedade global e que se processa em diferentes esferas: sociais, culturais, política e econômica. Isso porque a globalização faz com que as coisas se desenraizem facilmente do território, visto que este se torna mais fluído e virtual. Os fluxos de mercadorias, moeda, capital e até mesmo elementos imateriais como a língua e as tradições, passando por monumentos e santos, acabam se deslocando além das fronteiras. As grandes corporações encontram-se descentralizadas e tem-se a impressão de que flutuam sobre o território, pois, possuem uma concentração espacial marcada pela mobilidade, pela presença em diversos Estados, controlando, ao mesmo tempo, vários territórios.

A partir da reterritorialização, podem-se visualizar dois resultados: o primeiro quando ocorre uma adaptação à nova cultura, ou seja, quando o imigrante consegue se integrar aos novos costumes e, com isso, passa a ter no lugar de destino, uma afetividade e um vínculo com o lugar que o acolheu. Porém, este processo quase nunca é harmonioso, pois, implica na submissão do indivíduo a uma cultura estranha por necessidade. Por outro lado, podem-se visualizar aqueles imigrantes que não se adaptam ao lugar de destino, seja pela falta de oportunidade, que dificulta uma estabilidade financeira ou ainda pela não adaptação a uma nova cultura. Neste sentido, reforça-se a importância dos laços de solidariedade, que contribuem para uma coesão social, à medida que os indivíduos se reconhecem e mantêm um vínculo, partilhando elementos de uma cultura em comum, mesmo que não estejam mais em seus lugares de origem. Surge assim, a força da identidade territorial, que se mantém forte em determinados grupos de imigrantes que tentam reproduzir o seu modo de vida (vestimenta, culinária, língua etc.) tentando minimizar o estranhamento no território alheio.

Entretanto, é importante afirmar que a identidade territorial não é estabelecida somente a partir de deslocamentos populacionais, mas, é constituída por elementos subjetivos que fazem parte da identidade partilhada por todos os indivíduos, de forma individual ou coletiva, a partir do momento em que começam a criar vínculos com seu território, mesmo que este indivíduo nunca tenha se deslocado de seu lugar de origem.

Logicamente, o processo de desterritorialização, os entraves que motivam essa mobilidade e as implicações socioespaciais que resultam da inserção de fluxos migratórios nas localidades carecem de um estudo detalhado, que não se encaixa nos objetivos do trabalho proposto. No entanto, por ser essencial este entendimento entre território e identidade, não se pode deixar de abordar, mesmo que sumariamente algumas questões relacionadas ao tema. De forma sucinta, pode-se concluir que:

Ao movimento de des-territorialização (no lugar de origem) corresponde um outro de re-territorialização (no lugar de destino); A re-territorialização do indivíduo e/ou grupo social se vincula ao sentimento de pertencimento (identidade territorial) a uma coletividade e/ou grupos (e estes a um espaço de referência), e de mediação das relações sociais; No processo de reterritorialização, as redes sociais desempenham importante papel no momento em que ocorre a sua reconstituição (re-significação de outro espaço), a fim de marcar uma “territorialidade” (mesmo que funcional), ou até mesmo, em certos casos, da (re) criação de uma identidade territorial. (MONDARDO, 2009, p. 5)

As novas relações que surgem entre os indivíduos a partir da reterritorialização dos grupos populacionais em determinado território, não possuem somente uma conotação subjetiva, permeada por elementos emotivos, mas carrega um significado de poder, característica essencial do território, pois, a partir do momento em que ocorrem as relações sociais, é inevitável o surgimento de relações de poder. Esta territorialidade - marcada pelo próprio ritmo da vida, por intermédio das particularidades com que as pessoas vivenciam o seu espaço e se relacionam com ele – possui diversas formas de interpretação. Para Raffestin (1993), o problema da identificação da territorialidade se explica pelo fato de ter sido concebida por naturalistas, a partir da década de 1920, que aplicavam o conceito à territorialidade animal. Segundo o autor, só é possível compreender a territorialidade quando se estudam as relações sociais a partir de um contexto sócio-histórico e espaço-temporal.

Portanto, a territorialidade de determinado grupo social não pode ser explicada somente através do seu cotidiano, das suas relações com o trabalho e com a família, mas a partir do entendimento de como se constitui o seu lugar e os ritmos que envolvem essa dinâmica. Dessa forma, quando se fala na territorialidade dos migrantes em Londrina, como será discutido nos capítulos subsequentes, é necessário entender o processo migratório, desde as razões pelas quais saíram do seu local de origem até a adaptação em outro lugar, na qual levam consigo uma cultura própria, que vai influenciar outros grupos de imigrantes e os próprios autóctones.

A territorialidade, além do significado simbólico acaba tendo um sentido de poder, como dito anteriormente, justamente pela concentração de pequenas aglomerações em um território, com vivências diferenciadas que, em

muitos casos, são alheias ao restante do território que as comporta. É o que Hall (apud RAFFESTIN, 1993) denomina de esferas de influência. Verifica-se, portanto, que a territorialidade se processa no tempo e no espaço e se constitui por múltiplas relações entre os indivíduos agrupados nesta esfera e entre estes indivíduos e os que estão fora desta esfera. A partir daí se reconhecem como semelhantes em virtude das especificidades que possuem em comparação com o “mundo exterior”. Para a manutenção destas esferas, é fundamental a disseminação dos valores, que pode ser obtida através dos laços sociais entre os indivíduos.

2.2 AS NOÇÕES DE RAÇA, ETNIA E NAÇÃO NOS ESTUDOS DOS AGRUPAMENTOS HUMANOS

Como demonstrado anteriormente, é inerente aos homens a necessidade de deslocamento visando diversos objetivos. Quando se abordam as questões populacionais não só na ciência geográfica, mas em outras ciências que dedicam ampla discussão sobre o assunto, como a sociologia e a antropologia, por exemplo, nota-se que existem conceitos que caracterizam determinadas especificidades desses agrupamentos e que merecem ser melhor detalhados para uma discussão, posterior, da relação entre a cultura, a identidade e a formação territorial.

Sabe-se que todos os homens pertencem a um mesmo grupo denominado *Homo sapiens*. Diferente dos animais que se constituem em grandes agrupamentos e que possuem uma territorialidade definida, de acordo com a espécie, na qual se pode saber até mesmo para quais localidades irão migrar em determinadas épocas do ano, em função da escassez/abundância de alimentos, altas/baixas temperaturas etc., o homem se dispersou pela Terra e, atualmente, encontra-se distribuído pelos mais diferentes lugares. As características físicas entre os indivíduos são das mais variadas, até mesmo entre grupos que, aparentemente, possuem certa homogeneidade, como a diferença na altura, cor dos cabelos, cor dos olhos etc. Segundo Vallois (1966), os indivíduos que são semelhantes nos seus aspectos corporais pertencem à mesma raça, levando-se em consideração os seguintes aspectos: caracteres anatômicos, os caracteres fisiológicos, os caracteres psicológicos e os caracteres patológicos.

A primeira classificação a respeito dos grupos humanos baseada nos caracteres físicos foi estabelecida pelos antigos egípcios. Através de suas pinturas rupestres, consegue-se visualizar a existência das diferenças entre os homens que eram percebidas por eles, como a diferença entre a cor dos olhos, a cor e a textura dos cabelos etc. Cientificamente, o início da classificação dos agrupamentos humanos enfocando as raças, se deu com Lineu, na sua obra Sistema Geral da Natureza, em 1758. Nesta classificação, o naturalista sueco divide a espécie *Homo sapiens* em quatro grupos baseando-se, sobretudo, na cor da pele: o homem americano; o homem europeu; o homem asiático e o homem africano. A partir dos estudos de Lineu, vários outros estudiosos vieram contribuir na discussão da formação e desenvolvimento da raça humana, como Deniker em 1900, que formou grupos naturais combinando diversos caracteres, resultando em raças e sub-raças (VALLOIS, 1966).

Para Poutignat e Streiff-Fenart (2011), a raça enquanto representação da aparência exterior só adquire significado nas ciências sociais, quando é analisada sob os aspectos da relação com o outro, no comportamento dos indivíduos com o seu grupo. Por sua vez, a etnia já expressa um contexto social na sua concepção, porque envolve os laços identitários existentes entre os indivíduos que só se estabelecem no momento em que existe a relação com o outro. Santos et. al. (2010, p. 122) complementam este contexto ao afirmarem que o conceito de raça é utilizado, geralmente, para designar um grupo de indivíduos, cujas características morfológicas são similares e, por isso, não pode ser considerado científico, pois, “[...] somente pode ter significado biológico quando o ser se apresenta homogêneo, estritamente puro; como em algumas espécies de animais domésticos”. Como tais condições não são encontradas em seres humanos devido à variedade na composição dos genes, os autores comentam que existe um consenso entre antropólogos e geneticistas de que as “raças humanas” não existem do ponto de vista biológico.

Já a etnia, que deriva do adjetivo grego *ethnikos* significa gente ou nação estrangeira e é utilizada para designar a construção da identidade dos indivíduos levando-se em consideração aspectos como: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física. Dessa forma, a etnia é um conceito amplo e de múltiplas interpretações, pois, ao mesmo tempo em que envolve os traços físicos dos indivíduos, abarca a questão da identidade com o

grupo, ou seja, diz respeito aos aspectos históricos e culturais que determinadas pessoas têm entre si e com o território. Para Weber (1994), tanto etnia como nação estão atreladas à idéia das crenças subjetivas e da representação coletiva, porém, o que as difere é que a segunda está vinculada à reivindicação de um poder político. Para o autor (1994, p. 270), os grupos étnicos são aqueles que

[...] em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem mera crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva.

Tem-se, portanto, o ideal de nação agregado à personificação jurídica, na qual os indivíduos possuem direitos e deveres. Ações estas intermediadas por um Estado, cujo poder legitimador ao assumir a forma de identidade nacional, pode ser contestado pelos grupos étnicos, reafirmando assim, uma identidade territorial construída por uma minoria.

Em uma visão interessante a respeito das raças e etnias, Raffestin (1993) analisa as diferenças entre os indivíduos como uma forma de aquisição de poder. Para ele, quanto mais se diferencia as pessoas, entre negros e brancos, por exemplo, mais se busca utilizá-las para a gestão do poder, evidenciando a soberania de determinado grupo perante o outro. Por outro lado, as diferenças não devem ser abafadas na sua totalidade, visto que os indivíduos biologicamente e socialmente são diferentes entre si e entre os grupos dos quais fazem parte. A preciosidade nas relações sociais está ligada, entre outras coisas, pelo fato das pessoas serem diferentes e poderem partilhar de vivências novas no contato com o outro. Este “outro”, na realidade, só existe a partir do momento em que se aceitam as diferenças. Quando se fala em uma homogeneização cultural ou mundialismo, como já discutido no primeiro capítulo do trabalho, volta-se à questão do fim das diferenças, idéia que se torna controversa e, de certa maneira, inútil, quando se leva em consideração as próprias contradições existentes nesse processo, visto que

[...] não há superioridade absoluta [nem] inferioridade absoluta. Só há superioridade e inferioridade relativas. A passagem do relativo ao absoluto se inscreve num mecanismo de dominação para fazer triunfar um poder. Isso quer dizer que as diferenças raciais e étnicas, quando não estão mais latentes na consciência, servem para alimentar um preconceito útil à afirmação de um poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 132)

Diante dessa afirmativa, se esclarece que uma das formas de assegurar a passagem da superioridade relativa para a absoluta é através da introdução do conceito de discriminação entre os indivíduos, que pode ser utilizada em diferentes esferas: sociais, culturais, econômicas, políticas etc. Através deste dispositivo de dominação, consegue-se o isolamento de determinados grupos e, por sua vez, a ascensão de outro.

Chauí (2000) compartilha de visão semelhante a de Raffestin (1993), ao afirmar que a diferenciação de raças serve para incitar o racismo. Para a autora, as ciências biológicas demonstram que entre os seres humanos, existem aspectos anatômicos e fisiológicos que são diferentes em virtude de razões internas do organismo e também de fatores relacionados ao meio ambiente. Porém, esta diferenciação não produz raças. Esta palavra teria sido inventada para efeitos de manipulação e submissão dos indivíduos. Já, a sociologia, a antropologia e a história analisam as diferenciações a partir das relações sociais, levando-se em consideração os aspectos do trabalho, da família e da coletividade, ou seja, o desenvolvimento do indivíduo é entendido a partir de suas relações externas e não pelos aspectos biológicos.

A ciência política e econômica demonstra que, no interior de uma mesma sociedade, formam-se grupos e classes sociais que se apropriam das riquezas e do poder, colocam (pela força, pelo medo, pela superstição, pela mentira, pela ilusão) outros grupos e classes sociais sob sua dominação e justificam tal fato afirmando que tais grupos ou classes são inferiores e que possuem características físicas e mentais que os fazem ser uma “raça inferior”. **“Raça”, portanto, não existe.** (CHAUÍ, 2000, p. 107, grifo nosso)

A aplicabilidade da palavra raça para justificar a soberania de determinado grupo social frente aos demais resulta na discriminação, como abordam Archer e Francis (2007, p.28):

[...] race are an ideological, not a scientific, construct [...] and attention has been drawn to the ways in which ‘race’ is constituted, challenged and reformed through multiple discourses across time and space. ‘Race’ is thus unstable and constantly being transformed by political struggle.

Assim, verifica-se que estudiosos de vários campos do conhecimento científico evitam a utilização da palavra “raça” nos estudos

populacionais, por ser considerada pejorativa e que carrega consigo uma referência à discriminação. Embora no presente trabalho sejam discutidas as relações de poder que irão contribuir para a construção das identidades territoriais, concorda-se que a utilização da palavra “raça” não se aplica neste estudo, visto que será feita uma análise pautada nos fluxos migratórios, ou seja, no processo de deslocamento populacional que levará em consideração a nacionalidade e/ou etnia dos grupos sociais. Por considerar a palavra “raça” uma construção ideológica legitimada para justificar a dominação, seria incoerente utilizá-la tendo em vista que neste trabalho as concepções identitárias forjadas pelo Estado são criticadas.

Entende-se, dessa forma, que o conceito de etnicidade se adéqua de forma satisfatória à análise dos fluxos migratórios que vieram para o Brasil, pois, é justamente a diferenciação étnica dos imigrantes que vai ajudar a compor o hibridismo cultural característico do país, por meio da manutenção de elementos culturais em comum.

2.3 HIBRIDISMO CULTURAL E A FORMAÇÃO ÉTNICA DO BRASIL

Com relação à composição étnica do Brasil, é interessante ressaltar que a partir daqui serão abordados dados referentes à população e não ao povo brasileiro. Isso porque a concepção de povo privilegia os laços jurídicos dos indivíduos com o Estado, enquanto o conceito de população engloba não somente os nascidos no país, mas também os estrangeiros e outros indivíduos que não têm vínculo jurídico com o Estado. Dessa forma, entende-se que pelo fato de muitos imigrantes não exercerem os direitos políticos no Brasil, acabam não se enquadrando na abordagem de povo, mas sim, de população brasileira.

Quando se verificam as grandes correntes migratórias que vieram para o Brasil (alemães, italianos, japoneses, portugueses etc.), é perceptível o fato de que estas não foram as únicas responsáveis pela formação étnica do país. Na realidade, antes da chegada dos colonizadores portugueses, já viviam aqui grupos indígenas, principalmente, da etnia tupi. Inclusive, neste período pré-colonização, estima-se que havia 1 milhão de índios, que se dividiam em dezenas de tribos, segundo Ribeiro (1995). Estas tribos viviam em constante conflito, até mesmo entre aqueles que possuíam a mesma matriz cultural, motivados pela disputa das melhores terras para o plantio, a caça e a pesca. Para efeito de comparação, nesta

época, Portugal possuía praticamente o mesmo número populacional que a população indígena do Brasil.

Assim, a população brasileira nasce a partir de uma matriz tupi. Em um primeiro contato, houve o fascínio por parte dos índios pela cultura diferenciada dos europeus, que traziam riquezas e adornos jamais vistos. Essa cultura européia passou a se respeitada forçosamente através da escravidão e/ou catequização imposta pelos portugueses.

Uma das razões principais que contribuiu com a diversidade na formação étnica do Brasil foi o cunhadismo, costume indígena de oferecer aos estranhos à sua comunidade jovens índias para se esposarem. Com isso, o estranho passava a integrar parte da tribo e gozar de praticamente os mesmos direitos que os nativos, estabelecendo laços com os membros da família da jovem. Sendo assim, observa-se no período colonial, o surgimento de centenas de filhos mestiços que passaram a constituir uma parte da nova face étnica do Brasil. Igualmente, os franceses também se utilizaram do cunhadismo, principalmente, através das relações com os *Potiguara* e com os *Caeté*, que habitavam os atuais estados da Paraíba e de Pernambuco, respectivamente. Existem indícios que além deles, alguns espanhóis participaram do cunhadismo na costa brasileira, contribuindo também para a mestiçagem européia que se estabelecia no Brasil. A partir daí surgia o mameluco ou brasilíndio, fruto da mestiçagem do europeu, sobretudo, dos portugueses com as índias (RIBEIRO, 1995).

Outro importante elemento formador da composição étnica brasileira foi a vinda de escravos da África. Os primeiros contingentes chegaram ao Brasil, no terrível período da escravidão, na metade do século XVI e, neste período, não eram tão expressivos numericamente. Somente a partir do desenvolvimento da cana de açúcar no Nordeste e, com a necessidade de mão de obra para trabalhar no sistema de *plantation* é que os imigrantes africanos começaram a vir em quantidade cada vez maior. Não se sabe ao certo quantos negros vieram para o Brasil no período da escravidão. Ribeiro (1995, p. 161) aponta divergências entre alguns autores: “[variam] desde números exageradamente altos, como 13,5 milhões para Calógeras (1927) ou 15 milhões para Rocha Pombo (1905), até cálculos muito exíguos, como 4,6 milhões para Taunay (1941) e 3,3 milhões para Simonsen (1937)”. Já para Bassanezi (1995), a inserção da mão de obra africana para o trabalho nas lavouras

de exportação, resultou em um contingente de 4 milhões de cativos para o país até 1850.

A coerção imposta pelo regime escravocrata era desumana e o processo de deterritorialização dos africanos implicava em revoltas constantes e na forma mais perversa de aculturação, conforme relata Ribeiro (1995, p. 119):

Apresado aos quinze anos em sua terra, como se fosse uma caça apanhada numa armadilha, [...] era arrastado pelo pombeiro - mercador africano de escravos - para a praia, onde seria resgatado em troca de tabaco, aguardente e bugigangas. Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxada até o porto e o tumbeiro. Metido no navio, era deitado no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda. Escapando vivo à travessia, caía no outro mercado, no lado de cá, onde era examinado como um cavalo magro. Avaliado pelos dentes, pela grossura dos tornozelos e dos punhos, era arrematado. Outro comboio, agora de correntes, o levava à terra adentro, ao senhor das minas ou dos açúcares, para viver o destino que lhe havia prescrito a civilização: trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias do ano. No domingo, podia cultivar uma rocinha, devorar faminto a parca e porca ração de bicho com que restaurava sua capacidade de trabalhar no dia seguinte até a exaustão

Tamanha atrocidade fazia com que muitos destes homens perdessem sua identidade, pois, eram forçados a trabalhar até os limites de sua resistência física, quando não morriam por doenças ou suicídios, longe do convívio social, tratados como animais de carga e que não tinham direito a ter sequer uma condição mínima de sobrevivência. Mesmo relegados à uma posição subalterna, o contato com os europeus e até mesmo com os indígenas foi inevitável, permitindo que no Nordeste dos grandes latifúndios de cana de açúcar aparecesse uma nova formação de brasileiros, composta pela mistura dos negros com os europeus (mulatos) e dos negros com os índios (cafuzos). Desde então, surgiram as diferenças físicas e culturais inter-regionais no Brasil, como explica detalhadamente Ribeiro (1995, p. 97):

No plano lingüístico, o tupi-guarani, como língua geral, permaneceu sendo por séculos a fala dos brasilíndios paulistas. E no Nordeste açucareiro foi prontamente suplantado pelo português. Isso porque sua população principal de escravos e mestiços, sendo compelida a adotar a fala do capataz para se comunicar com os outros escravos, realizou o papel de consolidar a língua portuguesa no Brasil. Mais tarde, a escravaria maciça, conduzida para a região mineira no centro do país, cumpriria a mesma função de introdutora da língua portuguesa. A primeira onda de povoamento, constituída por paulistas, deu a quase todas as águas, serras e acidentes assinaláveis nomes em tupi, língua jamais falada pelos índios nativos da região. O brasilíndio do Nordeste seco, que foi quem ocupou as maiores áreas do Brasil, tangendo gado, não adotou nenhuma língua das regiões que habitou, mas foi outro difusor da língua portuguesa, porque seguramente já saíram do litoral lusitanizados. Desse modo é que, ao longo de décadas e séculos, vão surgindo modos brasileiros tão diferenciados uns dos outros, por suas singularidades, como homogeneizados pelo muito mais que têm em comum.

Na formação da população brasileira, percebe-se então uma multiplicidade étnica (portugueses, japoneses, italianos, africanos, espanhóis etc.) que se (re) territorializaram no Brasil buscando a manutenção dos seus valores culturais. Estes grupos contribuíram para que a população atual tivesse traços físicos e culturais diferenciados que marcam até hoje, os regionalismos no Brasil. Neste contexto, é nítida a influência cultural de determinadas grupos de imigrantes no território brasileiro, não somente nos aspectos físicos da população, como também na manutenção de hábitos, costumes, linguagem, entre outros aspectos, que permitem afirmar que o país é, essencialmente, multicultural.

Pode-se falar, então, que a formação da população brasileira é resultado de um hibridismo cultural? Ao recorrer a Canclini (2001), verifica-se que a concepção de hibridismo está sendo muito utilizada recentemente nos estudos culturais, embora, o autor ressalte que na obra de Plínio, o Velho (autor romano do século I), já existisse a menção a este conceito se referindo à migração dos antigos romanos durante a sua época, assim como faziam vários antropólogos e historiadores para explicar a mestiçagem dos povos mediterrâneos desde a Grécia Antiga e os resultados do expansionismo europeu sobre a América. Entretanto, somente no final do século XX, é que o conceito de hibridismo começou a ter uma ampla gama de utilizações referentes aos processos culturais, resultando em diversas abordagens, como: descrição dos processos étnicos e descolonizadores; processo de globalização; viagens e travessia de fronteiras; fusão artística e literária etc. Neste sentido, embora alguns autores façam uso de diversos outros conceitos

para explicar a formação étnica da América, como mestiçagem (RAMOS, 2004); sincretismo (CAVENACCI, 1995 e RAMOS, 1942); multiculturalismo (OLIVEIRA, 2006); transculturação (IANNI, 2000) etc., optou-se pela utilização do conceito de hibridismo cultural, visto que a palavra “híbrido” é, *ipsis literis*, o contato entre dois elementos distintos e que irão formar um novo elemento. Correlacionando isso aos aspectos socioculturais na formação do brasileiro, pode-se dizer que o hibridismo cultural é inerente neste processo, tendo em vista que a matriz indígena sofreu contato intenso com diferentes nacionalidades e etnias, resultando na singularidade da composição étnica brasileira.

Diante disso, é possível dizer que a inserção de novas etnias em território brasileiro, a partir do início do século XVI, trouxe grandes contribuições de cunho sociocultural para o país. Ao se estabelecerem em determinadas regiões do Brasil, os imigrantes trouxeram um pouco de sua cultura de seus países de origem e muitas delas passaram a ser incorporadas pelos próprios brasileiros. Logicamente, este contato com outras etnias trouxe mudanças em alguns aspectos, ou seja, a cultura foi sendo ressignificada ao longo do tempo. Mesmo assim, em algumas colônias étnicas, a coesão social, expressa pelos laços afetivos que unem seus membros acaba gerando certo tipo de segregacionismo diante do restante da população brasileira até os dias de hoje.

O que se ressalta é que os imigrantes tiveram grande participação na formação da população brasileira, recriando a sua identidade no país e manifestando a sua cultura pelo espaço. Isso acabou se refletindo em diversas cidades, cujos nomes foram dados em função da presença maciça de imigrantes, especialmente no sul, como o caso de Pomerode-SC (fundada por alemães), Nova Veneza-SC (fundada por italianos), Novo Hamburgo – RS (fundada por alemães) e Treze Tílias –SC (fundada por austríacos). Além dos nomes, observa-se facilmente em várias cidades brasileiras, a expressão da cultura material em edificações e também na cultura imaterial, através de festas típicas, que refletem um modo de vida dos antepassados.

2.4 OS IMIGRANTES NO BRASIL

Devido ao hibridismo cultural presente em território brasileiro, faz-se necessário abordar de forma mais detalhada a questão dos imigrantes no país. Para

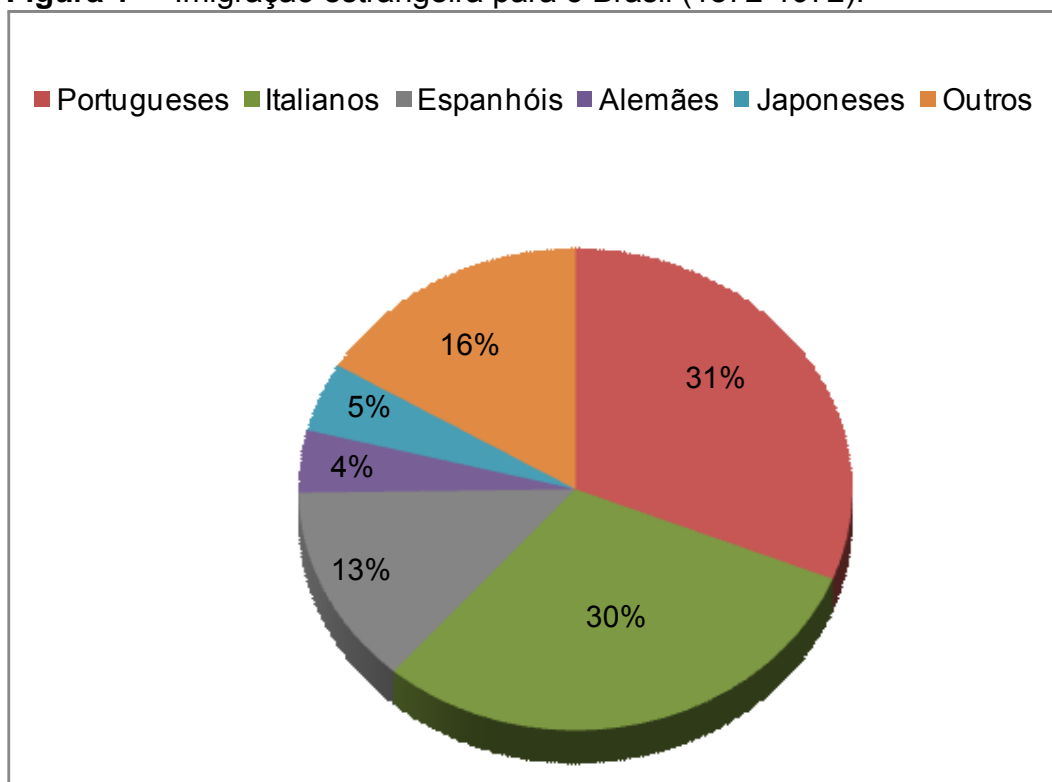
isso, é importante fazer uma análise dos aspectos quantitativos das imigrações a fim de verificar quais as principais nacionalidades que contribuíram para a composição étnica do Brasil e as razões que levaram milhões de indivíduos a se reterritorializarem em lugares tão longínquos.

Inicialmente, cumpre explicitar que os dados demográficos no país até 1750 eram obtidos indiretamente, ou seja, mediante outros levantamentos com as mais diversas finalidades, como por exemplo, relatórios de autoridades da Igreja sobre a contagem de fiéis. Após esse período, os levantamentos populacionais passaram a ser solicitados de forma direta pela Coroa Portuguesa, visando à contagem da população para fins militares. Em 1846, foi feito o regulamento censitário do Brasil, no qual se estipulou um intervalo de oito anos entre os levantamentos e fixou-se o ano de 1852 como marco do primeiro censo oficial do Brasil. Porém, com a revolta da população que acreditava que o censo tinha por objetivo escravizar os negros libertos, houve um adiamento da pesquisa. Somente em 1872 se conseguiu realizar, finalmente, o primeiro recenseamento nacional (IBGE, 2012).

Baseando-se em Levy (1974), que realizou um levantamento do número de imigrantes que vieram para o Brasil entre 1872 e 1972 utilizando-se de bases censitárias, anuários estatísticos, informações na Divisão Nacional de Imigração, entre outros, verifica-se que no período enfocado, o Brasil recebeu um contingente de 5.350.889 estrangeiros. Deste total, algumas nacionalidades tiveram uma maior representatividade do ponto de vista quantitativo, das quais se destacam: os portugueses, os italianos, os espanhóis, os alemães e os japoneses. Em relação aos dados apresentados sobre a imigração japonesa no Brasil, é importante frisar que só começaram a ser computados a partir do ano de 1900, pois, é neste mesmo ano que teve início a vinda deste grupo para o Brasil (Figura 1).

Interessante salientar que a presença dos imigrantes italianos que se estabeleceram no Brasil no período entre 1872-1972 se equiparava ao contingente de portugueses neste mesmo período e superava numericamente as demais nacionalidades que expressivamente se deslocaram para o país. Isso pode ser explicado, entre outros motivos, pela política do governo de incentivo aos imigrantes, neste período específico, visto que a partir da abolição da escravidão em 1888 no país, era necessário suprir a falta de mão de obra escrava nas grandes lavouras de café, principal produto de exportação paulista à época.

Figura 1 - Imigração estrangeira para o Brasil (1872-1972).



Fonte: Levy (1974), elaborado por Tatiana Colasante (2012).

Dentro desta perspectiva, além de contribuírem para o desenvolvimento econômico do país, os imigrantes tiveram papel fundamental na composição étnica da população brasileira, conforme já citado. No processo de desterritorialização-reterritorialização, também deixaram importantes legados socioculturais em diversas regiões do Brasil, muitas vezes, mantendo os costumes da pátria original ou ainda, resignificando seus modo de vida para a nova realidade que enfrentavam. Assim, o entendimento das motivações que resultaram na vinda dessas principais correntes migratórias para o país e a análise da contribuição destes estrangeiros para a sociedade auxilia na compreensão da construção das identidades territoriais do Brasil e, conseqüentemente, de muitos municípios brasileiros, como no caso de Londrina-PR.

2.4.1 Os Imigrantes Portugueses

Analisando os grandes deslocamentos populacionais que ocorreram no mundo, verifica-se que em muitos casos, determinados fluxos migratórios foram intensos e pontuais, o que permite que sejam analisados de uma forma mais

profunda. No caso do Brasil, os grandes movimentos migratórios iniciaram-se com os portugueses a partir da colonização, em 1500 e se estendeu até a metade do século XX. A intensidade deste fluxo se deu no final do século XVII, com a descoberta de ouro em Minas Gerais. A maioria dos portugueses veio das Ilhas Atlânticas dos Açores e das províncias do norte (Minho, Beira e Traz-os-Montes). Estes imigrantes concentraram-se, sobretudo, nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, trabalhando majoritariamente em serviços gerais e no comércio (BASSANEZI, 1995).

Neste sentido, identificam-se na trajetória da imigração portuguesa no Brasil, três diferentes tipos de imigrantes, com objetivos distintos na chegada ao local de destino. Em um primeiro momento, veio o português colonizador, com o intuito de estabelecer uma ocupação econômica e militar da terra. Em um segundo momento, tem-se o português motivado pelo enriquecimento na exploração das jazidas de ouro em Minas Gerais. E, por último, vieram os indivíduos de famílias pobres, selecionados pelo seu tipo físico para trabalharem nas fazendas cafeeiras (ROWLAND, 1992 apud BASSANEZI, 1995).

E quais seriam realmente os motivos que levaram os imigrantes portugueses a se deslocarem precariamente em embarcações, em viagens longas e cheias de imprevistos até o Brasil? Na tentativa de explicar melhor estas razões, especificamente a partir do século XIX, Pasckes (1991) traça uma conjuntura socioeconômica de Portugal neste período e demonstra que dados estatísticos da época não sugeriam que entre os séculos XIX e XX, Portugal tivesse um crescimento demográfico substancial que motivasse esse processo emigratório, além de ser um país de solo fértil, com a presença de minas de ouro, de ferro, de prata etc. Na realidade, o que motivou os imigrantes portugueses a virem para o Brasil, não foi somente a vontade de buscar riquezas em terras distantes, mas, se explica a partir da crise econômica que atravessava a Monarquia portuguesa no final do século XIX. Com a independência do Brasil, Portugal sofreu um profundo abalo no seu sistema mercantilista que repercutiu no seu sistema político. Sendo assim, as remessas através da emigração, foram a única fonte encontrada para que o país pudesse equilibrar seu déficit.

Em 1891, [...] a remessa dos imigrantes portugueses no Brasil, atingiam a soma de 14.000 contos de réis por ano. Na mesma época [...], as remessas dos imigrantes podiam ser classificadas de três formas: primeiro, os trabalhadores repatriados voltavam com uma soma entre 7.000 e 8.000 contos de réis. Segundo, as rendas anuais de alguns repatriados atingiam 3.000 a 4.000 contos de réis. E finalmente, as remessas feitas para as famílias enquanto pensão, esmolas, presentes, ficavam entre 2.000 e 3.000 contos de réis. As remessas foram de tal forma importantes que chegavam mesmo a ultrapassar a soma das exportações portuguesas para o Brasil no final do séc. XIX. Enquanto através das remessas Portugal recebia 18.000 contos de réis anuais, pelo comércio exportador, a soma não atingia 4.000 contos de réis anuais. (PASCKES, 1991, p. 85)

Retomando a periodização proposta por Rowland (1992 apud BASSANEZI, 1995), pode-se concluir que o deslocamento dos portugueses durante o segundo e o terceiro ciclo de imigração para o Brasil foi mais fácil em virtude do aprimoramento das técnicas, que permitiu uma viagem mais segura, pois, já se tinha um conhecimento das condições marítimas mais acurado. A adaptação desta nova leva de imigrantes também era mais fácil, devido ao fato de já existir um contingente significativo de portugueses no Brasil e a identificação com a língua e os mesmos costumes já era, por si só, um fator de êxito na adaptação dos recém-chegados.

Com relação ao processo de reterritorialização dos portugueses no Brasil, é interessante reforçar que o país foi intensamente povoado pelos nossos colonizadores que aqui estabeleceram uma cultura dominante, sufocando a cultura pré-existente, no caso dos indígenas, através de métodos de catequização para conter a subversão da população. Mediante as relações de poder e apropriação da terra e dos que nela habitavam, impondo regras e (re) ordenando o território através do direcionamento da constituição de colônias em determinadas localidades, o Brasil tornou-se, de certa forma, territorialidade portuguesa, tendo em vista que os nativos tiveram que se adaptar a uma cultura alheia, obedecendo as regras impostas por estes estrangeiros.

Por outro lado, mesmo estando no papel de colonizadores, os portugueses também tiveram que se adaptar às condições climáticas, às adversidades na lida com a terra, às relações com os indígenas etc. Ironicamente, os próprios indígenas tiveram grande contribuição no processo de adaptação destes imigrantes no Brasil, como relata A'b Saber (1960, p. 118):

Seu sustento [dos colonizadores], sobretudo de início, continuará a ser em grande parte o dos índios e quase sempre fornecidos pelos índios: pescado e mariscos, de que havia grande fartura em toda a costa, ou a farinha de mandioca, o pão da terra. Este chegara a ser grandemente apreciado por muitos adventícios e do próprio governador-geral constou que ia a ponto de preferi-lo ao de trigo.

Assim, os colonizadores tiveram que modificar alguns costumes para se adequar à nova realidade, como o consumo de alimentos alheios à sua cultura, a incorporação de hábitos de higiene, como o banho diário que era incomum na Europa etc. Portanto, mesmo sendo de seu domínio, o Brasil era estranho a eles. Logicamente por serem os colonizadores, os portugueses se sobressaíram em relação aos demais grupos étnicos que vieram para o país em diversos aspectos, como a facilidade de adaptação, a ascensão social e profissional etc. Fora os índios, os portugueses que chegavam também contavam com os laços sociais da solidariedade e amizade entre os portugueses que já estavam estabelecidos pelo território.

Este contato entre grupos étnicos tão distintos permitiu que houvesse um processo de intercâmbio cultural e, assim como os índios interferiram no modo de vida dos portugueses, a recíproca também se aplica. Como legado cultural, além da língua, que é um dos mais importantes elementos identitários, os portugueses trouxeram várias outras contribuições culturais que foram incorporadas ao cotidiano brasileiro, como o catolicismo e alguns estilos arquitetônicos peculiares, como o barroco, que pode ser observado em várias cidades mineiras e no litoral nordestino. Na gastronomia, o bacalhau é o destaque principal, sendo consumido comumente, no Brasil, na época da Páscoa.

2.4.2 Os Imigrantes Italianos

Outra corrente migratória significativa que veio para o Brasil foi a de italianos. Conforme explica Bassanezi (1995), a mobilidade populacional sempre foi uma característica marcante dos italianos, especialmente, para buscarem melhores condições de vida. Porém, entre o final do século XIX e o início do século XX, houve uma particularidade no tocante às migrações italianas, explicada pelas mudanças políticas e pelo descompasso evolutivo entre as diferentes regiões italianas através

da modernização em alguns setores produtivos, intensificando o fluxo migratório para outros países da Europa e para a América.

Retrocedendo um pouco mais neste entendimento, verifica-se que após a dissolução do Império Romano do Ocidente (no ano de 476 d.C.), ocorreu a fragmentação da Itália, que se transformou em uma região dividida entre várias unidades políticas independentes entre si. A partir do Congresso de Viena, em 1815, estas regiões foram dominadas por austríacos, franceses e também pela Igreja Católica. A unificação italiana só ocorreu em 1861, resultando em diversos problemas para o país, principalmente, porque era necessária uma maior homogeneização da Itália, do ponto de vista político, econômico e social. Além disso, era essencial a (re) construção da identidade italiana, ou nas palavras de D'Azeglio, um dos mentores da unificação: “Nós fizemos a Itália: agora temos que fazer os italianos” (SANTOS, 2006 p. 1). Isso porque antes da unificação, a capital italiana sofreu várias mudanças: Turim, Florença e só depois chegou a ser Roma. Assim, os italianos tinham nesta época a identidade territorial reconhecida apenas através de suas províncias e não em torno do país como um todo, o que só veio ocorrer quando passaram a emigrar para diversos países e ali passaram a ser conhecidos somente por “italianos” e não como sicilianos ou napolitanos, por exemplo.

Poucos anos após a unificação italiana, começaram os grandes fluxos migratórios de italianos para o Brasil que, na sua maioria, se estabeleceram em São Paulo. Isso se explica pelo fato do governo subsidiar a vinda destes imigrantes através de políticas migratórias, favorecendo, em especial, a população de origem agrícola. Essa busca pelo Brasil e outros países da América Latina, principalmente a Argentina, como local de destino se deu até a década de 1890, quando os imigrantes italianos passaram a buscar melhores oportunidades nos Estados Unidos (BASSANEZI, 1995).

Nas fazendas de café, os imigrantes, geralmente, não tinham opção a não ser assinar os contratos de trabalho que eram estabelecidos pelos fazendeiros. Considerando que a produção do café possui várias etapas, os imigrantes podiam escolher as formas de contrato que eram peculiares a cada uma dessas etapas de produção. A primeira etapa constituía-se da contratação de trabalhadores que não possuíam vínculos com a fazenda para a derrubada e/ou queima das florestas para ampliação das fazendas. Neste serviço, os trabalhadores

recebiam um salário mensal ou trimestral, além de casa e comida. A segunda etapa era a chamada empreitada, caracterizada pela formação convencional do cafezal, através de aberturas de covas para plantar o café e manter o terreno limpo para os anos subseqüentes. Durante este período, os imigrantes podiam plantar milho e feijão entre as fileiras do cafezal. O pagamento variava de acordo com as possibilidades financeiras do imigrante: aqueles que dispunham de capital e podiam arcar com as despesas da empreitada (inclusive, a contratação de outros empregados e a derrubada da floresta), recebiam uma quantia em dinheiro correspondente ao número de pés de café entregues no fim do contrato. Mas, a maioria não dispunha de capital para cobrir as despesas e, por isso, recebiam apenas uma parte da primeira colheita do café (ALVIM, 1986, apud TEIXEIRA, 2006).

Neste aspecto, surgiram dois tipos de contrato de trabalho como forma de regularizar as formas de trabalhos dos imigrantes em território brasileiro: o colonato e a parceria. O primeiro foi utilizado mais incisivamente nas fazendas de café paulista, enquanto o segundo foi amplamente praticado em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. No sistema de parceria, cada família de imigrantes (colonos) era responsável por dada quantia de cafezais, os quais deveriam tratar, cultivar, beneficiar e colher. Após a venda do café, o fazendeiro se encarregava de entregar ao colono metade do produto líquido da venda. Uma das formas de manter os imigrantes em suas fazendas e garantir a estabilidade da força de trabalho era através das dívidas, pois, tinham que arcar com custos da sua vinda ao Brasil, alimentação, medicamentos e outros serviços básicos, que eram obtidos, majoritariamente, na própria fazenda, resultando em uma espécie de relação de escravidão por dívidas, visto que a maioria não conseguia quitá-las, por conta dos juros estabelecidos pelos cafeicultores, conforme relata Missura (2003 apud TOSI; FALEIROS; TEODORO, 2005).

Já o sistema de colonato surgiu com o advento da imigração subvencionada, ou seja, com o financiamento do poder público na entrada dos imigrantes italianos para o Brasil, de onde se enfatizam as especificidades da política paulista, a quem interessava obter força de trabalho para a agricultura. Destaca-se também o período compreendido entre 1886 e 1896, quando funcionava a Sociedade Promotora da Imigração, em São Paulo, órgão estatal que regulou todo o processo de subvenção. A atuação da Sociedade Promotora concentrou-se

basicamente em três pontos: pagamento de subsídio às famílias imigrantes que tivessem indicação de parentes residentes em São Paulo; contrato com o governo provincial, para introdução de famílias imigrantes e o recrutamento do transporte para os imigrantes desde o local de origem, na Europa, até o Brasil, no porto de Santos (PETRI, 2010).

O sistema de colonato se caracterizava pela relação de trabalho essencialmente familiar. Ao empregar o chefe de família, o fazendeiro, ganhava uma grande força produtiva, contratando também mulheres, filhos mais velhos e, em alguns casos, até crianças, nos períodos de colheita. Neste tipo de contrato, cada família recebia um número pré-determinado de pés de café para serem cultivados durante o contrato de um ano. Eventualmente, alguns imigrantes eram forçados a realizar outros tipos de serviços na fazenda quando solicitados como reparar cercas, construir estradas, cuidar dos pastos etc. Vale lembrar que neste sistema, os colonos é que compravam as ferramentas para lidar com a terra (TEIXEIRA, 2006).

No início do século XX, começou um declínio da imigração italiana para o Brasil, explicado por fatores importantes, como a crise de 1929 que, culminou com a queda nas exportações de café e a falência de muitos fazendeiros paulistas. Somam-se a isso, as notícias sobre as péssimas condições de trabalho do imigrante italiano no Brasil, que culminou com a proibição de transporte da Itália para o Brasil através do Decreto Prinetti⁶. Na década seguinte, outros entraves contribuíram para que houvesse uma estagnação do número de imigrantes italianos no Brasil, como as leis restritivas aos estrangeiros no Brasil e a expansão do fascismo⁷ entre os imigrantes.

Com relação à reterritorialização dos italianos no Brasil, Bassanezi (1995) comenta que sua integração foi bem mais rápida e intensa do que em outros locais como Estados Unidos e Argentina. Mesmo assim, no sul do Brasil, alguns

⁶ Devido às crescentes queixas dos italianos residentes no Brasil sobre a precariedade de sua condição de vida, levou o governo italiano a tomar uma atitude contra o recrutamento de imigrantes entre março de 1889 e julho de 1891, que ficou conhecida como Decreto Prinetti, nome do Ministro das Relações Exteriores da Itália na época, proibindo a imigração subsidiada para o Brasil. Aqueles que ainda sim quisessem ir para o país, poderiam continuar a fazê-lo, mas sem obter ajuda do governo italiano (FAUSTO, 1996).

⁷ Nos anos de 1920, o regime fascista recuperou a antiga idéia de criar uma Itália no exterior via emigração, objetivando a expansão das fronteiras econômicas e culturais italianas através da mesma. Essa política – que se estendeu até o final da década de 1920 – refletiu os interesses do governo fascista no Brasil, enxergando o país como um terreno fértil para conseguirem esses objetivos (BERTONHA, 1997).

grupos se isolaram e acabaram constituindo grupos homogêneos, demorando mais tempo para se integrarem. Este processo foi marcado também pela ocupação dos italianos em atividades urbano-industriais, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, onde muitos se tornaram proprietários.

Assim como os portugueses, os italianos também trouxeram grandes contribuições culturais para o Brasil, como a culinária, baseada fundamentalmente em massas, consumidas amplamente por todo o país; a arquitetura típica em alguns estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul; algumas expressões lingüísticas como “tchau” e “paura” e elementos religiosos que vieram a ser incorporados no catolicismo do país, como igrejas, capitéis, imagens sacras, entre outros, conforme apontam Piccin e Bezzi (2009).

2.4.3 Os Imigrantes Espanhóis

Com relação aos espanhóis, pode-se dizer que o Brasil não foi escolhido de forma maciça por estes imigrantes que buscaram em outros países da América melhores oportunidades de vida, como Argentina e Cuba que concentraram cerca de 80% das imigrações espanholas entre 1882 e 1930, segundo informações de Martínez (2000).

Chama a atenção também os escassos registros sobre os espanhóis no Brasil, diferentemente dos italianos. Algumas hipóteses levantadas sobre a questão seriam o alto índice de analfabetismo destes imigrantes, que impediam a produção de relatos e memórias destes viajantes; por outro lado, havia uma postura oficial que condenava a imigração, o que poderia explicar a ausência de relatos por aqueles que tinham certo grau de escolaridade (BASSANEZI, 1995).

Os espanhóis chegavam ao Brasil atraídos pela imensa propaganda que o governo fazia na época. A partir do século XIX, alguns problemas contribuíram para a intensificação do movimento migratório espanhol, como o desenvolvimento industrial tardio do país e a manutenção de uma estrutura fundiária arcaica. Até o início do século XX, a grande maioria da população espanhola sobrevivia direta ou indiretamente da agricultura. Com a elevação da taxa de natalidade e a redução dos investimentos no campo, a população foi forçada a buscar melhores condições de vida nas cidades. Porém, este êxodo rural, composto na sua essência, por trabalhadores braçais e que não tinham uma escolaridade, não trouxe benefícios

para os agricultores, visto que nas cidades se buscavam profissionais com qualificação para o trabalho nas indústrias. Assim, uma das alternativas que restava era o embarque para outros países, como o Brasil (GUIMARÃES e VAINFAS, 2000).

Para o governo brasileiro, a vinda dos espanhóis tinha como objetivo preencher os postos de trabalho abandonados por italianos, especialmente após o Decreto Prinetti. Diferente dos italianos, que vieram em época de prosperidade do Brasil, no auge da produção cafeeira, os espanhóis tiveram poucas oportunidades de trabalho, além de possuírem menos qualificação do que a maioria dos imigrantes italianos. Fora o trabalho nas fazendas, alguns espanhóis se estabeleceram na cidade de São Paulo, onde habitavam de preferência os bairros da Móoca e do Brás, típicos bairros operários do começo do século XX. De acordo com alguns dados estatísticos apurados por Martins (1989) sobre acidentes de trabalho na cidade de São Paulo nesta época, provavelmente, a maioria dos espanhóis se ocupava de profissões menos qualificadas como pedreiros, ajudantes de pedreiros, cocheiros, condutores de bonde, operários, trabalhadores braçais etc.

Pelas informações escassas disponibilizadas sobre a imigração espanhola, algumas referências se tornam contraditórias. Klein (1994 apud BASSANEZI, 1995), por exemplo, enfatiza que os espanhóis possuíam uma singularidade com relação aos demais grupos migratórios pelo fato de se deslocarem em unidades familiares, contando com um grande número de mulheres e crianças. Por outro lado, Guimarães e Vainfas (2000) afirmam que os registros dos órgãos governamentais que controlavam a entrada e saída de imigrantes no Brasil, indicam que a maioria dos imigrantes espanhóis que chegava ao país era adulto jovem, do sexo masculino, proveniente das zonas rurais e que, mesmo quando eram casados, costumavam viajar desacompanhados.

A adaptação dos espanhóis no país não foi fácil, principalmente, pela questão socioeconômica, que impunha aos recém-chegados péssimas condições de moradia nas principais cidades escolhidas por eles: Santos, Rio de Janeiro e São Paulo. As ofertas de emprego eram disputadas com a população mais pobre do país, sobretudo mestiços e negros. Além disso, as jornadas de trabalho eram extensas de até 16 horas por dia. Com todas as dificuldades, não era incomum que muitos imigrantes espanhóis acabassem na marginalidade. O grupo que mais se adaptou ao Brasil, em especial no Rio de Janeiro, foi o dos espanhóis originários da Galícia, visto que possuíam afinidades étnicas, lingüísticas e culturais com os

portugueses que lá estavam estabelecidos. Assim como os italianos e os portugueses, os espanhóis criaram também caixas de socorro mútuo, - muito comum nas cidades brasileiras por volta de 1875 – composta por várias organizações que visavam dar um mínimo de proteção aos trabalhadores e suas famílias, como auxílio médico, financeiro e jurídico. Participando ativamente do movimento operário nos grandes centros urbanos, no início do século XX, o trabalhador espanhol, acabou sendo rotulado de “anarquista” (GUIMARÃES; VAINFAS, 2000).

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos espanhóis reterritorializados no Brasil, em um trabalho realizado por Gatazz (1996) a respeito da história oral dos imigrantes espanhóis no país, verifica-se que grande parte dos entrevistados não gostaria de voltar ao seu país de origem, justamente pelos laços identitários que foram construídos ao longo dos anos dentro do processo de adaptação cultural, refletido na constituição de numerosas famílias de espanhóis cujos filhos nasciam em território brasileiro, estreitando ainda mais a identidade territorial com o Brasil.

A respeito do legado cultural dos espanhóis, Martins (1989, p. 12, grifo nosso) reforça a questão da falta de informações precisas sobre o assunto e ainda compara o desempenho dos imigrantes espanhóis com os japoneses que se estabeleceram no Brasil:

O grande surto imigratório de ambos os grupos se dá aproximadamente na mesma época [...]. Ambos imigraram predominantemente em família, com baixa porcentagem de imigrantes avulsos. Ambos foram predominantemente encaminhados para o interior, para as regiões cafeeiras e, particularmente, para as zonas novas. Ambos, quando se tornaram proprietários de terra, tinham as menores áreas médias por estabelecimento rural. **O japonês, no entanto, enriqueceu relativamente depressa e manteve uma identidade cultural que o espanhol imigrante não conseguiu manter.** Este foi, provavelmente, com o português, o imigrante mais facilmente assimilado, coisa que não ocorreu com o italiano na mesma intensidade. O espanhol desapareceu na sociedade brasileira praticamente sem deixar sinal. Nem mesmo ficou a memória dessa diferença, que existiu um dia e durante um certo tempo.

Sendo assim, destaca-se que a imigração espanhola, apesar de contribuir para a composição étnica da população, tendo em vista que muitos indivíduos no país descendem dessa nacionalidade, não conseguiu manter grandes traços culturais de destaque e influenciar fortemente na identidade territorial do

Brasil, diferente de outros imigrantes que conseguiram deixar suas marcas culturais bem evidentes no processo de reterritorialização. Entretanto, destaca-se algumas contribuições culturais dos espanhóis e que ainda hoje são utilizadas pelos brasileiros, como determinadas danças que incorporaram passos de sapateado e a utilização das palmas na sua execução, como a chula nordestina e a catira ou cateretê, típica de do centro-sul do Brasil. Outro legado interessante é o consumo do churro (doce frito feito de farinha de trigo e água), originário da Espanha e que foi totalmente aceito e incorporado ao consumo dos brasileiros.

2.4.4 Os Imigrantes Japoneses

Os grandes fluxos imigratórios do Japão começaram tardiamente, a partir de 1880 para o Havaí, Estados Unidos, Peru e México. A vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil ocorreu quase trinta anos depois, em um contexto de mudança socioeconômica do Japão, com a Restauração Meiji⁸. Este fato contribuiu para o aumento do número de desempregados no país, aliado à superpopulação e a crise na produtividade agrícola e industrial, que culminaram com a imigração japonesa para o Brasil. Outro elemento que contribuiu para que os japoneses viessem tardiamente para o país foi a postura do próprio governo japonês, que alegava serem motivos de restrição ao Brasil: a distância e a falta de comunicação regular entre os países; a ausência de financiamento por parte de companhias interessadas na emigração, para responder pelo repatriamento caso não houvessem os resultados esperados e pela necessidade do Brasil em obter mão de obra para a cafeicultura, o que diferia dos interesses japoneses em se tornarem pequenos proprietários (BASSANEZZI, 1995).

De fato, para o governo brasileiro, a vinda dos imigrantes japoneses era necessária em virtude da proibição das imigrações para o Brasil do governo italiano, o que provocou algumas lacunas na mão de obra cafeeira. Para Sakurai (2000), os anos compreendidos entre 1908 e 1924, podem ser considerados como uma fase experimental da imigração japonesa no Brasil, visto que nem os japoneses nem os brasileiros estavam certos sobre o sucesso desse novo ciclo de migrantes

⁸ Com a Restauração Meiji, o Japão atravessou uma fase de transição, na qual deixou de lado o período feudal e sua política isolacionista e entrou para um período marcado pela expansão industrial e a abertura do comércio para o Ocidente (TAKENAKA, 2003).

em terras brasileiras. Kodama (2000) explica que os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil vieram em 1908, no navio Kasato Maru, que aportou em Santos. Os imigrantes chegavam esperançosos e acreditavam que iriam conseguir melhores condições de vida para que, posteriormente, pudessem retornar à terra natal. Entretanto, os japoneses se depararam com algumas dificuldades que impediram, para muitos, a concretização destes objetivos. Primeiramente, eram as próprias companhias de imigração que escolhiam os lugares de trabalho destes imigrantes, o que afastava a possibilidade de juntarem um montante de renda para regressarem ao Japão. Em segundo lugar, os imigrantes começaram a perceber que o próprio Estado japonês não tinha intenções de financiar a sua volta.

O ápice da imigração japonesa foi entre 1925 e 1934, quando houve a entrada de mais de 120 mil imigrantes no Brasil. A maioria dos imigrantes chegava por intermédio das companhias de imigração, como a Bratac (Brasil Takushoku Kumiai) e a KKKK (*Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*). A primeira adquiriu no ano de 1929 quatro grandes glebas de terras nos estados de São Paulo e Paraná, nas quais foram criadas as colônias de Bastos, Alianças e Tietê, no estado de São Paulo, e a de Três Barras no estado do Paraná (TAKEUCHI, 2008). Já a segunda, tinha objetivos bem maiores, como o de se instalar como empresa no Brasil a fim de implantar o maior número possível de colônias sob sua supervisão, segundo relata Sakurai (2000).

Com a presença cada vez mais intensa dos imigrantes japoneses no Brasil, havia por parte do governo e de alguns intelectuais, uma preocupação com o “perigo” que os japoneses pudessem representar para o país. Neste contexto, conforme explica Sasaki (2006), tem-se o fato de que no início do século XX, ocorria uma discussão em torno do atraso socioeconômico brasileiro, que buscava ser explicado através de formulações sociológicas, medicina social e políticas públicas, utilizando-se das idéias de alguns pensadores brasileiros como Nina Rodrigues, Paulo Prado, Manuel Bonfim, Oliveira Viana etc. e influências estrangeiras como Gobineau e Lombroso. Dentre outros fatores, com o preconceito intelectual da época, atribuiu-se à presença negra no Brasil, o atraso do país nos aspectos sociais e econômicos. Dessa maneira, justificava-se a constante busca por imigrantes europeus brancos e os japoneses não eram bem vindos.

Os “amarelos”, isto é, os asiáticos, não condiziam com os ideais da construção da identidade nacional brasileira, que era baseada na política de embranquecimento, embora eles tenham sido vistos como uma alternativa para compor a mão-de-obra e atender à demanda na lavoura cafeeira [...]. Pelo fato de o japonês não ser nem branco nem negro, os japoneses eram aqueles que não podiam achar facilmente o seu lugar no contexto brasileiro. Negros e brancos eram as duas pontas de uma tensa relação racial que atravessava as diversas naturezas das relações sociais estabelecidas no Brasil. (SASAKI, 2006, p. 100)

Vale ressaltar que a partir da década de 1930, a questão do embranquecimento da população é amplamente discutida por políticos e utilizada freqüentemente nos discursos do governo de Getúlio Vargas. Cita-se neste contexto, a declaração do sociólogo Oliveira Vianna na qual afirma que o japonês era indesejável porque “[...] é como enxofre: insolúvel” (VIANNA, 1934 apud VAINER, 2000, p. 19). Ou ainda a declaração do médico Xavier de Oliveira:

O amarelo é indesejável porque é inassimilável [...]. Se ele é inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia propriamente, mais ainda o é de maneira integral, do ponto de vista do seu psiquismo. Isto como uma característica de seu normo-tipo racial e, mais até, por sua própria constituição intra-psíquica, sem esquecer, nem pôr de lado, as razões mais profundas, diria, de seu misticismo religioso, mesclado com o fanatismo patriótico. (OLIVEIRA, 1937 apud VAINER, 2000, p. 19)

Dessa forma, apesar da necessidade da vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil, fica clara a postura anti-nipônica adotada por diversos políticos e intelectuais influentes na sociedade brasileira, que culminou com a discriminação desses indivíduos, especialmente nas primeiras décadas de reterritorialização no país. Sasaki (2006) acrescenta que os imigrantes japoneses se estabeleceram em vários outros núcleos coloniais, como no norte do Paraná, Mato Grosso do Sul e Pará. No estado de São Paulo, maior receptor do número de imigrantes japoneses, os nipônicos tiveram grande participação no desenvolvimento agrícola ao se instalaram ao redor da capital para a formação do Cinturão Verde, que abastecia a Região Metropolitana de São Paulo. O fato de morarem em grandes grupos em determinados bairros da capital paulista, fez com que houvesse a construção de uma identidade territorial muito acentuada nestes locais, como a Liberdade e Pinheiros.

Em comparação com os outros grupos de imigrantes citados em tópicos anteriores, os japoneses tiveram um tempo curto de permanência nas lavouras de café paulista, de onde partiram para se estabelecer em colônias em outras localidades. O período inicial do estabelecimento nas lavouras foi marcado por muitas dificuldades e barreiras de adaptação à língua, os hábitos e o clima, entre outros. Uma das exigências no contrato de imigração dos japoneses para o Brasil era que cada família tivesse, no mínimo, três trabalhadores braçais, o que fez com que muitas famílias encaixassem pessoas de fora à própria família para se enquadrarem nas exigências. É o que Bassanezzi (1995) chama de artificialidade da família, fato que trouxe muitos problemas para todo o grupo, pois, muitos jovens inseridos nessas famílias, desistiam do trabalho na lavoura.

O período que vai de 1924 até 1941 foi marcado pela ascensão social de grande parte dos imigrantes japoneses. Nesta época, a presença japonesa era facilmente percebida nos grandes centros, como São Paulo. Os subsídios do governo japonês à imigração, a partir de 1924, motivaram a vinda de muitos imigrantes neste período, auxiliado pelo já estabelecimento de uma rede social que buscava trazer parentes e amigos para o Brasil. Uma das características dessa segunda fase da imigração japonesa é a diversidade na origem destes japoneses que, começaram a vir de núcleos eminentemente urbanos como Tóquio e Osaka, motivados pela instabilidade econômica e a aceleração industrial no país, além problemas de ordem natural como terremotos, que assolaram várias partes do Japão no período exposto. Soma-se a isso, a imensa propaganda que foi feita pelas companhias de imigração, motivando milhares de japoneses a migrar para o Brasil (SAKURAI, 2000).

De forma resumida, têm-se então duas fases distintas da imigração japonesa no Brasil: a primeira, que vai de 1908 a 1924, marcada por uma imigração financiada pelo governo brasileiro, baseada no sistema de colonato, no qual os imigrantes já chegavam ao Brasil com contratos pré-estabelecidos com os fazendeiros de café. Em um segundo momento, entre 1924 e 1941, a imigração japonesa ao Brasil passa a ser tutelada, ou seja, subsidiada pelo governo japonês. Para garantir uma maior eficiência no processo migratório, as companhias colonizadoras passaram a disponibilizar uma infra-estrutura de apoio, através de associações, escolas e até mesmo bancos próprios. Mesmo assim, nem todos os

imigrantes se dirigiram para estas colônias do governo japonês, preferindo se estabelecer em locais de iniciativa própria.

Fundamentalmente, a imigração japonesa para o Brasil foi marcada pela diferença, pois, em comparação aos demais imigrantes parecia que não havia muito em comum entre os japoneses com o Brasil. As fortes tradições familiares, a lida com a terra, a forma de organização e tantos outros aspectos, marcaram as particularidades desses imigrantes no país. O estabelecimento em colônias étnicas era um modo de preservar a sua territorialidade, mantendo a sua história para as futuras gerações, pela aprendizagem da língua materna e a conservação dos costumes, criando uma unicidade cultural singular entre esse povo. Atualmente, a cultura japonesa é fortemente percebida no território brasileiro, através da culinária típica; festas temáticas; alguns costumes como o Karaokê e a leitura de mangás; técnicas particulares de agricultura; expansão do budismo; técnica de cultivo de plantas ornamentais, como o bonsai e outras centenas de contribuições culturais. Com isso, são criadas esferas de influência, verificadas no caso da concentração dos imigrantes e seus descendentes em um local específico, como o Bairro da Liberdade em São Paulo e em alguns locais de comércio da área central de Londrina-PR.

2.4.5 Os Imigrantes Alemães

A história da migração alemã é bem antiga e data do século XIV quando as primeiras correntes imigratórias se dirigiram primeiramente para a Rússia e, posteriormente para a Polônia, Estônia, Letônia e Lituânia, região que viria a ser chamada de Prússia Oriental. No século XVII, grande fluxo de alemães se destinou aos Estados Unidos buscando maior liberdade religiosa, onde se estabeleceram, principalmente, na Pensilvânia. O país foi o que mais recebeu imigrantes alemães, majoritariamente no período de 1680 a 1760. Para entender as motivações destes imigrantes em deixar seus locais de origem, é necessário analisar o contexto social, político e econômico pelo qual a Alemanha passava. Inicialmente, verifica-se que era um país fragmentado em diversos sentidos e que, provavelmente, a única coisa comum que tinha entre as regiões alemãs até a unificação, em 1871, era a língua, unificada a partir da tradução do latim para o alemão da Bíblia, por Martinho Lutero. Neste aspecto, ligam-se outros fatores que se abatiam sobre a Alemanha como

guerras, desigualdade social, desenvolvimento industrial que culminou com uma grande massa de desempregados no campo e contribuíram para que os alemães começassem a emigrar do país de forma maciça, conforme explica Braun (2010).

Já a vinda dos primeiros imigrantes alemães no Brasil possui certa disparidade com relação às datas ao se verificar a bibliografia existente sobre o tema. Seyferth (2000) e Fouquet (1974 apud KUHLMANN, 2010) afirmam que foi a partir de 1808, principalmente, com a política de concessão de terras aos estrangeiros no regime de sesmarias, que os primeiros alemães começaram e se estabelecer em território brasileiro, fundando a Colônia Leopoldina, primeira colônia na Bahia, em 1818. Em contrapartida, Gregory (2000) afirma que os primeiros imigrantes alemães no Brasil estabeleceram-se no sudeste e sul do país onde, a partir de 1824, fundaram a colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. E, por fim, Braun (2010) aponta que em 1818 já existia a presença de suíços de descendência alemã no país, que fundaram a cidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Enfim, mesmo com a divergência nas informações, os autores supracitados concordam que no início do século XIX, os alemães já estavam presentes em território brasileiro.

O estabelecimento dos alemães em colônias, nas quais trabalhavam com pequenas propriedades rurais, contribuiu para que desenvolvessem certo isolamento, conservando a língua e os costumes de seu país de origem. Este fator gerava certo temor ao governo brasileiro, especialmente no período entre as grandes guerras mundiais que aumentou o sentimento nacionalista do país, que temia conflitos com os imigrantes, fazendo com que a imigração fosse vista como algo a ser controlado, reprimindo a disseminação da cultura dos estrangeiros em território brasileiro.

Braun (2010) explica que o interesse do Brasil na vinda dos alemães para o país foi motivado por uma necessidade de ocupação territorial, especificamente na região sul. Com as disputas frequentes com os holandeses, franceses e espanhóis pelo território brasileiro e, sendo a Imperatriz Leopoldina de origem austro-húngara, intencionou-se que a vinda de imigrantes alemães para o sul do país seria uma boa alternativa para resguardar a segurança do país, mesmo porque os alemães eram considerados excelentes no campo militar devido aos inúmeros conflitos pelos quais a Alemanha passou.

Antes da chegada dos imigrantes alemães, o governo brasileiro já havia tentado estabelecer uma colônia de povoamento no sul do país com vistas à ocupação territorial. Sabe-se que, na segunda metade do século XVIII, imigrantes vindos da Ilha de Açores, em Portugal, chegaram a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul. Porém, o número insuficiente de imigrantes açorianos, que não conseguiu efetivar uma ocupação territorial como almejava o governo, contribuiu também para que houvesse a necessidade de buscar um contingente maior de pessoas para ocupar estas regiões do Brasil. O primeiro empreendimento colonizador alemão que obteve a prosperidade no Brasil foi o assentamento de imigrantes na Imperial Feitoria do Linho Cânhamo, em 1824, no Rio Grande do Sul, as demais colônias acabaram por não corresponder às expectativas na sua organização econômica. Outro destaque são as colônias de São Pedro de Alcântara (Mafra- SC) e Rio Negro (na cidade de mesmo nome, no Paraná), que foram fundadas em 1829. A partir deste período, até meados da década de 1840, houve uma estagnação no fluxo migratório alemão em virtude de conflitos no sul do país – Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (SEYFERTH, 2000).

Sobre o número aproximado de imigrantes alemães que vieram para o Brasil, Bassanezi (1995) faz uma ressalva ao lembrar que no século XIX, os alemães integravam as minorias nacionais de muitos países da Europa. Dessa forma, sabe-se que muitos eslavos, russos, húngaros e poloneses vinham para o Brasil como “alemães”, pois, se consideravam como tais, buscando se estabelecer nas colônias do sul do país. Em comparação às outras correntes migratórias expressivas que vieram para o Brasil (portugueses, italianos, espanhóis e japoneses), os alemães foram os que tiveram um menor número de indivíduos se deslocando para o país. Mesmo assim, a unicidade territorial na qual formaram as suas colônias, reproduzindo seu modo de vida e construindo uma reterritorialização pautada no isolacionismo, foi uma das mais marcantes entre as nacionalidades citadas. Esta questão foi amplamente discutida no período após a década de 1930, quando houveram várias investidas dos nazistas em áreas de colonização, o que preocupava o governo brasileiro.

Embora viessem para o Brasil para trabalhar, em um maior fluxo, na agricultura, nem todos os imigrantes alemães eram, na sua essência, trabalhadores rurais. Vieram para o Brasil também artesãos, industriais, comerciantes, profissionais do meio urbano, religiosos, professores e até alguns nobres. Como contribuição da

cultura alemã no Brasil destaca-se a arquitetura de algumas cidades no sul do país; a introdução de certos hábitos alimentares; festas temáticas; a religião protestante; o cultivo do trigo e a criação de suínos e até mesmo a contribuição na formação de um campesinato típico, caracterizado por traços da cultura camponesa da Europa Central (GREGORY, 2000).

Em síntese, ademais das adversidades enfrentadas pelos imigrantes seja no seu local de origem quando muitos enfrentavam guerras, recessão econômica e péssimas condições de vida, é notável a influência que esta cultura estrangeira trouxe para o Brasil, onde permanece até os dias atuais, mesmo que ressignificada. Como dito anteriormente, os regionalismos do país são fortemente marcados por este hibridismo cultural que fornece a tônica para a composição étnica do Brasil. Interessante verificar como cada estado brasileiro e também os seus municípios se desenvolveram a partir dessas especificidades, portando uma identidade territorial construída em função do processo de ocupação territorial e da dinâmica populacional, ou seja, da influência dos fluxos migratórios inseridas neste contexto, como é o caso do estado do Paraná e, por conseguinte, do município de Londrina.

3 TERRITÓRIO E IDENTIDADE PARANAENSE: DISCURSOS E INFLUXOS

Neste capítulo são discutidos alguns aspectos históricos referentes às diferentes fases de ocupação do Paraná, enfatizando a partir daí, como se estabeleceram as peculiaridades sócio-culturais existentes entre as diferentes regiões do Estado, verificadas até o presente momento. Através da análise da ocupação territorial, foi abordada a questão da vinda de imigrantes estrangeiros para o Paraná e sua contribuição para a ocupação efetiva do mesmo e, conseqüentemente, para a formação étnica do paranaense. Neste cenário multicultural, levantam-se questões referentes à identidade territorial paranaense, no sentido de discutir a existência de elementos culturais que sejam comumente reconhecidos e partilhados por toda a população como forma de conservação da cultura do Paraná.

Destaca-se também a região norte do Estado, na qual está inserido o município de Londrina, objeto de estudo do trabalho e que passou por diferentes fases de ocupação, além de ter sido foco da ação colonizadora da CTNP, o que permite que as cidades dessa região possuam especificidades com relação à sua formação territorial.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

O estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil, possui uma população aproximada de 10.500.000 habitantes (IBGE, 2010). Uma das características da ocupação territorial do estado é seu processo desigual e descontínuo entre as diferentes regiões. O início do povoamento remete ao período colonial, através de disputas territoriais entre Portugal e Espanha. A maior parte do atual território paranaense pertencia à Espanha. Em função disso, durante o século XVI, houve a instalação de vários povoados e reduções jesuíticas espanholas. Grande parte do território paranaense pertencia à Província del Guayrá, que tinha uma população indígena de milhares de pessoas, na qual desenvolviam o plantio de milho, mandioca, criação de gado e extração de erva mate. Com a destruição das reduções pelos bandeirantes paulistas, no final do século XVI, novos conflitos fizeram com que a demarcação do território paranaense ficasse comprometida (FAJARDO, 2008).

Historicamente, é necessário compreender os diferentes ciclos de exploração pelos quais o estado passou para relacionar com a formação e evolução das regiões. Para auxiliar neste entendimento, Konzen e Zapparoli (1990) elencaram os seis principais ciclos de exploração que contribuíram para o processo de ocupação:

- A) Escravo-indígena:** esta fase de ocupação tem início com o estabelecimento de reduções jesuíticas espanholas no século XVI, especialmente, na região onde hoje estão localizadas as cidades de Paranaguá e Curitiba, com objetivo de catequização dos índios.
- B) Mineração:** a partir do século XVI, tem-se uma busca constante pelo ouro, que segue até o início do século XX e, com isso, o surgimento dos primeiros povoados de origem portuguesa no litoral do Paraná.
- C) Tropeirismo:** no início do século XVII, as tropas vinham do Rio Grande do Sul em direção à Sorocaba para comercialização de animais. À medida que faziam paradas para descanso, tem-se o surgimento de importantes núcleos populacionais.
- D) Erva-mate:** durante praticamente todo o século XIX, a erva-mate – planta originária do Paraná – foi a principal atividade econômica do estado e, a partir dela tem-se um desenvolvimento técnico, especialmente, do entorno de Curitiba, com a construção de estradas e a instalação de indústrias.
- E) Madeira:** no período entre o final do século XIX e início do século XX, a madeira passou a fazer parte das exportações paranaenses, resultando na instalação de várias madeireiras, sobretudo na região norte.
- F) Café:** a partir da crise na exploração da erva-mate e o avanço da exploração da madeira, o café passou a ganhar importância na produção do estado. A cafeicultura foi predominante no norte do Paraná, onde era quase uma extensão das lavouras paulistas.

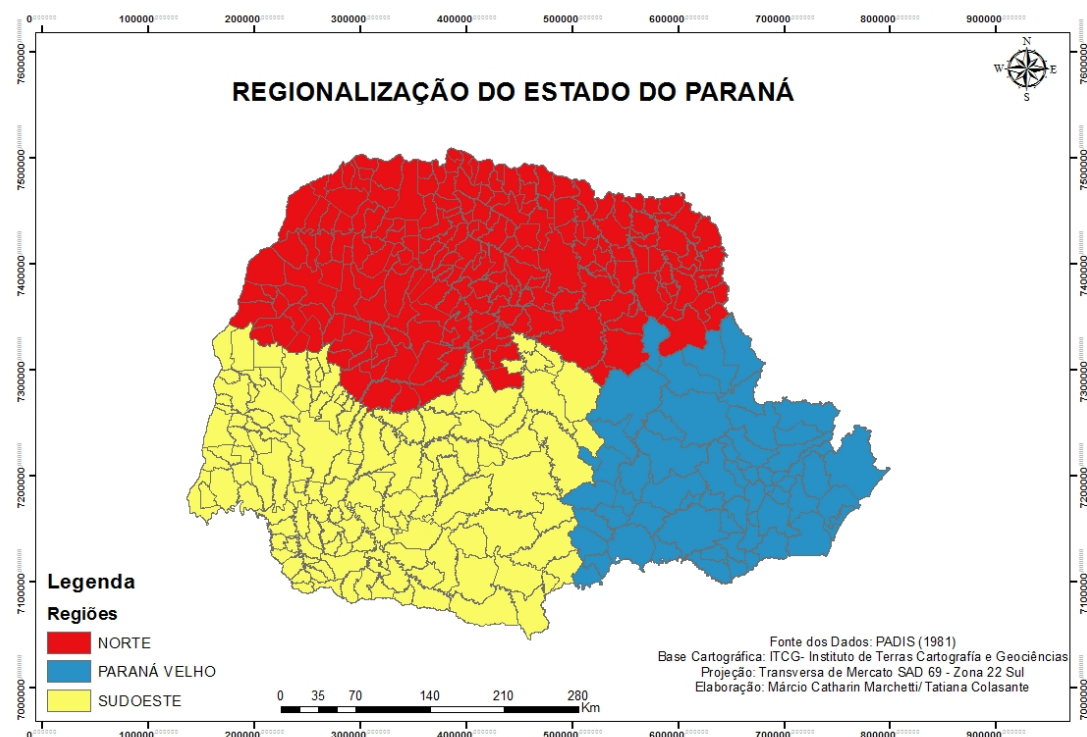
A ocupação do Paraná pode ser compreendida também através de sua regionalização. Alguns autores, como Oliveira⁹ (2007) propõe uma regionalização pautada nos aspectos fisiográficos do estado, de onde se teria:

⁹ Artigo originalmente publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 1950.

Baixada Litorânea, constituída pela porção oriental do estado; Primeiro Planalto, composto pelo Planalto de Curitiba e a Serrana, prolongamento da Serrana paulista; Segundo Planalto, composto pelas sub-regiões dos Campos Gerais, do Médio Iguaçu, do Alto do Ivaí e a de Cinzas; Terceiro Planalto, composto pelas sub-regiões das Matas Tropicais, das Matas e Campos de Palmas-Guarapuava e das Matas do Rio Paraná.

Porém, o que interessa para este trabalho seria a utilização de uma regionalização que levasse em consideração também os aspectos socioeconômicos, pois, a partir daí consegue-se explicar a vinda de determinados fluxos migratórios para o Estado. Optou-se, portanto, pela regionalização proposta por Padis (1981), a qual divide o Paraná em três grandes regiões: Norte; Sudoeste e Paraná Velho (Figura 2).

Figura 2 - Regionalização do estado do Paraná.



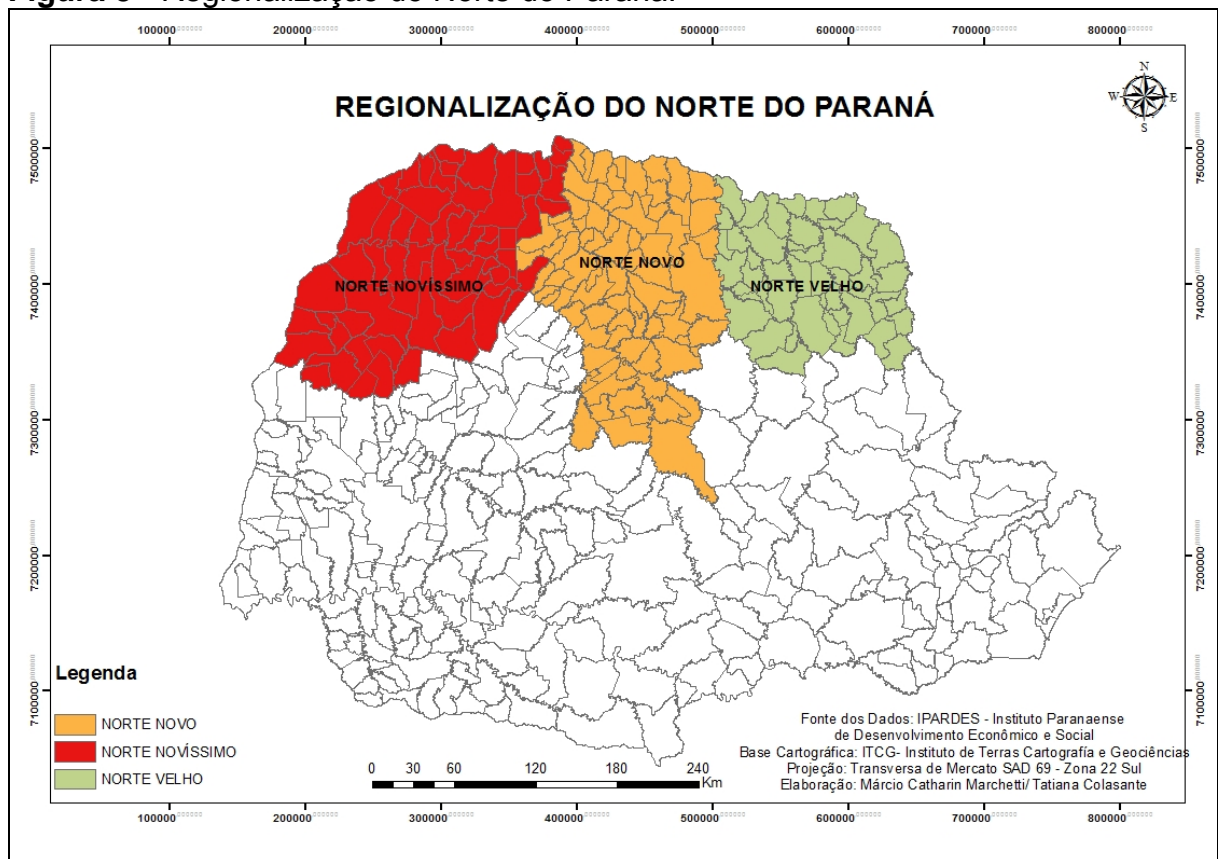
Fonte: Padis (1981), adaptado por Marcio Catharin Marchetti e Tatiana Colasante (2012).

3.1.1 O Norte do Paraná

Padis (1981) explica que a concepção do que vem a ser o Norte do Paraná varia de acordo com diversos autores. Para Bragueto (2007), por exemplo, a

colonização do Norte do Paraná, geralmente, apresenta-se a partir da divisão do território em três partes: o Norte Velho (também chamado de Norte Pioneiro), localizado no nordeste do Estado, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; o Norte Novo, que engloba áreas que vão desde o rio Tibagi até as proximidades de Maringá e; o Norte Novíssimo, que compreende a região que vai de Maringá até o curso do rio Paraná (Figura 3), visão esta compartilhada por Wachowicz (1987). Esta regionalização é resultado da entrada do Norte paranaense na divisão internacional do trabalho e na divisão territorial interna do trabalho.

Figura 3 - Regionalização do Norte do Paraná.



Fonte: Padis (1981), adaptado por Márcio Catharin Marchetti e Tatiana Colasante (2012)

Voltando à concepção de Padis (1981), tem-se a regionalização do Norte do estado levando em consideração não somente os aspectos fisiográficos, mas os aspectos econômicos. Isso porque os aspectos fisiográficos vão justificar a prosperidade da lavoura cafeeira nesta região do Estado que, a partir daí passou a receber grande número de migrantes, culminando no desenvolvimento econômico de vários municípios ali localizados.

O povoamento no Norte do estado tem início a partir do século XVII, através de jesuítas que instalaram várias missões. No século XVIII, esta região “[...] ficou inteiramente à margem das correntes de colonização: processava-se, então, a ocupação do Segundo Planalto pelos criadores que, pela formação de ‘pousos’, foram disseminando a semente de futuros núcleos urbanos” (MULLER, 2001, p. 97)¹⁰. Segundo a autora (2001), somente a partir do século XIX que a colonização foi retomada de forma efetiva, com a fundação da Colônia Militar de Jataí em 1855, que tinha por objetivo a proteção da área ameaçada pelos paraguaios e a fundação dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra, constituindo assim, pequenos centros de povoamento.

A partir de 1862, o Norte do Paraná passa por uma nova fase de ocupação, pautada no desenvolvimento da cafeicultura. Hauresko e Moteka (2008) explicam que vinham ocupar as terras, principalmente, mineiros e paulistas, em virtude da decadência das antigas zonas produtoras (no Estado de São Paulo e Minas Gerais). Este período marcado pela intensa imigração para o norte do Paraná, conhecido como a “marcha para oeste do café” fez com que surgissem vários núcleos habitacionais: Colônia Mineira (1862), Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Brás e São José da Boa Vista (1867), conforme Bragueto (2007). Acrescenta-se neste período também a presença do migrante nordestino vindo, sobretudo, da Bahia, segundo Wachowicz (1987). Enquanto os nordestinos que iam para São Paulo ou Brasília, buscavam empregos na área urbana, os que vinham para o Paraná, ficavam na zona rural, onde trabalhavam como posseiros ou peões.

Durante este período próspero da lavoura cafeeira, que contribuiu para que o Paraná se tornasse o maior produtor do Brasil, houve um verdadeiro fenômeno populacional, com rápida ocupação territorial. Após o ano de 1929, a colonização no norte do Paraná é caracterizada por aquilo que Bragueto (2007) denomina de “colonização nos moldes capitalistas”, empreendida pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), de capital inglês e que, posteriormente, viria a ser chamada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), quando esta foi vendida a empresários brasileiros. Padis (1981) destaca também a ocupação de terras na região pelas companhias Bratac e a Nambei Tochikubushiri, ambas de capital japonês e que resultou no surgimento de dois municípios: Assaí e Uraí,

¹⁰ Artigo publicado originalmente no Boletim Paulista de Geografia, n.22, p.55-97, março, 1956.

constituídas, essencialmente, de imigrantes japoneses. Tem-se assim, um período decisivo para o norte do estado, que passa a ser incorporado na economia de mercado e, com isso, surge uma série de mudanças do ponto de vista socioespacial nesta região, conferindo-lhe certas especificidades territoriais, conforme relata Fajardo (2006, p. 106):

A estrutura montada na colonização dirigida permitia que se formasse no norte paranaense um impressionante arranjo territorial em que núcleos urbanos bem próximos uns aos outros, estavam interligados por estradas e ferrovias que davam acesso à região. Com pleno desenvolvimento da cafeicultura, uma série de armazéns e unidades de beneficiamento consolida essa rede de escoamento da produção cafeeira construída. O fator econômico mostra-se mais uma vez, na associação entre os esforços públicos de ocupar a região com os projetos imobiliários privados, como grande definidor territorial.

A partir da década de 1970, especificamente, em 1975, quando as plantações de café são dizimadas pela geada, a produção cafeeira entra em crise. A maioria dos agricultores era composta por pequenos proprietários que adquiriram suas terras das companhias colonizadoras e, para superar este momento crítico, muitas cooperativas agrícolas começaram a mudar sua estratégia de atuação, atendendo aos interesses do Estado em desestimular a produção cafeeira em detrimento das lavouras “modernas”, destacando-se soja e trigo, segundo Serra (2008). Neste entendimento, destaca-se que o norte paranaense foi ocupado, essencialmente, em função dos interesses da expansão agrícola, aproveitando-se de zonas ainda desocupadas. Como resultado, o Norte do estado passa a ser caracterizado pelo seu forte perfil baseado, principalmente, na agroindústria.

3.1.2 O Sudoeste do Paraná

Conforme a regionalização proposta por Padis (1981), o sudoeste do Paraná pode ser concebido de acordo com a *homogeneidade* da atividade econômica e da estrutura ocupacional da população. Dessa forma, o autor acaba incluindo nesta proposta, municípios bem antigos, como Palmas, Guarapuava e União da Vitória, ao invés de enquadrá-los no chamado Paraná Velho ou Tradicional, como denominam alguns autores. Nos municípios citados, a ocupação

se deu na primeira metade do século XIX, por ordem do governo da Província de São Paulo.

De forma geral, o Sudoeste do Paraná, diferente das demais regiões do estado, não tinha um poder de atração como as riquezas minerais e vegetais do Paraná Velho nem tampouco a fértil terra roxa do Norte do Paraná. Porém, a partir da década de 1920, estendendo-se até a década de 1950, tem-se uma mudança na dinâmica dessa região, com a vinda do excedente de pequenos agricultores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Hauresko e Moteka (2008) afirmam que a região Sudoeste do Paraná, fez parte, indiretamente, da ideologia do Governo Federal que visava a integração das regiões interioranas do país, que buscava inseri-las dentro de um contexto de desenvolvimento nacional.

Com relação ao processo de ocupação, enfatiza-se que existia uma preocupação e um interesse do Governo em expandir o povoamento do estado até o Rio Paraná, que acabou ocorrendo de forma menos organizada do que no Norte do estado, como aponta Bernardes (1953 apud FAJARDO, 2006, p. 109):

O que se verificou na ocupação da maior parte do oeste foi um vasto assalto às terras devolutas do estado ou a grandes glebas particulares por caboclos luso-brasileiros ou por descendentes de europeus, geralmente eslavos, que se deslocavam e ainda se deslocam das colônias do leste. Um novo termo passou a ter grande circulação designando estes povoadores – “intruso”; por derivação, “terra intrusada” é a terra particular ou devoluta que sem estar à venda e muito menos dividida em lotes é invadida e ocupada por esses indivíduos na ânsia de novos solos. Aos elementos que se radicam, aliás muitos assim procedem, o estado concede a posse da terra a cabo de certo número de anos de ocupação e de acordo com a área a ser aproveitada.

Fajardo (2008) chama a atenção para o fato de que embora houvesse a iniciativa governamental de colonização oficial dirigida, a qual concedia grandes extensões de terras a empresas particulares que se dispusessem a colonizá-las, o processo demorou para ser iniciado, devido à falta de estímulos financeiros e as péssimas condições de comunicação. Mesmo assim, existia um fluxo contínuo de pessoas que chegava até a região, o que ampliou o número de posseiros. Surgiram então, diversos povoados, os quais se destacam Pato Branco (1918) e da Colônia Agrícola Nacional General Osório (criada em 1943 pelo Governo Getúlio Vargas).

Neste aspecto, a população do Sudoeste do Paraná possui suas origens culturais influenciadas por gaúchos e catarinenses, com uma área de produção agrícola. No período entre 1960 e 1980, esta região ainda sofria certo atraso econômico em comparação às demais regiões do estado. Todavia, a medida que o restante do estado tinha déficit populacional na década de 1970, a região Sudoeste teve um crescimento demográfico relevante. Além disso, destaca-se pelo crescimento da avicultura e suinocultura, que são típicos da região, somado à modernização agrícola consolidada a partir da década de 1980, que conferiu uma nova dinâmica à economia regional (FAJARDO, 2008).

3.1.3 O Paraná Velho

A região compreende uma porção do litoral e do Primeiro e Segundo Planalto paranaense, de acordo com Padis (1981). Alguns autores utilizam a concepção de Paraná Velho como sinônimo de Paraná Tradicional, como Hauresko e Moteka (2008). Porém, ao comparar a regionalização proposta por estes últimos com a regionalização de Padis (1981), verifica-se que esta possui um recorte espacial distinto e, portanto, não podem ser entendidas como sinônimos.

De forma geral, foi a região de ocupação mais antiga do estado e passou por diversos ciclos econômicos: a mineração, o tropeirismo, a exploração da erva mate, da madeira e, posteriormente a soja. Com o declínio do ciclo da mineração, começou o desenvolvimento da pecuária em alguns núcleos isolados que iam de Curitiba até Guarapuava. Em meados do século XIX, a maioria dos campos paranaenses e dos estados vizinhos da região Sul tinha sido ocupados. Quando a pecuária não se tornou mais um negócio lucrativo, enfrentando uma fase de declínio, buscaram-se alternativas como a exploração da madeira e da erva-mate, visto que a região era rica em mata nativa. No caso da madeira, a sua exploração era feita de forma predatória e itinerante, sem nenhuma intenção de reflorestamento. Além disso, os madeireiros e os proprietários destas terras não tinham nenhum vínculo com a área e, por isso, não procuravam investir na região. Esta prosperidade econômica durou todo o final do século XIX até o início do século XX. No final da década de 1920, a atividade primário-exportadora entrou em crise, o que contribuiu para que a economia entrasse em retrocesso. A economia só foi se

estabilizar a partir do surto de ocupação na região norte do estado (FAJARDO, 2008).

Em comparação às demais regiões do Paraná, o êxodo rural no Paraná Velho, especialmente, em função da expansão da soja, não se deu de forma tão intensa. Inclusive, nesta região, observa-se uma expansão de pequenos estabelecimentos agrícolas. Atualmente, a área correspondente àquela da ocupação da frente “Paraná Velho” abrange regiões importantes para a economia do estado, das quais se podem citar: a Região Metropolitana de Curitiba, que é a principal área industrial do estado, onde se destaca a indústria automotiva; as regiões mais centrais, as do Sudeste e Sul, que passaram a se especializar em atividades agropecuárias e agroindustriais, como a indústria de laticínios em Castro e a atividade madeireira, vinculada ao processamento industrial de madeira extraída da silvicultura realizada, principalmente, nas regiões de Irati e Imbituva (FAJARDO, 2008).

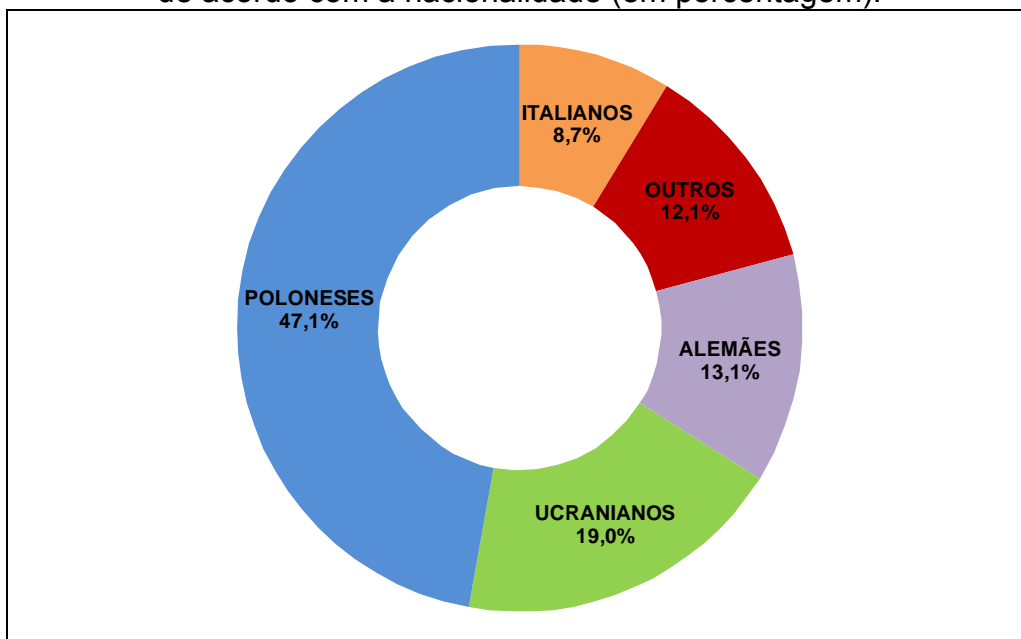
3.2 A FORMAÇÃO ÉTNICA DO PARANAENSE

Quando ainda era província, o estado do Paraná teve uma política de incentivo à imigração, definida pelo seu então presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, em meados do século XX. Em virtude disso, o estado recebeu várias nacionalidades que contribuíram para a formação étnica do paranaense. Apresentando um interessante ponto de vista acerca da imigração no Brasil que se enquadra, de certa forma, também ao Paraná, Lambert (apud MARTINS, W., 1989) destaca a política brasileira de imigração se sustentava a partir de duas tendências contraditórias: de um lado, o desejo de uma aceleração econômica para o país que vislumbrava a vinda de imigrantes com um nível cultural elevado e, por outro lado, o ufanismo brasileiro que não permitia que este estrangeiro viesse, em um primeiro momento, ocupar cargos importantes, relegando-os à substituição de mão de obra nas atividades rurais. Como resultado desse nacionalismo, Martins, W. (1989) cita o caso das colônias mistas, formadas com o intuito de mesclar imigrantes de diferentes nacionalidades para que assim, tivessem uma maior assimilação da cultura brasileira, o que na realidade, não obteve o êxito das colônias em áreas compactas. Com isso, era impossível um processo de coesão social entre as diferentes etnias que eram obrigadas a conviver com múltiplas culturas, ao passo

que o estabelecimento em pequenos aglomerados permitia que o processo de adaptação fosse menos traumático aos estrangeiros.

Não existem dados exatos do número de imigrantes estrangeiros para o Paraná, sendo comum encontrar informações desencontradas sobre este aspecto. Mas, com base nos estudos disponibilizados por Martins, W. (1989), no período entre 1829-1934, vieram 101.331 imigrantes para o estado. Os dados disponibilizados são referentes a três períodos distintos na história do Paraná: entre 1829 e 1853, quando era Comarca de São Paulo; entre 1853 e 1889, quando se torna Província e entre 1889 e 1934, quando, finalmente, se torna Estado. Observa-se a existência de quatro grandes grupos de imigrantes: poloneses, ucranianos, alemães e italianos (Figura 4).

Figura 4 - Número de imigrantes para o estado do Paraná entre 1829 e 1934 de acordo com a nacionalidade (em porcentagem).



Fonte: Martins, W., 1989, elaborado por Tatiana Colasante (2012).

Os poloneses eram originários, sobretudo, da área rural da Polônia e vieram para o Paraná por motivações econômicas, assim como a maioria dos imigrantes. Interessante que além desta razão, havia curiosos motivos religiosos, conforme Holanda (apud MARTINS, W., 1989, p. 140):

Durante a grande onda de emigração polonesa para o sul do Brasil nos anos que procederam a guerra de 1914-1918, surgiu, em certos distritos da Polônia, lenda de que nosso estado do Paraná acabara de ser descoberto, dissipando-se o denso nevoeiro que durante séculos o envolvera. Foi a Virgem Maria quem, compadecida da sorte dos camponeses da Polônia, lhes apontara a nova terra, dizendo que fossem povoá-la. Outra versão da mesma lenda dizia que todos os reis e imperadores da terra fizeram uma assembléia para deliberar a quem caberia a região recém-descoberta. Três vezes apostaram e três vezes saiu o vencedor o papa. Instigado então pela Virgem, o pontífice entregou o Paraná aos poloneses.

Assim, a partir do processo de ocupação do território paranaense, tem-se a instalação de diversos núcleos compostos por imigrantes de diversas nacionalidades. Esta mobilidade espacial provoca mudanças, tanto no local de origem do imigrante, que pode sofrer um declínio populacional, como também no local de destino do imigrante. Neste ponto, destaca-se a influência cultural dos imigrantes no território paranaense a partir do momento em que se reterritorializam trazendo consigo modos de vida particulares ou então adaptando à cultural local ao seu cotidiano, provocando mudanças significativas nos elementos socioculturais.

Interessante ressaltar que cada grupo de imigrantes tinha uma especificidade cultural e que faziam questão de manter no Paraná. Aos alemães, por exemplo, era essencial a existência de escolas: “[...] É característico da colonização alemã o fato de a escola merecer o primeiro cuidado: ela serve ao mesmo tempo de templo, até que se consigam meios de construir a igreja” (NODARI apud MARTINS, W., 1989, p. 123). Já para os italianos e portugueses, vinha a necessidade da presença da igreja primeiramente, seguido da construção de escolas, quando o governo assim se dispusesse. Embora enfrentassem dificuldades de se estabelecer no Paraná, assim, como também tiveram em diversas outras partes do país, seja pelas condições climáticas ou pelo tipo de trabalho que foram forçados a executar, os imigrantes passaram a integrar o cotidiano dos brasileiros com o passar do tempo, repassando alguns valores e costumes à sociedade paranaense como observa Saint-Hilaire (apud MARTINS, W., 1989, p. 127):

A influência das idéias alemãs é visível em particular no mundo feminino. Antigamente, nenhuma senhora se arriscava a sair sozinha, sem se fazer acompanhar do marido ou da empregada. Era absurdo, outrora, ver-se uma senhora carregando pacotes pelas ruas. Hoje, porém, jovens senhoras, sem qualquer companhia, fazem as suas compras, tal como qualquer filha de colono [...].

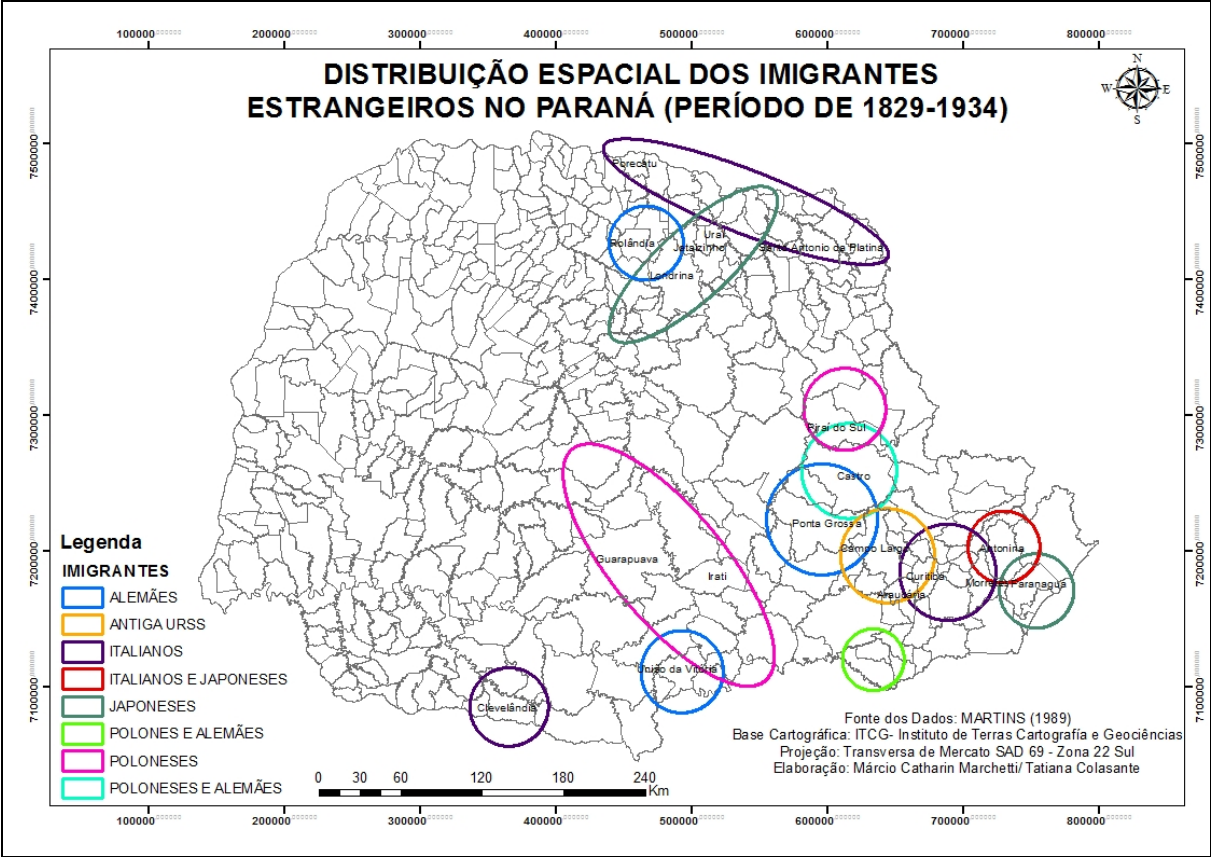
Os alemães que se estabeleceram no Paraná, principalmente, nas áreas urbanas, também incorporavam certos hábitos da região, como tomar chimarrão. Em sua maioria, conseguiram uma ascensão social maior do que em seu local de origem. Seus vilarejos tinham uma boa infra-estrutura, com escolas, igrejas, associações, clubes, armazéns etc. Além dos alemães, destacam-se os grupos de poloneses, italianos, espanhóis, russos, japoneses e, em minoria holandeses, franceses, ingleses, portugueses, norte-americanos, suíços e suecos.

Mesmo com a falta de dados referentes ao número de imigrantes, sabe-se que já no início do século XVII, já havia registros da chegada de imigrantes açorianos em terras paranaenses. Cerca de 50 famílias se estabeleceram na região onde hoje estão localizados os municípios de Mafra (norte de Santa Catarina) e Rio Negro (sudeste do Paraná), com o objetivo de povoamento, devido à presença constante de índios na época. Em 1829, foi fundada a primeira colônia alemã no Paraná nesta mesma região, inseridos no programa de imigração do governo imperial. Já em 1852, é fundada a colônia de Superagui (atual Guaraqueçaba, região metropolitana de Curitiba), com a vinda de imigrantes suíços, alemães e franceses (DYSARZ, 2011).

Ao analisar a distribuição espacial dos imigrantes que vieram para o Paraná a partir de meados do século XIX, verifica-se uma concentração nos municípios limítrofes com Santa Catarina, que já contava com uma colonização de imigrantes europeus nesta época, com destaque para os alemães, poloneses e italianos (Figura 5).

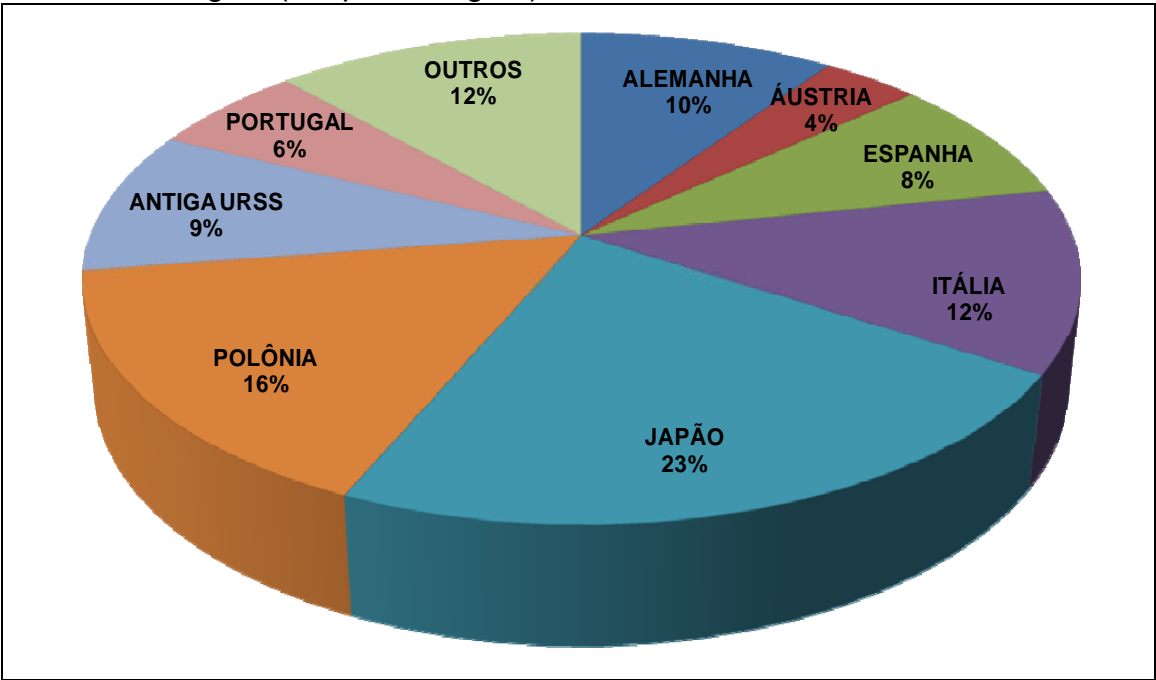
Já a partir de 1950, começam a surgir os dados oficiais sobre o número de imigrantes no estado, disponibilizado pelo censo demográfico realizado no dia 1º de julho do referido ano. Com isso, os japoneses começam a aparecer como o maior grupo de imigrantes no Brasil, superando os poloneses e, trazendo grandes mudanças no contexto socioespacial de muitas localidades, como na região do Norte do Paraná, que será abordado mais adiante (Figura 6).

Figura 5 - Distribuição espacial dos imigrantes estrangeiros no Paraná (período de 1829-1934).



Fonte: Martins, W. (1989), elaborado por Márcio Catharin Marchetti e Tatiana Colasante (2012)

Figura 6 - Número de estrangeiros no Paraná em 1950 de acordo com o país de origem (em porcentagem).



Fonte: Martins. W. (1989), elaborado por Tatiana Colasante (2012).

Chama a atenção também o fato de que no Paraná, não havia número expressivo de africanos, em comparação a outras partes do país. Embora o africano fosse elogiado pela sua fácil socialização e, conseqüentemente, ganhasse a confiança dos patrões, as lavouras que aqui existiam eram de lida mais fácil, como a do milho e feijão e não demandavam o esforço físico das fazendas de engenho do Nordeste, por exemplo, que motivaram a vinda de grande fluxo de africanos. O café foi se desenvolver tardiamente no estado e era, essencialmente, trabalho para os mineiros e paulistas. A maioria das mulheres era empregada em trabalhos domésticos, nos quais costuravam, cozinhavam e lavavam a roupa. Por estas razões elencadas, numericamente, o imigrante europeu da raça branca se sobressaiu ao africano no Paraná, o que explica uma composição demográfica predominantemente branca na população (MARTINS,W., 1989).

A primeira geração de estrangeiros foi sucedida por diversas gerações, frutos da miscigenação com outras etnias, resultando assim (como em diversas partes do Brasil), em um hibridismo cultural em todo o território paranaense, fato que acontece até os dias de hoje. Por isso, em muitos casos, dificilmente se consegue através dos traços físicos descobrir a descendência que determinado paranaense pertence. Somente em algumas comunidades que ainda tentam conservar os traços típicos dos seus antepassados, mantendo a utilização da língua, da vestimenta e promovendo casamento entre estes indivíduos, é que se consegue uma identificação mais fácil a respeito da nacionalidade.

Quando se verifica que um dos elementos mais importantes que unem os grupos é a linguagem em comum, logicamente algumas nacionalidades, como a japonesa, tiveram uma maior dificuldade na adaptação. Além do fator cultural, fundamental para a composição étnica do paranaense, é necessário enfatizar que a imigração também trouxe conseqüências negativas para o estado, como doenças que até então eram desconhecidas no Paraná, como a *influenza*.

Ainda hoje, o Paraná é um dos destinos mais buscados pelos imigrantes que chegam ao país. Segundo Chueire Jr (2012), o estado é o segundo que mais recebe imigrantes, ficando somente atrás de São Paulo. Em 2011, os municípios que receberam o maior número de imigrantes foram Curitiba (16.755), Foz do Iguaçu (9.556) e Londrina (2.971). A maioria deles veio dos Estados Unidos, Japão, Paraguai, Portugal e Bolívia, motivados pela estabilidade econômica do Brasil.

3.3 A IDEOLOGIA DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS: O DISCURSO DO NORTE DO PARANÁ, O PARANISMO E OS “PÉS-VERMELHOS”

A partir do momento em que ocorre a ascensão de determinada cultura estrangeira, ou seja, quando uma cultura minoritária se torna uma ameaça à cultura dominante, os sentimentos nacionalistas afloram. Com isso, é comum ver o governo exaltar os símbolos nacionais e promover campanhas de cunho ideológico visando à manutenção da cultura nacional.

Embora tenha um viés político, geralmente, alcança uma grande parte da população que acaba se sujeitando aos valores identitários impostos pelo Estado o que, de certa forma, contribui para que exista um sentimento de valorização da cultura. Em alguns casos, as especificidades culturais acabam resultando em verdadeiras guerras, como a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul que tinha um objetivo separatista, mas que continha um sentimento de regionalismo, expresso pelo gauchismo, com suas características diferenciadas do restante do país.

Neste aspecto, é fundamental o entendimento da formação da identidade territorial paranaense, que servirá de embasamento para os questionamentos acerca da influência dos fluxos migratórios na construção do território londrinense. Como já foi abordado, o estado foi povoado por diversas etnias e, inclusive, recebeu um contingente expressivo de emigrados de São Paulo, Minas Gerais e da região Nordeste. Utilizando o exemplo dado acima, do gauchismo, será possível também falar em uma identidade territorial paranaense? O que diferencia o paranaense frente às outras regiões do país? Quando se leva em consideração que o próprio estado possui uma regionalização interna que configura a existência de diferenças marcantes do ponto de vista histórico-cultural entre elas, como se pode ter uma unicidade étnica? Mais ainda, pela própria distribuição espacial das etnias que se estabeleceram (conforme Figura 5), é possível que o Paraná consiga ter uma identidade partilhada por todos os paranaenses?

Na tentativa de responder a alguns destes questionamentos, que certamente servirão para o entendimento das mesmas indagações que permearão a abordagem sobre Londrina, pode-se dizer que pelo fato do estado do Paraná ser extremamente diferenciado tanto em aspectos fisiográficos quanto culturais, uma identidade em comum partilhada por todos é possível somente através da ideologia

do Estado. Explicando de forma mais clara, a partir do momento em que o Estado atua como produtor de símbolos, impondo valores e fazendo propaganda maciça nos mais diversos meios de comunicação, a população tende a “comprar” estes valores como fossem seus. Assim, incorporam-se alguns símbolos do Paraná como sendo “oficiais”, como a araucária ou a gralha azul, ave típica da região sul do país, embora, certamente, muitos paranaenses nunca tinham tido sequer um contato visual com estes elementos. Por outro lado, quando se tem uma expressividade cultural pontual, dificilmente o restante da população se sentirá sensibilizada a se apropriar, como o caso de alguns hábitos alimentares como o consumo do chimarrão, do pinhão, do barreado entre outros elementos que são amplamente consumidos em determinada região. Embora seja de conhecimento de toda a população a existência destes representantes da cultura paranaense, não se consegue uma difusão por todo o estado de tal forma que haja a incorporação destes hábitos no cotidiano de toda a população.

O papel do Estado na construção das identidades territoriais pode ser facilmente vislumbrado no discurso sobre o Norte do Paraná. Isso porque quando se fala nesta região, verifica-se que de forma intrínseca ela é concebida como se fosse homogênea, próspera pela saga do café, *locus* de personagens heróicos que vieram desbravar as matas virgens e construíram a região por intermédio de ações empreendedoras com feitos dignos de serem conservados para as futuras gerações agraciados com a “terra roxa”. De acordo com Tomazi (2000, p. 50), este é um exemplo de “[...] ‘geografismos’, metáforas onde porções do espaço territorial são transformadas em um ser autônomo dotado de vontade própria”.

Toda essa representatividade que o Norte do Paraná traduz no imaginário dos paranaenses, nada mais é do que uma demonstração da construção simbólica através de um sistema de classes, mediado por relações de poder, no qual a história oficial é contada a partir da construção de mitos das classes mais ricas, ou seja, cria-se - nas palavras de Cuche (1999) - uma “hetero-identidade”, porque a identidade é construída/forjada por outros e não pela população como forma de reconhecimento espontâneo de sua história. Um elemento fundamental que contribuiu para a tentativa de construção da identidade territorial do Norte do Paraná foi a expressão “pé-vermelho”, designada para identificar os habitantes dessa região e que é utilizada até hoje, com a finalidade de demonstrar a relação dos norte-paranaenses com a terra roxa.

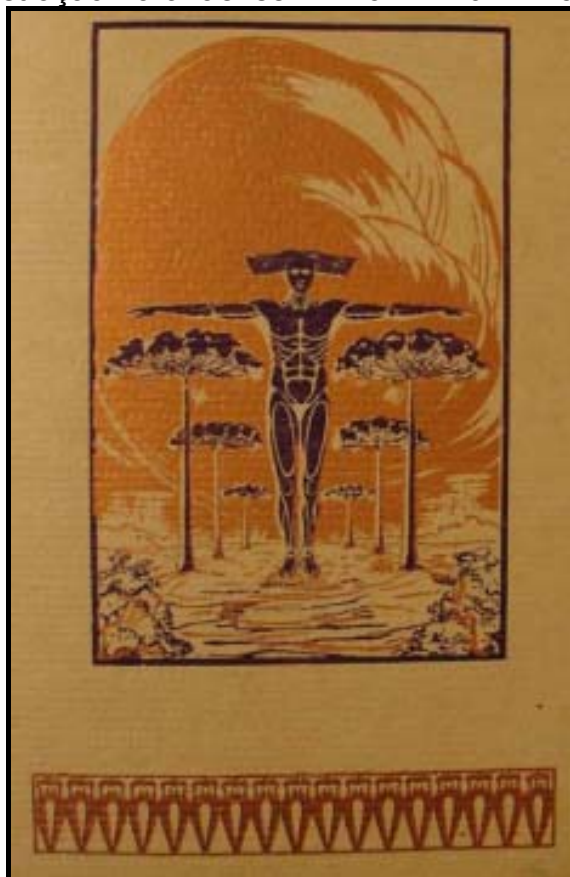
Para Tomazi (2000) o discurso do Estado para consolidar a identidade do Norte do Paraná acontece desde a década de 1930, ou seja, período em que vários municípios, especialmente do Norte Novo (região de Londrina) ainda estavam em processo de formação. Assim, pode-se levantar a hipótese de que a tentativa de identidade territorial se deu de forma mais incisiva nestas localidades, tendo em vista o fato de que elas nasceram sob a égide do discurso do Norte do Paraná, inflamado pelo Estado. Tanto é que a expressão “pé-vermelho” acabou sendo incorporada pelos londrinenses como uma tentativa maior de coesão social, o que de certa maneira, personificou o Norte do Paraná no próprio município de Londrina: localidade próspera, de rápida ascensão, moderna, com *status* de metrópole, cujos pioneiros são vistos como verdadeiros heróis.

Outro ponto que merece ser levado em consideração na discussão sobre uma identidade territorial paranaense é o movimento paranista ou Paranismo. Diferente do gauchismo que culminou em conflitos armados contra o governo, o movimento em destaque tinha um cunho estético-ideológico. Seu surgimento pode ser explicado a partir da vinda dos imigrantes para o estado, especialmente, em meados do século XIX, quando a ainda província do Paraná recebeu um grande contingente populacional de várias partes do mundo que tinham em comum com os luso-brasileiros somente o espaço em que habitavam. Com isso, sentiu-se a necessidade de estabelecer alguns elementos de diferenciação entre os brasileiros e os recém-chegados. Através da iniciativa de alguns escritores e políticos luso-brasileiros, teve início a idéia de constituir uma identidade paranaense. Como grande encarregado deste processo, destaca-se Romário Martins que na época escrevia para o jornal A República e tinha sido secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná que tinha por objetivo a coleta de dados referentes à historiografia paranaense. Em 1927, Martins publica um manifesto intitulado Paranismo:

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. [...] é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cedeu uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore. (MARTINS apud CAMARGO, 2007, p. 157).

A Revista Ilustração Paranaense, que teve circulação no Paraná entre 1927 e 1930 foi a grande porta voz do Paranismo, a qual divulgava o estado de forma ufanista, enfatizando seu crescimento econômico, em uma tentativa de criar a imagem de um estado em pleno desenvolvimento. Inclusive o próprio formato da Revista já reflete este contexto da emergência de uma identidade territorial. Destaca-se a Revista de número 10/11 que circulou entre outubro e novembro de 1928 (Figura 75), cuja capa era uma ilustração do artista João Turin: “[...] é um verdadeiro manifesto paranista que insere o homem em harmonia com os pinheirais, onde parece mesmo que o homem paranaense seria fruto dileto da árvore [...]” (PEREIRA, 1998, p. 124).

Figura 7 - Revista “Ilustração Paranaense” - Ano II nº10/ 11- out/nov 1928.



Fonte: Bueno (2009).

Mesmo com o fim da publicação da Revista Ilustração Paranaense, o Paranismo ainda se estendeu por vários anos e deixou um legado de obras literárias e artísticas que buscavam realçar as belezas do estado, especialmente, através das suas particularidades naturais, como a araucária e seu fruto, o pinhão, amplamente utilizado nas artes visuais da época. Mais do que um movimento que

buscava puramente despertar o sentimento de pertencimento da população à terra frente aos “estrangeiros” que chegavam aos milhares no estado, o Paranismo teve um cunho fortemente desenvolvimentista, com objetivo de construir um estado que se consolidasse do ponto de vista econômico e social.

4 A CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA: SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE TERRITORIAL DO LONDRINENSE

Neste capítulo, serão discutidos os aspectos fundamentais que corroboraram com a construção da identidade territorial londrinense. Primeiramente, será abordado o contexto de formação de Londrina enquanto município e a ação colonizadora da CTNP, que culminou com a vinda de diversos imigrantes para a região. A partir daí, será analisada a contribuição de cada grupo de imigrantes no tocante aos aspectos culturais.

A utilização da paisagem como categoria de análise possibilitará a visualização dos aspectos materiais e imateriais do legado da cultura pioneira. Pela amplitude do conceito de cultura, a sistematização será feita de acordo com as designações de patrimônio cultural, tendo em vista que este contém o entendimento de tudo aquilo que é concebido como herança cultural para os grupos sociais, a fim de delimitar de forma mais objetiva o entendimento de quais elementos serão levados em consideração na análise.

4.1 GÊNESE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR

O município de Londrina está localizado no norte do estado do Paraná (Figura 8), especificamente a uma latitude entre 23° 08' 47" e 23°55'46" Sul e longitude entre 50° 52' 23" e 51° 19' 11" Oeste. Pertence à região denominada Norte Novo. Possui uma área de 1.651,809 quilômetros quadrados e uma população de 506. 701 habitantes (IBGE, 2010). Tem como distritos administrativos: Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta.

Para contextualizar a história de formação do município, é necessário remeter ao final de 1923, quando o Presidente do Brasil na época, Arthur Bernardes fez um convite ao governo inglês, sensibilizando-os pela boa perspectiva de investir no Brasil. A Missão Inglesa era chefiada por Lord Montagu e realizou diversos estudos sobre a situação financeira, econômica e comercial do país. Um dos seus assessores, Simon Joseph Fraser, conhecido como Lord Lovat era diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate viajou até o norte do Paraná e, tendo em vista o fato de ter tido uma boa impressão, acabou retornando várias vezes à região com interesse principal de investir no desenvolvimento agrícola, especialmente, a

cotonicultura. Em 1924, Lord Lovat, juntamente com o então gerente da Sudan Plantation, Arthur Thomas e outros sócios, funda a Brazil Plantations Syndicate Ltd. Com o interesse crescente dos ingleses em investir nas terras do norte-paranaense, novas sociedades surgiram até culminar na Companhia de Terras Norte do Paraná (ASARI; TUMA, 1978).

Figura 8 - Localização de Londrina-Paraná.



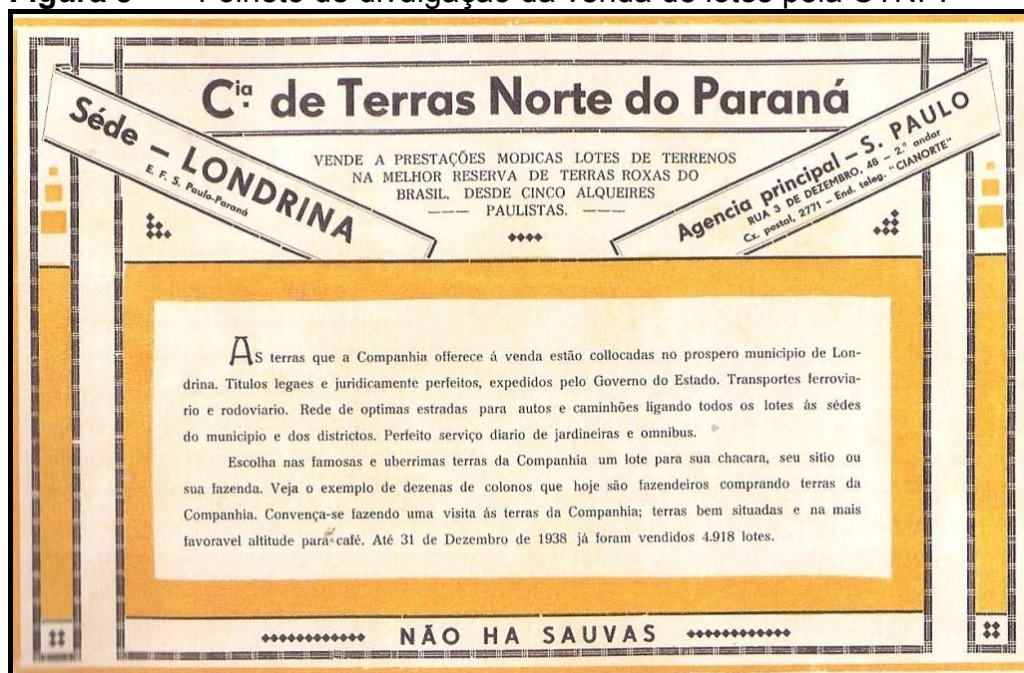
Fonte: IparDES (2012), elaborado por Márcio Catharin Marchetti e Tatiana Colasante.

Em 21 de agosto de 1929, uma comitiva liderada por George Craig Smith, funcionário da CTNP parte de Jataí (antiga denominação da cidade de Jataizinho) e se estabelece em meio à uma clareira da mata virgem, na qual é fincado o marco inicial do que viria a ser o município de Londrina. A partir daí, houve a derrubada de dez alqueires de mata para a construção do Hotel Campestre da CTNP e o Armazém, que tinha função de almoxarifado e escritório da Companhia. Neste período, chegavam à Londrina vários caminhões “paus-de-arara”, trazendo trabalhadores engajados na derrubada das matas que tinham como objetivo juntar uma quantia em dinheiro para a aquisição de lotes da CTNP, conforme explicam Asari e Tuma (1978).

Grande parte dos trabalhadores que chegavam à Londrina vinha de outras regiões agrícolas, principalmente, São Paulo e Minas Gerais. Também vinham imigrantes italianos, alemães e japoneses. Para Ivano (apud SILVA, 2011, p. 398), “[...] mesmo com o nativismo exacerbado, o racismo, a xenofobia e as restritivas leis sobre imigração inauguradas com a Constituição de 1934, o norte do Paraná seria destino de imigrantes que representavam ameaça, perigo e outros medos”. Sendo assim, destaca-se que a CNTP continuava a incentivar a vinda de imigrantes, frente ao caráter xenófobo do Governo, principalmente, pelo fato de ser um empreendimento imobiliário capitalista a quem interessava a venda dos lotes (SILVA, 2011).

A estratégia da CTNP era a ampla divulgação em meios impressos (Figura 9), nos quais destacava a “ótima” infra-estrutura da região, propícia para a plantação de café, ressaltando que não havia saúvas. Disponibilizavam, inclusive, agentes vendedores em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. No município de Londrina, existiam até agentes japoneses que facilitavam as transações e que resultaram em grupos de lotes habitados por japoneses que vinham, principalmente, do interior paulista (NAKAGAWARA, 1972).

Figura 9 - Folheto de divulgação da venda de lotes pela CTNP.



Fonte: Yamaki (2006).

A importância de Londrina, entre outros fatores, está no fato de que foi a primeira cidade criada pela CTNP e, somada à sua localização geográfica privilegiada, logo despontou para um rápido desenvolvimento econômico, superando as expectativas da CTNP:

Em 1934 a elevação a município e no ano seguinte a chegada do primeiro trem, são fatores que concorrem para maior crescimento da cidade. É também nesses dois anos que são feitas as primeiras colheitas no município. Assim, após cinco anos de existência, Londrina estava em condições para um crescimento mais acelerado. (PRANDINI, 2007, p. 91)

Para viabilizar este projeto de loteamento, a CTNP planejou e implantou uma infra-estrutura para a região, de forma rápida, porém não com a intenção de produzir uma cidade bela ou que atendesse as necessidades sociais, mas um planejamento simples e barato, que não levasse muito tempo e dinheiro para sua realização, escolhendo-se, assim, a forma de tabuleiro de xadrez, aproximadamente quadrangular, com o traçado das ruas rigorosamente simétrico para atender a uma população de no máximo 20 mil habitantes. A área central de Londrina foi planejada em formato de elipse, na qual deveriam se situar a Catedral e quatro praças em arco: Willie Davis, Primeiro de Maio, Gabriel Martins e Sete de Setembro (CASTELNOU, 2002). A década de 1930 pode ser considerada como o período da construção inicial da cidade e também dos primeiros elementos que contribuíram para a formação da área central.

Na planta original da cidade, algumas áreas já estavam com seu uso pré-estabelecido, inclusive com os nomes das ruas já escolhidos. Assim, o comércio mais fino e sofisticado foi instalado nas proximidades da atual Praça Willie Davis; as casas bancárias e algumas repartições públicas localizavam-se na atual Benjamim Constant (antiga Rua do Comércio) e os estabelecimentos mais modestos que atendiam a população de baixo poder aquisitivo localizavam-se próximos à ferrovia e estação ferroviária (atual Museu Histórico Padre Carlos Weiss), no limite norte da planta. A área definida para o cemitério foi o limite sul da planta. A primeira vila, a Agari (localizada nas proximidades das Ruas Guaporé e Araguaia), foi criada em 1936, seguida da Vila Casoni (localizada próxima ao atual Terminal Rodoviário), em 1939. A partir daí, vários novos loteamentos, praticamente todos ao norte e a leste da cidade começaram a surgir. Chama a atenção também o intenso processo de

verticalização da Londrina, enfatizando-se o ano de 1949, quando a cidade tinha apenas 20 anos de fundação e que registrou a impressionante média de 1,8 edifício construído por dia (PRANDINI, 2007).

Verifica-se, portanto, que Londrina passou por um crescimento acelerado nas décadas seguintes da sua fundação, processo explicado, dentre outros fatores pelos seus aspectos fisiográficos que favoreciam o desenvolvimento de vários produtos agrícolas e pelo esforço da CTNP em expandir economicamente a região. Nesta perspectiva, retoma-se novamente o discurso do Norte do Paraná, a construção ideológica de uma terra promissora quando se afirma que em Londrina, existe uma possibilidade de riqueza e *status* para os que chegam. O acelerado crescimento é constantemente destacado nas propagandas, nas quais se observa a antonomásia “Cidade Menina”. Soma-se a isso, o caráter modernista de Londrina, notadamente através de elementos arquitetônicos inovadores para um município tão novo, muitas vezes, observados somente em algumas capitais do país, elementos freqüentemente destacados pelo poder público e iniciativa privada que acarretaram na vinda de vários fluxos de migrantes para a localidade.

Dentre as ações que contribuíram para que Londrina tivesse a imagem da modernidade que já se fazia presente nos grandes centros urbanos, destacam-se: o projeto urbanístico do arquiteto e ex-prefeito de São Paulo Prestes Maia, em 1951 a pedido do então prefeito Hugo Cabral que visava melhorar o reordenamento do espaço urbano de Londrina e; o precoce processo de verticalização da cidade, reflexo do desenvolvimento econômico da Londrina, que permitiu a construção de edifícios e as obras de Vilanova Artigas (como o antigo Terminal Rodoviário - atual Museu de Arte de Londrina e o Cine Teatro Ouro Verde) aplicando conceitos modernistas em vários projetos para a cidade.

Porém, seguindo a tendência da constante busca pelo novo, muitos objetos antigos que denotavam características específicas dos pioneiros acabaram sendo substituídos por objetos novos, contribuindo para que o município perdesse muito dos seus aspectos históricos impressos na paisagem. Dessa forma, vários aspectos interessantes do ponto de vista histórico e cultural que serviriam como uma forma de manutenção de valores identitários para a população foram relegados à memória, pois, não se tem mais a representatividade física ou imaterial de determinadas culturas, fazendo com que Londrina perdesse as características

multiculturais, mesmo com a presença de vários grupos de imigrantes de diversas partes do mundo.

4.2 GRUPOS MIGRATÓRIOS EM LONDRINA - PR E A SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

Segundo informações de Yamaki (2006), devido às diferentes nacionalidades de imigrantes vindas para Londrina, esta passou a ser conhecida como “Colônia Internacional” nos anos iniciais de sua ocupação. Para efeito de referência, será utilizado o Álbum de Londrina de 1938 como forma de obter as informações referentes aos imigrantes. Este documento, bastante utilizado por historiadores, foi publicado pela Prefeitura de Londrina e organizado por Adriano Marino Gomes (Prefeito substituto, na época da gestão de Willie Davis, em 1939). É referência no gênero de relatos servindo, inclusive, de base para outra série de publicações nos anos seguintes, utilizadas tanto pelo poder público como para empresas privadas. O Álbum visava disponibilizar informações históricas sobre a fundação do município e aspectos geográficos da sua localização, além de servir como propaganda e divulgação da CTNP (ADUM, 2008).

Neste primeiro registro de 1938, verifica-se a existência de mais de 30 diferentes nacionalidades em Londrina, vindos, sobretudo com o objetivo de adquirir terras na região (Tabela 1).

Tabela 1 - Quantidade de migrantes em Londrina até 1938, por nacionalidade.

IMIGRANTES	QUANTIDADE	NACIONALIDADE	QUANTIDADE	NACIONALIDADE	QUANTIDADE
Alemães	510	Franceses	2	Noruegueses	2
Argentinos	5	Húngaros	138	Poloneses	193
Australianos	2	Indianos	1	Portugueses	218
Austriacos	29	Inglêses	7	Romenos	12
Belgas	2	Italianos	611	Russos	44
Brasileiros	1823	Iugoslavos	15	Sírios	5
Búlgaros	2	Japoneses	533	Suecos	2
Dinamarqueses	3	Lituânicos	21	Suíços	34
Espanhóis	303	Liechtensteinenses	2	Tchecos-Eslovacos	51
Estoniano	1	Norte Americanos	2	Ucranianos	172

Fonte: Yamaki (2006), elaborado por Tatiana Colasante.

Analisando a tabela, verifica-se que a construção de Londrina foi efetivada não somente por ações isoladas dos ingleses, mas, por diversas

nacionalidades que possibilitaram que o município fosse constituído através de um hibridismo cultural, marcante desde a fundação e que permitiu que o mesmo fosse construído sob a influência de aspectos singulares destes imigrantes. O traço marcante da arquitetura pioneira foi a construção de casas em madeira, possibilitada pela vinda de inúmeros mestre carpinteiros de várias partes do mundo que imprimiram na paisagem londrinense suas técnicas construtivas, fazendo com que as casas de madeiras se tornassem uma espécie de marca registrada no início da ocupação da cidade. O fato de utilizarem, essencialmente, a madeira como matéria-prima permitia também uma fácil demolição. Com isso, ao longo dos anos e com a eminente imagem de moderna que a cidade vinha consolidando, grande parte do acervo arquitetônico do início da fundação de Londrina foi cedendo espaço ao concreto, considerado material mais moderno do que a rústica madeira.

Os primeiros colonos de Londrina chegaram em 1931, vindos do estado de São Paulo. Com a elevação à condição de município em 1934, começam a surgir novos fluxos migratórios. Interessante ressaltar que os elementos dominantes nacionais são os paulistas, mineiros e nordestinos e, entre os estrangeiros, os italianos e os japoneses. Destaca-se que a maioria dos estrangeiros que vieram para Londrina já residia no Brasil e se dirigiram espontaneamente para o município, atraídos pela possibilidade de riqueza em função da terra roxa. Com relação aos paulistas, é interessante ressaltar uma particularidade: vieram de forma natural, visto que a cafeicultura no norte do Paraná era praticamente uma extensão da cafeicultura paulista. Dessa forma, verifica-se que a influência dos costumes paulistas na formação do território londrinense é muito maior do que a própria capital do estado, Curitiba, esta sendo praticamente desconhecida por boa parte dos imigrantes no início da colonização (PRANDINI, 2007).

Assim que chegavam a Londrina, os colonos contratavam o serviço de alguns caboclos para a derrubada da mata e, posteriormente, construíam suas habitações. No início, eram rudimentares, feitas de bambu e cana de milho à beira de um curso d'água. Posteriormente, eram feitas de troncos de palmito e o telhado de pequenas tábuas de madeira. Os melhores acabamentos eram observados nas habitações dos alemães “[...] paredes de taboas serradas e reunidas com cuidado, soalho de taboas, janelas maiores e como supremo luxo uma adega de alvenaria de

pedra – motivo de um justo orgulho neste pequeno domínio onde tudo é madeira [...]”, segundo relata Monbeig¹¹ (2007, p.7).

A partir do estabelecimento, os colonos começavam a cultivar milho e feijão; arroz e hortaliças (no caso dos japoneses) e uma pequena criação de animais (galinha, porcos, burros e às vezes, bois). Em pouco tempo, já começavam a se juntar na cafeicultura. Levando em consideração as diferentes nacionalidades que vieram para Londrina e que certamente contribuíram para dar a configuração socioespacial atual do município, percebe-se que na paisagem londrinense existem alguns elementos do ponto de vista históricos e culturais de forte representatividade para estes grupos migratórios.

Sendo assim, para compreender a formação de Londrina no tocante à sua identidade territorial, deve-se entender como se deu a fixação dos grupos étnicos em território londrinense e qual a sua influência na constituição do mesmo. Reafirma-se, portanto, que o foco deste trabalho são os aspectos culturais do território no seu sentido simbólico, mas, levando-se em consideração as relações intrínsecas entre símbolo, poder e ideologia. Por isso, foi necessário estabelecer um critério de análise para elencar quais os tipos de manifestações culturais seriam consideradas primordiais na análise da formação da paisagem londrinense.

Para os geógrafos, a observação é um instrumento imprescindível tanto quanto a reflexão. Não se trata, no entanto, apenas de uma “observação” qualquer, mas uma “observação científica”, através de um olhar voltado para um contexto maior que é a denominada teoria do conhecimento. Segundo Cavalcanti (2011, p. 168): “A observação sempre foi considerada de importância fundamental para o geógrafo, pois é através dela que se observam as paisagens com o intuito de desenvolver o conhecimento geográfico”. Ainda segundo o autor (2011), a observação voltada para o conhecimento científico é, simultaneamente, ativa e seletiva, procedida por hipóteses e/ou teorias que indicam ao pesquisador quais os fatos ou fenômenos são mais relevantes para o seu objeto de estudo. Por isso, a paisagem continua sendo um campo fértil para os estudos da Geografia e, especialmente, as bases teóricas e epistemológicas que a Geografia Cultural vem apresentando permitem conceituar a paisagem metaforicamente como um texto, “[...] a ser lido e interpretado como documento social” (COSGROVE; JACKSON, 2003, p.

¹¹ Artigo publicado originalmente na revista Geografia, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 221-238, 1935.

137). Esta analogia permite uma análise da paisagem através da iconografia, onde as imagens são utilizadas para interpretá-la.

A partir da visualização dos elementos na paisagem utilizando o método indutivo, obteve-se uma particularização do objeto de estudo. Como resultado, foi possível analisar a diversidade espacial, verificando-se isoladamente cada representante do patrimônio cultural de Londrina que ainda permanece materialmente na paisagem sendo, portanto, herança da cultura pioneira. Com a observação dos elementos de forma individual conseguiu-se analisar como se processa a relação dos mesmos com o contexto histórico de Londrina de maneira a possibilitar o levantamento de hipóteses relacionadas a uma possível existência ou tentativa de construção de uma identidade territorial no município a partir de cada grupo étnico.

Neste entendimento, a observação da paisagem permite, por exemplo, compreender quais são as forças atuantes naqueles elementos que os fazem permanecer como rugosidade em tempos atuais, mesmo que ainda não tenham mais sua função original. A constante mudança na paisagem traz consigo uma conotação ao mesmo tempo simbólica e ideológica, pois, a manutenção de determinados aspectos culturais (ao mesmo tempo uma intervenção do estado ou até mesmo da própria população) contribuem para a identificação dos indivíduos com o lugar em que vivem e, também com a construção ou manutenção de uma identidade territorial.

Pelo fato da concepção de cultura abranger uma série de elementos distintos, como já abordado em Santos (1983) e Chauí (1986) optou-se pela divisão baseada no critério da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como forma de conceituar o patrimônio cultural. Portanto, serão levados em consideração os aspectos materiais e imateriais dos fluxos migratórios em Londrina, cujas representatividades são rugosidades dessa cultura pioneira na paisagem contemporânea. Dessa forma, os aspectos materiais de acordo com a UNESCO (1972), englobam:

- a) os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais;
- b) os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- c) os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Já o patrimônio imaterial, para UNESCO (2006), engloba:

- a) tradições e expressões orais;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.

A produção da cultura inserida no movimento da sociedade resulta em uma materialidade tendo, portanto, uma dimensão visível na paisagem, mesmo que estes aspectos sejam considerados intangíveis. Isso porque toda cultura é dinâmica e sua atuação no espaço vai deixar resquícios, seja na origem destes elementos ou na produção e difusão dos mesmos. Esta materialização projeta características heterogêneas que são próprias dos lugares, mas também pode refletir certa homogeneização quando inseridas no processo de globalização, conforme discussão do capítulo 1. Assim, a materialidade se manifesta nas imagens, formas, aparência, “[...] onde os lugares cada vez mais articulados ao mundo da produção econômica [entram] em choque com suas particularidades históricas (fundadas na acumulação dos tempos na estrutura urbana)”. Por outro lado, essa homogeneização “[...] revela também a extensão do mundo da mercadoria – e nesta condição todos os espaços se tornam passíveis de serem transformados em valor de troca [...]” (CARLOS, 2007, p. 79).

Neste contexto, entende-se que é justamente o patrimônio cultural que pode contribuir para a coesão social entre os indivíduos, pois, reflete uma cultura particular frente ao chamado *pós-modernismo*. Mesmo que a autenticidade seja perdida ou que incorpore elementos de outras culturas, o patrimônio permanece como uma expressão de simbolismo que evoca a territorialidade dos indivíduos. Do mesmo modo, o que se discute aqui é a construção da identidade territorial londrinense a partir da análise do patrimônio cultural que ainda permanece na paisagem, levando-se em consideração que estes elementos que nele se

enquadram, é que vão fornecer as características socioculturais do cidadão londrinense.

Dessa forma, através de um resgate da história da colonização de Londrina, verificou-se que apesar do município no início de sua colonização trazer a contribuição de mais de 30 diferentes nacionalidades (Tabela 1), muitos aspectos culturais acabaram por se perder ao longo dos anos. Isso porque a paisagem é modificada constantemente por agentes que produzem e consomem o espaço e, neste contexto pode-se citar a idéia modernista que o município de Londrina sempre buscou, priorizando a substituição constante dos elementos materiais em detrimento dos antigos. Porém, quando se verifica a manutenção de alguns elementos culturais antigos que permaneceram na paisagem como forma de conservação dos valores identitários das diferentes nacionalidades que compõe a sociedade londrinense, nota-se que as cidades são como um *locus* de memória, que acumulam tempos desiguais, já que comportam objetos novos e antigos na paisagem.

Através da análise da paisagem londrinense, levando em consideração as manifestações culturais materiais (aspectos tangíveis da cultura, como as edificações; monumentos; objetos; artefatos etc.) e imateriais (aspectos intangíveis da cultura, como as formas e os modos de vida; as formas de expressão cultural como danças, músicas; culinária etc, constatou-se dessa forma que, mesmo com a vinda de muitos imigrantes para Londrina, não se pode deixar de analisar a contribuição dos indivíduos que estiverem aqui antes mesmo da chegada dos “pioneiros” oficiais, como os índios e caboclos. Portanto, o patrimônio cultural analisado teve que contemplar diversos grupos étnicos que contribuíram para a constituição de Londrina, pois, seria injusto optar entre uma ou outra etnia, tendo em vista a diversidade cultural do município.

Importante ressaltar que muitos elementos possuem caráter dúbio, no sentido de expressar simultaneamente os aspectos materiais e imateriais. Isso porque a concepção de cultura possibilita que um mesmo elemento tenha múltiplas territorialidades, sendo ao mesmo tempo intangíveis, especialmente quando são consideradas as tradições orais que perpassam gerações e que são, por assim dizer, intocáveis, mas que também podem ser concebidas como tangíveis, pois o resultado do processo de transmissão de valores irá culminar em formas que irão fornecer a materialidade, ou seja, os aspectos visíveis dessa imaterialidade.

Sabe-se que o processo de reterritorialização dos imigrantes envolveu vários aspectos de adaptação e realidades distintas que objetivaram sua vinda para o município e contribuíram (in) diretamente para a manutenção dos elementos identitários na paisagem. Como explicado, pelo fato do dinamismo espacial, as localidades vão sendo modificadas e, com isso, muito se perde de sua memória. Por isso, embora se tenha conhecimento de dezenas de grupos de imigrantes que vieram para Londrina, foram contempladas nesta abordagem apenas os grupos étnicos cuja representatividade cultural ainda é perceptível na paisagem londrinense, conforme se destaca a seguir.

4.2.1 Os Ingleses

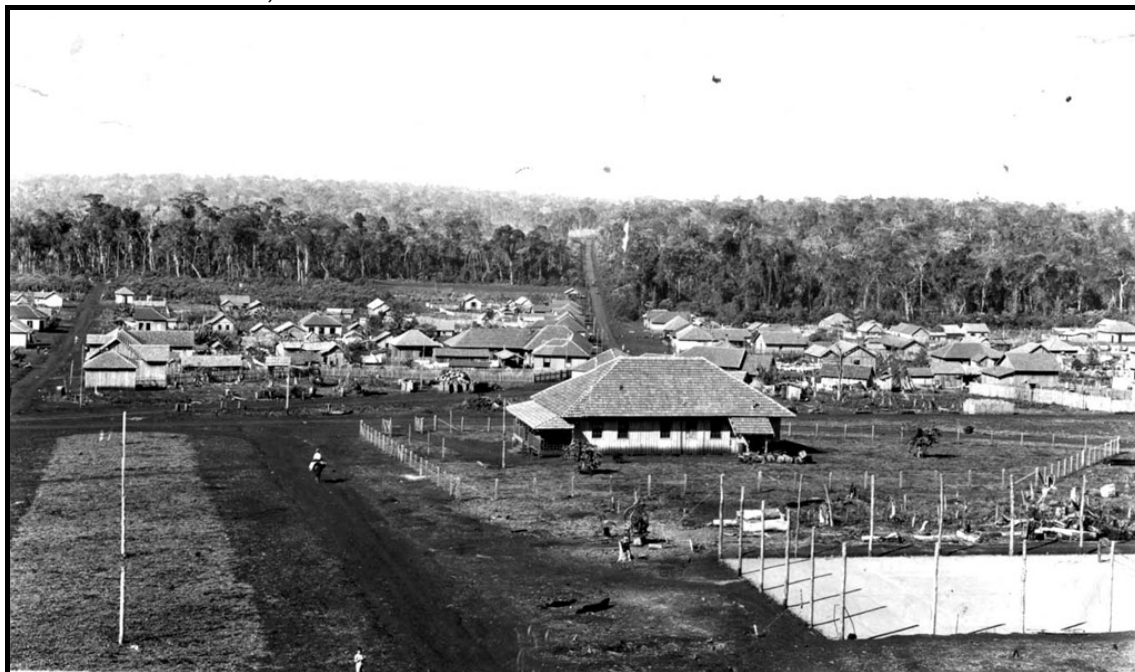
Embora tenham sido os empreendedores que deram início à colonização em Londrina, verifica-se a inexpressiva quantidade numérica de ingleses que vieram para o município. No entendimento de Martins, W. (1989), o inglês foi um tipo diferente de imigrante que chegou ao Paraná, pois, não foi colonizado e sim colonizador. Chegaram ao estado em 1860 e poucos deles se adaptaram às colônias, chegando a protestar contra o governo por descumprimento de promessas. O nome de Londrina foi sugestão de João Sampaio, quando presidente da CTNP, para homenagear os fundadores da cidade, cuja denominação significa “pequena Londres”, conforme explicam Asari e Tuma (1978).

Segundo informações do Museu Histórico de Londrina (2004), os ingleses preferiam ser chamados em Londrina de *british* – britânicos – pois, a maioria vinha da Escócia, uma das nações que faz parte do Reino Unido. Quando vieram para Londrina, a maior parte das glebas estava concedida pelo Governo do estado a outras empresas ou pessoas físicas. Porém, provavelmente, pela falta de capital, as terras estavam abandonadas. Como o Governo tinha interesse em apressar a ocupação no Norte do Paraná, acabou cedendo as terras aos ingleses que, com fortes investimentos passaram a fazer a venda dos lotes. A partir de 1943, com a Segunda Guerra Mundial, os ingleses deixaram Londrina e um grupo de paulistas passou a administrar a CTNP e a vender os lotes de terra que ainda faltavam, dando início ao crescimento populacional intenso na região. Cabe acrescentar que nesta época a CTNP teve que passar a ser de gestão nacional, por isso, muitos ingleses acabaram por deixar Londrina.

4.2.1.1 Patrimônio material

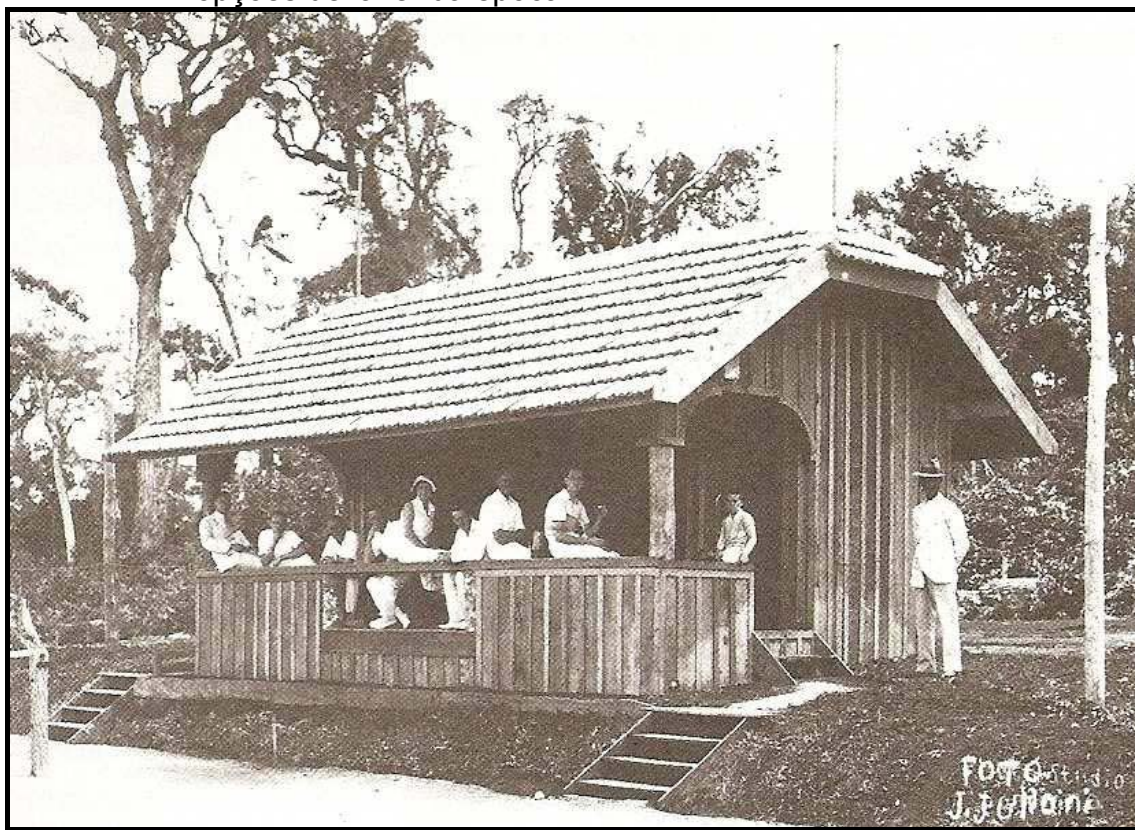
Quando estiveram em Londrina, os ingleses funcionários da CTNP criaram o Londrina *Country Club*, em 1934, como uma opção de lazer. Tratava-se, na realidade de duas quadras de tênis, esporte muito praticado por eles no país de origem. Uma forma também, de manterem as tradições. Interessante que o *Club* ficava bem na área central de Londrina, cercada de mato e pouquíssimas construções na época, sendo destaque a Catedral, bem ao lado (Figuras 10 e 11).

Figura 10 - Quadra de tênis dos ingleses, à direita, em meio à construção de Londrina, na década de 1930.



Fonte: DocLondrina (2012).

Figura 11 - Os ingleses com uniforme branco para jogar tênis, uma das poucas opções de lazer da época.



Fonte: Castelnou (2002)

Na década de 1940, com o crescimento da área central, as quadras foram transferidas para um lugar maior, onde foi construída uma sede social do *Club*, em 1946, próximo ainda do centro (Anexo 1). Inicialmente, o Londrina *Country Club* recebia a alta sociedade londrinense, com eventos suntuosos de projeção nacional que remetiam à época áurea do café (LONDRINA COUNTRY CLUB, 2012). Porém, hoje em dia, não se pode falar que o clube reflete a cultura inglesa, pois, já sofreu uma série de modificações em termos de infra-estrutura e no seu quadro de associados, além de não promover eventos típicos que remetam à cultura pioneira (Figura 12).

Figura 12 - Sede atual do Londrina Country Club, originalmente freqüentado pelos pioneiros ingleses.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Em contrapartida, mesmo considerando que não existem elementos significativos que façam menção à colonização por parte dos ingleses em Londrina, destaca-se a intervenção do poder público naquilo que Hobsbawm e Ranger (1997) denominam de “invenção das tradições”, o que reflete a imposição de uma cultura alheia aos costumes de determinada sociedade. Ou ainda, nas palavras de Castells (1999), uma identidade legitimadora. Isso porque, em Londrina pode-se observar a existência de algumas intervenções urbanas que refletem uma identidade forjada pela Prefeitura como forma de homenagem aos colonizadores ingleses, os quais não possuem ligação cultural alguma com o município exceto o fato de o terem fundado. Mas, o que se questiona é se realmente existe uma cultura inglesa (festas, edificações etc) que permitem afirmar que a identidade territorial de Londrina também se constitui por esta nacionalidade.

Dentro desta perspectiva, retoma-se a importância do *city marketing*, tendo em vista a competitividade cada vez mais acirrada entre as localidades - especialmente em cidades onde o turismo é a principal atividade econômica -, onde os gestores criam estratégias para captar recursos que viabilizem a ampliação de infra-estrutura e melhoria na imagem do destino. Embora o município de Londrina não tenha sua funcionalidade baseada na atividade turística e sim, no comércio

varejista, há alguns anos algumas entidades ligadas ao turismo, como o Londrina Convention & Visitors Bureau vêm desenvolvendo diversas ações com o intuito de captar eventos para a localidade a fim de transformá-la em uma referência do turismo de negócios e eventos para a região.

Neste entendimento, a Diretoria de Turismo do Instituto de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), com o objetivo de promover uma identidade para o município, tendo em vista a importância da mesma para o turismo, iniciou um projeto cujas ações se baseiam na referência à memória de Londrina, conforme informações de Cristiano Feijó, Secretário de Turismo (informação verbal)¹². Assim, embora reconhecendo a inexpressividade qualitativa e quantitativa das manifestações culturais dos pioneiros ingleses, a visão do poder público é gerir esforços para uma construção dessa identidade territorial, alegando que a partir dessas intervenções, o município presta uma homenagem aos pioneiros, ao mesmo tempo em que pode ser reconhecido pelas suas características inglesas, suscitando o interesse turístico para a localidade. Destaca-se, portanto, a concepção política do território, uma vez que os valores culturais são concernentes aos interesses políticos e o entendimento de identidade como aquilo com que se identifica ou faz sentido para determinado grupo social acaba não se aplicando neste caso.

Diante do exposto, é necessário tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, admite-se que atividade turística é uma forte geradora de divisas e emprego em várias localidades e, tendo em vista que o turista se interessa pelo novo, pelo peculiar, é interessante que as cidades possam divulgar suas particularidades como forma de gerar demanda. O turismo vive das (re) invenções e, dessa forma, proporcionar uma identidade territorial pautada na história inglesa, de certa forma, torna-se atrativo e isso se torna especialmente interessante quando se analisa o crescimento do turismo em Londrina, baseado no segmento de negócios e eventos e que carece de uma maior atratividade cultural e turística para consolidar o fluxo turístico. Por outro lado, há de se pensar na população londrinense. Isso porque toda identidade é construída a partir dos significados que os elementos na paisagem vão refletir na coletividade e na história de vida de cada um. Portanto, a imposição desses elementos como uma forma de homenagem aos pioneiros, acaba

¹² Informações obtidas na palestra: Atuação do turismólogo no mercado de trabalho, realizada no dia 11 de abril de 2012, na Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

se tornando algo “para inglês ver”, pois, o município não guarda resquícios dessa cultura inglesa a não ser em instituições de memória como bibliotecas e museus, cujos acervos literários e documentais guardam preciosidades sobre a história de colonização a partir da vinda dos ingleses, como fotografias e relatos destes “pioneiros”.

Outro projeto similar foi amplamente divulgado pela mídia, elaborado pelo economista Leonardo Louzada e apresentado à Prefeitura para a construção de um *city marketing* baseado também na identidade cultural inglesa, denominado Projeto Londrina 2012. A essência das propostas coincide com algumas ações da Prefeitura, como a inserção de elementos típicos da cidade de Londres no município, como uma forma de promover uma identidade com a cidade européia. Entre as mudanças mais significativas, destacam-se:

- ◆ a implantação de ônibus vermelhos de dois andares;
- ◆ a implantação do táxi *black cab*;
- ◆ a implantação de cabines telefônicas vermelhas;
- ◆ a implantação do sistema de informação visual/eletrônico existente nos pontos de ônibus de Londres;
- ◆ a construção de um bairro com características inglesas

Ressalta-se que desde 2009, o município vem sofrendo essas intervenções. Teve início com a construção das famosas cabines telefônicas vermelhas (Figura 13) em virtude da comemoração dos 75 anos de emancipação do município no referido ano (SERCOMTEL, 2011). A partir daí, uma série de cabines começou a ser instalada na área central da cidade e em pontos estratégicos como na Prefeitura, em pontos de grande fluxo e defronte a pontos turísticos (Anexo 1). Além das cabines, a Prefeitura pretende implantar um pórtico de entrada no município em formato do famoso relógio *Big Ben*, um dos símbolos de Londres.

Figura 13 - Cabine telefônica em estilo inglês no centro de Londrina



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Excetuando-se a questão da identidade legitimadora da Prefeitura, o único elemento que supostamente tem referência inglesa e que possui grande apelo histórico em Londrina é a Praça Marechal Floriano Peixoto (Figura 14), mais conhecida como Praça da Bandeira, localizada no centro da cidade (Anexo 1). Na sua constituição inicial, era um jardim bem cuidado, cujo muro principal era defronte à Avenida Paraná, local de desfiles, manifestações e passeios a pé, e onde os namorados se encontravam e famílias se reuniam. Com poucas árvores, mas com muitos arbustos e flores, o jardim teve o seu projeto inicial reformulado em 1943, com a formação de uma praça, quando foram instalados bancos com "pés em forma de bola", o Altar da Pátria, para as comemorações cívicas e os mastros onde eram hasteadas as bandeiras dos estados (THOMAS, 2006).

Figura 14 –Praça Marechal Floriano Peixoto, a Praça da Bandeira. Ao fundo, o Altar da Pátria.



Fonte: Tatiana Colasante (2010).

É conhecido entre os londrinenses o fato de a praça possuir o formato da bandeira do Reino Unido, supostamente uma homenagem aos ingleses (Figura 15). Porém, vários estudiosos, como Yamaki (2008) discordam dessa suposição, atribuindo ao formato dessa praça, como sendo um reflexo das concepções arquitetônicas da época, sem ligação com a nacionalidade em questão.

Figura 15 - Praça Marechal Floriano Peixoto, na década de 1940. Os corredores que interligam a praça guardam semelhança com a bandeira inglesa.



Fonte: Vieira et. al.(2006).

Portanto, com relação à cultura inglesa em Londrina, têm-se apenas alguns elementos da cultura material e que mesmo assim são controversos. No caso dos orelhões e do pórtico, são elementos recentes e que não são *rugosidades*, tendo em vista que são representantes de ações do poder público e não da comunidade inglesa no município. Ademais, os aspectos imateriais da cultura inglesa também não são relevantes, pois, não se verifica em Londrina nada que venha comprovar a tipicidade dessa nacionalidade. Porém, ressalta-se que pelo fato das manifestações imateriais fazerem alusão às expressões orais, não se pode deixar de lado a questão do “[...] idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial” (UNESCO, 2006, s.p.). Isso porque a linguagem é uma das formas culturais que mais permite uma coesão social do ponto de vista identitário para os indivíduos, pois, mesmo que pertençam à mesma nacionalidade, isso não significa que os indivíduos partilhem de costumes semelhantes, o que não acontece com a língua que, com exceção de alguns conflitos territoriais que fazem com que em algumas localidades existam vários dialetos, a língua é ainda um fator de unicidade essencial. Neste entendimento, verifica-se em Londrina, uma propagação muito

grande de escolas de idiomas que ensinam a língua inglesa. Entretanto, não se pode afirmar que este fato é um legado da cultura inglesa no município, pois, isso é observado em vários municípios brasileiros, já que a difusão deste idioma é uma tendência mundial, reflexo, principalmente, da expansão econômica, do poderio dos Estados Unidos e do próprio contexto de globalização.

4.2.2 Os Árabes

Embora no Álbum de Londrina de 1938 (YAMAKI, 2006) conste o registro de apenas cinco imigrantes sírios, o município possui uma influência árabe significativa na sua paisagem. Inclusive, Abreu (2011) informa que atualmente, a comunidade árabe em Londrina é composta por imigrantes de várias etnias: libaneses, árabes marroquinos, egípcios, argelinos, palestinos etc.

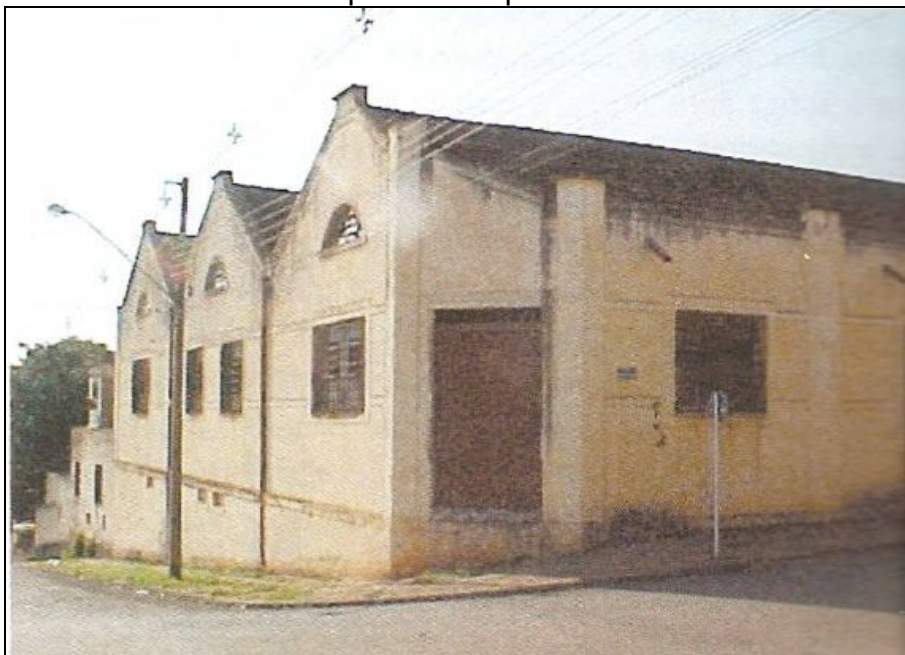
A vinda dos árabes para o Brasil enquanto corrente migratória data do último quartel do século XIX. Porém, antes disso, já se tem registros de imigrantes árabes que ingressaram no Brasil como “turcos-árabes”, devido ao fato da dominação da Turquia no Oriente Médio. Com isso, era a Turquia a responsável por emitir os documentos dos indivíduos que pertenciam aos países árabes. No Brasil, se estabeleceram, principalmente, em São Paulo, seguido em menor número por Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde trabalhavam, sobretudo, com o comércio (MOTT, 2000).

4.2.2.1 Patrimônio material

Em Londrina, os imigrantes libaneses chegaram a partir de 1931, ou seja, antes mesmo da fundação oficial da cidade. Assim como ocorreu em diversas outras cidades brasileiras, estes imigrantes começaram a trabalhar com o comércio ambulante, montados em cavalos e jumentos que os auxiliavam no deslocamento. Participaram também do desenvolvimento do comércio da cidade, com a abertura de várias lojas, especialmente, na área central. Nesta primeira leva dos imigrantes árabes à Londrina, destaca-se a chegada do libanês David Dequêch, um dos fundadores e primeiro presidente da ACIL - Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL, 2007).

Outro pioneiro de destaque foi Salim Sahão, nascido em Hasbaya, pequeno povoado ao sul do Líbano, em 1900. Conforme Cruciol e Suzuki (2004), na década de 1920, Sahão veio com a família para o Brasil. Estabeleceu-se em Santos – SP, onde trabalhou como ajudante no armazém de seu tio. Pouco tempo depois, já era dono de seu próprio comércio. O interesse pela lavoura de café foi surgindo e, com isso, Sahão acabou vindo para Londrina, em 1935. A partir da década de 1940, passou a ter um grande crescimento econômico na região, instalando várias máquinas de algodão e café em diversas localidades próximas, como Maringá, Rolândia, Apucarana e Mandaguari, além de dezenas de casas comerciais. Atualmente, ainda se observa na paisagem de Londrina, o conjunto de barracões construídos nas décadas de 1940 e 1950 (Figura 16), situados às margens da antiga ferrovia para facilitar o escoamento dos produtos (Anexo 2).

Figura 16 – Antigos galpões de café e algodão da família Sahão, herança dos libaneses que vieram para Londrina.



Fonte: Castelnou (2002).

Em 1952, a família Sahão anunciou a inauguração do Hotel São Jorge e do Edifício Sahão, ambos localizados na área central de Londrina. Em uma área de 11.500 m², das quais 3.400 m² pertencem ao hotel, o contexto no qual está inserida a história destes empreendimentos novamente denota a fase áurea do café que contribuiu para a manutenção do *status* de “cidade moderna”. Ainda hoje, estes edifícios são referências na arquitetura de Londrina, pela sua grandiosidade e

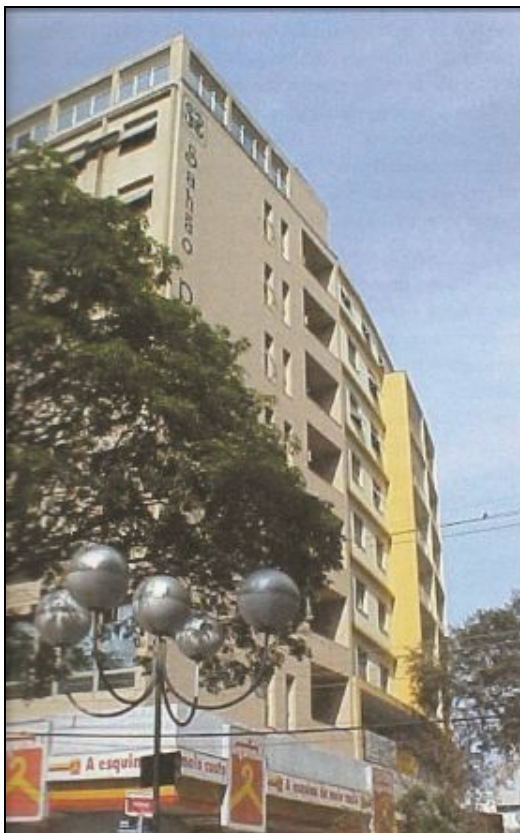
ousadia quando da sua construção, devido aos esforços de trazer o que havia de melhor em termos de elementos arquitetônicos para sua concepção, como assim relatam Cruciol e Suzuki (2004, p. 130):

Na época, não havia energia elétrica para os elevadores, nem água ou esgoto suficiente para atender a um edifício daquele porte. Salim encomendou então um gerador alemão para o fornecimento da energia, fez fossas para substituir o esgoto e comprou um caminhão tanque para remover os detritos. A Construtora Zancaner, de São Paulo, edificou a obra. Foram empregados tijolos de vidro importados da Suécia e mármore de Carrara. No pavimento térreo foram instaladas agências da REAL (companhia de aviação tradicional, já extinta), do Banco Crédito Real de Minas Gerais, bem como o escritório da família. Foi feito um salão no 8º andar para 400 pessoas, com terraço dando vista para os quatro cantos da cidade.

Mais tarde, o Hotel São Jorge passou a ser chamado de Sahão Palace Hotel. Alvo de disputas familiares, o hotel foi fechado em agosto de 2002, permanecendo assim até o momento (Figura 17). O Edifício Sahão, construído ao lado do Hotel continua funcionando, para fins comerciais e residenciais (Anexo 2).

Porém, como manifestação cultural que se destaca em Londrina em torno da comunidade árabe em função da tentativa de manter uma identidade territorial, dá-se ênfase na Mesquita Muçulmana Rei Faiçal (Figura 18), localizada na zona leste da cidade e inaugurada em 1975 (Anexo 2). Embora se enfatize que em Londrina existe uma presença maior de libaneses que, em sua maioria são católicos, a presença da Mesquita acaba possibilitando uma coesão social da comunidade árabe, pois, acaba conservando tradições e procura disseminar os valores culturais nas gerações atuais.

Figura 17 - O conjunto arquitetônico Sahão Palace Hotel e Edifício Sahão, na área central, considerados patrimônio de Londrina pela sua importância histórica.



Fonte: Castelnou (2002).

Figura 18 - A presença da cultura árabe em Londrina se expressa através da Mesquita Muçulmana Rei Faïçal



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

4.2.2.2 Patrimônio imaterial

As manifestações imateriais se destacam, especialmente, quando se aborda a questão da culinária. São dezenas de restaurantes temáticos espalhados por Londrina que oferecem em seu cardápio grande variedade de produtos de origem árabe e que passaram a fazer parte do consumo dos brasileiros, o que não seria diferentes com os londrinenses. Além disso, várias escolas de danças árabes vêm se disseminando pelo município e acabam por serem aceitas pelos indivíduos de outras etnias sendo, portanto, expressões artísticas da cultura imaterial.

Ainda com relação à comunidade árabe, um grande reconhecimento da contribuição dos imigrantes que vieram para Londrina se deu através da criação do Dia do Líbano, comemorado em 22 de novembro, data escolhida por marcar a independência do Líbano do domínio da França em 1943. O Brasil é o país com a maior colônia libanesa no mundo. No Paraná, existem cerca de 70 mil libaneses e Londrina tem aproximadamente 30 mil habitantes de origem libanesa (LEMES, 2003). O município possui também um jornal chamado Voz Árabe, fundado em 1997 e veiculado na *internet*, no qual são divulgadas notícias do Brasil e do mundo focando a comunidade árabe.

4.2.3 Os Japoneses

Em dezembro de 1929, uma comitiva da CNTP chefiada por George Smith saiu de Cambará (distante cerca de 140 quilômetros de Londrina), com destino ao Patrimônio Três Bocas, primeiro núcleo populacional de Londrina. Na comitiva, estavam compradores de terras japoneses (Figura 19), que contavam com a ajuda de Hikoma Udiara, único agente japonês da CNTP (DE LUCCA, 2007). Destaca-se aí, o caráter mercantil da CNTP, tendo em vista a preocupação em contratar um funcionário que auxiliava na negociação, servindo de intérprete, ao mesmo tempo em que fazia forte propaganda da localidade para atrair os compradores. Os primeiros lotes de terra foram vendidos aos japoneses que vinham em sua maioria, do estado de São Paulo e sonhavam com a possibilidade de serem proprietários de terra no norte do Paraná.

Figura 19 - Caravana de compradores japoneses em Londrina, dezembro de 1929.



Fonte: De Lucca (2007).

Somente em outubro de 1931 é que as primeiras famílias japonesas vieram ocupar efetivamente o território londrinense: as famílias de Yoshitami Kazahaya, Kootaro Hayassaka e Kunijiro Hara, vindas do interior de São Paulo. Estabeleceram-se na Colônia Um ou Ikku, na zona leste de Londrina, onde hoje se localiza o Aeroporto José Richa. Ali, plantavam milho, arroz e feijão e, devido à prosperidade da terra, os sítios dessas famílias passaram a ser utilizadas como referência para os vendedores da CTNP que iam até o local demonstrar a riqueza da terra roxa aos compradores em potencial. Foram os japoneses também que iniciaram as plantações de café, que viria a ser o símbolo do Norte do Paraná (PEDRIALI, 2008).

Demonstrando forte associativismo, os japoneses trataram de estreitar os laços culturais e manter a tradição nipônica. Portanto, seguindo à risca a expressão: “Onde três japoneses se reúnem, nasce uma associação e nela a escola”, assim o fizeram. Com o auxílio da comunidade, construíram a primeira escola japonesa em Londrina (Figura 20), em 18 de junho de 1933, em um terreno doado por Hikoma Udiara nas proximidades do atual Terminal Rodoviário. Com o aumento do número de alunos, a escola foi transferida para um terreno maior, localizada onde hoje é a área central da cidade, nas proximidades da Rua Prefeito

Hugo Cabral, doação também de Hikoma Udihara. Sua inauguração ocorreu em 1º de abril de 1935 e tinha como diretor, um professor vindo diretamente do Japão (DE LUCCA, 2007).

Figura 20 - Escola japonesa, década de 1930.



Fonte: De Lucca (2007).

O aumento do número de japoneses em Londrina trazia uma série de divergências do ponto de vista cultural, pois, ao mesmo tempo em que havia a necessidade de manterem as tradições, tinham que se adaptar à região. Sobre este aspecto, interessante relatar a falta de entendimento entre as culturas brasileiras e japonesas, devido à expansão das práticas culturais na escola japonesa em Londrina:

Como não havia aulas no período noturno, praticantes de kendô (luta com espadas) aproveitavam o horário para treinar no espaço em alguns dias da semana. Episódio pitoresco aconteceu quando moradores vizinhos à escola denunciaram à Delegacia de Polícia que os japoneses estavam brigando, com gritos e pancadas na cabeça usando pedaços de bambu. O barulho perturbava a vizinhança. A polícia compareceu e conduziu todos à delegacia; entretanto, após os esclarecimentos, liberou-os. (DE LUCCA, 2007, p. 66)

Com a Segunda Guerra Mundial, os imigrantes passaram a sofrer algumas restrições. Especialmente quando o Brasil passou a lutar do lado dos aliados (União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra, entre outros), os imigrantes alemães, japoneses e italianos (que eram dos países do chamado Eixo), tiveram escolas fechadas, foram proibidos de falar seu idioma, tiveram bens confiscados, enfim, começaram a sofrer perseguições por todo o país. Neste contexto, a escola japonesa em Londrina acabou sendo fechada.

Mesmo com os impasses da guerra, não se pode deixar de destacar que já era notável o pioneirismo japonês em Londrina, pois, vieram para o município muito antes dele ser constituído como tal. Nos dados do Álbum de Londrina de 1938, consta a existência de mais de 500 japoneses em Londrina (YAMAKI, 2006) neste período, que vieram atraídos pela propaganda da CTNP. Até o final da década de 1950, os imigrantes japoneses participaram ativamente da formação histórica da região, onde trabalhavam na agricultura, “[...] testemunhando o desenvolvimento proporcionado pela economia cafeeira, bem como as transformações das cidades novas” (MAESIMA, 2011, p. 7)□. Hoje, Londrina tem a 2ª maior colônia japonesa do Brasil, com uma população de descendência japonesa em torno de 25 mil pessoas, ficando atrás somente de São Paulo. Porém, diferente de São Paulo que teve uma imigração direta do Japão, em Londrina, a maioria da população japonesa veio reimigrada de outras partes do país, inclusive, de São Paulo, como abordado anteriormente.

4.2.3.1 Patrimônio imaterial

Além de auxiliar nas negociações com os imigrantes japoneses que chegavam à região, Hikoma Udiara teve um papel fundamental na territorialidade da cultura japonesa em Londrina, pois, foi o responsável pela fundação da Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEL), em 1933, clube social formado pela colônia japonesa de Londrina e que cultivava várias tradições típicas japonesas (Figura 21), sendo sede de vários eventos, localizado na zona leste de Londrina (Anexo 3) .

Atualmente, existem outras associações no município, como a Associação Cultural e Recreativa Okinawa de Londrina (ACROL) e Associação Cultural Nipo-Brasileira Central Rubiácea de Londrina (RUBIÁCEA), porém, com

menor quantidade de associados (DELIBERADOR, 2008). Todas essas associações contam com uma grande participação dos descendentes de japoneses, que se unem para partilhar interesses em comum e também como uma forma de manter a tradição cultural do Japão. Muitas realizam eventos beneficentes, cujos benefícios se estendem a toda comunidade londrinense.

Figura 21 - Sede da ACEL, na zona leste de Londrina.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Muitas festas são promovidas por essas associações recreativas. Neste aspecto, a colônia japonesa em Londrina busca um convívio com todas as etnias. Isso porque as festas que ocorrem em várias épocas do ano tradicionalmente, não se restringem aos descendentes de japoneses, pelo contrário. Embora existam vários elementos típicos japoneses observados nestas festas, como a dança, a culinária e a ornamentação, nota-se que pessoas das mais variadas descendências buscam estas festas como forma de entretenimento. Os destaques são o Londrina Matsuri (Figura 22) e a Expô Japão (Figura 23). O primeiro evento é celebrado na entrada da primavera e acontece na Praça Nishinomiya (Anexo 3), com uma duração de 3 dias e, desde sua primeira edição, em 2003, vem recebendo um público estimado de 100 mil pessoas. O segundo, comumente acontece entre o final de maio e começo de junho e tem sido realizado na ACEL (Anexo 3). Com uma

duração média de 4 dias, nos últimos anos têm atraído um público de aproximadamente 30 mil pessoas (GRUPO SANSEY, 2012).

Figura 22 - Grupos de Londrina e região dançando o Bon Odori, dança típica japonesa.



Fonte: Grupo Sansey (2012)

Figura 23 - Apresentação de taiko – tambor japonês - na Expô Japão



Fonte: odiario.com (2011)

Outra forma de manifestação cultural identificada são os traços de religiosidade japonesa que constituem um elo identitário muito forte entre os imigrantes e que também são relevantes elementos da cultura material na paisagem de Londrina. Para Matsue (2011, p. 102):

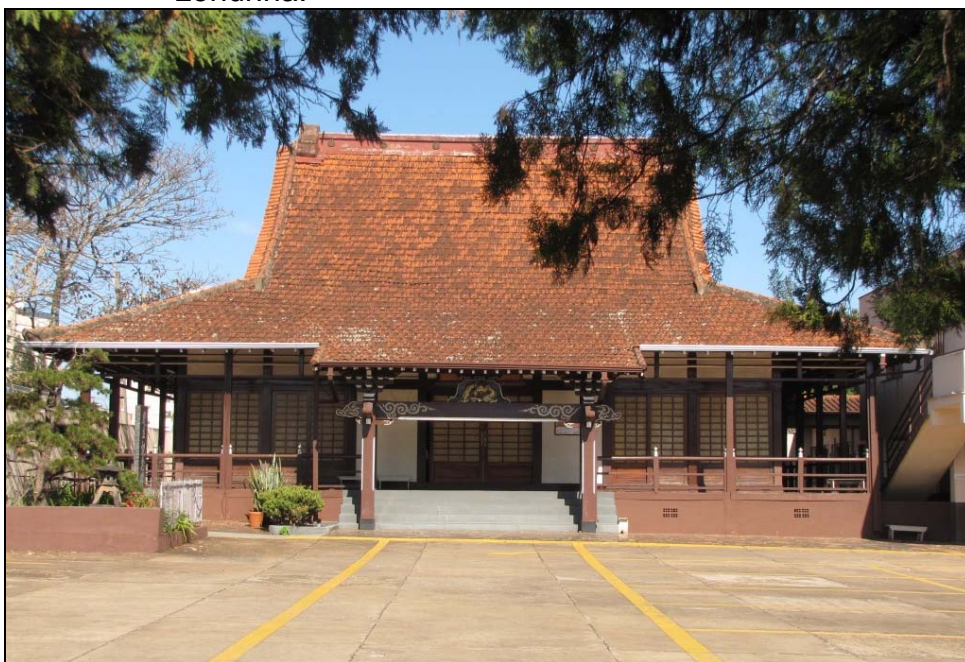
A religiosidade é inerente ao processo migratório, pois ao migrarem, os decasségui trazem consigo suas crenças e práticas religiosas, que frequentemente servem como apoio e base para a adaptação ao novo contexto social, representando, assim, o centro da manifestação da identidade étnica. Muitos grupos religiosos oferecem serviços e ofícios na língua nativa dos migrantes, redes de apoio social, espaço de socialização e de inserção na comunidade local, atraindo muitas pessoas que se percebem fragilizadas no contexto migratório.

Nesta perspectiva, Londrina sofreu uma influência muito grande nos aspectos religiosos por parte dos imigrantes japoneses. Destacam-se três elementos, em particular: o Templo Budista Honganji; a Paróquia Imaculada Conceição e a Paróquia São Lucas. O Templo Budista Honganji (Figura 24), é um representante da arquitetura japonesa no município, inaugurado na década de 1950, período da vinda de grande contingente de imigrantes japoneses para Londrina, está localizado na área central (Anexo 3). Este patrimônio material imponente foi construído através de técnicas peculiares de encaixe, na qual quase não se utilizam pregos na sua estrutura. No seu interior, a maioria das imagens foi trazida do Japão. A respeito da expansão do budismo no Brasil e a importância do Templo Budista Honganji, Tetsuya Nakayama, pioneiro em Londrina, explica que os imigrantes japoneses trouxeram essa filosofia para o Brasil, pois, na época, a maioria era budista. O templo guarda em seu interior uma série de símbolos referente à religião que vieram diretamente do Japão (SERCOMTEL, 2008).

A Paróquia São Lucas (Figura 25), de religião anglo-católica, foi fundada em 1940 e também está localizada na área central (Anexo 3). Vinculada à Igreja Episcopal Anglicana, foi construída no município por conta da vinda do Reverendo Paulo Yuki Kaneko. Os primeiros ofícios da Paróquia eram voltados a estudos bíblicos, a uma escola dominical e aos trabalhos realizados em língua japonesa, fato que fez com que a Paróquia ficasse conhecida como a “Igreja dos Japoneses”. Porém, o público que frequenta atualmente a Paróquia é bem diversificado e há tempos vem sendo dirigida por Reverendos brasileiros (PARÓQUIA SÃO LUCAS LONDRINA, 2012). Mesmo assim, é uma importante

manifestação cultural que ainda se mantém conservada, de uma beleza arquitetônica singular e que expressa na memória de sua fundação os resquícios da atuação da comunidade nipônica.

Figura 24 - Templo Budista Honganji, representante da cultura japonesa em Londrina.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Figura 25 - Paróquia São Lucas, conhecida como “Igreja dos japoneses”.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

A Paróquia Imaculada Conceição representa um forte elemento de coesão entre os descendentes de japoneses em Londrina (Figura 26). Sua história data dos anos de 1950 quando alguns missionários japoneses vieram para a região a fim de evangelizar a comunidade nipônica que se estabelecia. Assim, em 1º de fevereiro de 1956, instalou-se a Paróquia Pessoal Nipo-Brasileira, no centro de Londrina (Anexo 3) tendo como pároco José Lebreck, vindo da Alemanha com propósito de trabalhar junto aos japoneses. Em 1958, vieram do Japão o Pe. Pedro Katsumi Miyamoto, da diocese de Osaka, que ficou até 1981, e o Pe. João Harno Sassaki da diocese de Yokohama, que ficou em Londrina até 1970. Desde 1982, a Paróquia é coordenada pelo Pe. Lino Stahl, gaúcho de Nova Petrópolis, descendente de alemães, que morou durante décadas no Japão. Em Londrina, o padre que é poliglota utiliza o português e o japonês na missa bilíngue de todos os domingos. Na atualidade, o idioma japonês vem sendo cada vez menos utilizado nas celebrações da Paróquia, pois, o número de jovens aumentou e, pelo fato da maioria não dominar a língua dos seus antepassados, faz com que a tradição seja esquecida (BRIGUET, 2011).

Figura 26 - Pastoral Nipo Brasileira, vinculada à Paróquia Imaculada Conceição, que tem missas celebradas em japonês.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Outro aspecto importante da manutenção dos valores identitários da colônia japonesa em Londrina é o jornal bilíngüe Paraná Shimbun, fundado há mais de 50 anos e que divulga informações sobre a cultura japonesa, eventos e reportagens sobre a comunidade nipônica, em geral. Pela sua história na evolução de Londrina, o jornal acaba se constituindo como um patrimônio documental do município, pois, dissemina para todos os londrinenses a cultura destes imigrantes que contribuíram de forma marcante para a constituição atual de Londrina.

Ademais dos aspectos religiosos, recreacionais e documentais, a comunidade japonesa possui muitos outros elementos presentes materialmente e imaterialmente na paisagem londrinense, como escolas de idiomas e centros de estudos e pesquisas. Com relação ao idioma, é muito comum ouvir nas ruas de Londrina descendentes de japoneses, especialmente, os mais idosos se comunicarem entre eles na língua do país dos seus antepassados. No princípio, as escolas de língua japonesas foram fundadas como uma forma de manter as tradições para os mais jovens, conforme explica Masahiro Sakai, um dos fundadores da Escola Megumi, construída em Londrina, em 1959 (LONDRINA, 2009). Devido à disciplina e aos princípios de ensino-aprendizagem referências no mundo todo, as escolas com métodos japoneses no município, há muito tempo já não são freqüentadas exclusivamente pelos descendentes.

Enfatiza-se também o grande número de restaurantes especializados na gastronomia japonesa existente em Londrina e que tem sido aceito por toda a população londrinense. Porém, como a cultura sofre influências, não se pode afirmar que todos estes restaurantes traduzam exatamente o cardápio nipônico, sendo muito comum, inclusive que estes restaurantes tenham um cardápio mais variado, incluindo especialidades da culinária brasileira, a fim de atingir um público mais amplo. De qualquer forma, acaba sendo um referencial da cultura imaterial japonesa no município.

4.2.3.2 Patrimônio material

Ao analisar a paisagem de Londrina, levando-se em consideração os aspectos relacionados à identidade e imigração, chama a atenção a Praça Tomi Nakagawa (nome dado em homenagem à pioneira da cidade), construída em 2008 na área central de Londrina (Anexo 4), em homenagem ao centenário da imigração

japonesa no Brasil (Figura 27). À época de sua inauguração, contou com a presença do príncipe Naruhito. A praça hoje é ponto turístico do município e admirada pelo simbolismo que representa através de seus elementos paisagísticos, cuidadosamente elaborados no qual cada detalhe possui um significado que faz referência ao Japão ou a história da imigração japonesa.

Figura 27 - Praça Tomi Nakagawa, construída em homenagem ao centenário da imigração japonesa no Brasil, em 2008.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Além da Praça Tomi Nakagawa, Londrina possui a Praça Nishinomiya (Figura 28), localizada na zona leste da cidade (Anexo 4) e que foi inaugurada em 1988. O nome é uma homenagem à cidade japonesa homônima, co-irmã de Londrina há mais de 30 anos. Esse convênio contribui para estreitar os laços culturais entre os países e, todo ano acontecem intercâmbios, especialmente, entre as escolas para troca de trabalhos feitos pelos estudantes.

Embora não exista um bairro japonês como na cidade de São Paulo, é interessante ressaltar a concentração de japoneses na Rua Sergipe, na área central da cidade. Entre as décadas de 1940 e 1970, tanto os estabelecimentos comerciais quanto os edifícios residenciais tinham, de certa forma, referência aos

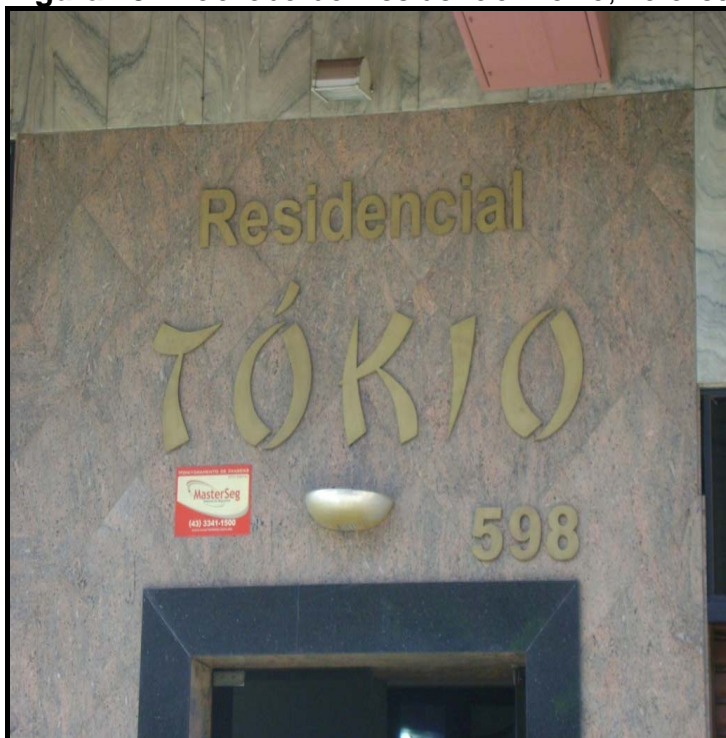
japoneses: o Edifício Tóquio, construído na década de 1950, considerado um dos primeiros arranha-céus de Londrina (Figura 29); o atual Banco Santander, que ainda conserva a grafia oriental, da época em que a agência bancária prestava atendimento especial aos japoneses e seus descendentes (Figura 30) e várias lojas que são de propriedade de descendentes de imigrantes japoneses, todas concentradas na área central (Anexo 4). Este conjunto de elementos japoneses na Rua Sergipe, fez com que a rua fosse conhecida como “a pequena Tóquio” durante muito tempo (PARANÁ SHIMBUN, 2011).

Figura 28 - Praça Nishinomiya, construída em homenagem aos japoneses, em 1988.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Figura 29 - Fachada do Residencial Tóquio, na área central de Londrina.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Figura 30 - Letreiro do Banco Santander com grafia japonesa.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Na área rural de Londrina, mais especificamente, na Estrada de Coroados, na zona sul (Anexo 4), ainda é possível encontrar residências com arquitetura remanescente de carpinteiros japoneses (Figura 31). Neste local, a partir da década de 1950, houve um loteamento das terras e foram assentadas dezenas de famílias japonesas e o local passou a ser chamado de Colônia Coroados. Tem-

se, portanto, um representante da cultura imaterial, através da conservação das técnicas artesanais tradicionais.

Figura 31 - Casa de madeira, com arquitetura remanescente das técnicas dos carpinteiros japoneses na área rural de Londrina.



Fonte: Tatiana Colasante (2010).

4.2.4 Os Alemães

Constituíram um dos grupos mais importantes no início da colonização de Londrina, somando mais de 500 indivíduos no final de 1930 (YAMAKI, 2006). Assim como muitos imigrantes, vieram atraídos pela propaganda da CTNP. As primeiras famílias chegaram em meados de 1929, oriundos em sua maioria, do Leste Europeu. Com a ajuda de funcionários alemães da CTNP, compraram os primeiros lotes, nos quais vieram a se estabelecer na chamada Colônia Heimtal, que em alemão significa Vale do Lar.

4.2.4.1 Patrimônio imaterial

O Heimtal é considerado o primeiro núcleo urbano projetado pela CTNP e hoje é patrimônio do distrito de Warta, distante a cerca de oito quilômetros do centro de Londrina. Entende-se por patrimônio um pequeno núcleo populacional que atua como intermediário entre os meios rural e urbano, a fim de estabelecer

uma comunicação dos agricultores com as cidades, exercendo a função de abastecimento e de comercialização dos produtos agrícolas (ALMEIDA, 1997).

Neste contexto, destaca-se o pioneiro alemão Carlos João Strass que foi o fundador de Heimtal, onde adquiriu vários lotes em 1929. Ali passou a desenvolver um pequeno comércio que abastecia os colonos que vinham para Londrina (HOFFMANN; PIVETA, 2009). Atualmente, a família *Strass* é referência na culinária alemã da região, considerada um patrimônio imaterial, pois, são técnicas artesanais de preparos típicos da Alemanha, tendo em vista que um dos membros da família fez especialização na área, justamente no país de origem de seus antepassados de modo a repassar a tradição em Londrina. A família é proprietária da *Strassberg*, próximo à Warta (Anexo 5), cuja especialidade são as tortas alemãs e que atraem visitantes de várias cidades vizinhas (Figura 32).

Figura 32 - Fachada do estabelecimento *Strassberg*, com referência à arquitetura alemã.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

4.2.4.2 Patrimônio material

O patrimônio de Heimtal (Anexo 6) ainda é referência da imigração alemã em Londrina e conserva alguns elementos característicos da sua colonização, como a Capela de São Miguel Arcanjo (Figura 33), construída entre 1930 e 1936. Sua importância histórica demandou um grande empenho de pesquisadores que culminou com a sua restauração em 2004.

A primeira Escola Alemã, construída em 1931 no Heimtal em um terreno doado pela CTNP, evidenciava a preocupação do imigrante com a educação dos seus familiares (HOFFMANN; PIVETA, 2009). A Escola passou por diversas transformações, descaracterizando sua forma original e sua peculiaridade histórica, sendo chamada, hoje, de Escola Municipal Padre Anchieta.

Figura 33 - Capela de São Miguel Arcanjo, uma das mais antigas de Londrina.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Em 1934, surgiu a Sociedade Escolar e Recreativa Alemã de Londrina, pela iniciativa dos próprios pioneiros e que tinha como objetivo disponibilizar lazer e recreação aos associados. Na década de 1940, a propriedade foi confiscada pelo governo do Estado. No ano de 1951, foi reaberta sob o nome de Associação Recreativa Esportiva Londrinense – AREL (Figura 34), no Jardim Petrópolis (Anexo 6) sendo conhecida na cidade até hoje como “clube alemão” (AREL, 2012).

Na área central de Londrina, também se pode citar o Colégio Mãe de Deus, criado em 1936 por iniciativa do Instituto Secular das Irmãs de Maria Schöenstatt, cujas missionárias vieram da Alemanha. Em 1950, fundaram o Santuário Schöenstatt (Figura 35), que reflete o pioneirismo dos alemães em Londrina, sendo o segundo Santuário do Movimento Schöenstatt construído no Brasil (Anexo 6). Diariamente, estima-se que o local é visitado por aproximadamente 500 pessoas, com o objetivo de orar, pedir uma graça ou agradecer os pedidos atendidos, conforme informações disponibilizadas pelo Colégio Mãe de Deus (2012). Como a questão da religiosidade não reflete, neste caso, a cultura alemã na atualidade, destaca-se a construção enquanto patrimônio material do legado destes imigrantes para a região.

Figura 34 - Sede da AREL, o “Clube Alemão” de Londrina.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Figura 35 - Santuário Schöenstatt, herança cultural alemã.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

4.2.5 Os Poloneses

Segundo a Associação Pró-Memória de Londrina e região (2004), em 1932, chegaram os primeiros poloneses à Londrina, com destaque para Pedro Marcílio Stasiak e Eduardo Cebulski que trabalhavam para a CTNP. Juntamente com outros pioneiros poloneses fundaram o distrito de Warta, distante cerca de 30 quilômetros da sede do município (Anexo 7). O nome foi dado em homenagem a um rio da Polônia e significa “o que tem valor”.

4.2.5.1 Patrimônio material

A prosperidade destes pioneiros era vista com entusiasmo pelos patrícios que moravam em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que acabaram vindo para a região em busca de melhores oportunidades de trabalho. Trabalhavam basicamente no cultivo de arroz, milho, café, mandioca e mamona. A partir de 1938, começaram a surgir os primeiros estabelecimentos comerciais: bar; armazém de secos e molhados; alfaiataria; posto de gasolina; sapataria etc. Porém, com algumas

dificuldades da época e, por fim, a geada de 1975 que dizimou as plantações de café, muitos retornaram para as cidades de origem ou se mudaram de vez para Londrina. Apesar do pioneirismo polonês na fundação da Warta, a influência cultural que mais se destaca na paisagem se resume à construção da Igreja de Santo Antonio, datada do final da década de 1960 (Figura 36).

Figura 36 - A Igreja de Santo Antonio, no distrito da Warta é reflexo da cultura polonesa em Londrina.



Fonte: Tatiana Colasante (2012)

4.2.6 Os Italianos

Os italianos foram um dos grupos de imigrantes que mais se adaptaram à cultura brasileira e também são um dos que mais deixaram uma contribuição cultural para o país. Sua culinária é admirada e amplamente aceita pelos brasileiros e a concentração de descendentes de italianos ainda é observada em bairros como Santa Felicidade, em Curitiba. Os italianos chegaram ao Paraná na metade do século XIX e se estabeleceram nos arredores de Curitiba e na região litorânea do estado (MIMESSE; MASCHIO, 2006).

Com relação à história da comunidade italiana em Londrina, os registros são escassos e contraditórios. Para a Associação Pró-Memória de Londrina e região (2004), os italianos chegaram antes dos ingleses na região. Já para Yamaki (2006), os imigrantes chegaram na década de 1930 e nesta época constituíam o maior número de imigrantes do município, somando mais de 600 indivíduos. Seja como for, os italianos que aqui chegaram, vieram, sobretudo de cidades do estado de São Paulo e começaram a trabalhar, como os demais imigrantes, com a agricultura, plantando café e exercendo alguns ofícios requisitados, como serralheiro, carpinteiro, ferreiro etc.

Assim como em todas as partes do Brasil, a influência cultural dos italianos se baseia, principalmente, na disseminação de sua culinária típica, com o predomínio de massas. Em Londrina, não é diferente. Observam-se na paisagem vários estabelecimentos que oferecem este tipo de gastronomia, denotando que essa manifestação imaterial ainda se mantém conservada, porém, a maioria se constitui apenas de atividades com fins econômicos e não são reflexo de uma tentativa de manter a herança cultural dos pioneiros.

4.2.6.1 Patrimônio material

Quando se observa a paisagem londrinense, não são notados elementos construtivos que sejam uma referência à cultura italiana. Porém, não se pode deixar de destacar o legado da família Veronesi, responsável pela construção de vários edifícios importantes na região. A família foi proprietária da primeira construtora de Londrina, que funciona ainda hoje, a Construtora Veronesi. O sócio-fundador foi o imigrante italiano que veio para Londrina na década de 1950 e,

juntamente com os filhos Remo e Rômulo, coordenou a construção do Centro Comercial, localizado na área central (Anexo 8) na mesma década, sendo o mais alto da região, com 22 pavimentos (Figura 37), segundo informações de Casaril (2008).

Figura 37 – O Edifício Centro Comercial, um dos prédios mais antigos de Londrina, obra da Construtora Veronezi.



Fonte: Tatiana Colasante (2012)

Verifica-se, portanto, que o legado italiano em Londrina quando se abordam as questões materiais da cultura reflete muito mais o empreendedorismo do que uma tentativa de manutenção dos valores identitários a partir da reterritorialização no município.

4.2.6.2 Patrimônio imaterial

Em termos materiais, não se evidencia na paisagem nenhuma construção típica que seja legado destes estrangeiros. Na sua chegada à Londrina, os italianos se concentraram majoritariamente na região próxima à Universidade Estadual de Londrina, zona oeste. Mesmo lá, não se encontram resquícios da passagem destes imigrantes. Somente no distrito de Lerroville, distante a cerca de

50 quilômetros da sede do município de Londrina (Anexo 9), é que vão ser encontrados alguns vínculos com os imigrantes italianos, pois, lá se encontra o Bairro dos Italianos (cujo nome foi dado por ter sido fundado por estes imigrantes). O único evento a ser destacado é Festa Italiana que ocorre, geralmente, no mês de outubro e tem caráter beneficente, em prol da Igreja da comunidade, ou seja, uma manifestação imaterial (Figura 38). Tem esse nome pelo fato de ser realizada neste bairro e, mesmo sendo considerada tradicional, pois, ocorre há mais de 60 anos, a festa não reproduz totalmente a tradição italiana, sendo uma festa voltada para o divertimento da comunidade, com diversos tipos de comida que não têm, necessariamente, ligação com a Itália (OLIVEIRA, 2010).

Fora estes poucos aspectos da cultura italiana, pode-se elencar o Vice-Consulado da Itália e a *Associazione Culturale Italiana di Londrina-I Bravissimi*, a qual promove algumas reuniões com intelectuais italianos do município (ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO, 2004).

Figura 38 - Sítio São Pedro, em Lerroville, onde é realizada a Festa Italiana.



Fonte: Alini Nunes de Oliveira (2010).

4.2.7 Os Portugueses

Segundo Martins, W. (1989), os portugueses que se estabeleceram no Paraná viviam, geralmente, nas cidades e fugiam da vida rural. Para ele, não houve uma expressividade deste grupo de imigrantes no estado, a não ser nas proximidades de Curitiba. Em Londrina, no ano de 1938, existiam mais de 200 imigrantes portugueses (YAMAKI, 2006), constituindo um dos principais contingentes populacionais entre os estrangeiros.

4.2.7.1 Patrimônio material

O primeiro português que chegou à Londrina foi Alberto Loureiro, em 1929. Ele veio a convite da CTNP e trabalhou na derrubada da mata, além de coordenar a construção do Hotel Campestre. Outra contribuição importante dos portugueses foi a Maltaria e Cervejaria Londrina (Figura 39) que, mais tarde se tornaria a Cervejaria Skol. Foi construída em 1952 na zona leste (Anexo 10) por Fausto Tavares, nascido no distrito de Aveiro, Portugal. Mesmo desativada, a fábrica ainda tem uma identificação muito grande por parte dos moradores de Londrina, especialmente, os mais antigos, fato comprovado pelo bairro no qual se localiza ser conhecido como Cervejaria.

Figura 39 - Maltaria e Cervejaria Londrina, uma das primeiras indústrias de Londrina.



Fonte: Tatiana Colasante (2012)

O Edifício Bosque, na época, o mais alto do norte do Paraná, construído na década de 1950, no centro de Londrina (Anexo 10), também foi iniciativa dos imigrantes portugueses (Figura 40). Culturalmente, os pioneiros portugueses tinham hábito de se reunir à noite para contar histórias ao redor das fogueiras. Muitos deles, juntamente com imigrantes de outras nacionalidades costumavam se reunir em dois clubes sociais: o Redondo que tinha um público mais elitizado e o Quadrado, que tinha um apelo mais popular. Ambos se localizavam na área central da cidade (ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO, 2004).

Figura 40 - O Edifício Bosque, na época de sua inauguração, foi um dos marcos no processo de verticalização de Londrina, na década de 1950.

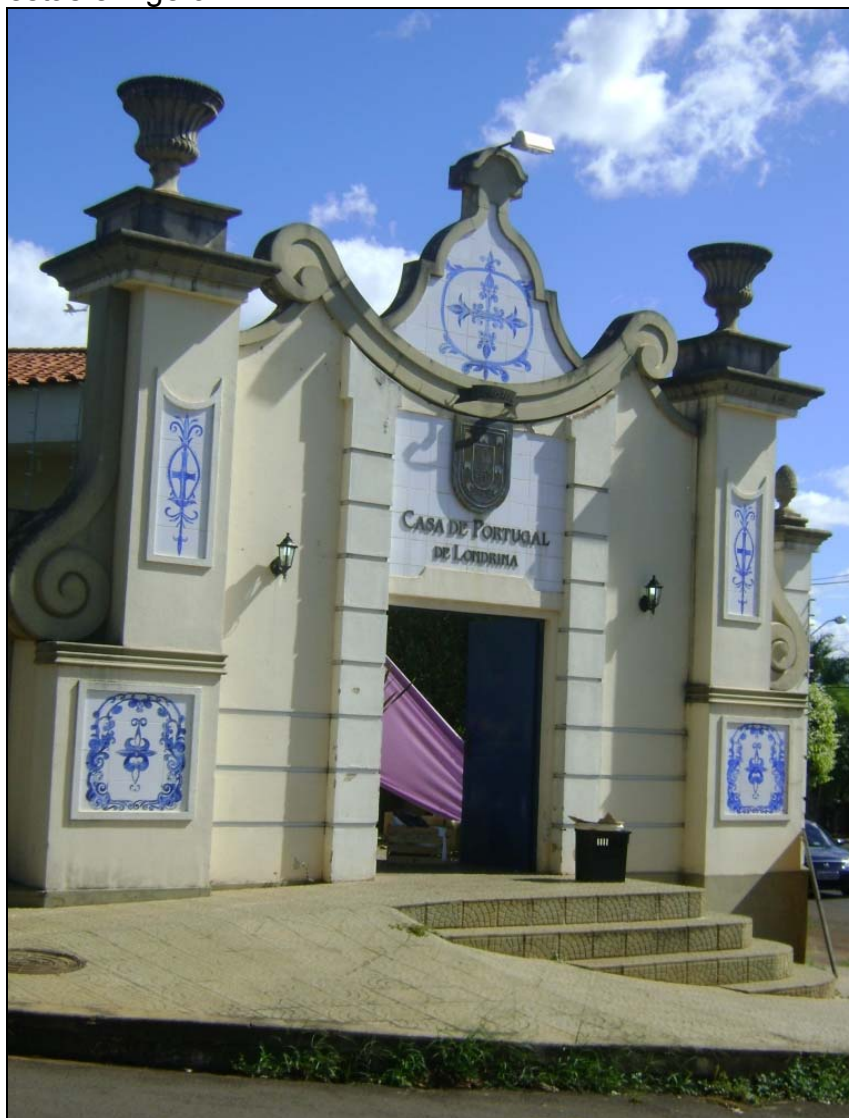


Fonte: Tatiana Colasante (2012)

Nota-se, portanto que, atualmente, não existem grandes destaques na contribuição cultural dos portugueses em Londrina, de tal forma que se leve a pensar em uma identidade territorial destes imigrantes. Outras contribuições são: o

clube Associação Portuguesa Londrinense, fundada em 1950 e que dá o nome a um dos times de futebol da cidade; o Consulado Português e a sociedade recreativa Casa de Portugal (Figura 41), também da década de 1950, localizada na zona leste (Anexo 10).

Figura 41 - Casa de Portugal de Londrina, cujo espaço serve para a realização de festas em geral.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

O que fica do legado português, de fato, são algumas construções que evidenciam a passagem destes imigrantes, pois, não existem manifestações imateriais de grande relevância para a comunidade londrinense, a não ser a parte gastronômica, assim como ocorre com as demais nacionalidades, já que Londrina tem uma grande variedade de restaurantes de culinária típica de vários países. Porém, diferentemente da culinária de origem, observada no restaurante *Strassberg*,

no que se refere à culinária portuguesa, não se tem conhecimento acerca de elementos autênticos que são utilizados como forma de conservação da cultura pioneira.

4.2.8 Os Espanhóis

Dentre os imigrantes que vieram para Londrina no início de sua fundação, os espanhóis se destacam pela quantidade. No Álbum de Londrina de 1938 (YAMAKI, 2006) registra-se a presença de mais de 300 imigrantes espanhóis nesta época. No Paraná, estes imigrantes formaram colônias nos municípios de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Wenceslau Brás. No período compreendido entre 1942 e 1952 a imigração espanhola tornou-se mais intensa no Paraná, onde se estabeleceram desempenhando atividades comerciais, artesanais e relacionadas à indústria moveleira (PARANÁ, 2012).

4.2.8.1 Patrimônio material

Como destaque da contribuição espanhola em Londrina, tem-se o pioneiro Celso Garcia Cid, nascido em 1909 na região da Galícia, na Espanha. Veio para o Brasil no final da década de 1920 e, atraído pela propaganda da venda de lotes pela CTNP, chegou ao norte do Paraná em 1933. No ano seguinte, juntamente com a fundação de Londrina, teve início a Viação Garcia (Figura 42), pioneira empresa de transportes da região e, atualmente, uma das maiores do país¹³. Juntamente com outro imigrante espanhol, José Garcia Villar (nome que serviu de inspiração para o Terminal Rodoviário da cidade), que se transformou em seu sócio em 1937, revolucionou o sistema de transporte de Londrina e contribuiu para o desenvolvimento econômico do município (VIAÇÃO GARCIA, 2009). A Viação Garcia tem seus serviços descentralizados em diversos pontos de Londrina para a venda de passagens rodoviárias, mas a garagem da empresa está localizada na zona leste (Anexo 11), onde é possível visualizar parte da frota de ônibus que possui.

¹³ Em 2010, a empresa Viação Garcia foi vendida ao empresário Mario Luft, de São Paulo. Estima-se que a negociação foi em torno de R\$ 400 milhões (MENDONÇA, G. 2010).

Garcia Cid também trouxe da Índia bois da raça zebu, revolucionando a pecuária brasileira, além de ter sido um dos sócio-fundadores do Cine Teatro Ouro Verde, um dos mais modernos do Brasil quando da sua construção na década de 1940.

Figura 42 - Viação Garcia, empresa pioneira no transporte rodoviário da região.

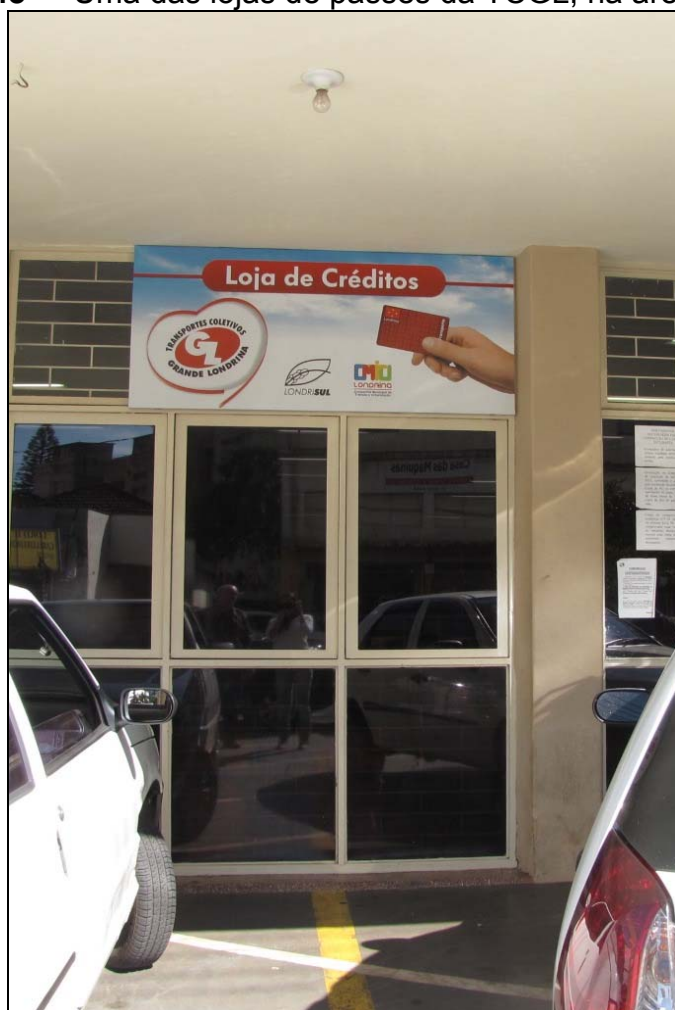


Fonte: Tatiana Colasante (2012)

Além destes dois pioneiros, outro espanhol se destacou pelo empreendedorismo no setor de transporte em Londrina: José Lopez Lopez, nascido em 1912, na aldeia de Partaloa, Província de Almeria, na Espanha. Chegou ao Brasil em 1922 para trabalhar nas lavouras de café em São Paulo. Em 1937, entusiasmado com a prosperidade do norte do Paraná, chegou à Londrina, juntamente com a família. A partir daí, começou a gerenciar uma série de estabelecimentos comerciais no município, fazendo com que fosse um comerciante bastante conhecido na região. Em 1950, em sociedade com seus irmãos, fundou a empresa Irmãos Lopes, concessionária dos veículos DeSoto, uma subsidiária da Chrysler, na época localizada na esquina das Ruas Sergipe e Mato Grosso, área central de Londrina. Em 1957, a empresa tornou-se concessionária da Mercedes-Benz, localizada, onde atualmente encontra-se o Camelódromo de Londrina, também na área central. Conforme informações de Liash (2011), em 21 de setembro de 1958, a Irmãos Lopes assumiu o transporte coletivo de Londrina, criando assim, a Viação Urbana Londrinense, atual Transportes Coletivos Grande Londrina – TCGL.

Assim como a Viação Garcia, a TCGL atua com a descentralização de seus serviços e se faz presente em diversos locais de Londrina, como a loja de revenda de créditos (Figura 43), localizada na área central (Anexo 11) e que possui um intenso movimento, demonstrando a grande demanda pelos serviços da empresa.

Figura 43 – Uma das lojas de passes da TCGL, na área central.



Fonte: Tatiana Colasante (2012)

Com relação à identidade territorial espanhola, verifica-se que apesar do número expressivo de imigrantes que vieram para a Londrina em comparação com as demais, estes não deixaram efetivamente seus traços culturais impressos na paisagem londrinense, ou seja, não é perceptível nenhum traço marcante que remeta à identidade desta nacionalidade. As ações de Garcia Cid, Villar e Lopez e Lopez denotam o empreendedorismo frente a uma região que estava em plena expansão econômica, mas que não refletem, entretanto, a cultura de seus antepassados.

Embora a existência de um Consulado Espanhol no município venha reiterar a importância destes imigrantes na composição étnica dos londrinenses, é na vizinha cidade de Cambé que os descendentes de espanhóis tentam conservar a tradição dos antepassados, através da Associação Hispano-Brasileira de Cambé, cujas reuniões envolvem estudos, danças, comidas típicas e celebrações de datas nacionais da Espanha (ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO, 2004).

5 MEMÓRIA INVISÍVEL: A CULTURA DOS ESQUECIDOS EM TERRITÓRIO LONDRINENSE

Neste último capítulo serão apresentados alguns grupos étnicos, cuja participação no processo histórico de Londrina é freqüentemente omitida nos registros oficiais. Embora a história de formação do município enalteça os feitos dos imigrantes que chegaram com a CTNP, pois, a tendência é priorizar aqueles que realizaram feitos monumentais, serão apresentados aqui aqueles indivíduos que se destacaram nos primórdios da colonização da região e que trouxeram uma contribuição cultural para Londrina, mesmo que muito tenha se perdido por falta de registros ou por supressão de outros colonizadores.

Assim, serão analisados em um primeiro momento, os índios e os caboclos que são considerados os verdadeiros pioneiros, pois, se encontravam na região muito antes da chegada dos imigrantes, onde possuíam um modo particular de vida, pautada na lida com a terra e na constituição de pequenos núcleos populacionais. Será enfatizado o árduo processo de desterritorialização dos indígenas frente aos colonizadores e como isso contribuiu para a perda de sua identidade territorial, relegando-os a uma condição marginal nos dias atuais, mesmo com a evidente contribuição que legaram não somente para Londrina, mas para o país todo.

Por fim, os negros, os nordestinos e os paulistas receberão destaque na análise do trabalho, tendo em vista a grande contribuição para a cultura londrinense, mesmo com a dificuldade na obtenção de dados oficiais que demonstrem em números essa importância.

5.1.1.1 Os verdadeiros pioneiros: índios e caboclos na terra vermelha

Sabe-se que antes dos colonizadores, as terras brasileiras eram habitadas por diversas etnias indígenas e, no norte do Paraná, não foi diferente. Mesmo assim, é fato comum nos registros oficiais de ocupação, a omissão das histórias ligadas à população indígena. Difícil explicar as razões, mas pode-se levantar a hipótese de que, como os portugueses caracterizavam os índios como “selvagens” e, portanto, vistos como um atraso à civilização branca, não era de interesse dos colonizadores que houvesse menções honrosas a estes primeiros habitantes. Portanto, a história oficial acabou privilegiando as ações portuguesas,

rotulando-os de heróis por serem desbravadores de terras inóspitas e povoadas por indivíduos hostis. Essa ideologia branca acabou se disseminando por todo o país e, com isso também no norte do Paraná, dificilmente se encontram histórias acerca dos índios.

Outra hipótese para a escassez de informações sobre os índios, pode ser explicada pelo fato de que os povoamentos maiores estavam localizados em regiões um pouco mais distantes, como em Jataizinho, distante a cerca de 25 quilômetros de Londrina ou ainda pela mentalidade de se construir uma cidade moderna, como já abordado. Neste sentido, a cultura indígena, sendo considerada primitiva frente aos colonizadores passa a ser subalterna, sendo suprida da própria constituição de Londrina. Tem-se aí uma cultura marginalizada, “invisível” diante da supremacia colonizadora.

Até o século XIX, no Norte do Paraná, em um território que abrangia as terras da bacia do Tibagi, viviam os povos *Xetá*, *Guarani* e *Kaingang*. Provavelmente, os Xetá viviam nas proximidades ao atual município de Apucarana (cerca de 50 quilômetros de Londrina) e, pelo constante contato com os brancos e a rivalidade com os *Kaingang* acabaram se dispersando pelo território e praticamente perderam sua identidade. Não só os Xetá, mas também os Guarani eram freqüentemente capturados pelos *Kaingang*, que os transformavam em escravos. Os primeiros contatos com os brancos se deram no início da colonização espanhola, no século XVI. Com a presença dos jesuítas, houve um contato mais profundo, de forma que a maioria dos índios perdeu suas referências culturais (TOMAZI, 2000).

A partir de 1855, são atraídos para o Aldeamento de São Pedro de Alcântara, onde conviviam com os brancos e passaram a realizar trabalhos forçados, juntamente com os escravos. Muitos morriam de gripe, malária e até de alcoolismo, pois, participavam diretamente da fabricação de cachaça (MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, 2004). Os índios eram atraídos, geralmente, por ofertas de objetos que desconheciam como roupas, cobertores espelhos etc. Os que não se submetiam ao aldeamento eram eliminados.

Um a um os grupos locais foram se aldeando em áreas delimitadas pelo Estado. Os grupos resistentes foram perseguidos pelos grupos dos caciques cooptados pelos brancos praticando ataques de surpresa conhecidos como correrias. Quando os grupos arredios não tinham mais para onde se refugiar, aceitaram viver em aldeamentos administrados pelos diretores, missionários ou civis. (TOMMASINO, 1998, p. 67)

Em muitos casos, os índios serviam de guias para os exploradores, indicando os melhores caminhos para chegarem aos seus locais de destino, como se confirma em uma entrevista de George Craigh Smith sobre a primeira caravana que chegou a Londrina:

Em Jatahy imediatamente descarregamos o caminhão e nos preparamos para continuar a jornada no dia seguinte, pois o nosso destino era as terras da Cia. de Terras Norte do Paraná, que estavam ainda há 22 quilômetros além do rio Tibagy [...]. **Contratou-se também um índio manso para servir de tropeiro. Esse índio falava com as mulas em sua língua e elas lhe obedeciam misteriosamente.** (MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, 2012, s.p., grifo nosso)

Percebe-se na fala do pioneiro, a acentuação das diferenças culturais e a submissão do indivíduo: o índio considerado apto para ajudar os colonizadores era o denominado “índio manso”, ou seja, aquele que não apresentava resistência e era subjugado para atender às necessidades dos dominadores. Outro aspecto a ser destacado é a boa relação do índio com os animais no sentido de saber lidar com o animal, essencial no transporte de cargas e dos próprios pioneiros, fato surpreendente para Smith.

A existência de uma cultura indígena é sentida até os dias de hoje, seja pela incorporação de hábitos alimentares, como a mandioca e o milho, ou pela presença constante nos núcleos urbanos, em um processo de reterritorialização através da venda de artesanato, onde acabam relegados à uma condição à margem da sociedade. Concorde-se que na constituição atual do município de Londrina, é praticamente inexistente a influência da cultura indígena nos aspectos materiais e imateriais do que se pode chamar “cultura londrinense”. Até mesmo na literatura a respeito da colonização de Londrina, o elemento indígena é freqüentemente esquecido e pouco se sabe a respeito do contato destes com os colonizadores ingleses.

Como forma de conservar a cultura indígena, a Prefeitura de Londrina inaugurou o Centro Cultural Kaingáng – Wäre, em 1999, que tem por objetivo a venda e divulgação da cultura material *kaingang* (Figura 44). O espaço localizado próximo à Avenida Dez de Dezembro (Anexo 12) possui 16 casas-abrigo para hospedar indígenas que vem até Londrina comercializar seus produtos. Muitos deles vivem na Reserva Salto do Apucarantina, distante cerca de 80 quilômetros do

centro de Londrina, na zona sul. Lá vivem mais de 200 famílias que vem para a cidade atraídos pela oferta de serviços básicos, como alimentação e atendimento médico e também buscar ajuda da administração regional da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Além disso, Londrina é o principal centro consumidor das mercadorias *kaingang*, segundo Tommasino (1998), o que faz com que seja comum ver nas áreas de maior movimento uma concentração de índios vendendo seus balaies e outros tipos de artesanato.

Fora os índios, antes de 1929, a região hoje ocupada por Londrina era habitada também por comunidades de caboclos. Segundo Ivano (apud BRIGUET, 2009,s.p.): “Os caboclos constituíam uma sociedade praticamente isolada do mundo civilizado [...], viviam da agricultura de subsistência, eram nômades, misturavam tecnologias indígenas com hábitos de antigos escravos.” Muitos acabaram se dispersando com a chegada dos colonos, enquanto outros acabaram se incorporando às estratégias da CTNP, pois, auxiliavam na criação de animais. Dentro desse entendimento, Monbeig (2007, p. 2, grifo nosso) fala na existência destes antigos povoamentos na região:

Não há duvida que já havia um povoamento, e como consequencia caminhos e culturas; mas pode-se imaginar em que estado primitivo! Si, de um lado, a colônia Jatahy figura no mappa do Club de Engenharia do Rio de Janeiro, dahi em deante, para Oeste não há indicação alguma de povoamento, salvo alguns ranchos de caboclos perto das aguadas, com uma derrubada insignificante e uma cultura que se limita ao milho. Quanto aos caminhos, não são senão picadas que trepam pelas encostas e descem por ellas brutalmente com a única preocupação de chegar o mais rapidamente possível ao ponto de aguada onde se acha o arranchamento: as montarias são capazes de esforços formidáveis e supportavam tal estado de cousas; não deveríamos falar no passado, pois a uns cem kilometros a montante de Jatahy, sobre as margens do Rio Tibagy, este estado de cousas ainda subsiste. **Tem-se, a tentação, às vezes, de considerar este esforço rudimentar do caboclo como um esboço longinquo da verdadeira colonisação, porem bem longiquo para fallar a verdade; particularmente no norte do Paraná não se percebe a herança transmitida aos pioneiros pelos caboclos. A colonisação moderna teve que crear tudo.**

Figura 44 - Centro Cultural Kaingáng – Wãre, uma das poucas referências da cultura indígena em Londrina.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Sobre a fala de Monbeig (2007), é interessante fazer algumas observações. Em primeiro lugar, existe uma ambigüidade no conceito de colonização, pois, pode significar um grupo de “migrantes que se estabelecem em terra estranha”, como também “habitar como colono”, ou seja, “membro de colônia [...] vindo para o Brasil com o fim de trabalhar na lavoura”¹⁴. Nesse sentido, ao considerar a primeira definição, pelo fato de não se precisar a origem dos índios e caboclos que vieram para o Norte do Paraná, pode-se considerá-los sim como elementos formadores de uma colonização, já que certamente vieram de algum lugar para se estabelecer pela região. Por outro lado, ao considerar a segunda definição, estes não se encaixam como colonos, nem tampouco como agentes de colonização, pois, não eram membros de colônia que vieram para o país. Em segundo lugar, mesmo que índios e caboclos não ocupassem o território norte paranaense com fins econômicos e/ou de povoamento, como vieram a fazer os ingleses e demais imigrantes, não se pode menosprezar sua cultura. Ao rotular os

¹⁴ COLÔNIA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 160.

aspectos da “colonização” dos caboclos de rudimentar, está se falando em hierarquização cultural, pois, assim, admite-se a existência de outra cultura “superior”. Por isso, mesmo se a criação do território londrinense em termos jurídicos não tenha sido efetivada por esta população anterior à chegada dos imigrantes, ignorar a existência desses indivíduos, é omitir a própria história da região.

5.1.1.2 Os “esquecidos”: os negros em Londrina

Quando se analisa o Álbum de Londrina, de 1938 (Tabela 1), observa-se uma tendência ao “branqueamento” da população, já que a maioria dos imigrantes são de origem européia e/ou asiática. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – (2012), em Londrina aproximadamente 4% da população se autodeclara de cor negra. Mesmo assim, não se tem registros oficiais da presença de imigrantes africanos nos primeiros anos da fundação do município. No entanto, em 1930, sabe-se que o casal Lina Tecla e Oduvaldo Silveira, que eram descendentes de ex-escravos no Estado de São Paulo se estabeleceu nas proximidades da Avenida Higienópolis, na área central de Londrina. Quando chegavam, os negros desempenhavam as mais diversas funções: desbravador, formador de lavouras, médico, advogado, professor, político etc. (MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, 2004).

Nos primeiros anos de Londrina, um dos destaques da migração negra é o baiano Justiniano Clímaco da Silva, que ficou conhecido como “Doutor Preto”, um dos primeiros médicos do município (Figura 45). Formado em 1933, pela Faculdade de Medicina da Bahia, chegou à Londrina em 1938, onde além de tratar dos doentes, teve uma vida social bastante ativa, sendo também professor de matemática e de latim, no primeiro ginásio aberto do município e, em 1941 participou da fundação da Associação Médica de Londrina. Em 1947, tornou-se o primeiro deputado estadual, eleito por Londrina (SILVA, PANTA, 2010)

Sobre as dificuldades em exercer a profissão de médico nos primeiros anos da fundação de Londrina, quando tinha pouco mais de 10 mil habitantes, o Dr. Preto relatou:

Para exercer a profissão não tinha luz, eu trouxe o infra-vermelho, não podia funcionar, tinha minhas ferramentinhas, essas coisas todas, tinha que flambar, ferver aquilo pra fazer cirurgia comum, que a gente pode fazer em consultório. Era um sacrifício medonho! Nesse intervalo, acaba a luz, então não podia operar, tinha que esperar. (SILVA; PANTA, 2010, p. 18)

Figura 45 - O Dr. Preto com alguns colegas e pacientes. Ao fundo, o primeiro à direita.



Fonte: Silva e Panta (2010).

O Dr. Preto também fundou, em 1957, juntamente com o advogado Oscar do Nascimento, filho de pioneiros, a Associação Recreativa Operária (AROL), conhecido como o “clube dos negros”, embora qualquer pessoa, independente da cor, poderia se tornar um associado.

[...] os negros mais mobilizados da cidade de Londrina se sentiram na necessidade de criar um espaço em que estes pudessem ter acesso à cultura, lazer e conseguissem, através do clube, se unir para um debate da situação do negro. Assim como em outras cidades os negros sentiam dificuldades no acesso à escola, ao trabalho e aos espaços de lazer. Embora não houvesse segregação oficial, havia a segregação entre brancos e negros. Nesse contexto os negros não podiam freqüentar os demais clubes (Country Clube, Grêmio, entre outros existentes na cidade) que eram freqüentados principalmente pelos brancos londrinense, no entanto, os negros não tinham nenhum espaço que pudessem exercer seu direito ao lazer (BORGUI; DINIZ, 2010, s.p.)

No clube da AROL, havia biblioteca, parque infantil, um salão, onde se organizavam bailes e conferências, um curso noturno de alfabetização e uma pré-escola. Ali também surgiu a primeira escola de samba de Londrina. Funcionando em um terreno de 1.302 metros quadrados, doado pela Prefeitura, a AROL se localizava na Rua Araguaia, Vila Nova, próximo à área central. Em suas paredes de madeira, haviam quadros de vários líderes negros, como Zumbi dos Palmares. Como a morte de Manoel Cypriano, um dos presidentes da AROL, na década de 1960, houve um declínio na administração do clube. Segundo Borghi e Diniz (2010), neste período, a realidade do negro já não era discutida de forma enfática e os eventos sociais do clube foram ficando cada vez mais raros. Em meados da década de 1980, a Câmara dos vereadores de Londrina, revogou o decreto de doação do terreno onde se localizava a sede, que já estava abandonado, repassando-o para a Igreja do Evangelho Quadrangular, que demoliu a sede, dando fim à memória deste marco da cultura negra em Londrina.

Na década de 1980, o movimento negro volta à atuação, de uma forma mais organizada, através do Movimento União e Consciência Negra em Londrina, fundado em 1985 por alunos da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o objetivo de estabelecer discussões acerca dos problemas sociais enfrentados pelo negro, enfatizando a questão do preconceito. Além deste, outros movimentos também surgiram: a Associação de Escolas de Samba de Londrina (Associsamba); União dos Negros Evangélicos de Londrina (UNEL), ligado à igreja Metodista Wesleyana; Movimento de Estudo de Cultura Afro - Brasileiro (MECAB); Movimento para o Progresso do Povo Negro; Associação Afro - Brasileira de Londrina (AABRA); Conselho Municipal da Comunidade Negra de Londrina, dentre outros (SILVA; SILVA, 2006).

Talvez um dos aspectos mais representativos da cultura negra no Brasil seja a religião. Conforme Nascimento (2010, p. 930), até o século XVIII, o calundu, culto de origem africana, era o mais comum no país e “[...] designava todo tipo de dança coletiva com cantos e músicas acompanhados de instrumentos de percussão, invocação de espíritos, sessão de possessão, adivinhação e cura mágica”. Este culto precedeu às casas de candomblé do século XIX e os atuais terreiros de candomblé. No início, os calundus eram realizados nas fazendas, especialmente, em Minas Gerais e Pernambuco, regiões que tinham um grande número de escravos. A partir do crescimento das cidades e o com o aumento do

número de escravos libertos, as manifestações religiosas de origem africana encontram melhores condições para se desenvolverem. Assim, os locais de moradia desses negros recém-libertos, fossem sobrados antigos ou casebres coletivos tornaram-se locais de encontro e de culto.

Verifica-se, neste contexto, que a disseminação da cultura de origem africana no Brasil é originária de lutas de resistência, como uma forma de manter vivas as tradições, que nem o aprisionamento foi capaz de dissipar. Em Londrina, assim como no restante do Brasil, também são percebidas a existência de religiões e outras manifestações originárias da presença africana em território brasileiro.

Para Oro (1995), as religiões afro-brasileiras podem ser sumariamente divididas em três grupos: aquelas que cultuam os orixás¹⁵ amcanos (nagô) e privilegiam os elementos mitológicos, simbólicos, linguísticos, doutrinários e ritualísticos das tradições banto¹⁶ e, especialmente, nagô¹⁷; aquelas originárias do candomblé, originalmente chamadas de macumba, que cultuam os Exus e as Pombagiras, que são entidades intermediárias entre os homens e os orixás e; a terceira forma é a umbanda, tendo construído sua doutrina, seus rituais e seu panteão religioso, a partir de elementos provenientes das tradições religiosas católica, africana, indígena, kardecista, oriental, além de integrar princípios e idéias da psicologia e da parapsicologia.

Silva (2009) informa que em Londrina existem muitos terreiros irregulares, que não fazem parte da Federação Umbandista de Londrina, ou seja, não existem números oficiais da quantidade exata dos terreiros no município. Dentre os mais importantes do ponto de vista histórico, pode-se citar: os de candomblé: Terreiro de Candomblé Recanto de Oxalufan; Ylé Axé Opo Omim e Ilé Asé Sàngo Oba Àìará Alaketu – Templo de culto aos Òrìsá; os de umbanda: Cantinho do Pai João; Tenda de Umbanda do Pai Tomás e o Terreiro do Pai Tiãozinho; e um que se autodeclara de candomblé e umbanda: Centro de Umbanda e Candomblé Vovó

¹⁵ Segundo a religião, os Orixás receberam de Olorum, ou Ser Supremo, o domínio das forças da natureza e são constantemente invocados para liberar a força ou energia vital responsável pelo equilíbrio (BARBOSA, 2012).

¹⁶ Uma das etnias africanas que vieram para o Brasil, originária da região do Congo, Angola e Moçambique e que se estabeleceram a partir do século XVI em Minas Gerais e Goiás (NASCIMENTO, 2010).

¹⁷ Uma das etnias africanas que vieram para o Brasil, originária da região da Nigéria, Benin (ex-Daomé) e o Togo e que entraram no Brasil, em meados do século XVII, se concentrando nas regiões açucareiras da Bahia e Pernambuco (NASCIMENTO, 2010).

Cambinda de Angola (Figuras 46 e 47), espalhados em diversos pontos do município (Anexo 13).

Figura 46 - Atabaques sagrados utilizado nos cultos para “chamar” as entidades.



Fonte: Silva (2009).

Figura 47 - Altar, com diversas imagens, representação típica do sincretismo que ocorre na Umbanda entre religiões afro-brasileira, católica, kardecista e indígena: Iemanjá, um marinheiro, alguns santos católicos, um caboclo, dentre outros.



Fonte: Silva (2009).

Sobre as festas que ocorrem tradicionalmente no Centro de Umbanda e Candomblé Vovó Cambinda de Angola, sua dirigente explica o sentido das mesmas e seus simbolismos:

[...] dia 20 de janeiro é comemorado Oxossi, que é São Sebastião. Porque São Sebastião? Porque quando os negros vieram para o Brasil eles não podiam cultuar a religião deles, entre nós os brancos com as imagens dos nossos santos. Então os negros olhavam essas imagens falavam esse parece o nosso santo de lá, então vamos colocar o nome dele de Oxossi. Em maio tem uma festa para preto-velho. Na festa de janeiro é servido frutas para o pessoal, que simboliza a comida que o orixá carrega, come né. Frutas, pamonha, bolo de milho, sempre a casa oferece acarajé, abenin, que são do santo. Na festa de maio é servido feijoada. Por quê? Porque naquela época (escravidão) os brancos desperdiçavam do porco, o rabo, o pé, o focinho. Daí os negros pegavam e botavam no meio do feijão deles, que é a famosa feijoada nossa. Então junto com a feijoada a gente serve acarajé, aberê e o bolo, que nunca falta, sempre tem o bolo, não tem uma festa aqui que não é servido. Dia 27 de setembro é comemorado Cosme e Damião, daí tem doce, bala, caruru, vatapá, acarajé, tudo isso é servido. E agora dia 20 de dezembro a gente tem a festa de boiadeiro e baiano, então nessa festa vai ter costela assada, que é referente ao boiadeiro, que é da falange de Oxossi, que corre as matas, daí tem os baianos também que correm as matas. Então a casa é de Umbanda então a gente faz a festa pro orixá que fundou a casa (Oxossi). Daí nessa festa tem farofa de carne seca, bolo, caruru, vatapá, acarajé, aberem. Mas tem também o ritual aqui da terra, então vem o papai Noel. A “mulecada” já sabe que nessa festa tem doce, tem presente, então aqui ferve de criança. (SILVA, 2009, p. 46)

Uma das precursoras dos movimentos culturais e sociais das causas dos negros na região é Vilma Santos de Oliveira, conhecida como Yá Mukumby Alagangue, zeladora do terreiro do Ylê Axé Ogum Mege (localizado na cidade de Cambé, divisa com Londrina) ou simplesmente, Dona Vilma (Figura 48). Sua casa de candomblé é uma das mais antigas da região, tendo iniciado suas atividades na década de 1970. Nascida em Jacarezinho (distante cerca de 160 quilômetros de Londrina), no ano de 1950, seus vieram do interior de São Paulo e Minas Gerais para trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar do município. Com a morte do pai, veio com a mãe e a avó para Londrina, em 1951, ajudadas por um tio, Leodoro Almeida de Oliveira que veio trabalhar na derrubada das matas. Nota-se, portanto que a presença negra em Londrina já era um fator essencial no desenvolvimento do município, embora as histórias oficiais não valorizem esta contribuição (LANZA et. al., 2010).

Figura 48 - Vilma Santos de Oliveira, uma das precursoras do candomblé em Londrina.



Fonte: Lanza et. al. (2010).

Justamente por influência do tio, Dona Vilma que morou por muitos anos com a família ao lado da sede da AROL, começou a se envolver com a discussão sobre o movimento negro em Londrina. Em busca de uma cura para os freqüentes ataques de epilepsia que a acometiam, acabou se envolvendo, posteriormente, com o candomblé. Apesar do interesse crescente da sociedade pela diversidade religiosa e pelas campanhas de conscientização, para Dona Vilma, ainda falta muita coisa para se fazer no tocante à inclusão da cultura afro-brasileira tanto na educação, na política e também no cotidiano das pessoas, a fim de cerrar a discriminação em volta da fé candomblecista:

Ainda estamos longe de uma aceitação sem preconceitos. Não existe nenhuma casa de candomblé num lugar do centro da cidade, por exemplo. O terreiro ainda está no fundo dos quintais. O horário do nosso culto começa às 22 horas ou 23 horas, não porque seja obrigatório, mas porque isso vem dos tempos da repressão em que os cultos tinham de ser feitos na hora em que o branco dorme. (MENDONÇA, M. A. 2010, s.p.)

Com isso, observa-se que muito mais do que uma expressão cultural, as religiões afro-brasileiras ainda são caracterizadas como uma forma de resistência, pois, para a sua reprodução, seus seguidores têm que enfrentar o preconceito. Assim, perde o sentido se falar em hibridismo cultural, pois, ao mesmo tempo em que algumas culturas tornam-se marginalizadas, invisíveis, a cultura dominante é que passa a ser aceita como expressão da cultura nacional.

Outro elemento cultural de forte representatividade na paisagem londrinense, é a Venda do Alto (Figura 49), popularmente conhecida como Venda dos Preto, localizada no distrito de Espírito Santo, zona sul de Londrina (Anexo 14). As vendas são um tipo de comércio muito comum em pequenas cidades, antigamente chamados de "secos e molhados".

Figura 49 - A Venda dos “Preto”, no distrito de Espírito Santo. Interessante notar o cuidado com a conservação da cultura negra, expresso no cartaz vermelho na frente do estabelecimento, propaganda da Coca-Cola, que mostra uma mulher negra bebendo o refrigerante.



Fonte: Tatiana Colasante (2012).

Os paulistas e os Este remanescente do comércio pioneiro data da década de 1950 e permanece com suas características originais, ainda de madeira, feita de peroba. Ali são comercializadas bebidas, enlatados, doces, dentre outros alimentos. Além disso, possui uma mesa de sinuca e uma máquina que toca músicas para diversão dos frequentadores, muitos deles, agricultores da região (ORIKASA, 2012).

A proprietária do local, Izolina Maria de Jesus Francisco conta que a família veio de Feira de Santana, na Bahia, em busca de melhores condições de vida. O pai adquiriu a venda de um caboclo e que hoje é considerada um patrimônio de Londrina. Sobre a chegada da família no local, Dona Izolina relembra: “Quando cheguei aqui, só tinha a igrejinha e os ranchinhos de pau-a-pique, coberto de sapé no meio do mato. Tinha muito mato, cobra e onça. O Distrito já chamava Espírito Santo, por causa do padroeiro, que é o Divino Espírito Santo” (LONDRINA, 2011). Observa-se, portanto, o pioneirismo da família na história de Londrina. Porém, diferente de tantas outras histórias dos negros em Londrina que acabam sendo

esquecidas, em junho de 2012, a Câmara de Vereadores de Londrina promoveu a entrega do Diploma de Reconhecimento Público à dona do estabelecimento, Dona Izolina em razão dos relevantes serviços prestados à coletividade londrinense, ressaltando a importância do estabelecimento como herança pioneira de Londrina.

5.1.1.3 Nordestinos

Muitos mineiros e paulistas já haviam se embrenhado pela região de Londrina, já na década de 1920, bem antes da chegada dos ingleses. Muitos deles era trabalhadores braçais que vieram trabalhar como empregados ou por conta própria, em pequenos ofícios. A Associação Pró-Memória de Londrina e Região (2004, p. 82) reitera a importância destes verdadeiros pioneiros:

Este exército de pessoas sem as quais a cidade não teria sido construída, forma o universo dos esquecidos. Culpa não coube a ninguém por essa omissão [...]. Porque a história costuma registrar apenas as pessoas que se destacam por fatos que transcendem o normal.

Com relação aos paulistas, pelo fato da formação de São Paulo também sofrer influência de vários fluxos migratórios, como italianos, japoneses, alemães, japoneses, entre outros, existe uma diversidade cultural muito grande no seu território, assim como em Londrina. Como o norte do Paraná teve uma estreita ligação econômica com São Paulo, especialmente, pela produção cafeeira, esta região do estado tem muito mais aproximações culturais com os paulistas do que com a própria capital, Curitiba. Isso se verifica pelo sotaque, bem diferenciado do norte-paranaense com relação às demais regiões do estado, aproximando-se mais de um sotaque do oeste paulista. Entretanto, o legado cultural destes migrantes não está acentuado na paisagem londrinense de tal maneira que se possam perceber facilmente os elementos culturais deixados por estes indivíduos.

De acordo com a Associação Pró-Memória de Londrina e Região (2004), um dos paulistas pioneiros foi Belmiro Corrêa de Oliveira, que veio para Londrina em 1934, onde instalou a primeira tipografia da região. A impressora, movida a pedal, foi a responsável pela impressão do primeiro jornal de Londrina, o Paraná Norte, que circulou até 1953 e é considerado um patrimônio documental do município.

Já, as raízes nordestinas conseguiram permanecer no município através de uma tradicional feira (Figura 50) que ocorre há mais de 15 anos, geralmente, em setembro, sendo promovida pela prefeitura, no Museu de Arte de Londrina (Anexo 15). Com barracas de comida típica, artesanato em xilogravura e literatura de cordel, além de músicas regionais do Nordeste, o evento tem duração de três dias e tem atraído um público em torno de 30 mil pessoas nas últimas edições.

Raimundo Maia Campos Júnior, cearense de Quixadá, organizador do evento, veio para Londrina em 1982. Segundo ele, o objetivo da festa é mostrar a cultura do nordeste para todos e também é uma forma de contribuir para que os nordestinos que moram na região possam matar a saudade da terra natal, já que muitos não podem voltar por falta de dinheiro. A respeito da quantidade de nordestinos em Londrina, Campos Júnior afirma:

Assim que cheguei a Londrina, percebi que a cidade e a região têm muitos nordestinos. Pelos meus cálculos, há mais de 500 mil nordestinos e descendentes no Norte do Paraná. Muitos vieram pequenos, outros são filhos de nordestinos que não conhecem a terra dos pais. (BRIGUET, 2008, s.p.)

Figura 50 - Festa Nordestina em Londrina, que sempre atrai um grande público nas suas edições e é realizada no Museu de Arte.



Fonte: Tatiana Colasante (2010)

Outro cearanense de Quixadá que veio para a região foi Hugo Cabral, que se tornou prefeito de Londrina em 1947. Embora não conseguindo dados oficiais sobre o número desses migrantes, pode-se observar a existência de um número elevado, segundo as informações do organizador da festa. Mesmo sendo a cultura nordestina reverenciada e aceita pela população londrinense pela intensa participação na Feira Nordestina, essa se mantém como uma forma isolada de propagação da cultura destes pioneiros em Londrina, não sendo observada mais nenhuma manifestação relevante que faça menção aos nordestinos no município.

Como forma de homenagear os pioneiros, a prefeitura de Londrina inaugurou o Memorial do Pioneiro, em 2007, juntamente com a comemoração dos 50 anos de construção da Concha Acústica, importante elemento histórico da área central que serve, atualmente, para apresentações artísticas. O Monumento é composto de 17 totens que contém uma listagem de cerca de 3 mil nomes de pioneiros que vieram para Londrina, no período entre 21 de agosto de 1929 e 31 de dezembro de 1939 (Figura 51).

Figura 51 - Um dos totens do Memorial do Pioneiro, na área central de Londrina, homenagem aqueles que contribuíram para a constituição do município. Ao fundo, observa-se uma das cabines telefônica em formato inglês.



Fonte: Tatiana Colasante (2012)

Para Le Goff (1996, p. 535): “O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]”, mas também o passado evocado é seletivo, na medida em que são os critérios do poder público que vão selecionar os nomes dos chamados “pioneiros”. Assim alerta Corrêa (2005), quando afirma que os monumentos são meios poderosos de comunicar valores pelo fato de terem uma espacialidade fixa, o que permite que permaneçam por longos períodos na paisagem.

Frente à polêmica em torno de sua construção, pelo fato de que muitos pioneiros foram “esquecidos”, já que o Memorial do Pioneiro, inicialmente, privilegiava somente os nomes que vieram a partir da primeira caravana oficial da CTNP, em 1929, quando se sabe que havia na região índios e caboclos bem antes dessa data, alguns totens foram construídos posteriormente à sua inauguração, tentando minimizar a discussão, como a homenagens aos índios e ao “pioneiro desconhecido”, uma forma polida de incluir todos os indivíduos que vieram para cá antes dos ingleses.

Diante do exposto, verifica-se a omissão da influência cultural de determinados grupos sociais no município de Londrina, o que não difere de outras localidades brasileiras, onde os excluídos sociais constantemente têm que reivindicar seus direitos e seu lugar na história. Assim, nota-se que apenas determinados grupos sociais são contemplados para que suas memórias fiquem registradas em documentos oficiais para constar na história oficial. A consolidação dessa afirmação se processa quando são verificados os elementos culturais que compõe a paisagem: geralmente, monumentos em homenagem aos grupos sociais dominantes, erguidos nas principais praças das cidades; nomes de ruas que homenageiam aqueles que contribuíram para a dizimação dos indígenas, como Rua Raposo Tavares, Rua Amador Bueno e outras tantas que fazem referência aos bandeirantes em Londrina, dentre outros aspectos que contribuem para que a consolidação da cultura na paisagem ainda seja caracterizada por aspectos ligados à exclusão social.

Mesmo que a intensa intervenção tecnológica no território possa contribuir para que as identidades se tornem cada vez mais efêmeras, a memória não deve ser esquecida. Ao atribuir uma hierarquização para os elementos que devem permanecer na paisagem, o poder público- e também a iniciativa privada, em alguns casos - acaba por minimizar a importância da cultura de outros grupos étnicos que vieram para Londrina. Por mais que a imagem de município moderno (que não conserva sua história, pois, está em constante transformação) ainda esteja presente na construção ideológica, não se pode negar a importância da conservação dos elementos culturais das diversas culturas pioneiras como forma de manutenção dos valores identitários para a população.

Ainda que muitos desses grupos excluídos não tenham realizado feitos empreendedores em meio a pujança econômica que Londrina vivenciava na

época da cafeicultura, como os espanhóis Garcia Cid e Villar e os libaneses Dequêche e Sahão, a influência cultural não se mede apenas nos aspectos econômicos, mas principalmente, na construção social do indivíduo, através de suas crenças, costumes, hábitos alimentares, enfim, a cultura delimita o modo de vida dos indivíduos. Por isso, a cultura destes verdadeiros “pioneiros” que contribuíram para a construção do território londrinense torna-se invisível, no sentido de não ter visibilidade na história oficial. Mesmo assim, ela se mantém viva quando se observam ainda hoje nas ruas de Londrina os índios se comunicando no seu dialeto, os negros praticando a religião dos seus ancestrais e os nordestinos divulgando sua culinária e danças típicas com seu sotaque acentuado, reflexos do hibridismo cultural existente no município, cujos simbolismos são mantidos e conservados nos dias atuais, mesmo que em forma de resistência. Destes símbolos, muitos ainda se fazem presente na paisagem e, por isso, contribuem para a manutenção dos valores identitários individuais e/ou coletivos por meio deste patrimônio cultural, pois, sem estes elementos, o indivíduo se torna “estrangeiro” na sua própria cidade.

A identidade territorial pode ser concebida como um reflexo das características dos lugares, permeado pelas suas características materiais e imateriais, como argumentam Roca e Mourão (2003). Embora a cultura não seja algo mensurável em termos quantitativos, a existência de inúmeros elementos culturais legados dos imigrantes japoneses, de certa forma, vem possibilitando uma integração da comunidade londrinense com esse grupo, especialmente através das tradicionais festas que ocorrem anualmente na cidade.

Por mais que a cultura japonesa seja visivelmente uma presença marcante na paisagem, pode-se dizer que existe o “impedimento” de se ter uma identidade territorial pautada na influência desses imigrantes e de outras nacionalidades em virtude da intervenção pública que intenciona criar a identidade territorial londrinense baseada nos colonizadores ingleses. Por outro lado, quando se trata de concepções ideológicas, pautadas em valores políticos, pode-se afirmar que Londrina tem uma identidade territorial marcada ainda pelo símbolo da modernidade desde a sua fundação e que se processa até hoje com a instituição da Região Metropolitana de Londrina, consolidando o ideal político que denota a importância socioeconômica do município para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno das construções das identidades territoriais é complexa, haja vista a bibliografia divergente no tocante ao assunto. A identidade é posta em questionamento na atualidade frente às rápidas mudanças que acontecem no/do território. Mesmo assim, é incontestável que os indivíduos necessitam de elementos que permitam que estes se sintam parte de determinado grupo social e que possibilitem a criação de vínculos com o local no qual habitam. Verifica-se, portanto, que a identidade, embora tenha adquirido novos contornos na sociedade atual, ainda é fundamental na constituição dos indivíduos, seja de forma individual e/ou coletiva.

Ao utilizar a identidade territorial como objeto de estudo neste trabalho, buscou-se aproximar a concepção de território com os aspectos simbólicos, já que muitos autores ainda costumam conceituar o território apenas sob seus aspectos políticos. O território juntamente com a paisagem são conceitos-chave na Geografia e permitem uma co-relação, especialmente, quando se verifica que o território é *locus* de poder, ideologia e formas de resistências, enquanto a paisagem é capaz de materializar essas manifestações através de elementos da cultura material e imaterial.

A respeito dos aspectos populacionais, notou-se que alguns conceitos, como o de raça, etnia e nação geram bastante polêmica e são de difícil conceituação pelo fato de não serem específicos de um ramo da ciência apenas. Pelo contrário, são utilizados em estudos biológicos, antropológicos, psicológicos, geográficos etc. e, com isso não se chega a um consenso sobre os mesmos. No entanto, o conceito de raça demonstrou uma tendência ao desuso pelo seu caráter pejorativo quando se analisam os grupos sociais, já que é atrelado às questões de poder e ideologia como uma forma de discriminação, assim como afirma Raffestin (1993).

Posteriormente, foi realizada uma abordagem sobre a influência da cultura no território brasileiro, através da análise dos principais fluxos migratórios que vieram para o Brasil: japoneses, italianos, alemães e espanhóis, além das matrizes étnicas compostas pelos índios, portugueses e negros, que confeririam um hibridismo cultural à população brasileira observada nas diferenças culturais entre as regiões do país. Este entendimento do processo de colonização e composição da

população brasileira forneceu os subsídios para o entendimento das motivações que os diferentes grupos migratórios tiveram para efetivar seu deslocamento até o Brasil e seu processo de adaptação, dentro do tripé territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Observou-se que muitos vieram em busca de melhores condições de vida, fugindo de guerras e/ou motivados pela propaganda do governo brasileiro. Outros vieram de forma forçada, como os escravos da África, mas que ainda assim, conseguiram deixar uma forte influência cultural no país.

Especificando o contexto histórico da gênese do estado do Paraná, conseguiu-se verificar que o estado possui discrepância entre as suas regiões, sendo explicado pelo processo de ocupação distinto que forneceu as bases para a criação de um território heterogêneo não somente no que tange os aspectos físicos, mas sócio-culturais. Dessa forma, observou-se a existência de três “Paranás”: o Norte, o Sudoeste e o Paraná Velho. Cada região possui especificidades que, a princípio, levaram ao entendimento de que não tem como se falar em uma única identidade territorial para o estado, tendo em vista que a cultura material e imaterial se processa de forma variada entre as regiões. Mesmo assim, alguns políticos e intelectuais se envolveram na divulgação do movimento paranista, caracterizado pelo sentimento ufanista frente à chegada dos intensos fluxos migratórios que vieram para o estado em meados do século XX. Assim, alguns dos símbolos culturais que marcam o estado passaram a ser valorizados como uma tentativa de criação de uma identidade territorial, embora as reflexões realizadas neste trabalho permitem discordar dessa tentativa de criar uma identidade única, tendo em vista que muitos elementos são específicos de determinadas regiões e não fazem parte do cotidiano dos demais paranaenses.

Dentre as regiões do Paraná, destacou-se de forma mais detalhada, o Norte do Paraná, pois, esta região compreende o município de Londrina, recorte espacial do trabalho. Foi verificado que a construção ideológica do Norte paranaense contribuiu para que esta região atraísse muitos migrantes devido à propagação do desenvolvimento econômico e da fertilidade da terra roxa. Criou-se assim, uma identidade “pé-vermelho”, expressão que caracteriza ainda hoje a população dessa região do estado. Verificou-se que, com isso, o Norte do Paraná acabou se tornando um geografismo, conforme Tomazi (2000), no sentido de se transformar em um ser autônomo, com vontade própria, uma metáfora para explicar que basicamente todas as histórias que permeiam essa porção do estado são

caracterizadas pela exaltação dos feitos de homens destemidos e que fizeram com que o crescimento econômico, baseado na cafeicultura, fosse a marca da identidade territorial desta região.

A fim de discutir a possível identidade territorial de Londrina, foram investigados os fluxos migratórios que vieram para o município nos anos iniciais de sua fundação para que se pudesse verificar quais os elementos dessa cultura pioneira ainda permanecem na paisagem, de modo que ainda possam transmitir valores identitários para a sociedade atual. A construção dos símbolos no território permite, principalmente, que os migrantes em um processo de reterritorialização possam de certa forma, manter ou ressignificar os valores sócio-culturais dos seus locais de origem. Diante do exposto, verificou-se também que a influência da cultura sobre o território não pode ser analisada somente através do número de indivíduos que vieram para o município. Isso porque nem sempre a etnia que teve um maior fluxo de indivíduos conseguiu manter os laços identitários entre os mesmos e menos ainda, expressar a sua cultura pelo território.

Neste sentido, cita-se o exemplo dos ingleses que tiveram uma contribuição essencial para a construção de Londrina, pois, certamente o auxílio financeiro da CTNP e a propaganda massiva que atraiu muitos compradores para a região possibilitaram o rápido desenvolvimento econômico nos primeiros anos de fundação do município. Porém, na paisagem atual não se consegue visualizar uma referência cultural significativa que se consiga afirmar que o município possui uma ligação simbólica com estes imigrantes a não ser pelas intervenções atuais do poder público numa tentativa de “inventar tradições”, segundo Hobsbawm e Ranger (1997). Em contrapartida, os árabes que também vieram em número reduzido tiveram uma contribuição bem maior nos seus aspectos culturais, mantendo uma comunidade coesa, reunida em torno da religião e da expressividade do comércio varejista.

Pelo fato de Londrina buscar uma imagem de moderna desde a sua fundação, certamente, muitas construções acabaram sendo demolidas, contribuindo para que o município acabe não possuindo uma identidade territorial única, na qual se possa atribuir uma característica cultural que o diferencie dos demais. Não se pode esquecer que além dos imigrantes, Londrina ainda possui no seu território, marcas de uma cultura invisível, manifestada pelos índios, caboclos, paulistas e nordestinos que acabam ficando relegados a uma cultura marginal, praticamente esquecidos na história oficial. Dentre estes grupos, pode-se dizer que o indígena é

elemento que mais teve dificuldades no processo de adaptação ao surgimento de novas culturas. Isso porque muito antes da chegada da primeira caravana da CTNP, eles já estavam estabelecidos na região. Considerados como atrasados culturalmente, os índios foram desterritorializados e tiveram que se adaptar às mudanças socioespaciais que foram impostas pelos colonizadores no início da década de 1930, quando Londrina começou a se estabelecer como município. Ainda hoje, não conseguiram fixar seu lugar na sociedade, vivendo em condições de miséria, podendo ser facilmente encontrados na mendicância em vários bairros de Londrina.

Por outro lado, mesmo tendo pouco destaque nos relatos oficiais encontrados abordando a evolução do município, os nordestinos conseguiram ter certo destaque cultural, através da Festa Nordestina que acontece anualmente e que se tornou tradição em Londrina. Embora a presença de culinária e danças típicas evidencie os modismos do nordeste, é no mínimo curioso ver a grande quantidade de pessoas que vão a esta festa que, aparentemente, não possuem vínculo com aquela região do país. Pode-se então, fazer uma relação com a própria formação do povo brasileiro, mestiço e fruto do hibridismo cultural, que acaba incorporando diferentes culturas ao seu modo de vida (vide o caso de inúmeras Festas das Nações que ocorrem no país), mesmo que esta não seja a cultura dominante.

Por diversas vezes, observou-se uma tentativa de promover uma identidade para Londrina, pois, as identidades são necessárias para os indivíduos em um processo de identificação com o grupo e, para o estado, pode ser uma forma de desenvolvimento econômico, como verificado na discussão a respeito do *city marketing* que pode contribuir para o fomento da atividade turística, por exemplo. Assim, em um primeiro momento, era o café, o símbolo marcante do Norte do Paraná e de Londrina. Porém, com a decadência econômica dessa cultura, especialmente, a partir da década de 1970, este acabou perdendo o significado enquanto ícone de prosperidade e, conseqüentemente, de afirmação de identidade. Somente agora, no século XXI é que se começou uma discussão a respeito de uma nova identidade para o município.

Verifica-se que no estado do Paraná, muitas cidades possuem traços culturais devidamente marcados pela vinda dos imigrantes para o seu território e, em Londrina, o que se questiona é a necessidade de imposição pela

prefeitura de projetos ligados à construção da identidade territorial vinculado à cultura inglesa, que se mostra alheia ao cotidiano das pessoas, visto que os ingleses não conseguiram deixar marcas culturais expressivas na paisagem. É o que Cuhe (1999) denominou de “hetero-identidade”, pois, é construída/forjada e, freqüentemente, não tem uma identificação com a população. Por outro lado, a expressividade da colônia nipônica ficou evidente na análise da paisagem, verificada nas diversas construções materiais típicas, como o Templo Budista Honganji, cuja construção é resultado de técnicas arquitetônicas de origem japonesa; a Praça Tomi Nakagawa, construída em homenagem aos imigrantes japoneses; além dos laços identitários que Londrina possui com a sua cidade co-irmã Nishinomiya, no Japão, entre outros aspectos.

Fora as construções materiais, verificou-se que as festas promovidas pela colônia japonesa em Londrina envolvem toda a população, mesmo os indivíduos que não têm vínculo com este grupo étnico, mas que acabaram por aceitar a introdução desse modo de vida peculiar no seu cotidiano. Destaca-se também que a colônia japonesa que vive em Londrina é uma das maiores do Brasil e conseguiu conservar sua cultura até hoje, de modo a influenciar a população de Londrina com a aceitação desta cultura pioneira, criando uma identidade territorial com o município. Portanto, privilegiar a cultura inglesa para a criação de uma identidade para o município parece incoerente, tendo em vista que a identidade, por mais que seja forjada pelo estado, deve ter uma identificação com a população para que esta estabeleça uma relação de afetividade com estes elementos, contribuindo também para a sua conservação. Assim, o trabalho conclui que mesmo tendo sido influenciada culturalmente por diversos grupos étnicos, a análise da paisagem do município, leva a afirmação de que Londrina possui uma identidade territorial voltada para os valores da cultura japonesa, cujos elementos culturais são percebidos em vários pontos do município e que permitem a criação de elos sociais com a população londrinense.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N.; ALMEIDA, A. F. P. et al. **História Geral da Civilização Brasileira**: Tomo I: Época Colonial. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1960.
- ABREU, M. Y.. Arabismos sírio-libaneses no português brasileiro: a língua como fator histórico da relação entre Brasil e Líbano. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 50, p. 83-102, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em: 30 jan. 2012.
- ACIL. Pai, filho, neto. In: ACIL. **Setenta anos de união e luta**. Londrina: ACIL, 2007, p 23-27.
- ADUM, S. M. S. L. Historiografia londrinense: alguns apontamentos. In: ALEGRO, R. C. et. al. (orgs). **Temas e questões para o ensino de História no Paraná**. Londrina: Eduel, 2008, p. 1-27.
- AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-33, out. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 jul. 2011.
- ALMEIDA, A. M. C. **A morada do Vale**: sociabilidade e representações. Um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal. Londrina: UEL, 1997.
- ANDRADE, M. C. O homem como produtor e consumidor. In: ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1998, p. 41- 63.
- ARCHER, L.; FRANCIS, B. **Understanding minority ethnic achievement: race, gender, class and 'success'**. New York: Routledge, 2007.
- AREL. **História**. Londrina, 2012. Disponível em: <<http://www.arel.com.br/clube.php>>. Acesso em: 30 jan. 2012.
- ARRAIS, T. P. A. As imagens da cidade e a produção do urbano. In: Cavalcanti, Lana de Souza (org.) **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Editora Alternativa, 2001.
- ASARI, Alice Yatiyo; TUMA, Magda Madalena. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina**. Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 1978.
- ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. **Londrina Paraná-Brasil: raízes e dados históricos - 1930-2004**. Londrina: Associação Pró-memória de Londrina e Região, 2004.
- BARBOSA, D.S. O conceito de orixá no candomblé: a busca do equilíbrio entre os dois universos segundo a tradição iorubana. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 9, n.1, p. 76-86, jan-jun/2012.

BASSANEZI, M. S. C. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 1-34.

BERTONHA, J. F. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, 1997, v. 40, n. 2, p. 106-130.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BORGHI, E. B.; DINIZ, L. M. A população negra em Londrina: uma luta por reconhecimento. In: Encontro Regional da Anpuh – Rio Memória e Patrimônio, 14, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Unirio, 2010, s.p.

BRAGUETO, C. R. O comportamento territorial do Norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007, p. 141-201.

BRASIL. Constituição (1988). BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 28 dez 2011.

BRAUN, F. K. **A história da imigração Alemã no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Costoli Soluções Gráficas, 2010.

BRIGUET, P. Falando em línguas. **Jornal de Londrina**, Londrina, 17 jun. 2011. Comunidade Nipo Brasileira, s.p.

_____. O Nordeste pede passagem na Terra Vermelha. **Jornal de Londrina**, Londrina, 03 de setembro de 2008. Cultura, s.p.

BUENO, L. E. B. **O Paranismo e as artes visuais**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CAMARGO, G. L. V. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853-1953**. 2007. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CANCLINI, N.G. **Hybrid Cultures. Strategies for entering and leaving modernity**. Tradução de Christopher L. Chiappari and Silvia L. Lopez. Minneapolis, Estados Unidos: Minnesota Press, 2001.

CARLOS, A. F. A. Dinâmicas Urbanas na Metrópole de São Paulo. In: LEMOS, Amália Inês Gerares de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Clacso, 2007, v. 1, p. 75-88.

CARVALHO, M.; LEITE, J. C.; SEABRA, O. **Território e sociedade – entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

CASARIL, C. C. **Meio século de verticalização urbana em Londrina – PR e sua distribuição espacial: 1950-2000**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede – volume I: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELNOU, A. **Arquitetura londrinense: expressões de intenção pioneira**. Londrina: A. Castelnou, 2002.

CAVALCANTI, A. P. B. Abordagem metodológica do trabalho de campo como prática pedagógica em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 15, n.2, maio./ago. 2011, p. 165-175.

CAVENACCI, M. **Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais**. São Paulo: Nobel, 1995.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHUEIRE JR., R. PR é o segundo destino de imigrantes no Brasil. Notícias. **Folha de Londrina**. Londrina. 28 abr. 2012.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

COLÉGIO MÃE DE DEUS. **Santuário da Mãe e Rainha de Schoenstatt**. Londrina. 2012. Disponível em: < <http://www.maededeus.edu.br/santuario.aspx>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. **Scripta Nova**. Barcelona, v. IX, n. 183, 15 fev 2005, s.p.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). **Geografia Cultural: Um Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 15-32

CRUCIOL, I.; SUZUKI, J. H. Patrimônio Arquitetônico Londrinense: Os Barracões da família Sahão. **Terra e Cultura**, Londrina, n. 38, p. 124-137, 2004.

CUCHE, D. **A noção da cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DE LUCCA, A. T. G. **Revelações da história, transmissão e preservação cultural por meio dos jogos e brincadeiras: os japoneses em Londrina**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UEL, Londrina.

DELIBERADOR, L. M. Y. A Influência da Cultura Japonesa no Comportamento dos Nisseis da Geração de Cinquenta e Sessenta Anos e seu Engajamento no Trabalho Voluntário. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 9, 2008, Guarapuava. **Anais...** Guarapuava: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008, p. 1-15. Disponível em: <

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0386-1.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2012.

DOCLONDRINA. **Raquetes e picaretas**. 2012. Disponível em: <<http://doclondrina.blogspot.com.br/2012/02/raquete-picaretas.html>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

DYSARZ, C. M. Superagui: uma colônia do Paraná provincial que deitou raízes na experiência da lavoura paulista. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011, p. 1-16. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300641319_ARQUIVO_Supera](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300641319_ARQUIVO_Supera%20guiSimposioHistoria.pdf) guiSimposioHistoria.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2012.

ELIAS, N. **Teoría del símbolo**. Un ensayo de antropología cultural. Traducción de José Manuel Álvarez Flórez. Barcelona: Península, 1994. Tradução de: The Symbol Theory.

FAJARDO, S. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 31-44, set. 2008.

_____. O território paranaense: aspectos da ocupação e formação da estrutura produtiva e as transformações da paisagem rural. **Guairacá**, Guarapuava, v. 22, p. 95-117, 2006.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

GREGORY, V. Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira. In: **IBGE**. Centro de Documentação e Disseminação de Informação. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 140-159.

GRUPO SANSEY. **Londrina Matsuri**. 2012. Disponível em: <<http://www.gruposanse.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

GUIMARÃES, L. M. P.; VAINFAS, R. Sonhos galegos: 500 anos de espanhóis no Brasil. In: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2000, p. 101-122.

HAESBAERT, R. C. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19 – 46, 2007.

_____. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 6774-6792. Disponível em: <http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acesso em: 01 set. 2012.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190

_____. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUF, 1997

HALL, S. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HAURESKO, C.; MOTEKA, G. M. Pequena propriedade agrária no Paraná Tradicional: origem, localização e caracterização. In: SIMPGEO, 1, 2008, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: Unesp, 2008, 1076 – 1093. CD-ROM.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOFFMANN, M. L.; PIVETA, P. O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná. In: BONI, Paulo (org). **Certidões de nascimento da história**: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá. Londrina: Planográfica, 2009, p. 17 - 51.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. A desterritorialização. In: **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 89-105.

IBGE. Cidades. Contagem da população 2010. Londrina-PR. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 05 jan. 2012.

_____. A história do Censo no Brasil. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/censobrasil.shtm>>. Acesso em 30 mar. 2012.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Londrina**. Jun. 2012. População censitária segundo cor / raça – 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=86000&btOk=ok>>. Acesso em: 03 set. 2012.

JAMESON, F. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KODAMA, K. O sol nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa. In: IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informação. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2000, p. 197-213.

KONZEN, O. G.; ZAPAROLLI, I. D. Estrutura agrária e capitalização da agricultura no Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, n. 28, v.4, out./dez. 1990, p. 155-173.

KUHLMANN, M. C. M. A. A Imigração Alemã na Literatura Brasileira: uma breve análise. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, São Paulo, ano 3, mar./maio 2010, p. 1-11.

LANZA, F. et.al. **Yá Mukumby**: a vida de Vilma dos Santos de Oliveira. Londrina: UEL, 2010.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio Augusto de. (coord.). **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 89-114.

LEMES, F. Descendentes comemoram Dia do Líbano. **Jornal de Londrina**, Londrina, 23 nov. 2003. Cidades, p. 5.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, vol. 8, jun. 1974. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101974000500003>. Acesso em: 30 jan. 2012.

LIASH, J. **Irmãos Lopes**: pioneiros no transporte rodoviário em Londrina. 2011. Disponível em: <<http://londrinahistorica.blogspot.com.br/2011/06/irmaos-lopes-pioneiros-no-transporte.html>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

LONDRINA. **Tempo de lembrar, tempo de aprender**: Memórias da cidade. Zona rural. Londrina: Secretaria Municipal da Educação, 2011.

LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. **Fundadores da Escola Megumi recebem reconhecimento público dos vereadores**. Londrina, 6 out. 2009. Disponível em: <<http://home.cml.pr.gov.br/home/honrarias.aspx?id=286>>. Acesso em 25 jun. 2012.

LONDRINA COUNTRY CLUB. **Nossa história**. Institucional. Disponível em: <<http://www.londrinacountry.com.br/historia.asp>>. Acesso em 25 jun. 2012.

MAESIMA, C. Números da imigração japonesa no norte do Paraná: 1958. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011, p. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308188321_ARQUIVO_CacildaMaesima_Numerosdaimigracaojaponesa.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2012.

MARTÍNEZ, E. E. G. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: BORIS, F. (org.). **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 2000, p. 239-273.

MARTINS, E. C. R. **Relações internacionais**: cultura e poder. Brasília: FUNAG; IBRI, 2002.

MARTINS, J. S. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-19301. **Revista História**, São Paulo, n. 121, ago/dez. 1989, p.5-26.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

MATSUE, R. Y. "Missão Espiritual" dos Nikkeis: uma análise sobre as atividades da Igreja Messiânica e da Soka Gakkai entre os Brasileiros no Japão. **Rever**, São Paulo, ano 11, n. 2, p. 101-118, jul/dez. 2011.

MENDONÇA, G. Garcia foi vendida por menos de R\$ 400 milhões. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 set. 2010. Notícias, s.p.

MENDONÇA, M. A. **Dona Vilma, Mãe Makumby**. 2010. Disponível em: <<http://epigrafias.blogspot.com.br/2010/12/dona-vilma-mae-mukumby.html>>. Acesso em 27 jun. 2012.

MIMESSE, E.; MASCHIO, E. Imigrantes italianos nas províncias de São Paulo e Paraná: diferenças e semelhanças no desenvolvimento dos núcleos coloniais. **História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume002_Num001_artigo003.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2012.

MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. Londrina: Humanidades, 2007, p. 1-19.

MONDARDO, M. L. Raízes na Migração: Des-Re-Territorialização e Redes Sociais. **BOCC**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Portugal, v. 1, p. 1-7, 2009, p. 1-7. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-mondardo-raizes.pdf>>. Acesso em 05 de jan. 2012.

MOTT, M. L. Imigração árabe: um certo oriente no Brasil. In: IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informação. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2000, p. 177-193.

MULLER, N L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. **Jornada histórica (George Craig Smith, 1902-1992)**. Acervos. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/museu/acervos.html>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

_____. **Exposição comemorativa 70 anos de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2004.

NASCIMENTO, A. A. S. Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 9, n. 27, p. 923-944, dez. 2010.

NAKAGAWARA, Y. **Jardim do Sol**: uma vila periférica de Londrina. Londrina: [s.n.], 1972.

ODIÁRIO.COM. Londrina Matsuri 2011 começa nesta sexta-feira no Ney Braga. 2011. Disponível em: <<http://londrina.odiario.com/londrina/noticia/486691/londrina-matsuri-2011-comeca-nesta-sexta-no-ney-braga/>>. Acesso em 20 jul. 2012.

OLIVEIRA, B. Contribuição para a divisão regional do estado do Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007, p. 115-139.

OLIVEIRA, A. N. **As funções das festas no espaço geográfico contemporâneo: um estudo de caso de distritos rurais de Londrina/PR**. 2010, 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Dinâmica Espaço-ambiental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

OLIVEIRA, R. C. **Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Unesp, 2006.

ONU. Relatório de desenvolvimento humano 2009. **Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos**. Coimbra: Almedina, 2009.

ORIKASA, M. Balcão, poeira e uma vida inteira. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 jan. 2012. Cidades, s. p.

ORO, A. P. A desterritorialização das Religiões Afro-brasileiras. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 3, p. 69-79, 1995.

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: HUCITEC, 1981.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Etnias**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=77>> Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. Secretaria de Estado da Cultura – SEEC. **Pesquisando a história paranaense**. Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=175>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

PARANÁ SHIMBUN. **Histórias e lembranças num só lugar**. Londrina, 19 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.paranashimbun.com.br/Cadernos/comunidade/2681-memorias-de-uma-sergipe-japonesa>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

PARÓQUIA SÃO LUCAS. **História**. 2012. Disponível em: <<http://paroquiasaolucaslondrina.blogspot.com.br/>>. Acesso em 20 jul. 2012.

PASCKES, M. L. N. A. Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (sécs. XIX e XX). **R. História**, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul., 1990/1991. Disponível: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n123-124/a04n1234.pdf>> Acesso em: 06 jan. 2012.

PECQUER, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Piracicaba, v. 24, n. 1 e 2, p. 10 – 22, jan.–dez./ 2005. Disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/1052.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

PEDRIALI, J. A. Os pioneiros que dominaram o chão vermelho. **Jornal da ACIL**. Londrina, p. 10-13, jun. 2008.

PEREIRA, L. F. L. **Paranismo**: O Paraná Inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PETRI, K. C. "**Mandem vir seus parentes**": a Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo (1886-1896). 2010. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP: São Paulo, 2010.

PINTO, G. J. Planejamento estratégico e city marketing: a nova face das cidades no final do século XX. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 2(3), p. 17-22, mar/ 2001. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10070/5941>> Acesso em: 17 jul. 2011.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras. Tradução de: Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 2011, 250 p. Tradução de: Théories de l'ethnité: suivi de les groupes ethniques et leurs frontières.

PRANDINI, N. Aspectos da geografia urbana de Londrina. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. Londrina: Humanidades, 2007, p. 87-115.

PROJETO LONDRINA 2012. **O projeto**. Londrina, 2012. Disponível em: <<http://www.londrina2012.com.br/projeto.aspx>>. Acesso em 30 jan. 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

_____. **A mestiçagem no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2004.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCA, Z. ; MOURÃO, J. C. Identidade e desenvolvimento territorial entre a retórica e a prática. **Revista de Humanidades e Tecnologias**, Lisboa, Portugal, v. 9, p. 102-110, 2003. Disponível em: <http://tercud.ulusofona.pt/publicacoes/2003/RocaZ_Mourao_JC_Text.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2011.

SAKURAI, C. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada: (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 2000, p. 201-239.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, D. J. S.; PALOMARES, N. B. ; NORMANDO, D. ; QUINTÃO, C. C. A. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplica. **Dental Press J Orthod**. Maringá, v. 15, p. 121-124, 2010.

SANTOS, J. F. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. Hucitec: São Paulo, 1996.

_____. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38

SANTOS; M. ; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. O. A Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. **Histórica**, São Paulo, v. n. 09, 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao09/materia01/>>. Acesso em: 06 de jan. 2012.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: UNESP/FCT/GAsPERR, v., p. 35-51, 2005.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. ; GALVÃO, A. R. G. A valorização territorial e multidimensional do patrimônio de Francisco Beltrão (PR). **Campo - Território**, Uberlândia, v. 4, p. 98-120, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11912>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

SASAKI, E. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Jan. 2012.

SCOTT, A. S. V. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). In: CONGRESO DE HISTORIA ECONÓMICA DE ZARAGOZA, 10, 2001, Zaragoza. **Anais...** Zaragoza: Universidad de Zaragoza. Disponível em: <<http://www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf>>. Acesso em 10 de jan. 2012.

SERCOMTEL. **Cabines inglesas de telefônico público enfeitam a cidade**. 2011. Disponível em: <<http://www.planetasercomtel.com.br/cidade-legal/97842/cabines-inglesas-de-telefone-publico-enfeitam-a-cidade.html>>. Acesso em 20 jun. 2012.

_____. **Templo Budista Honganji abriga beleza e espiritualidade**. 2008. Disponível em: <<http://www.planetasercomtel.com.br/passeios/16421/templo-budista-honganji-abriga-beleza-e-espiritualidade.html>>. Acesso em 20 jul. 2012.

SEYFERTH, G. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 2000, p. 273-315.

SILVA, B. S. M. As Imigrantes de Londrina: uma Análise Hodonímica. In: Congresso Internacional de História, 5, 2011, Maringá. **Anais...Maringá: UEM, 2011**, p. 396 – 405. Disponível em: < <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/342.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

SILVA, M. N. ; PANTA, Mariana. **O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina**. Londrina: UEL, 2010.

SILVA, M. A. L. ; SILVA, M. N.;. Um retrato em preto e branco: uma visão diferenciada do negro em Londrina. **Revista Afroatitudeanas**, Londrina, v. 1, p. 1-13, 2006.

SILVA, P. P. **A espacialização das festas afro-brasileiras em Londrina**. 2009. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

SINGER, P. O Caráter histórico das migrações internas. In: SINGER, P. (org.). **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA, E. A. ; PEDON, N. R. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**. Três Lagoas - MS, v. 1, n. 6, ano 4, Nov. 2007 p. 126-148. Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS._e_NelsonP..pdf>. Acesso em: 06 jan. 2012.

SPOSITO, E. S. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, Eliseu, SAQUET, Marcos Aurélio, RIBAS, Alexandre Domingues. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

STANGL, A. **Gilberto Freyre e a Identidade Cultural Pós-Moderna**. 11 de set. 2009, s.p. Disponível em <<http://astangl.sites.uol.com.br/freyre.htm>> Acesso em: 19 jul. 2011.

TAKENAKA, E. M. M.. **Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado-SP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade, Presidente Prudente, 2003.

TAKEUCHI, M. Y. A comunidade japonesa no Brasil: Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante? (1908-1924). Bologna: Gedit Edizione / Dipartimento discipline storiche Università di Bologna, 2008. Disponível em: <http://www.storicamente.org/07_dossier/migrazioni-takeuchi.htm>. Acesso em 03 de abr. de 2012.

TEIXEIRA, R. S. Italianos em casos de conflitos e tensões nas fazendas de café da comarca de Araraquara, 1890-1914. Cad. CERU, São Paulo, n. 17, 2006. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-45192006000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jan. 2012.

THOMAS, D. Centro histórico é contado por pioneiros. **ComTexto Web Laboratório**, Londrina, ano 3, ed. 76, s.p., abr. 2006. Disponível em: <<http://www13.unopar.br/unopar/publicacao/manchete.action?m=33>>. Acesso em 10 abr. 2012.

TOMAZI, N. D. **Norte do Paraná: fantasmas e alegorias**. Curitiba: Aos Quatro ventos, 2000.

TOMMASINO, K. Os novos acampamentos (wãre) kaingang na cidade de Londrina: mudança e persistência numa sociedade Jê. **Revista Mediações**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 66-71, jul./dez. 2008.

TOSI, P. G. ; FALEIROS, R. N. ; TEODORO, R. S. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/São Paulo 1890-1914. **História**, Franca, v. 24, n. 2, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Jan 2012.

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. In: **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura**. Paris: UNESCO, 1972.

_____. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio cultural imaterial**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

YAMAKI, H. T. **Guia do patrimônio cultural de Londrina**. Londrina: Humanidades, 2008.

_____. **Labirinto da Memória: Paisagens de Londrina**. Londrina: Humanidades, 2006.

VAINER, C. B. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia**, São Paulo, v. XIII, n. 36, p. 15-32, abril, 2000.

VALLOIS, H. V. **As raças humanas**. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1966.

VALVERDE, R. R. H. F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, 2004. p. 119-126.

VIAÇÃO GARCIA. **Notícias**. Viação Garcia comemora em abril o centenário de seu fundador. Londrina, 12 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.viacaogarcia.com.br/noticias.asp?cod=1383>>. Acesso em 30 jan. 2012.

VIEIRA, E. L. S. et.al. **Revelações da História**: o acervo do Fotoestrela de Yutaka Yasinaka e Carlos Stenders. Londrina: Câmara Clara, 2006.

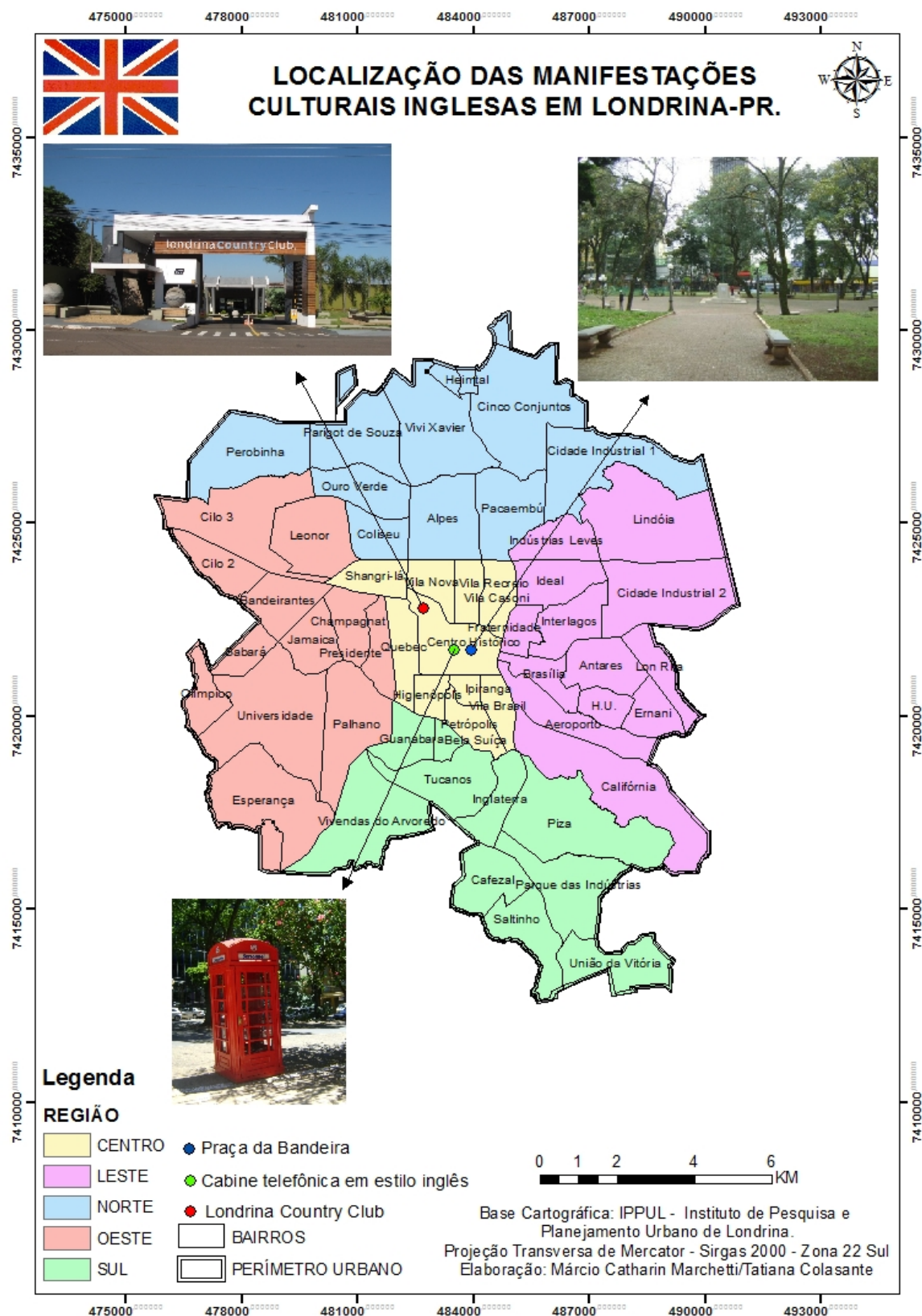
WACHOWICZ, Ruy Christova. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

ANEXOS

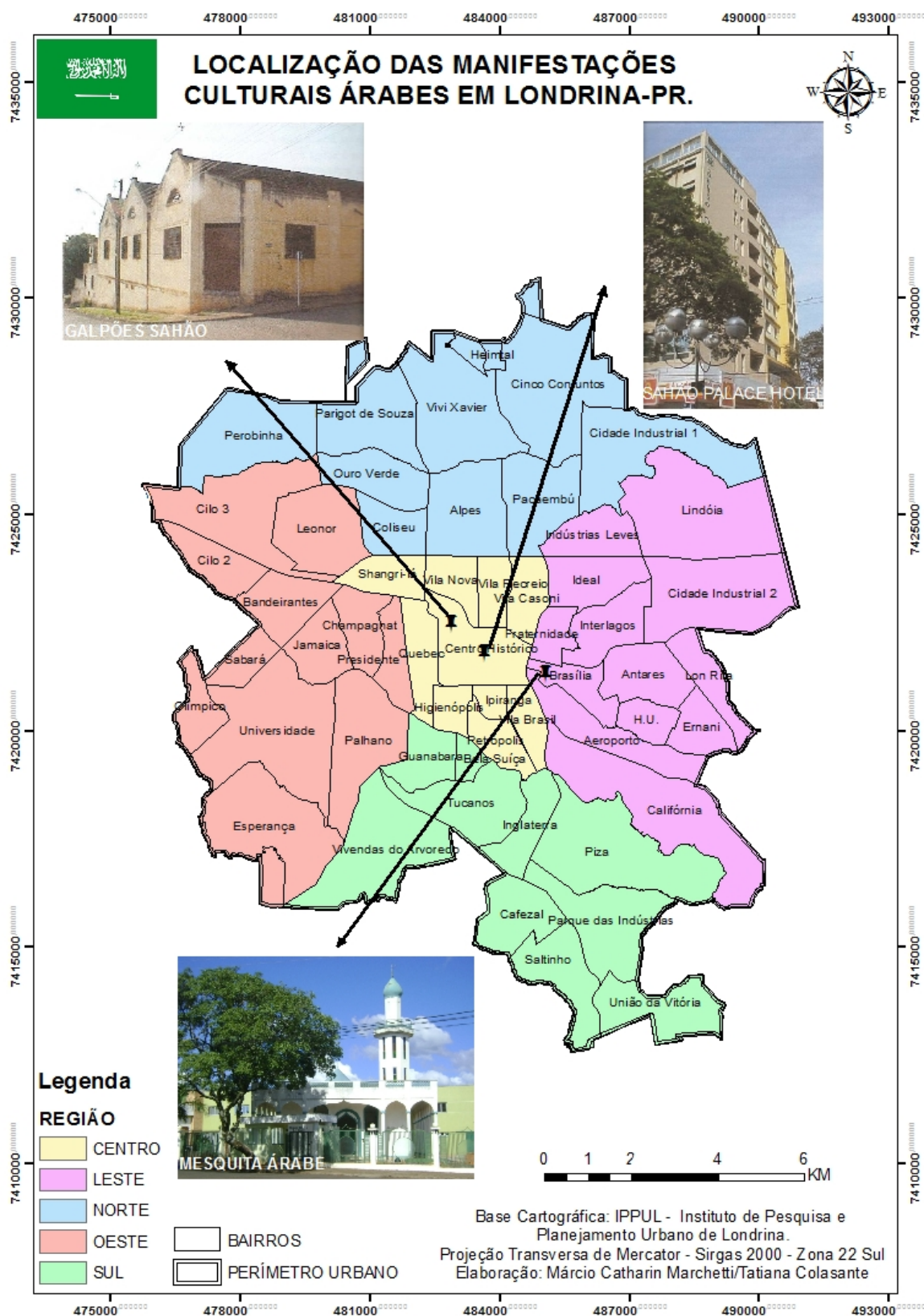
ANEXO A

Localização das manifestações culturais inglesa em Londrina - PR



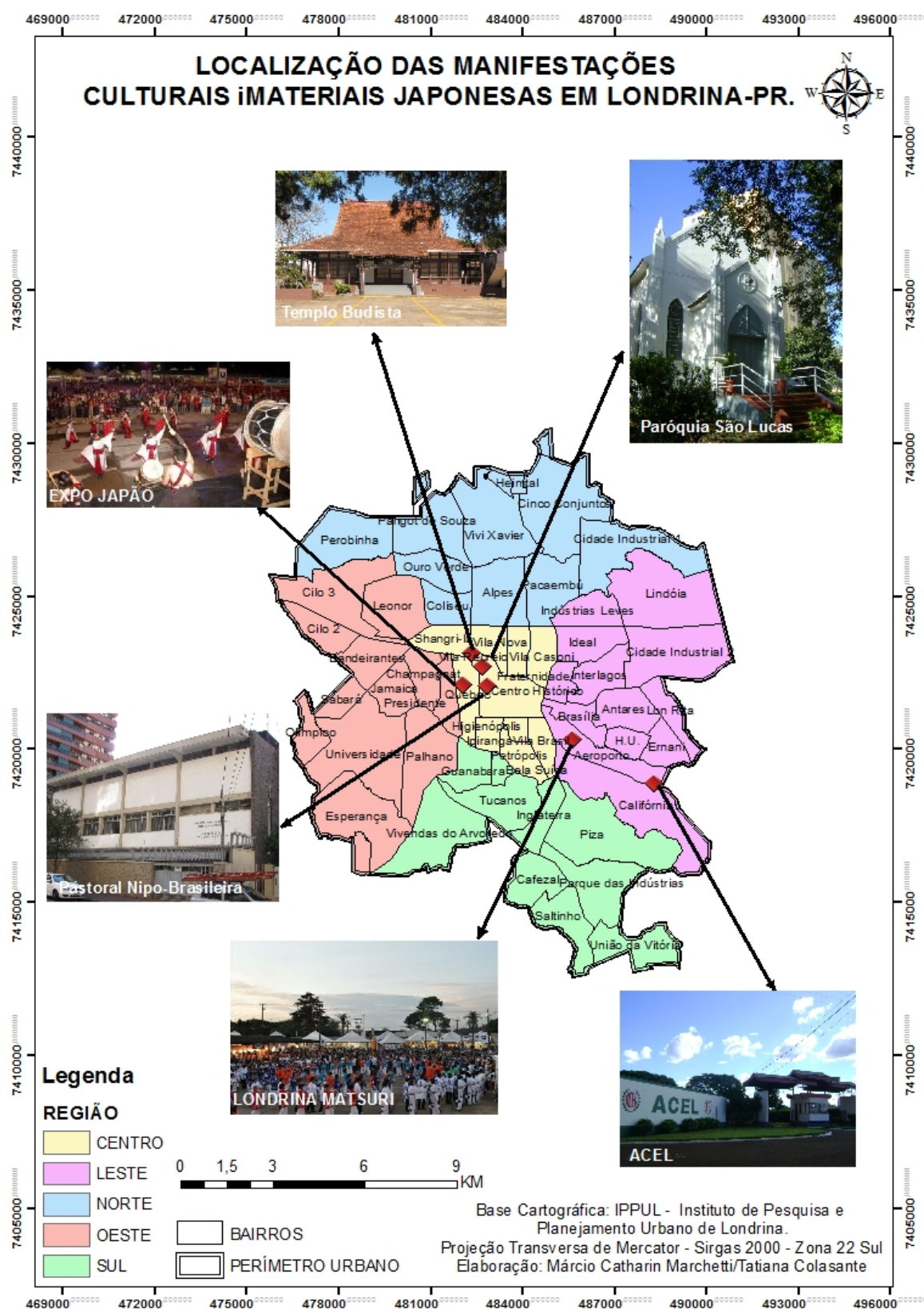
ANEXO B

Localização das manifestações culturais árabes em Londrina - PR



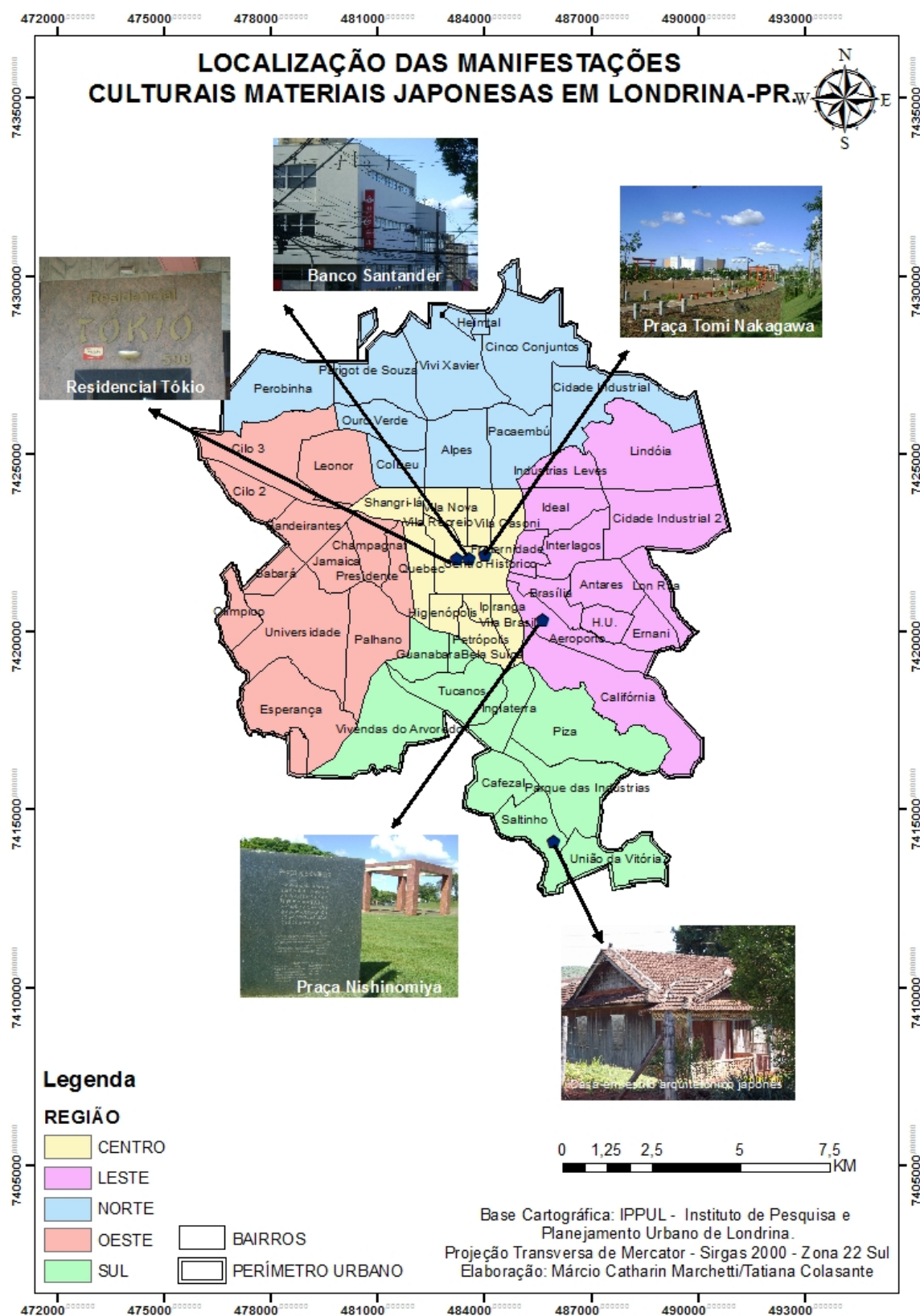
ANEXO C

Localização das manifestações culturais e materiais japonesas em Londrina - PR



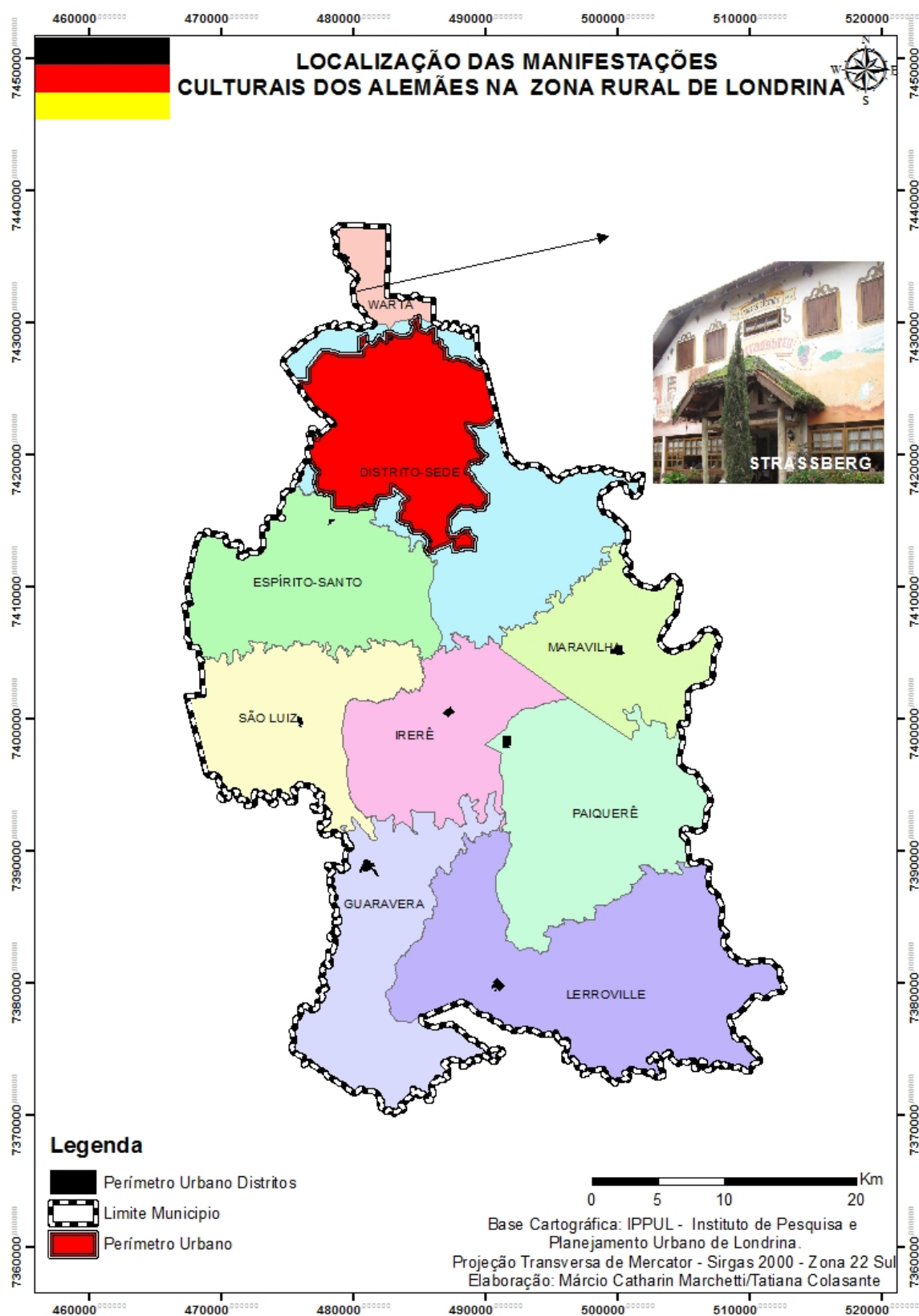
ANEXO D

Localização das manifestações culturais materiais japonesas em Londrina - PR



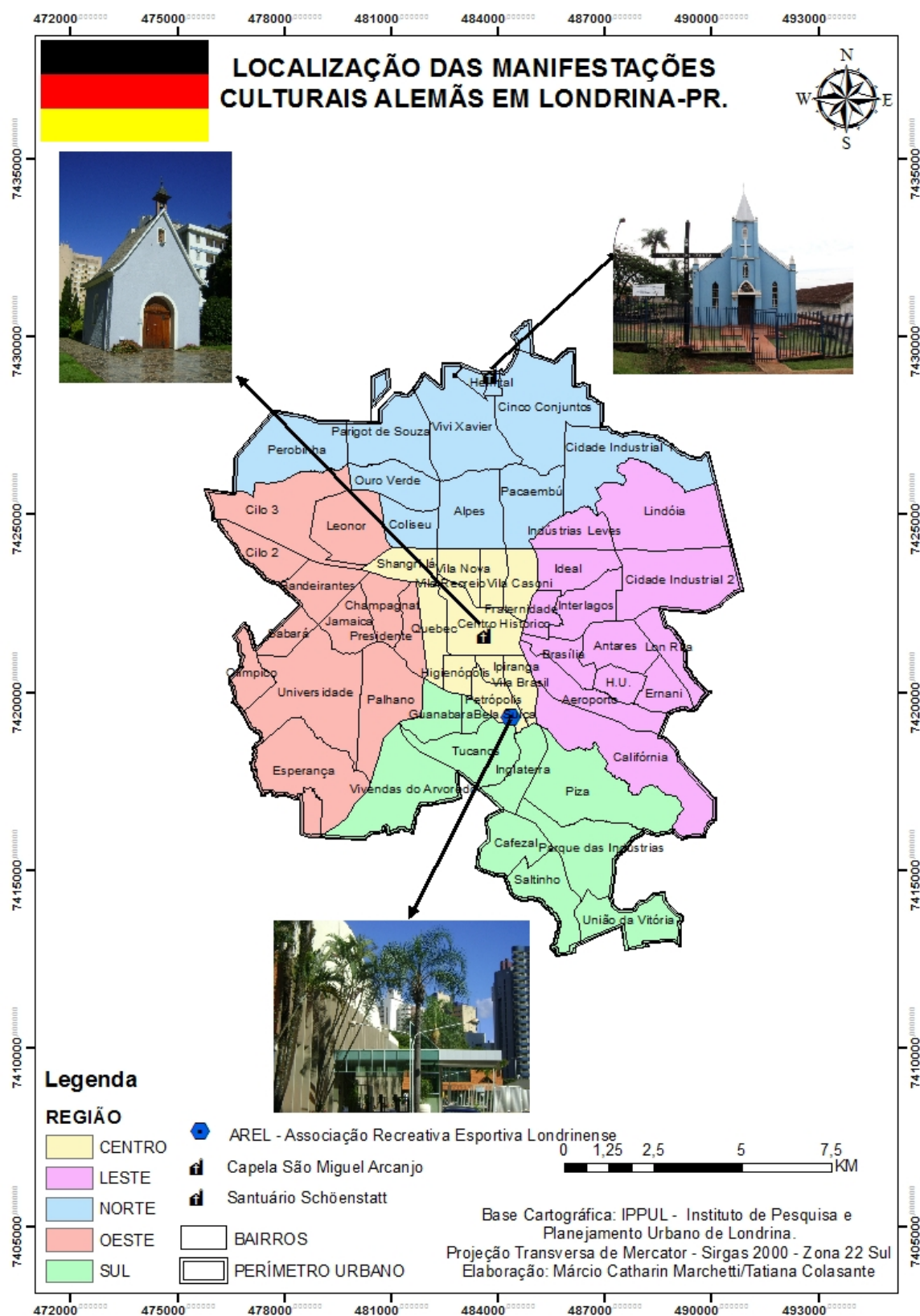
ANEXO E

Localização das manifestações culturais dos alemães na zona rural de Londrina



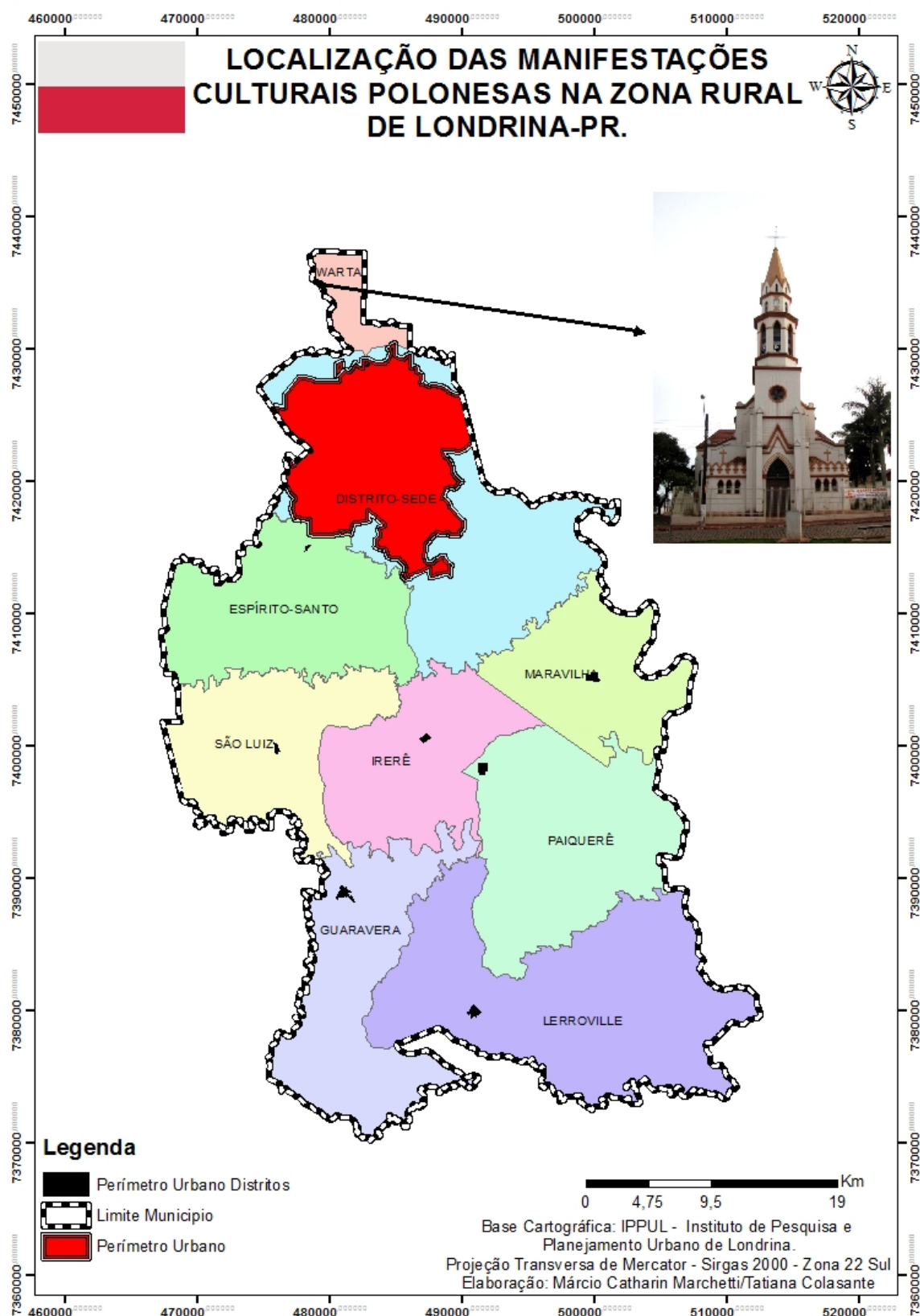
ANEXO F

Localização das manifestações culturais alemãs em Londrina - PR



ANEXO G

Localização das manifestações culturais polonesas na zona rural de Londrina - PR



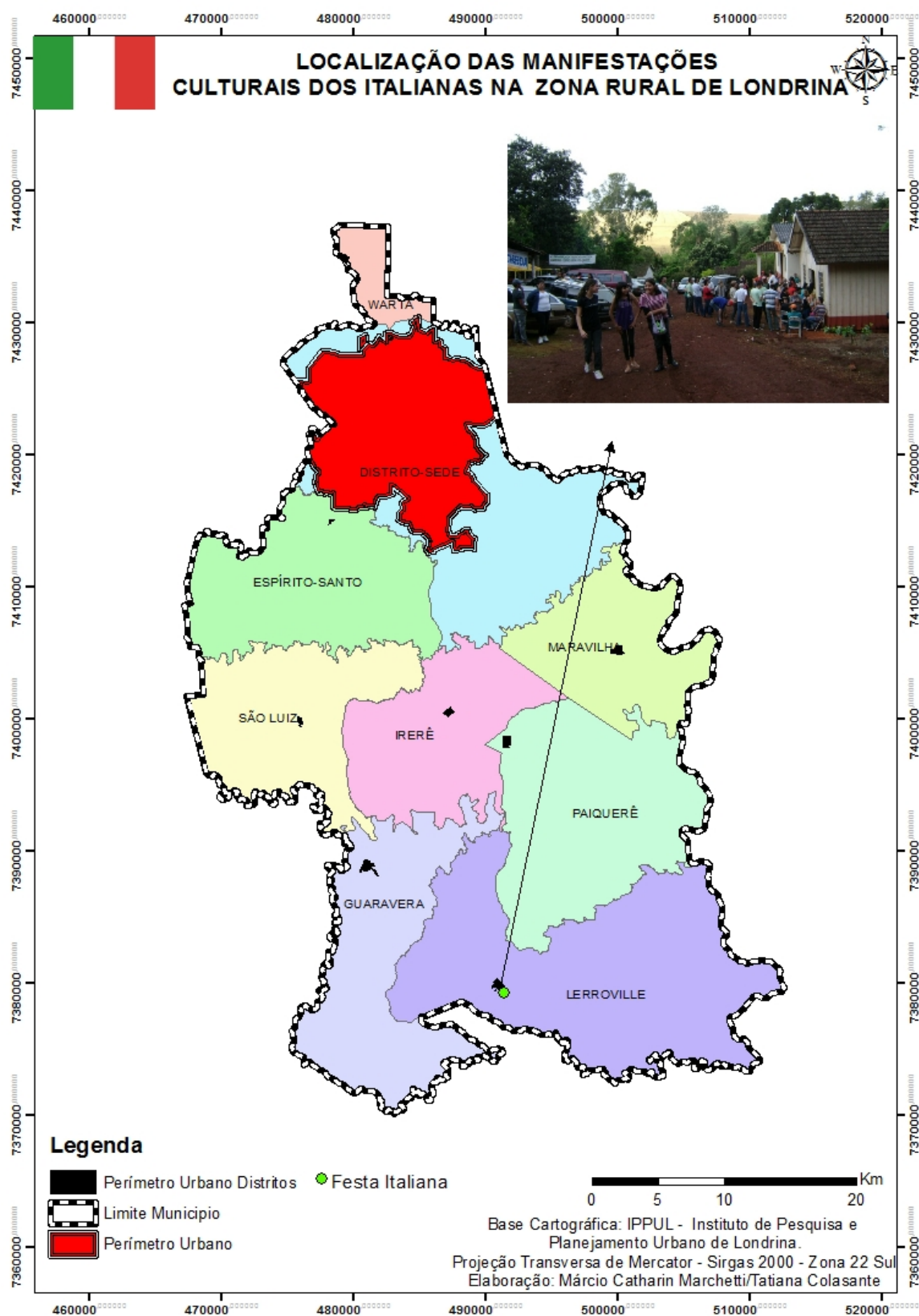
ANEXO H

Localização das manifestações culturais italianas em Londrina - PR



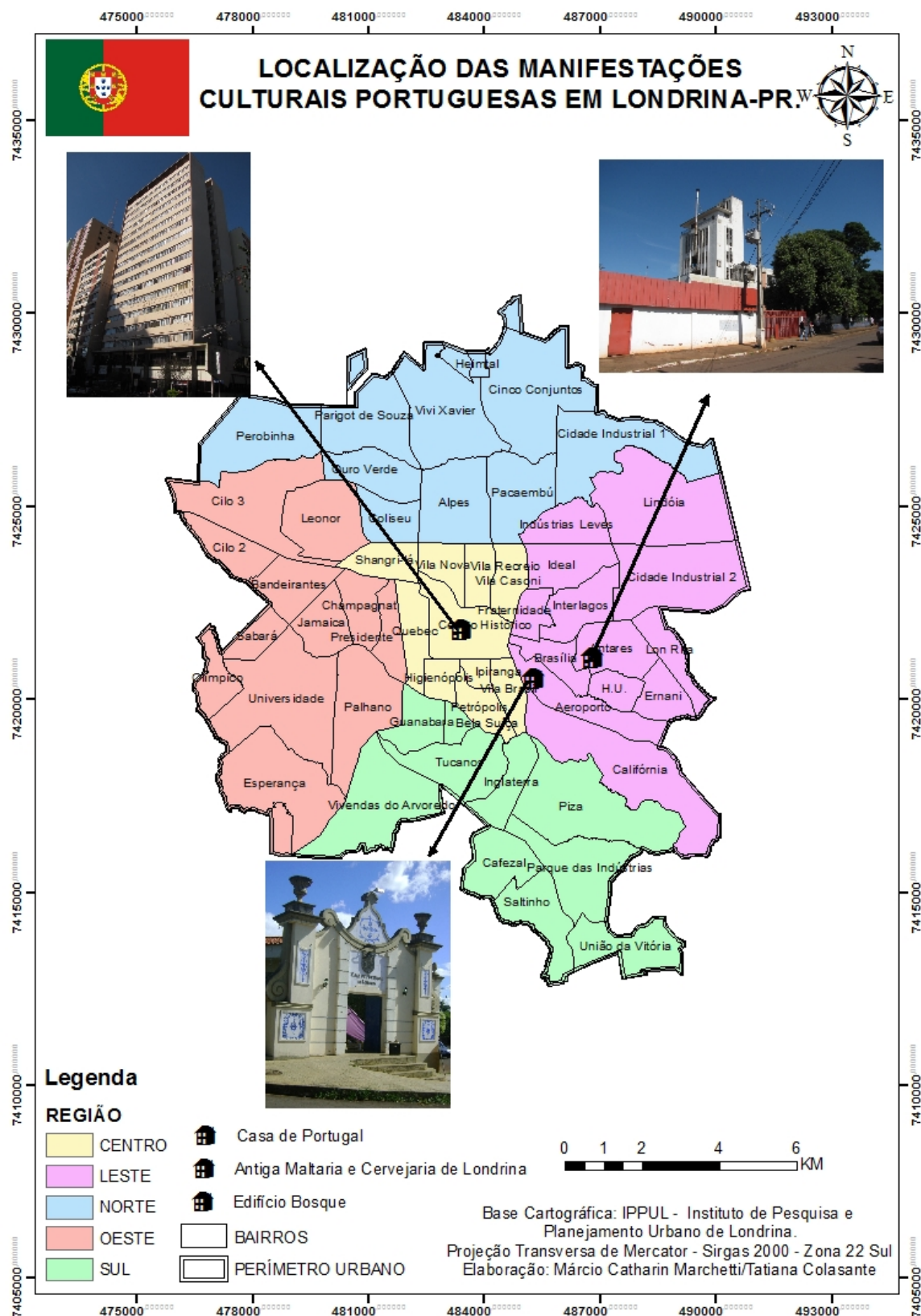
ANEXO I

Localização das manifestações culturais dos italianos na zona rural de Londrina - PR



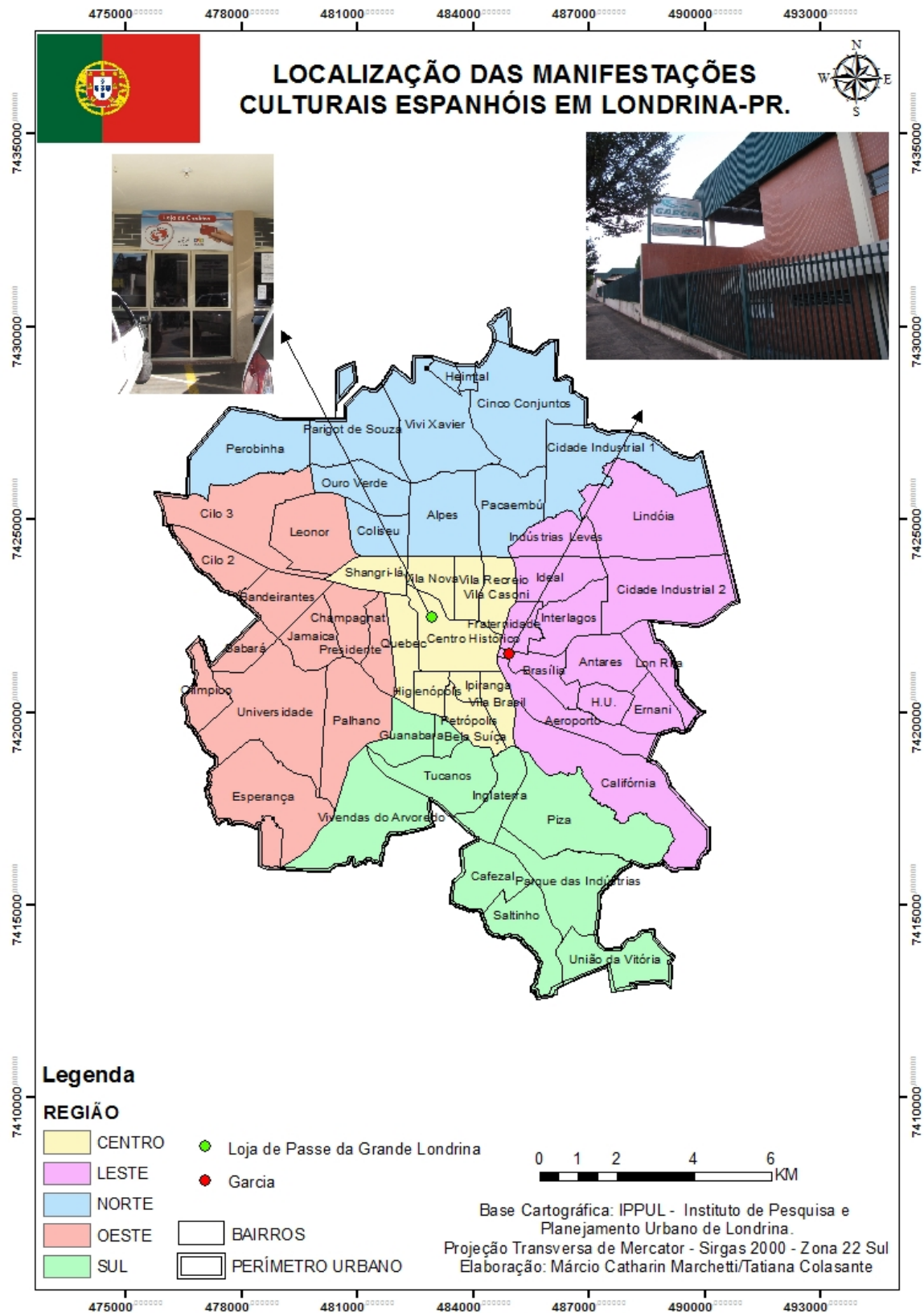
ANEXO J

Localização das manifestações culturais portuguesas em Londrina - PR



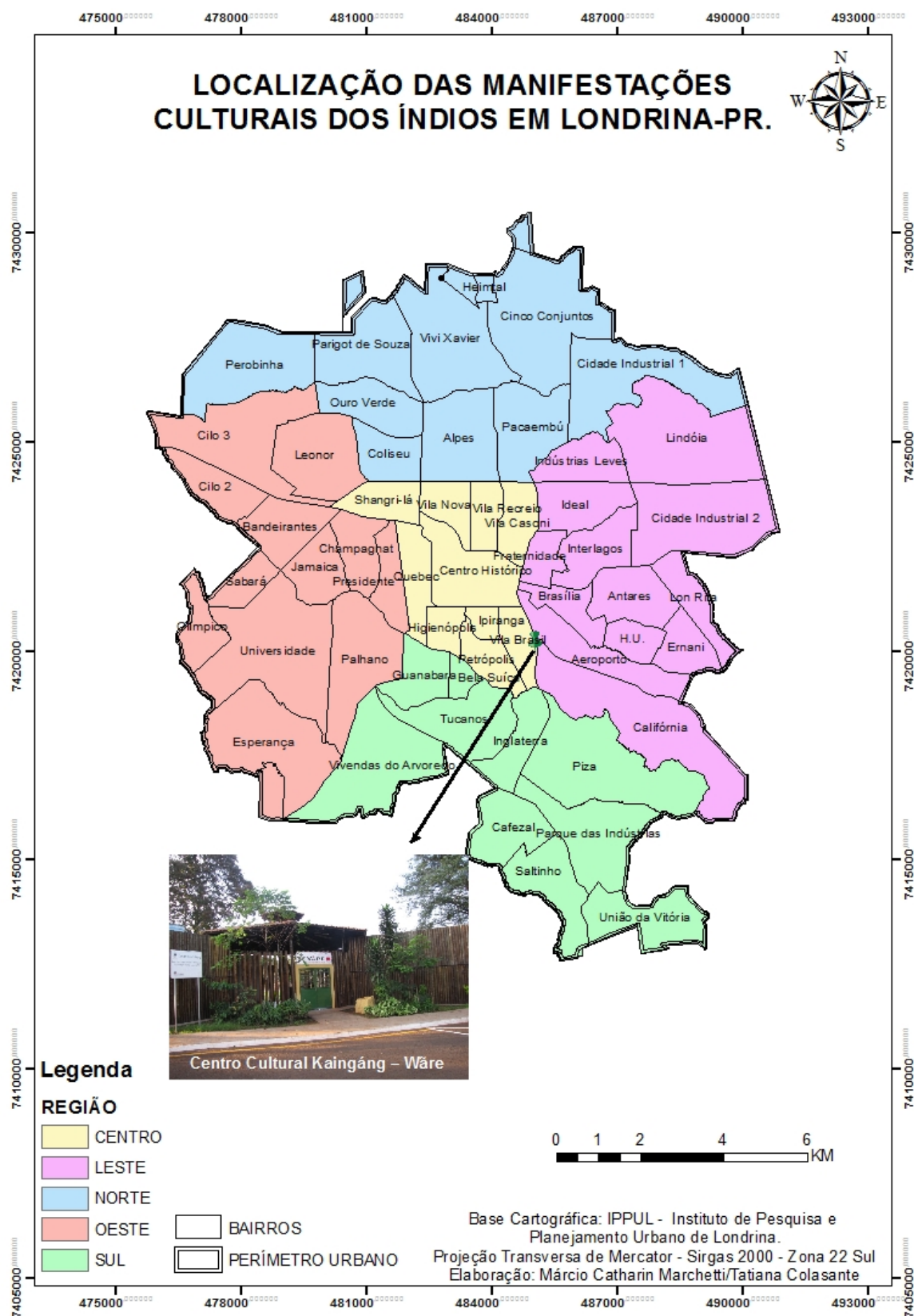
ANEXO K

Localização das manifestações culturais espanhóis em Londrina - PR



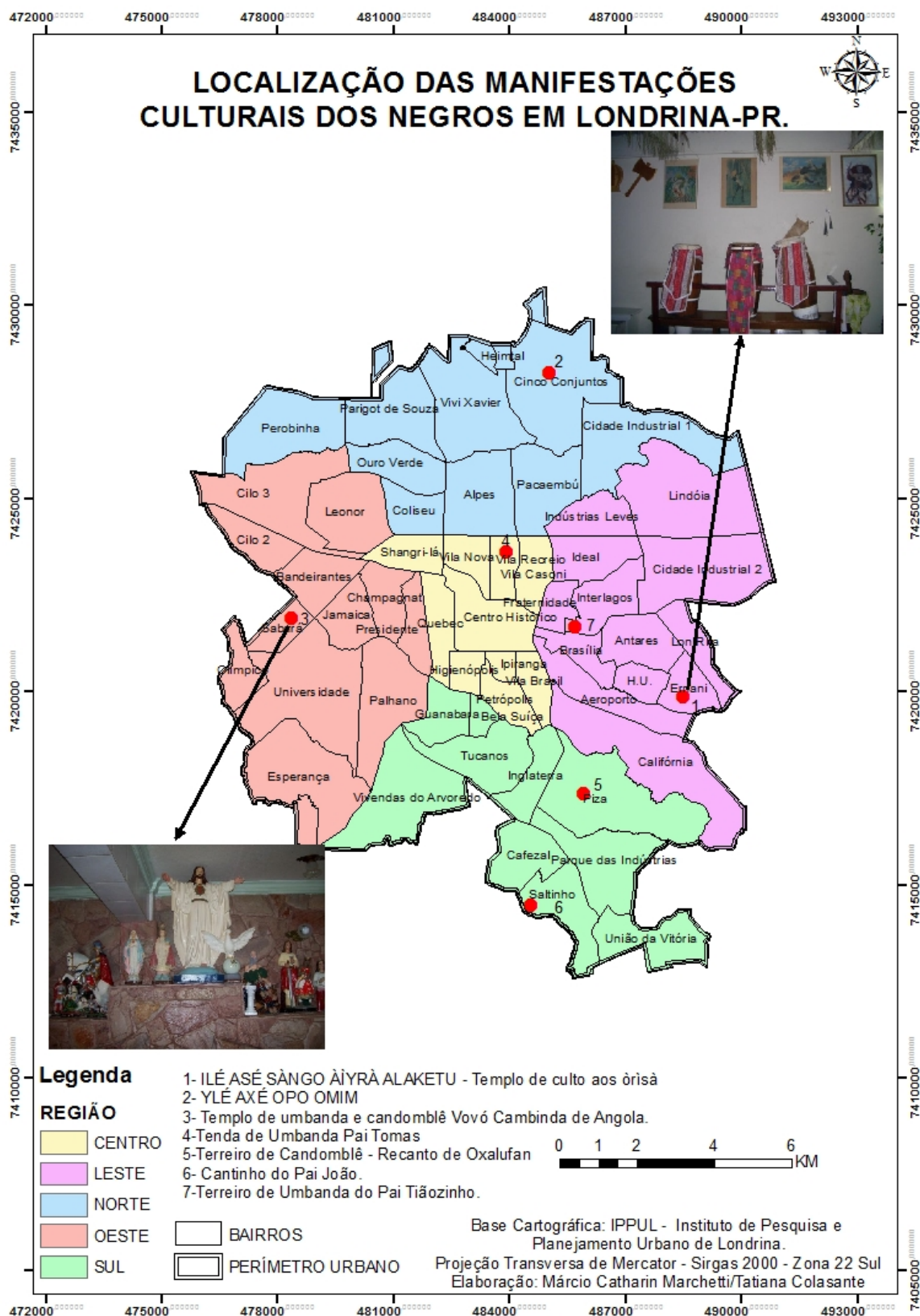
ANEXO L

Localização das manifestações culturais dos índios em Londrina - PR



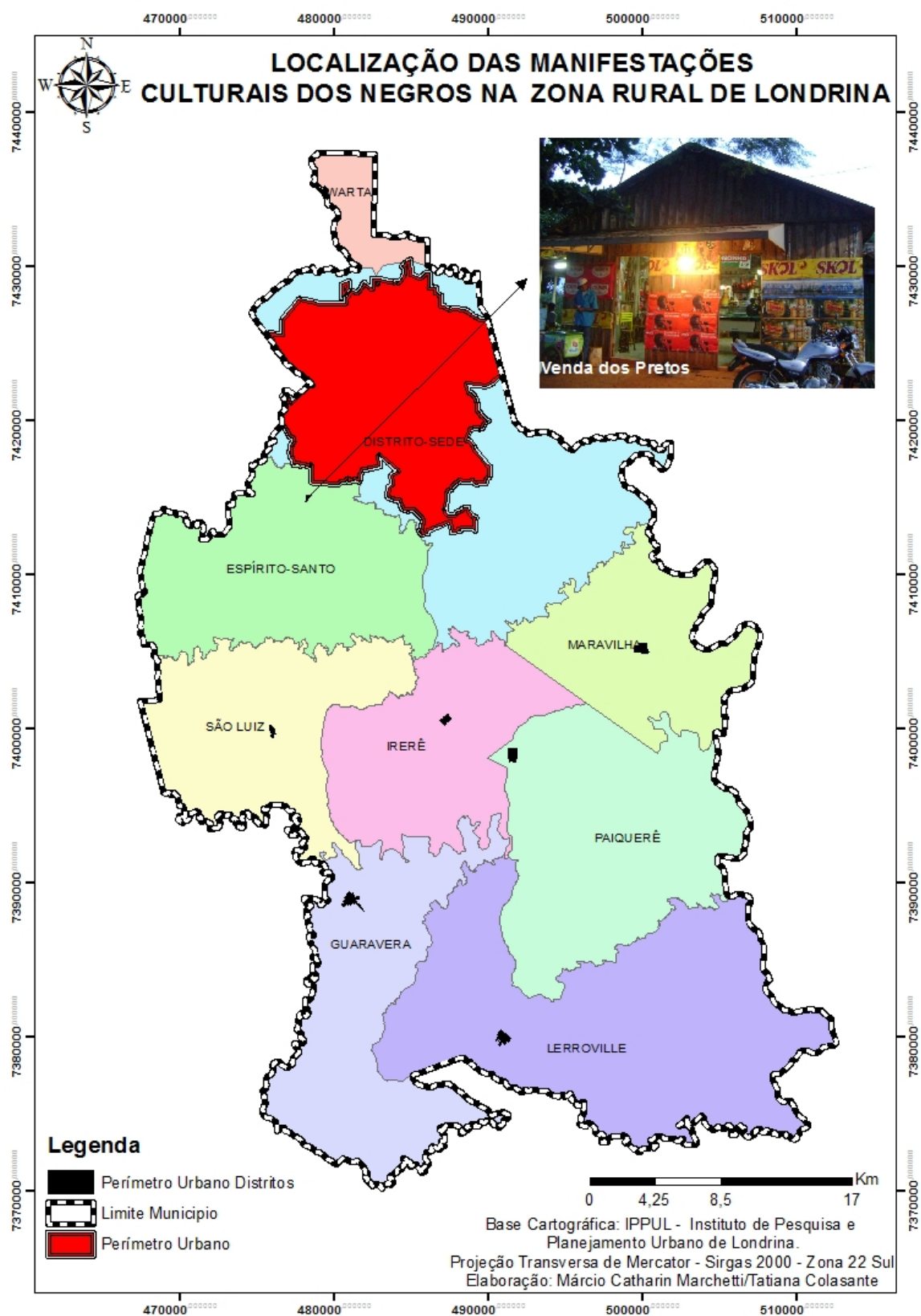
ANEXO M

Localização das manifestações culturais dos negros em Londrina - PR



ANEXO N

Localização das manifestações culturais dos negros na zona rural de Londrina - PR



ANEXO O

Localização das manifestações culturais nordestinas em Londrina - PR

